

DENISE TEIXEIRA NOGUEIRA

UNIVERSIDADE E CAMPUS NO BRASIL:

o caso da Universidade Federal Fluminense.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo
Doutor em Engenharia de Produção

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

N778u Nogueira, Denise Teixeira.
Universidade e campus no Brasil : o caso da
Universidade Federal Fluminense / Denise Teixeira
Nogueira. – 2008.
300 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional, 2008.
Bibliografia: f. 276-297.

1. Universidades e faculdades. 2. Arquitetura moderna.
3. Semiótica. 4. Territorialidade. 5. Universidade Federal
Fluminense. I. Araújo, Frederico Guilherme Bandeira de.
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 121.68

DENISE TEIXEIRA NOGUEIRA

UNIVERSIDADE E CAMPUS NO BRASIL:

o caso da Universidade Federal Fluminense.

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues
Instituto de Arte e Comunicação Social – UFF

Prof^a. Dra. Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/MDU – UFPE

Prof. Dr Rainer Randolph
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof^a. Dra. Tamara Tânia Cohen Egler
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Ao João, Nina e Ana,
por compartilharem comigo
todo o processo de produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Frederico Guilherme Bandeira de Araujo, ao meu marido João Carlos de Moraes Alt e a todos que, de algum modo, contribuíram para que este trabalho se realizasse. Entre eles, meu agradecimento especial a: Antônio Serra, Cláudia Regina dos Anjos, Elisabete Aiko, Giselle Santana Nóbrega Alves, José Luiz Sanz, Pauline Lorena Kale, Rafael Rebello Moreira Alt, Regina Prado Guelman, Ricardo Oliveira Barros Filho, Ruth Aono e Vera Lúcia Monteiro da Motta.

RESUMO

NOGUEIRA, Denise Teixeira. Universidade e campus no Brasil: o caso da Universidade Federal Fluminense. 300 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O trabalho proposto tem como campo problemático de ordem geral, a relação entre as concepções de Universidade e as correspondentes formas – arquitetônica e urbanística – de sua territorialização, no contexto da cidade moderna, e especifica-se no caso das universidades públicas federais brasileiras. Tanto as idéias de Universidade quanto suas formas arquitetônicas e urbanísticas são entendidas, aqui, enquanto discursos. As suposições orientadoras da tese são as de que os valores que fundamentam as idéias de Universidade estão expressos funcional e simbolicamente nos projetos dos territórios das universidades federais brasileiras e, de que essa objetivação originária da problemática se desdobra, posteriormente, naquela da ressignificação do espaço construído. Esse campo se especifica e se justifica como problemática contemporânea ao se ter em conta a crise atual que abarca tanto o modelo de universidade pública federal brasileira quanto o seu modo de territorialização. O objetivo maior do trabalho é a compreensão da relação conteúdo doutrinal / forma material no caso específico de um determinado momento particular da universidade pública brasileira: o da reforma universitária da década de sessenta e das universidades / campi que se configuraram a partir daí. Num segundo plano, indicar elementos à discussão contemporânea sobre o assunto. A questão central que ilumina e constitui como problema esse tema, argúi que os particulares e historicamente situados embates sobre o que é a universidade, e sobre qual deve ser sua forma de espacialização, articulam-se necessária e inexoravelmente, inserindo-se no embate ideológico maior e, no caso particular em foco, configurando-se no seio do confronto entre as visões relativas ao modo de ser e de desenvolver o país. O objeto de investigação específico desta tese é o processo de criação e consolidação da Universidade Federal Fluminense e do seu campus, tomado em dois momentos chave: o da discussão sobre sua constituição ideológica e institucional, e o da discussão sobre sua forma de territorialização. O modo de abordagem do trabalho é a 'hermenêutica dialógica', uma metodologia que utiliza, como parte de sua processualística, o dialogismo bakhtiniano para a interpretação dos discursos. A investigação concreta foi feita sobre documentos dos projetos das universidades públicas federais brasileiras e das correspondentes formas de territorialização do espaço universitário, principalmente daqueles relacionados à UFF e em alguns aspectos do que foi efetivamente edificado no seu campus.

Palavras-chave: Universidade, Campus, Arquitetura moderna, Semiótica.

ABSTRACT

NOGUEIRA, Denise Teixeira. Universidade e campus no Brasil: o caso da Universidade Federal Fluminense. 300 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

The proposed work addresses the relationship between the concepts of University and the corresponding forms - architectural and urban - of its territory, in the context of the modern city, and specifically in the case of federal universities in Brazil. The concept about both University and its architectural and urban forms are taken theoretically as a speech. The guiding assumptions are that the values underlying the concept of University are expressed functionally and symbolically through the territorial projects of Brazilian federal universities, and that this, then, unfolds into the need re-signalizing of space built. This field is specified and justified as a contemporary problem by the current crisis which involves both the ideal of Brazilian federal public university as its physical space. The utmost goal of the present work is to understand the relationship between doctrinal content and physical shape specifically from a particular moment in the history of the Brazilian public university: the restructuring that occurred during the 1960's and the universities/campuses that were consequently built. In the background, pointing out contemporary elements for the discussion on the subject. The central issue that sheds light upon the subject and establishes it as a problem states that the particular and historically situated disputes about what the university is, and about which should be their way of spatialization, articulate necessarily and inexorably, taking part in the broader ideological clash and, in this particular case, becoming the core of the confrontation between visions on how to be and to develop the country. The object of specific research of this thesis is the process of creation and consolidation of Universidade Federal Fluminense and its campus, reckon from two key moments: the discussion over its ideological and institutional foundation, and the discussion about its way of territorialisation. The work employs the hermeneutical-dialogical approach, a methodology that uses, as part of its procedure, the Bakhtinian dialogism for interpretation of the speeches. The research was done on documents concerning projects of Brazilian federal public universities and the corresponding forms of universities' territorial space, especially those related to UFF and some aspects of what was actually built on its campus.

Key-words: University, Campus, Modern architecture, Semiotics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura n.º 1	Imagem do Plano Piloto.	p. 114
Figura n.º 2	Planta da Universidade de Brasília.	p. 115
Figura n.º 3	Planta de Localização das Unidades da UFERJ – 1961.	p. 173
Figura n.º 4	Planta de Localização do Aterro Praia Grande.	p. 207
Figura n.º 5	Planta de Zoneamento do Município de Niterói – 1970.	p. 213
Figura n.º 6	Planta de Localização das Unidades da UFF – 1970.	p. 214
Figura n.º 7	Planta de Localização das Unidades da UFF – 1977.	p. 219
Figura n.º 8	Planta de Localização das Áreas Destinadas ao Projeto do Campus da UFF – 1977.	p. 232
Figura n.º 9	Planta de Setorização do Campus da UFF.	p. 237
Figura n.º 10	Planta de situação do campus da UFF: unidades existentes/unidades projetadas.	p. 242
Figura n.º 11	Planta de situação do campus da UFF: gabarito.	p. 246
Figura n.º 12	Planta de situação do campus da UFF: tipos de unidades.	p. 249
Figura n.º 13	Plantas dos pavimentos-tipo da Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula – Bloco B.	p. 255
Figura n.º 14	Planta de situação do Campus da UFF: etapas de construção.	p. 258
Figura n.º 15	Planta de situação do campus da UFF e bairros vizinhos – 2008.	p. 260
Figura n.º 16	Planta da situação fundiária do Campus do Valonguinho.	p.299

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto n.º 1	Obra do Aterro da Praia Grande em São Domingos – 1974. Vista do bairro de São Domingos em direção ao centro da cidade de Niterói.	p. 208
Foto n.º 2	Obra do Aterro da Praia Grande em São Domingos – 1974. Vista do centro da cidade de Niterói em direção aos bairros de São Domingos e Gragoatá.	p. 208
Foto n.º 3	Obra do Aterro da Praia Grande no Gragoatá – 1974. Vista do enrocamento na Praia Vermelha.	p. 209
Foto n.º 4	Bairro de São Domingos – 1972. Vista do bairro de São Domingos em direção ao centro da cidade de Niterói.	p. 210
Foto n.º 5	Vista parcial de prédios do Campus do Gragoatá: Unidades Funcionais de Administração e Salas de Aula – UFASAs.	p. 240
Foto n.º 6	Vista parcial de prédios do Campus do Gragoatá: Unidades Funcionais de Administração e Salas de Aula – UFASAs e Unidade Funcional de cantina.	p. 241
Foto n.º 7	Vista interna no Campus do Valonguinho (prédios n.º 5 e n.º 7 da figura n.º 10).	p. 243
Foto n.º 8	Vista externa do Campus do Valonguinho (prédios n.º 3 e n.º 5 da figura n.º 10).	p. 244
Foto n.º 9	Vista do Campus da Praia Vermelha (prédio n.º 9 da figura n.º 10).	p. 244
Foto n.º 10	Vista parcial do Campus da Praia Vermelha: Escola de Arquitetura e Escola de Engenharia.	p. 245
Foto n.º 11	Prédio utilizado pela Escola de Arquitetura. Campus da Praia Vermelha.	p. 245
Foto n.º 12	Unidade Funcional de Laboratórios utilizada pelo Instituto de Física. Campus da Praia Vermelha.	p. 245
Foto n.º 13	Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula utilizada pelo Instituto de Geociências. Campus da Praia Vermelha.	p. 245
Foto n.º 14	Espaço de convivência no Campus do Gragoatá.	p. 245
Foto n.º 15	Espaço entre os prédios no Campus do Gragoatá.	p. 245
Foto n.º 16	Fachada de Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B.	p. 252
Foto n.º 17	Fachada de Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B: brises.	p. 253
Foto n.º 18	Interior de Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B: vista do corpo central B em direção à ala de salas de aula (corpo A ou C).	p. 253
Foto n.º 19	Detalhe da fachada de Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B: pilotis.	p. 254
Foto n.º 20	Vista área parcial da cidade de Niterói onde o Campus da UFF foi implantado – 2008.	p. 257

- Foto n.º 21 Casario junto à Igreja de São Domingos, rua Alexandre Moura, próximo à entrada do Campus do Gragoatá. p. 261
- Foto n.º 22 Casario da rua Presidente Domiciano próximo a uma das entradas do Campus da Praia Vermelha. p. 261
- Foto n.º 23 Casario da rua Andrade Neves próximo ao Campus do Valonguinho. p. 261
- Foto n.º 24 Casario da rua José Bonifácio próximo à entrada principal do Campus do Gragoatá. p. 261

LISTA DE QUADROS

Quadro n.º 1	Criação de universidades federais brasileiras (por década).	p. 84
Quadro n.º 2	Criação de universidades federais brasileiras (por governo).	p. 85
Quadro n.º 3	Identificação dos sujeitos discursivos e de suas respectivas posições de sujeito. Contexto da época da criação e implantação da UFERJ - 1956/1964.	p. 118
Quadro n.º 4	Localização da UFERJ/UFF em Niterói.	p. 174
Quadro n.º 5	Identificação dos sujeitos discursivos e de suas respectivas posições de sujeito. Contexto da época do projeto e implantação do campus da UFERJ – 1964/1981.	p. 189
Quadro n.º 6	Quadro de área para a UFF em Niterói (1981).	p. 235
Quadro n.º 7	Universidade pública federal brasileira. Síntese da relação conteúdo/forma (situação geral).	p. 271
Quadro n.º 8	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFER/UFF). Síntese da relação conteúdo/forma (situação específica).	p.271
Quadro n.º 9	Reitores da Universidade Federal Fluminense.	p.298

LISTA DE SIGLAS

ABOV – Associação de Moradores e Amigos da Boa Viagem
ADUFF – Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense
Aeq – aluno equivalente
AI – Ato Institucional
ALN – Ação Libertadora Nacional
AMES – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
AP – Ação Popular
APAU – Áreas de Proteção do Ambiente Urbano
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ATEMEC – Assessoria Técnica do Ministério da Educação e Cultura
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAEV – Centro Acadêmico ‘Evaristo da Veiga’
CAEX – Centro de Apoio às Atividades de Extensão
CEBRACE – Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares
CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto
CEDATE – Centro de Desenvolvimento e Apoio à Educação
CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CGT – Comando Geral do Trabalhadores
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEPLAN – Centro de Planejamento
CCM – Centro de Ciências Médicas
CEG – Centro de Estudos Gerais
CES – Centro de Estudos Sociais Aplicados
CIAC – Centros Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente
CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CIEP – Centros Integrados de Educação Pública
CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
COLINA – Comando de Libertação Nacional
COPEX – Comissão de Projetos Experimentais
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CT – Centro Tecnológico
CUV – Conselho Universitário

DCE – Diretório Central dos Estudantes
DESURJ – Companhia de Desenvolvimento e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro
DOA – Divisão de Orientação Alimentar
DSG – Divisão de Assuntos Gerais
DTM – Divisão Técnica de Manutenção
ETC – Escritório Técnico do Campus/
EUA – Estados Unidos da América
FUB – Fundação Universidade de Brasília
FURG – F. Universidade Federal do Rio Grande
GPMC – Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura
GT – Grupo de Trabalho
GTRU – Grupo de Trabalho Para a Reforma Universitária
HUAP – Hospital Universitário Antônio Pedro
IACS – Instituto de Arte e Comunicação Social
IC – Institutos Centrais
ICC – Instituto Central de Ciências
ICHF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
JK – Juscelino Kubitschek
JQ – Jânio Quadros
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LLV – Linguagem, língua e voz
MAR – Movimento de Ação Revolucionária
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MES – Ministério da Educação e Saúde
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NAV – Núcleo Audio-visual
NC-ZR – Núcleo Comercial em Zona Residencial
NDC – Núcleo de Documentação da UFF
NPD – Núcleo de Processamento de Dados

NR – Jornal Novos Rumos
NR-ZC – Núcleo Residencial de uma Zona Comercial
NR-ZI – Núcleo Residencial de uma Zona Industrial
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local e Integrado
PL – Partido Libertador
PLANASA – Planejamento e Assessoria administrativa S/A
PLANURBS – Planejamento e Urbanização S/A
PMN – Prefeitura Municipal de Niterói
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PR – Partido Republicano
PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
PREMESU – Programa de Expansão e Melhoria das Instalações de Ensino Superior
PRM – Partido Republicano Mineiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS – Posição de Sujeito
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PUA – Pacto de Unidade e Ação
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDA – Superintendência de Administração
SENIDE – Seminário Niteroiense de Cooperação para o Desenvolvimento
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SPA – Serviço de Psicologia Aplicada
STA – Superintendência Técnico-Administrativa
UB – Universidade do Brasil
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UDN – União Democrática Nacional
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Fundação Universidade Federal do Amazonas
UFASA – Unidade Funcional de Administração e Salas de Aula
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA – Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFE – União Fluminense dos Estudantes
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFERJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi Árido
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP – Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL – Fundação Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Fundação Universidade Federal de Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRA – Universidade Federal Rural do Amazonas

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS – Fundação Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR – Fundação Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFTM – Universidade Federal Triângulo Mineiro
UFTPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná
UFU – Fundação Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Fundação Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UMES – União Metropolitana de Estudantes Secundaristas
UNB – Fundação Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
USAID – United States Agency for International Development
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZC – Zona Comercial
ZI – Zona Industrial
ZPU – Zona de Preservação Urbana
ZR – Zona Residencial
ZRG – Zona Residencial Gabaritada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PARTE I – PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA	23
1 SOBRE A PROBLEMÁTICA	23
1.1 SOBRE O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E OS OBJETIVOS	28
2 SOBRE A METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	30
2.1 A INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS (DISCURSO ESCRITO)	31
2.2 A INVESTIGAÇÃO SOBRE AS FORMAS PROJETADAS (DISCURSO DESENHADO) E CONSTRUÍDAS (DISCURSO EDIFICADO)	40
PARTE II – MODERNIDADE, UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO	50
3 SOBRE A SOCIEDADE MODERNA E SUAS FORMAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	50
3.1 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE	50
3.2 NAÇÃO E TERRITÓRIO	54
3.3 PLANEJAMENTO, CIDADE E ARQUITETURA NA MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE	57
3.4 PLANEJAMENTO E CIDADE NO BRASIL DOS SÉCULOS XX E XXI	64
3.5 ARQUITETURA MODERNISTA NO BRASIL	69
4 SOBRE A UNIVERSIDADE MODERNA E SUAS FORMAS DE TERRITORIALIZAÇÃO	77
4.1 A UNIVERSIDADE MODERNA E SUA CRISE PÓS-MODERNA	77
4.2 A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	81
4.3 OS TERRITÓRIOS UNIVERSITÁRIOS	88
4.4 OS TERRITÓRIOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS	92
PARTE III – A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E SUA FORMA DE TERRITORIALIZAÇÃO	101
5 UMA UNIVERSIDADE PARA A MODERNIZAÇÃO	101
5.1 O CONTEXTO – 1956/1964	101
5.1.1 Contexto educacional	107
5.1.2 Contexto arquitetônico e urbanístico	113
5.1.3 Identificação e caracterização dos Sujeitos Discursivos	116
5.2 O DIALOGISMO RELATIVO AO TEMA UNIVERSIDADE	120

5.3 O DIALOGISMO RELATIVO AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UFERJ (ATUAL UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF)	152
6 O CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF	176
6.1 O CONTEXTO – 1964/1981	176
6.1.1 Contexto educacional	180
6.1.2 Contexto arquitetônico e urbanístico	185
6.1.3 Identificação e caracterização dos Sujeitos Discursivos	187
6.2 O DIALOGISMO REFERENTE À RELAÇÃO UNIVERSIDADE/CAMPUS	191
6.3 O DIALOGISMO RELATIVO AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CAMPUS DA UFF	202
6.4 O PROJETO DO CAMPUS DA UFF: SIGNIFICADO E SENTIDOS	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS	268
REFERÊNCIAS	276
APÊNDICES	298

INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades públicas federais brasileiras construídas até a década de oitenta do século XX percebemos que elas foram concebidas a partir de um determinado padrão formal que, além de organizá-las, lhes conferiram uma identidade própria a modo de destacá-las do local onde estão inseridas, quer seja ele um ambiente urbano ou periférico. Algumas universidades foram implantadas em locais distantes das áreas centrais, e hoje já foram absorvidas e incorporadas ao ambiente urbano em função do crescimento das cidades que, embora as tenham envolvido, mantiveram cada qual o seu tecido urbano; outras ainda resguardam um entorno menos urbanizado ou mesmo rural; e existem também aquelas que se estabeleceram em área urbana. À exceção de Brasília, onde universidade e cidade foram criadas seguindo o mesmo modelo – arquitetura e urbanismo modernistas – nas demais universidades a fronteira que delimita os seus territórios é clara e define dois lados. Qual é ‘dentro’ e qual é ‘fora’, relativamente, vai depender do ponto de vista do observador. O importante a destacar é que, independente do posicionamento, são dois modos distintos e contíguos de apropriação territorial que provocam sensações diversas e que também adquirem significados para o observador, para o usuário, enfim para todo aquele que estabelecer uma relação com essas formas específicas. Portanto, cada um desses dois modos de apropriação do território é composto por formas arquitetônicas e urbanísticas próprias, e dotado de um conteúdo particular que expressa determinados significados.

A relação entre o conteúdo e a forma, bem como o significado e sentidos que eles evocam, é a motivação fundamental deste trabalho, particularmente no que diz respeito às formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades públicas federais brasileiras. A origem dessa motivação está além da minha profissão, mas na minha atuação como arquiteta da Universidade Federal Fluminense no setor responsável pelos projetos e manutenção dos seus campi desde 1985. Por causa disso, mas não só por isso, escolhi o campus da minha universidade para estudar a relação entre conteúdo e forma e suas determinações recíprocas, a título de exemplo do que acontece com as demais universidades públicas federais brasileiras, que no momento atual o governo federal pretende reformar. A pergunta motriz que orientou esse trabalho na verdade foi constituída por um conjunto de interrogativas: como se configuraram essas formas arquitetônicas e urbanísticas? O que (forma e conteúdo) significam ou significaram? Quais são os seus sentidos para os diversos agentes?

A investigação sobre a UFF e seu campus me permitirá aproximar dos seus sentidos porque, já anunciando aspectos da opção teórico-metodológica deste trabalho que será apresentada posteriormente, os intérpretes do signo UFF estão dentro e fora do campus. Retomando o que foi dito acima, o significado das formas de territorialização da UFF ('dentro') vai adquirir sentidos tanto para aqueles que estão 'dentro' quanto para os que estão 'fora': os bairros do entorno, os moradores, entre muitos outros. Aqui vale a recíproca: do mesmo modo que esses bairros possuem seus significados próprios ('dentro') que vão ter outros sentidos para aqueles que compõem a UFF, e estão 'fora' dos bairros, quanto para os próprios moradores ou frequentadores.

A minha posição como analista também inclui o jogo 'dentro' e 'fora', como sujeito e objeto desta pesquisa, no que se refere ao campus, e também aos bairros onde ele está inserido. Isso porque, além das atividades que realizo na Universidade também trabalho na Secretaria de Cultura do Município de Niterói, desde 1991, na gestão das Áreas de Proteção do Ambiente Urbano – APAUs – das quais esses bairros fazem parte. O que me pareceu a princípio ser um obstáculo, em relação ao esperado distanciamento para se observar algo a ser investigado, na verdade se tornou um desafio instigante, porque a familiaridade com o tema não significa, necessariamente, conhecimento. O objeto de estudo, independente de ser exótico ou familiar, deve ser percebido como uma objetividade relativa porque varia conforme o observador e, portanto, não deixa de ser uma interpretação. A própria pesquisa empírica e os questionamentos que ela suscita compõem-se como um exercício reflexivo para promover o distanciamento e a ruptura com o senso comum.

O trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, 'PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA', apresento no capítulo 1 o objeto de investigação (o processo de criação e consolidação da Universidade Federal Fluminense e do seu campus) em um contexto problemático particular de radicalização da modernidade, onde o modelo de universidade pública federal brasileira e suas respectivas modalidades arquitetônica e urbanística, bem como o padrão de cidade moderna em que se inserem encontram-se em crise face às transformações da sociedade. No capítulo 2, a partir da consideração de que, tanto as idéias de universidade quanto suas formas arquitetônicas e urbanísticas são entendidas enquanto discurso, indico os mecanismos para compreender os sentidos da sua forma material e do seu conteúdo doutrinal. Para isso, o modo de abordagem do trabalho será uma metodologia baseada no dialogismo bakhtiniano para a interpretação dos discursos (escrito, desenhado e edificado). A opção por esse autor resulta do trabalho de investigação desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura (GPMC) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ), do qual faço parte desde 2002. A linha de pesquisa epistemológica/metodológica do GPMC concentra-se na investigação focada na linguagem e desenvolveu um modo particular de interpretar um discurso a partir das idéias de Bakhtin, em função da complexidade e fertilidade que elas proporcionam especialmente naquilo que ele denomina 'relações dialógicas'. O estudo do discurso, para o autor, diz respeito às diversas relações de alteridade aí presentes, onde cada sujeito discursivo age de modo responsivo a um determinado 'outro', que também é visto como um co-autor do enunciado. Essa dinâmica relacional entre os sujeitos enriquece o processo interpretativo.

A segunda parte, 'MODERNIDADE, UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO', tem como foco as formas de territorialização da sociedade e da universidade. O capítulo 3 trata do referente de época do processo a ser investigado; especifica o modo como a sociedade se organiza, partilha valores, constrói identidades e se objetiva espacialmente no mundo moderno. Também mostro neste capítulo, como o ideário da modernidade, compreende e organiza a cidade como um objeto inseparável da modernização capitalista, particularmente subordinado à lógica da acumulação e em referência ao conjunto territorial nacional. Objetivamente a cidade moderna é concebida enquanto totalidade onde a funcionalidade do espaço deve ser capaz de equacionar os antagonismos da sociedade. Outro ponto, é o planejamento moderno das cidades configurado como um instrumento dessa funcionalidade que, por intermédio de certa racionalidade técnica, constituiu-se de elementos e procedimentos supostos eficazes ao controle da ação dos agentes urbanos. Além disso, indico como as modernas e pós-modernas intervenções planejadas sobre a cidade se desdobraram no Brasil principalmente nas grandes cidades. No capítulo 4, busquei mapear a história da instituição universitária, especialmente das universidades públicas brasileiras a partir de 1920 como parte de uma totalidade maior – a sociedade da qual fazem parte –, culminando com as formas de territorialização do espaço universitário brasileiro: cidade universitária e, centralmente neste trabalho, o campus universitário.

Na última parte, 'UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E SUA FORMA DE TERRITORIALIZAÇÃO', interpreto o modelo de universidade e da sua correlata forma arquitetônica e urbanística buscando identificar os valores que fundamentaram a concepção de universidade e que estão expressos funcional e simbolicamente no projeto do Campus Universitário da UFF. No capítulo 5 o foco é o processo de criação e consolidação da UFERJ, futura UFF; e no capítulo 6 a interpretação centra-se no processo de elaboração do projeto do campus da Universidade. Cada um desses dois capítulos trata de um aspecto particular de um mesmo processo: a criação da UFF e do seu campus.

Nas 'CONSIDERAÇÕES FINAIS' procuro sintetizar as interpretações feitas nos capítulos anteriores e apontar questões e reflexões acerca da relação entre a universidade e suas formas de territorialização, bem como sincronias, paradoxos e nuances diferenciais do que foi identificado nos três tipos de discurso (o escrito, o desenhado e o edificado), de modo a auxiliar as ações que se fazem necessárias no momento presente para o planejamento e as intervenções nos territórios das universidades públicas federais brasileiras frente a um novo contexto de reforma universitária.

PARTE I – PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

1 SOBRE A PROBLEMÁTICA

Os últimos quarenta anos foram marcados por mudanças de diversas ordens: intensificação da individuação, descentramento identitário do sujeito, enfraquecimento do estado nacional, reforma do Estado, mudança da base organizacional do processo produtivo (taylorista-fordista para flexível), quebra da bipolaridade no campo político entre capitalismo e socialismo, crescimento de fundamentalismos étnico-religiosos, mudança crítica na relação entre tecnologia avançada e o imaginário popular, refluxo da onda de militância crítica e o predomínio do ideário conservador nos anos oitenta, novas tecnologias de informação, novos modos de produzir, perda de espaço do planejamento frente à regulação pelo mercado, fluxos de mercadorias e finanças, etc. Diante desse quadro, surgiram diversos e divergentes posicionamentos quanto à conceituação desse momento. Alguns autores o especificam como pós-modernidade enquanto uma nova época, outros o dizem um momento singular dentro da própria modernidade, outros afirmam ainda nada haver de novo que justifique qualquer designação ou abordagem singular. Porém, independente de qualquer denominação, dois aspectos devem ser considerados: o primeiro, que as relações capitalistas permanecem e o segundo, que o princípio constitutivo da modernidade – o princípio da subjetividade¹ – também continua vigendo, ainda que de uma forma exacerbada. Assim, como será visto no capítulo 3 (item 3.1), aquilo que se denomina como pós-moderno assumo como uma radicalização de um momento específico, como uma condição, que especifica particularidades da própria modernidade.

Nesse contexto de mudança e crise,² ao considerarmos que as práticas universitárias não estão desvinculadas do espaço e do tempo onde se realizam, os corpos docente, discente e administrativo da instituição universitária encontram-se num momento também singular. No âmbito dessa crise, que delinheio como geral às instituições universitárias, tratarei a seguir do caso brasileiro, particularmente das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES³.

¹ A idéia do princípio da subjetividade vem de Hegel. Esse assunto será discutido mais à frente no item 3.1 modernidade e pós-modernidade.

² Crise, aqui, diz respeito a um momento histórico de transição e instabilidade, quando há, por um lado, ruptura de padrões e valores estabelecidos, e por outro, a emergência de novos parâmetros.

³ De acordo com o MEC, as 'Instituições Federais de Ensino Superior' (IFES) compõem o "conjunto de instituições que atendem e apóiam a educação superior e são mantidas pelo governo federal" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA,, 2005). Desse conjunto fazem parte: universidades federais, instituições isoladas/integradas e centros de ensino tecnológicos.

O professor universitário atualmente encontra-se diante da reconfiguração da prática educativa, uma vez que o acesso à informação cada vez mais prescinde das instituições de ensino. O papel do professor também está em mudança. Não é mais ser a principal fonte da informação, depositário de verdade e das certezas, mas ser a ponte entre o conhecimento disponível e as estruturas cognitivas e culturais dos educandos. O saber docente passa também por um processo de ressignificação, tanto no campo do conhecimento, como no campo da subjetividade, e também da própria trajetória pessoal e profissional. Da mesma forma, numa relação de alteridade, o corpo discente também se envolve no mesmo processo de mudança. Processo esse que também atinge o corpo administrativo que, no momento, por exemplo, é confrontado com as novas situações incitadas pela crescente opção das universidades pelos serviços terceirizados e temporários, que podem provocar mudanças na carreira. Tudo isto conduz à reformulação do papel dos corpos docente, discente e administrativo da instituição universitária e a ressignificação dos territórios universitários enquanto lócus de sua atividade.

Esse quadro de mudanças qualitativas profundas nos domínios das práticas e dos conteúdos se desdobra na universidade federal pública brasileira num ambiente construído que, por sua materialidade física e pela escala do correspondente capital imobilizado, é resistivo à transformação. Em outras palavras, as práticas estão mudando num ritmo muito mais acentuado do que as modificações das formas⁴ arquitetônicas e urbanísticas das universidades porque, pela própria natureza da materialidade do ambiente construído, ele tende sempre a ser mais rígido do que idéias, valores e práticas. E, além disso, surgem novas possibilidades de convivência que acentuam essas modificações e, também, outros fenômenos que estão ocorrendo indicam que há um movimento de alteração nas concepções de universidade pública no Brasil e do seu espaço, como por exemplo: a tendência atual de se fazerem planos estratégicos para seu desenvolvimento⁵; o

⁴ Adoto aqui a conceituação de Wucius Wong (2001) para a noção de forma. Para o autor, todos os elementos visuais constituem o que em geral denominamos de 'forma', nesse sentido "não é apenas uma figura que é vista, mas um formato de tamanho, cor e textura definidos. A maneira como a forma é criada, construída ou organizada em conjunto com outras formas é freqüentemente governada por certa disciplina à qual chamamos 'estrutura'" (WONG, 2001, p.44). Ainda, segundo Wong, "forma é geralmente apreendida como ocupando espaço, mas também pode ser vista como um espaço vazio circundado por um espaço ocupado" (op. cit., 47).

⁵ O governo federal, através do MEC, tem induzido as universidades federais brasileiras à elaborarem planos de desenvolvimento institucional (PDI) por meio de vários instrumentos legais: "Lei n.º 9.394/1996 (LDB), Lei n.º 10.861/2004, Decreto n.º 2.494/1998, Decreto n.º 3.860/2001, Decreto n.º 4.914/2003, Decreto n.º 5.154/2004, Decreto n.º 5.224/2004 e Decreto n.º 5.225/2004, Portaria MEC n.º 301/1998, Portaria MEC n.º 1.466/2001, Portaria MEC n.º 2.253/2001, Portaria MEC n.º 3.284/2003, Portaria MEC n.º 7/2004, Portaria MEC n.º 2.051/2004, Portaria MEC n.º 3.643/2004, Portaria MEC n.º 4.361/2004, Resolução CES/CNE n.º 2/1998, Resolução CNE/CP n.º 1/1999, Resolução CES/CNE n.º 1/2001, Resolução CP/CNE n.º 1/2002 (art. 7º), Resolução CES/CNE n.º 10/2002, Parecer CES/CNE n.º 1.070/1999" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.7). Nesses planos são apresentados a missão, os objetivos e o diagnóstico da universidade, de modo a orientar a especificação de várias linhas de ação e metas a serem cumpridas para ampliar o desempenho das universidades federais, bem como expandir o número de vagas e melhorar a qualidade dos cursos, num contexto de debate sobre a reforma da educação superior no Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2005).

processo de ampliação do uso do espaço público universitário (salas de aula, laboratórios, etc.) para a realização dos cursos pagos, o que institui um uso privado do espaço público; os novos arranjos da instituição na forma de se relacionar com estados e municípios ou com outras instituições universitárias através da implantação dos pólos universitários⁶; o projeto de reforma universitária ora em curso; a publicação do Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI⁷. Esse conjunto de fenômenos mostra que há mudanças – tanto conceitual quanto no espaço físico – que podem até romper com os modelos dos projetos já implantados. Diante disso poderíamos perguntar: O que é mesmo a universidade pública federal no Brasil? Como se constitui seu espaço físico? O que vem mudando na relação entre a universidade e seu espaço construído? O que esses fenômenos recentes podem provocar de novidade na relação entre as formas arquitetônicas e urbanísticas da universidade e da cidade⁸? São questionamentos que se apresentam no momento em função das mudanças relatadas. Porém, cabem perguntas anteriores a essas e que são objetos dessa tese: qual é a universidade pública federal que está em processo de transformação e ressignificação no país? Como foram constituídas as suas formas de territorialização e quais os significados e sentidos que adquiriram para os variados agentes?

Se essas perguntas indicam que a universidade federal brasileira está em processo de transformação, esses indícios constituem, então, um “campo dos possíveis” (SARTRE, 1972), na medida em que apontam uma possibilidade de superação dos modelos da forma de territorialização do espaço universitário já conhecidos – cidade universitária e campus. Segundo o Sartre (1972, p.79), esse tipo de campo

sempre existe e não devemos imaginá-lo como uma zona de indeterminação, mas, ao contrário, como uma região fortemente

⁶ Os Pólos Universitários visam a implantação de cursos de graduação em parceria com os governos municipais, estaduais e federal, para ampliar o acesso ao ensino superior e promover o desenvolvimento local. O pólo situa-se em município conveniado, que, dependendo dos termos do convênio assinado oferece ampla infraestrutura de atendimento ao estudante de modo a facilitar e democratizar o acesso ao ensino superior. Alguns pólos adotam o modelo semipresencial e à distância, como é o caso do CEDERJ (Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro). Esse Consórcio foi criado em 2002 e é formado pelas seis universidades públicas localizadas no estado – UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO – e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ele tem o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade e é composto por 19 pólos regionais, distribuídos pelo Estado do Rio de Janeiro.

⁷ De acordo com o documento publicado pelo MEC em agosto de 2007, um dos objetivos do programa é: “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p.4).

⁸ Consideramos ‘cidade’ como um signo, cujo objeto denotado é uma forma sensível, onde significante é o substantivo cidade (enquanto expressão da conotação do objeto), e o significado é o expresso (modernamente) pelo conceito de urbano.

estruturada, que depende da história inteira e que envolve suas próprias contradições. É superando o dado em direção ao campo dos possíveis e realizando uma possibilidade entre todas que o indivíduo se objetiva e contribui para fazer a História: seu projeto toma então uma realidade que o agente talvez ignore e que, pelos conflitos que ela manifesta e engendra, influencia o curso dos acontecimentos.

Sendo isso, qual é ou quais são os projetos⁹ das universidades federais brasileiras que engendram e influenciam o curso dos acontecimentos? Quais os possíveis desvios ocorridos a partir da escolha ou concepção original? Como acontece o diálogo entre a universidade e a cidade?

Mas, além disso, em face do caráter de permanência do espaço construído, as mudanças de valores presentes nas concepções de universidade e das suas respectivas formas arquitetônicas e urbanísticas tendem a ressignificar a forma que foi concebida em outros contextos, na busca de solucionar a diferença de temporalidade anteriormente assinalada. Assim, diante dessa resistência do espaço construído, os corpos universitários em mutação dele se apropriam atribuindo-lhe outros significados e/ou promovendo ações que, mesmo mais lentamente, o modificam sob o império dos novos regentes, as normas do mercado. Essa lógica é a dominante no mundo atual globalizado, mas os processos concretos, como o enfocado, não se desenvolvem sob seu domínio total e absoluto, mas ocorreram sob a tensão desse imperativo, resistindo e/ou concordando.

Diante disso, as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades assim transformadas em seus significados, além do mais, deixam de ser espaço necessário de parte da atividade docente, tanto em função das possibilidades geradas pelas tecnologias informacionais, quanto principalmente pela cisão entre ensino e pesquisa decorrente da nova lógica do mercado. Domínio da lógica do mercado e do espetáculo, onde formar deixa de significar capacitar para o saber – saber através do qual, evidentemente, a inserção profissional pudesse se realizar -, e passa a significar primeira e quase que exclusivamente, capacitar para o mercado de trabalho, independentemente de qualquer problemática relativa ao conhecimento em si. Em outras palavras, o que está em jogo na modalidade dominante na contemporânea universidade federal brasileira, não é mais o saber em si mesmo, ainda que voltado à tecnologia, ao trabalho e mesmo ao desenvolvimento da nação, mas a produção e a reprodução de capacitações pura e diretamente vendáveis. No campo da produção do conhecimento, o

⁹ Projeto, aqui, expressa a idéia de Sartre (1972, p. 78) de superação de uma situação onde a ação é determinada “ao mesmo tempo em relação aos fatores reais e presentes que a condicionam e em relação a certo objeto a vir que ela tenta fazer nascer”. Para o referido autor (op.cit., p. 79), o projeto “retém e revela a realidade superada, recusada pelo movimento mesmo que a supera”.

que era atividade de pesquisa em larga escala se redefine como consultoria. O saber torna-se acima de tudo uma mercadoria.

Assim sendo, pode-se considerar que as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades perdem a primazia de serem, por excelência, lócus de práticas coletivas voltadas ao aprendizado e à inovação científica e tecnológica. Além disso, toda essa mudança de valores coloca em questão o significado da própria relação entre as concepções de universidade e de suas correlatas formas arquitetônicas e urbanísticas, no contexto das cidades onde se inserem.

Diante desse quadro, o campo problemático de ordem mais geral do trabalho proposto diz respeito à relação entre as concepções de Universidade e as correspondentes formas – arquitetônica e urbanística – de sua territorialização, no contexto da cidade moderna, e especifica-se no caso das universidades públicas federais brasileiras. Tanto as idéias de Universidade quanto suas formas arquitetônicas e urbanísticas são entendidas aqui enquanto discursos dirigidos para o(s) ‘outros’(s), porque vistos como registros significantes de valores e práticas, e, como tais, associados a sentidos específicos nos contextos de que são constituintes. As suposições orientadoras da tese são as de que os valores que fundamentam as concepções de Universidade estão expressos funcional e simbolicamente nos projetos das formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades federais brasileiras, e de que essa objetivação originária da problemática se desdobra, posteriormente, naquela da ressignificação do espaço construído. Esses valores expressam aspectos de cada momento histórico – a religião, a organização política e social, o desenvolvimento da ciência, da indústria, etc. E para conhecê-los e refletir ou agir sobre determinadas realidades, segundo Durkheim (BOURDIEU et al, 2002, p.136), é necessário “aprender a conhecê-las”, e saber observar e identificar qual é a sua natureza e quais as condições de que dependem.

Esse campo problemático se especifica e se justifica como questão contemporânea ao se ter em conta a crise atual que abarca tanto o modelo de universidade pública federal brasileira quanto o seu modo de territorialização. Assim sendo, investigar os projetos de universidade e de suas correlatas formas arquitetônicas e urbanísticas, suas relações e determinações recíprocas, parece ser imprescindível à compreensão de seus modos de produção e da sua transformação física e simbólica no contexto dos locais onde se inserem, e também à perspectiva de planejamento e intervenção nesses domínios.

No contexto da problemática acima esboçada, o tema geral a ser trabalhado diz respeito às concepções de universidade pública federal no Brasil e às suas formas arquitetônicas e urbanísticas. A questão central que ilumina e constitui como problema esse tema, argúi que os particulares e historicamente situados embates sobre o que é a universidade, e sobre qual deve ser sua forma de espacialização, articulam-se necessária e inexoravelmente, inserindo-se no embate ideológico maior e, no caso particular em foco, configurando-se no seio do confronto entre as visões relativas ao modo de ser e de desenvolver o país.

1. 1 SOBRE O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO E OS OBJETIVOS

O objeto de investigação específico desta tese é o processo de criação e consolidação da Universidade Federal Fluminense – UFF e do seu campus, tomado em dois momentos chave: o da discussão sobre sua constituição ideológica e institucional, e o da discussão sobre sua forma de territorialização. A relevância disso, além do aspecto de elucidação de um processo significativo na história da universidade pública federal brasileira, diz respeito à originalidade da discussão articulada entre concepção e forma material, e remete ao fato da presente e acalorada discussão sobre o papel e o sentido da universidade brasileira, e da forma adequada de seu espaço físico.

Como todas as universidades federais são submetidas aos mesmos parâmetros educacionais e organizacionais vinculados ao Ministério da Educação – MEC e, principalmente, mantidas pelo governo federal, a escolha de uma delas, como um caso a ser estudado, é suficiente para entender a relação que se estabeleceu entre um modelo de universidade e sua forma de territorialização. A opção pela UFF se justifica por dois motivos. Um deles se refere ao fato de a universidade, que hoje o governo pretende reformar, ser aquela cujo modelo foi constituído na reforma universitária da década de sessenta do século passado. Esse modelo pretendia um novo arranjo para a universidade, tanto para a sua forma material quanto para o seu conteúdo. A UFF, dentre as 55 universidades federais brasileiras existentes hoje, foi uma das 23 universidades criadas e implantadas dentro daquele contexto e a partir do novo modelo¹⁰. Além disso, muitas dessas universidades foram contempladas pelos acordos firmados entre o MEC e o BID – acordos MEC-BID I, II e III – que visavam o financiamento das universidades brasileiras para adquirir equipamentos para laboratórios, capacitar pessoal e, principalmente, adequar as edificações. A UFF foi a universidade federal que recebeu o maior

¹⁰ Cf. quadros n.º 1 e n.º 2 – ‘Criação de Universidades Federais Brasileiras’, páginas 84 e 85 (capítulo 4/item 4.2).

aporte de recursos financeiros previstos no acordo MEC-BID III, e foi aquela que previu a maior aplicação desses recursos em novas construções considerando os três acordos¹¹. Isso indica que, entre as universidades que pretendiam construir seus campi e que foram contempladas nos acordos MEC-BID, a UFF foi aquela que apresentou mais possibilidades de ter um número maior de edificações construídas e, portanto, implantar o seu campus. O outro motivo, diz respeito à viabilidade da pesquisa empírica. O fato de ser arquiteta da UFF e trabalhar no setor responsável pelos projetos e manutenção do seu campus em muito facilita e agiliza a coleta de dados necessários para a elaboração da tese.

Por fim, também serão objetos de investigação: políticas públicas para a educação superior; leis relacionadas à educação de ensino superior; estatutos universitários; planos de desenvolvimento institucional das universidades; atas de reuniões do Conselho Universitário da UFF; projetos de reforma e/ou planos diretores da universidade e suas associadas territorializações; legislação urbanística da cidade onde o território universitário estudado está localizado.

O objetivo maior do trabalho é a compreensão da relação conteúdo doutrinal / forma material no caso específico de um determinado momento particular da universidade pública brasileira: o da reforma universitária da década de sessenta e das universidades / campi que se configuraram a partir daí. Para isso será necessário desvendar criticamente ao longo desse período os valores que fundamentaram as concepções das universidades federais brasileiras e identificar como e de que maneira estes valores se traduziram funcional e simbolicamente na forma arquitetônica e urbanística dos territórios universitários, tendo em conta que se materializam em um contexto urbano específico. Num segundo plano pretendo fornecer elementos à discussão contemporânea sobre o assunto. E, ainda, aportar subsídios à intervenção transformadora nos atuais campi e cidades universitárias.

¹¹ C.f. tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 de investimentos do BID no ensino superior brasileiro (RODRIGUES, 2001, p.147-153).

2 SOBRE A METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

A investigação concreta foi feita sobre documentos dos projetos das universidades públicas federais brasileiras e das correspondentes formas de territorialização do espaço universitário, principalmente daqueles relacionados à Universidade Federal Fluminense e em alguns aspectos do que foi efetivamente edificado no seu campus, onde tanto o conteúdo documental quanto a forma projetada e construída foram interpretados enquanto discursos. Isto se justifica, segundo a opção teórica que explanamos a seguir, primeiramente porque temos em conta a possibilidade de que não apresentem o mesmo significado, e que estes possam ainda assumir sentidos distintos face às efetivas relações interdiscursivas estabelecidas. A metodologia geral da investigação é a ‘hermenêutica dialógica’ (ARAUJO et al, 2007), desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura – GPMC e baseada nas idéias de Mikhail Bakhtin¹. Essa metodologia se utiliza, como parte de sua processualística, do dialogismo bakhtiniano, porque Bakhtin aponta em sua obra – ainda que de um modo não sistematizado como uma teoria – um caminho fértil para se interpretar os discursos orais ou escritos. Além desse autor, a ‘hermenêutica dialógica’ adota a noção foucaultiana de ‘posição de sujeito’ para fortalecer sua estruturação. Entretanto, como a investigação empírica não se atem somente aos discursos orais e escritos, incorporo à ‘hermenêutica dialógica’ também outros autores que irão contribuir para a interpretação do discurso desenhado (formas projetadas) e do discurso edificado (formas construídas): Roland Barthes, que considera a cidade um discurso; Umberto Eco, que trata a arquitetura como um sistema de signos; e Massimo Canevacci, que a partir das idéias do próprio Bakhtin, apresenta a cidade como uma polifonia. Todas essas idéias serão apresentadas no que segue.

¹ Esse trabalho do GPMC, do qual sou um dos autores, propõe uma metodologia para a interpretação do discurso. A ‘hermenêutica dialógica’ é inspirada nas idéias de Bakhtin, mas sem segui-las plenamente. O trabalho síntese do grupo foi apresentado na Sessão Livre “Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território”, realizada durante o XII Encontro Nacional da ANPUR, acontecido em Belém (PA), no período 21-25 de maio de 2007, com o título: “Para ‘compreender’ o discurso: uma proposição metodológica de inspiração bakhtiniana” (ARAUJO et al, 2007). São autores do trabalho: ARAUJO, Frederico G. B. de; BARROS Filho, Ricardo O.; GUEDES, André D.; GUELMAN, Regina P.; NOGUEIRA, Denise T. e PETRUS, Maria Regina. Foram utilizadas as seguintes obras de Bakhtin como referência à construção metodológica: ‘Questões de Literatura e de Estética’ (a Teoria do Romance) (BAKHTIN, 1988); ‘Estética da criação verbal’ (BAKHTIN, 1992); ‘O marxismo e a filosofia da linguagem’ (BAKHTIN, 2004); ‘Problemas da poética de Dostoiévski’ (BAKHTIN, 2005). E, também, de Foucault: ‘Arqueologia do Saber’ (FOULCAUT, 1986).

2.1 A INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS (DISCURSO ESCRITO)

As idéias de Mikhail Bakhtin para interpretar um discurso não estão organizadas em uma teoria sistematizada para ser imediatamente aplicada, mas encontram-se dispersas, de modo explícito ou não, no conjunto da sua obra e podem ser sintetizadas na sua concepção de metalingüística, cujas categorias principais são: o dialogismo, o discurso e a compreensão.

Para o autor, tanto a lingüística quanto a sua metalingüística estudam o discurso, mas sobre diferentes aspectos que se complementam. A lingüística estuda as particularidades sintáticas e semânticas do discurso apenas no plano do idioma. Bakhtin valoriza justamente aqueles aspectos que são deixados de lado pela lingüística tradicional porque estão além dela, e que são objetos da metalingüística: as relações dialógicas. Segundo o autor (2005, p.183),

as relações dialógicas são irreduzíveis às relações lógicas ou às concreto semânticas, que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas.

Antes de percorrer as idéias do dialogismo bakhtiniano sistematizadas pelo GPMC, vejamos o que significa a lingüística tradicional que o autor toma como ponto de partida para transcendê-la. Para isso, cabe destacar o diálogo de Bakhtin com o precursor da lingüística moderna – Saussure (1972) – marcado mais por discordâncias do que por afinidades; e com Barthes (1974) pela afinidade ao indicar que existem aspectos que estão além do plano lingüístico do discurso.

A teoria lingüística objetiva a elaboração de um modelo descritivo da linguagem. Essa teoria atravessou várias etapas de desenvolvimento, mas apenas com Ferdinand Saussure a lingüística ampliou seu círculo de atuação para além dos estudos das línguas naturais e passou a ser utilizada em diversos domínios da comunicação. Saussure, em seu “Curso de Lingüística Geral” (SAUSSURE, 1972) apontou a existência de uma ciência

denominada semiologia² que estudaria os signos – que possibilitariam a comunicação entre os homens -, ou nas palavras de Barthes,

sistemas de signos, seja qual for sua substância, sejam quais forem seus limites: imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos, se não constituem linguagens, são, pelo menos, sistemas de significação (BARTHES, 1974, p.11).

Saussure (1972) defendia que a lingüística seria uma parte da semiótica, mas Barthes (BARTHES, 1974) pontuou que é muito difícil idealizar um sistema que apresente objetos ou imagens com significados existentes fora da linguagem, por que o “mundo dos significados não é outro senão o da linguagem” (op. cit., p.12). Portanto, para Barthes (op. cit.), em termos gerais, semiótica e lingüística não se distinguem. A semiótica seria uma área particular da lingüística. O que equivale dizer que toda semiótica é uma lingüística. Porém, cabe registrar que a linguagem do semiólogo não é a mesma do lingüista, embora se expresse através dela. A semiótica, segundo Barthes (op. cit.), pode ser pensada como uma trans-lingüística porque trata das “grandes unidades significantes do discurso” (BARTHES, 1974, p.13). Nesse ponto há uma aproximação entre Bakhtin e Barthes no que diz respeito à presença de aspectos extralingüísticos nos discursos pois estão além no plano do código lingüístico e de suas particularidades sintáticas, acima da lingüística.

A dicotomia língua – fala é central em Saussure (1972). Para ele a fala é um ato individual; e a língua é uma instituição social, um sistema de valores e tem um caráter coletivo e classificável. A língua não se confunde com a linguagem, é uma parte dela, é “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1972, p.17). Língua e fala apresentam uma relação dialética, porque só podemos conduzir uma fala a partir da língua, das regras estabelecidas socialmente; por outro lado a língua não poderia ser estabelecida sem o uso da fala. Nesse ponto, embora Bakhtin concorde com Saussure (op. cit.) no que se refere ao aspecto social da existência da língua, ele – diferentemente de Saussure (op.cit.) – valoriza a fala, a enunciação, e assegura a sua natureza social e não individual. Porque para Bakhtin a fala

² Não obstante, o termo semiologia, no século XX, ficou ligado aos estudos de base saussuriana e foi conservado por muito tempo nos países de línguas derivadas do latim. Ao passo que nos países de língua inglesa e alemã o termo preferido utilizado era semiótica. Alguns autores tentaram estabelecer uma distinção entre os termos, de modo que semiologia era referente a uma teoria dos signos humanos e culturais, e que dizia respeito à estrutura e ao funcionamento dos signos em geral; e a semiótica era uma ciência geral dos signos animais e da natureza, e que se referia a aplicações particulares da semiologia (semiótica médica, da dança, gestual). Mas, segundo Nöth (1998, p.24) “a rivalidade entre esses dois termos foi oficialmente encerrada pela Associação Internacional de Semiótica que, em 1969, por iniciativa de Roman Jakobson, decidiu adotar semiótica como termo geral do território de investigações nas tradições da semiologia e da semiótica geral”. Portanto, aqui assumo o termo semiótica.

está relacionada às estruturas sociais uma vez que está associada às circunstâncias de comunicação. A palavra é o local de debate dos valores sociais, porque a comunicação implica conflitos, estratégias de dominação e de resistência, e veicula ideologia.

Outro aspecto dissonante nesse diálogo diz respeito à própria idéia de signo. Para Saussure (1972), o significado e o significante são partes constituintes do signo, especificamente da linguagem. O signo lingüístico “une não uma coisa e uma palavra, mas o conceito e uma imagem acústica” (op. cit., p.80), ou seja, não é algo posto no mundo material. O signo indica uma totalidade onde o conceito e a imagem acústica podem ser substituídos por significado e significante, respectivamente. Mas, no que se refere à origem do significante, a etapa do processo de significação correspondente à configuração da imagem acústica pode ser substituída pela sensação direta (visão) da imagem. Por exemplo, quando falo ‘casa’, no domínio da língua, é um som ou sua tradução gráfica; no domínio de outras semióticas é, por exemplo, uma imagem diretamente produzida pela visão. No caso da visão, a singularidade é que a imagem mental é produzida diretamente. Mas essa imagem traduz-se imediatamente em som associado (a visão de uma casa não se estabelece mentalmente sem associação com o som ‘casa’; este duplo, por sua vez, constituindo o signo, associa-se também imediatamente ao conceito pertinente ao som ‘casa’). Mas, através da sensação de outros sentidos, no caso de olfato, paladar e tato, como no caso da sensação sonora, há sempre a ‘tradução’ da sensação em imagem (mental).

Assim, nos moldes saussureanos, o ato que une o significante e o significado, é um processo denominado significação e o vínculo que une os dois elementos é arbitrário, porque o significante é imotivado em relação ao significado. Sendo assim, de acordo com Saussure (1972), o “signo lingüístico é arbitrário”, mas isto não significa ser ato de vontade individual. O arbítrio, aqui, é um processo social. Qualquer relação estabelecida individualmente, descontextualizada, por puro arbítrio, está fadada à incompreensão pelo menos imediata. Já para a ‘hermenêutica dialógica’, o signo é muito mais abrangente porque, como veremos posteriormente, ele é composto pelo objeto, o significante, o significado e o sentido. O signo, nessa perspectiva dialógica baseada nas idéias de Bakhtin, tem um caráter ideológico e dinâmico porque reflete as estruturas sociais, na medida em que tanto o significado quanto o sentido são constituídos por relações dialógicas que incluem o outro na sua composição³.

³ Saussure foi o primeiro a juntar significado e significante para compor o signo, mas de uma forma mecânica, no plano da lingüística. O termo signo, embora apareça na obra de Bakhtin não é o foco da sua investigação porque ele busca interpretar um discurso. Só que para isso ele vai além de Saussure, como será visto mais adiante, ele une uma imagem, o significante, o significado e o sentido para compreender um discurso. Na acepção do GPMC, compreender um discurso é buscar o signo, constituído pelo conjunto imbricado formado pelo objeto, o significante, o significado e o sentido.

Há mais um aspecto a considerar. Saussure (1972) faz, ainda, uma distinção entre signo e símbolo na medida em que, de acordo com o autor, o símbolo não é completamente arbitrário, porque nele está presente uma espécie de vínculo que ele considera natural, entre o significante e o significado, como por exemplo, a balança ser usada como símbolo da justiça e não outro objeto (op. cit, p. 82). Para Barthes⁴, esse exemplo define um estado puramente simbólico do significante – quando um significante (no caso, um objeto) reporta-se a um único significado⁵.

Como já dito anteriormente, o estudo de um sistema de signos que possibilita a comunicação entre os homens – a semiótica –, elaborado por Saussure (1972), foi um momento importante de ampliação da área de atuação da lingüística para além dos estudos da linguagem humana em seus aspectos semânticos, fonéticos. Todavia, apesar do reconhecimento dessa importância, esta face mecânica e operacional da lingüística também foi considerada, por Bakhtin, como uma característica limitante, uma vez que só estes aspectos não eram suficientes para dar conta do discurso. A ‘hermenêutica dialógica’ considera que o dialogismo bakhtiniano pode superar essa limitação, pois mesmo tendo por fundamento que toda e qualquer idéia é objetivada por um código lingüístico, ela se constitui como um discurso, pois destinado a outrem. Concretamente é um enunciado que pode apresentar-se de diversas maneiras: oral, escrita, gestual, etc. Nos termos do autor, um discurso pode ser composto de vários enunciados ou por apenas um, mas estes tomados além da sua significação lingüística.

Para Bakhtin, uma oração enquanto significante imersa em um contexto interno do discurso, ou seja, dentro da totalidade de um discurso completo adquire significado, mas

⁴ De acordo com Barthes (1974), além de o signo ser composto pelo significante e pelo significado, os significantes compõem um plano de expressão, e os significados constituem um plano de conteúdo. Ademais, os dois planos (expressão e conteúdo) do signo apresentam dois strata, segundo o autor (op. cit., p.43): a forma e a substância. O primeiro pode ser caracterizado e nomeado pela lingüística; e o segundo, é o conjunto de aspectos que necessitam de recursos extralingüísticos para serem descritos. A partir dessa distinção é possível presumir a natureza do signo semiótico com relação ao signo lingüístico. O signo semiótico, tal qual o signo lingüístico, é composto por um significante e um significado, mas apresenta uma diferença no que se refere ao nível das substâncias. Muitos sistemas semióticos apresentam uma substância do plano de expressão – ou seja, no que se refere ao significante – com uma origem utilitária, funcional, são muitas vezes, objetos de uso. Esses objetos têm uma função, servem para alguma coisa, mas também servem para comunicar informações. Num primeiro momento, de acordo com Barthes (op. cit.), os objetos se apresentam como úteis e funcionais, mas a seguir vimos que a função carrega também um significado. Por exemplo: um carro é utilizado para transportar pessoas, mas um carro de um determinado tipo pode significar outras coisas além da função (primeira) de transporte. Mas não se pode dizer que existe um ‘carro’ enquanto corpo material com determinada função. O que se pode dizer é que os sentidos têm a sensação de um corpo material (que constituirá uma imagem mental) ao qual associam (e isto é social) significados (certos significados podem corresponder a funções utilitárias do corpo material, mas nem por isto deixam de ser significados). Barthes (op. cit.) propõe denominar esses signos semióticos de funções-signos (BARTHES, op. cit., p.44). Para o autor, em nossa sociedade “a função de um objeto torna-se sempre, pelo menos, o próprio signo dessa função” (BARTHES, 2001, p.210), por exemplo: o uso de um guarda-chuva é para a proteção contra a chuva, mas este uso é inseparável do próprio signo de uma condição atmosférica.

⁵ Nesse caso há uma aproximação entre a idéia das funções signo de Barthes e dos símbolos no sentido de Saussure.

só apresentará a integridade de seu sentido e a postura de resposta quando se relacionar dialogicamente com outros discursos. Esse confronto dialógico ocorre, segundo o autor, num fundo aperceptivo cheio de respostas e objeções. Desse modo, é nesse processo de inter-relação nesse meio específico, que o discurso concreto – a enunciação – pode diferenciar-se e, então, individualizar-se. Isto posto, a palavra ou oração não são utilizadas isoladamente como unidades do idioma, mas como um enunciado acabado, um discurso pleno, podendo também ser um componente de um discurso pleno maior. Portanto, as relações discursivas entre discursos ou entre conjunto de discursos poderão ser internas ou externas, dependendo do ponto de referência.

Todo discurso é individual, expressa um caráter autoral, segundo Bakhtin, e também, apresenta um começo e um fim definidos. A sua outra particularidade diz respeito ao seu caráter de conclusividade, e à possibilidade de resposta na medida em que o discurso pressupõe o outro. Além disso, ele está repleto das palavras dos outros e deve ser considerado como uma resposta a enunciados precedentes, porque manifesta não apenas a sua relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os discursos dos outros. Nessa perspectiva, os ‘outros’ (seus destinatários) também atuam ativamente na constituição do discurso. O dialogismo bakhtiniano, então, diz respeito às diversas relações de alteridade que ocorrem entre sujeitos discursivos e que estão presentes nos discursos.

Junto ao ‘discurso’ e ao ‘dialogismo’ bakhtiniano, a ‘hermenêutica dialógica’ destaca a categoria ‘compreensão’ como outra idéia chave para a metalingüística do autor, porque cada sujeito dialógico se objetiva a partir da compreensão do discurso do outro. E a cada discurso que se busca compreender, é configurado um discurso próprio (réplica). Para Bakhtin, a compreensão é o cotejo de um discurso com outro discurso, considerando a dialogicidade desse confronto. Metodologicamente o autor divide a compreensão em quatro etapas, cuja passagem da primeira à última desvela o sentido do discurso e seu grau de universalidade (BAKHTIN, 1992, p.401):

1. A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial).
2. reconhecimento do signo (como algo conhecido ou desconhecido); a compreensão de sua significação reproduzível (geral) na língua.
3. A compreensão de sua significação em dado contexto (contíguo ou distante).
4. A compreensão dialógica ativa (concordância - discordância); a inserção num contexto dialógico; o juízo de valor, seu grau de profundidade e de universalidade.

Para a ‘hermenêutica dialógica’ o processo de construção sónica é único e constituído por quatro domínios imbricados e inseparáveis, configurando totalidade (ARAUJO et al, 2007):

- a) O primeiro, constitui-se dos objetos apontados no mundo (corresponde à percepção do signo físico, a imagem – primeira etapa da compreensão);
- b) O segundo, diz respeito ao significante, correspondente aos *trópos*⁶ que denotam os objetos e, ao mesmo tempo, os conotam como algo em si (refere-se à estrutura da língua, na segunda etapa do processo de compreensão bakhtiniano);
- c) O terceiro, refere-se ao significado, e diz respeito aos *trópos* que, por sua vez, conotam ou atribuem significação aos significantes em contexto discursivo fechado e resulta das relações inter-discursivas internas, ou seja, no âmbito do ‘intra-discurso’ (contexto do enunciado completo que, na divisão do autor, seria a etapa três)⁷;
- d) O quarto, trata do sentido, o que cabe à conotação de significantes e seus respectivos significados enquanto assentados relacionamente no mundo, o que, portanto, corresponde a uma hiperconotação dos objetos, e seria resultante de relações inter-discursivas externas ao discurso (corresponderia à última etapa da compreensão). Segundo Bakhtin, o aspecto valorativo de um discurso e o seu sentido só são acessíveis aos indivíduos que partilham certas condições comuns de vida. Além disso, o sentido é produzido quando há a manifestação de um juízo de valor e também a compreensão dialógica ativa; isto abrange a inserção do texto/enunciado num contexto dialógico – quer ocorram concordâncias ou discordâncias – e a intenção do sujeito discursivo⁸. O sentido pode ser aprofundado por intermédio do alargamento das distâncias contextuais, porém se houver um apagamento da distinção das alternâncias dos sujeitos falantes, esse sentido de grande alcance desaparecerá.

Em resumo, neste trabalho em termos objetivos ‘signo’ corresponde à trama indissociável de objeto, significante, significado e sentido.

⁶ Essa expressão é adotada para designar, de modo geral, “signo e seus quatro elementos constitutivos enquanto *trópos*, e não como algo especificado por definições, para frisar com acuidade, metaforicamente, os substratos aí presentes de argumentos não simples, carregados de tensão e complexidade, que expressam, em modalidades distintas, a impossibilidade de atingir a verdade” (ARAUJO et al, 2007, p.9).

⁷ Para Bakhtin, tanto a palavra quanto uma oração isolada são significantes no contexto do idioma, porque estão cristalizados socialmente em um conjunto de condições históricas determinadas como algo conhecido ou não. O significante tem um conteúdo e entra no processo de construção sónica como algo dado. Já o significado só será pleno e adquirirá uma postura de resposta dentro da totalidade do enunciado. Mas nesse momento (segunda etapa da compreensão) ocorre apenas um contato mecânico entre os elementos abstratos desse enunciado, porque as relações se estabelecem dentro dos limites de um só enunciado (BAKHTIN, 1992).

⁸ A intenção do sujeito discursivo é condicionada pela linguagem, pela língua, pela voz e pelo idioma (noções expostas adiante), e determina a própria definição do objeto, seus limites e possibilidades de sentido (ARAUJO et al, 2007).

Outras noções bakhtinianas, de acordo com a ‘hermenêutica dialógica’, são necessárias para o esclarecimento da relação dialógica e, conseqüentemente, para a compreensão do signo de um discurso: contexto, linguagem, língua e voz.

O contexto de uma relação interdiscursiva encontra-se fora do discurso, mas faz parte da sua composição porque realiza o papel de fundo dialogizador para a sua percepção. Não se trata de uma ‘coisa’ atuando sobre outra ‘coisa’, mas de um fundo que age sobre sujeitos discursivos na medida que condiciona e provoca a sua percepção sobre os possíveis sentidos dos discursos.

Para o autor, em cada momento da vida – em seus aspectos ideológicos e verbais – aflora uma linguagem específica onde coexistem linguagens de diversas épocas. Nesse aspecto a linguagem é pluridiscursiva em função da existência simultânea de diversos falares, tanto do presente quanto do passado, que se entrecruzam de múltiplas formas originando novos falares (BAKHTIN, 1988). Diante disso, Bakhtin sugere que o próprio termo linguagem já não apresenta um sentido pleno por não haver um plano único onde todas essas linguagens operam. Para ele, cada linguagem expressa um ponto de vista específico sobre o mundo, uma concepção de mundo, isto é, “formas de interpretação verbal, perspectivas específicas objetais, semânticas e axiológicas” (op. cit., p.98). Conseqüentemente, como as linguagens apresentam um plano comum de serem percebidas como uma visão de mundo, elas podem ser confrontadas, mais ainda, podem ser confrontadas dialogicamente.

As linguagens se objetivam através de códigos – idiomas – e configuram línguas de caráter sócio-ideológico: de grupos profissionais, de religiões, por exemplo. Essas línguas não se diferenciam só pelo vocabulário, mas pelo modo de orientar suas intenções e valores, o que conduz à sua estratificação. Como Bakhtin nem sempre é claro nas suas formulações sobre linguagem, idioma e língua; e não usa exatamente a mesma nomenclatura ao longo de suas obras, a ‘hermenêutica dialógica’ adotou um padrão de referência: a linguagem⁹ como a visão de mundo; o idioma como as formas gramaticais e fonológicas típicas de um povo¹⁰; e a língua, então, como a modalidade de expressão

⁹ Destaco como exemplo que, em uma das passagens da obra de Bakhtin, ele denomina língua, mas refere-se à idéia de linguagem (ARAUJO et al, 2007): “Tomamos a língua não (somente) como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua ideologicamente saturada, como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um maximum de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica” (BAKHTIN, 1988, p.81).

¹⁰ Bakhtin utiliza o termo língua, mas refere-se ao idioma no seguinte trecho: “a vitória de uma língua proeminente (dialeto) sobre outras, a expulsão de outras línguas [...]” (BAKHTIN, 1988, p.81). Nesse caso, o idioma não é único e não é dado, ele é apenas proeminente sobre outros que foram subjugadas por aquele que passou a ser considerado a ‘língua mãe’, o idioma. Ele pode ser considerado único apenas como um sistema gramatical abstrato composto de regras, porém abstraído dos aspectos ideológicos e históricos da ‘língua viva’ (BAKHTIN, 1988, p.81-82).

específica de algum coletivo ou instituição que só existe concretamente na sua prática enunciativa. Além disso, como destaca a ‘hermenêutica dialógica’, a língua expressa por um sujeito social e histórico, tipo, constitui o que Bakhtin denomina voz (ARAUJO et al, 2007). Portanto, voz corresponde a um sujeito discursivo-tipo.

O discurso tem a possibilidade, segundo Bakhtin, de não ser monocórdio, pois não precisa ser, necessariamente, caracterizado por linguagem, língua e voz únicas. Ele pode ser constituído também de forma dialógica, contendo diversos discursos compostos por diferentes linguagens (heteroglosia), e/ou línguas (plurilinguagem) e/ou vozes (polifonia¹¹), configurando um discurso policórdio.

A heteroglosia, para a ‘hermenêutica dialógica’, pode acontecer de dois modos:

desapercebido ou intencional. No primeiro caso, trata-se de certa “contaminação” do sujeito, pelo contexto ou por relações dialógicas passadas ou futuras (imaginadas). Na outra possibilidade, o sujeito utiliza-se de discursos povoados pelas intenções sociais de outrem, obrigando-os através de artifícios lingüísticos e metodológicos, a servir às suas próprias intenções (BAKHTIN, 1988, p.105). Mas mesmo sendo intencional, a heteroglosia pode ser de caráter objetal, no caso em que as linguagens outras que a do sujeito não são feitas presentes no discurso com seus direitos próprios, mas sim com os direitos de coisa representada, ou seja, através da linguagem do sujeito (op. cit., p. 94-5). Num formato contrário, não-objetal, as outras linguagens presentes em determinado discurso aí se mostram em suas modalidades próprias, como expressão plena, não filtrada, de outro(s) sujeito(s) (ARAUJO et al, 2007, p.14).

Outro autor, além de Saussure (1972), que dialoga claramente com o discurso bakhtiniano, e que também foi incluído na ‘hermenêutica dialógica’ é Foucault (1986). Mas nesse caso ocorrem mais aproximações do que discordâncias. Para Foucault (1986), os discursos “são feitos de signos¹²; mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas” (op. cit., p. 56). Porque, para além de ser um conjunto de elementos esse algo a mais apontado pelo autor, é o que coloca o discurso acima do plano da língua. Por isso ele considera o discurso um conjunto de elementos significantes, mas enquanto

¹¹ ‘Polifonia’, por vezes, e sem rigor, é dita ao longo da obra de Bakhtin como sinônimo de vários discursos. Ou com enfoques diferentes como é o caso de outros autores. O conceito de polifônico, segundo Canevacci (2004, p.62-63) se aproxima da idéia de linguagem (visão de mundo) da ‘hermenêutica dialógica’: “foi descoberto e teorizado pelos primeiros futuristas. Eles anunciaram a copresença simultânea de fontes diversificadas e entrosadas, produzidas pelo novo contexto urbano do início do século, e individuaram na montagem de fragmentos uma cultura vista não mais como “aquele conjunto complexo” unitário, mas sim como uma polifonia de subjetividades diversas, que seria representada com dignidade adequada nos seus textos (poesia, pintura, música, publicidade, moda, design)”. Esse conceito foi logo aplicado por Bakhtin, segundo Canevacci (op. cit.) no romance e há pouco vem sendo utilizado por correntes que se deslocam entre a antropologia cultural e as literaturas comparadas, de acordo com o autor citado

¹² Cabe lembrar que Foucault (1986, p. 56) considera signos os “elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações”.

enunciados definidos a partir de condições específicas. Nesse aspecto marca uma aproximação com as idéias bakhtinianas.

O enunciado, para Foucault (1986), não é uma estrutura, mas é uma função de existência que pertence aos elementos significantes, e a partir da qual se pode deliberar se faz sentido ou não. Para tanto, o autor define algumas circunstâncias para a existência dos enunciados. Um enunciado para se realizar requer, como primeira condição, um referencial, como um princípio de diferenciação. A segunda, diz respeito ao sujeito que expressa uma posição ocupada diante de determinadas circunstâncias – a Posição do Sujeito. Um campo associado, que expresse um domínio de existência simultânea de outros enunciados seria uma outra condição apontada pelo autor, o que para Bakhtin corresponderia ao fundo aperceptivo repleto de concordâncias e objeções que se estabelecem dialogicamente. Além disso, como um último fator atuante, uma materialidade que não se trata apenas de um suporte ou uma substância, mas de regras que viabilizem o seu uso ou a sua reutilização.

Se por um lado Bakhtin e Foucault estão em uníssono no que se refere ao discurso como um conjunto de enunciados, por outro lado, eles se complementam nos aspectos relacionados ao conjunto Linguagem, Língua e Voz na teoria bakhtiniana e às noções foucaultianas de Formação Discursiva e de Posição do Sujeito. Essa última pode nos auxiliar diretamente a definir os sujeitos discursivos do dialogismo bakhtiniano, tendo em conta que para Foucault (1986), é necessário identificar quem fala e de onde fala para, então, se definir as modalidades enunciativas. A Posição do Sujeito é definida por uma determinada situação que o sujeito ocupa em relação aos diversos domínios ou conjunto de objetos, por exemplo: pode ser o sujeito que questiona, que concorda, que ouve, que observa, etc.

Compondo noções foucaultianas com especificações de Bakhtin, na metodologia adotada a Posição do Sujeito (PS) é caracterizada pelo conjunto constituído por uma Linguagem, uma Língua e uma Voz (LLV) dentro de um contexto específico e de um determinado processo investigado, e se positiva como um campo a partir do qual os sujeitos discursivos, agentes sociais concretos, constituem seus pronunciamentos. O objetivo dessa formalização é possibilitar a rigorosa compreensão do signo (objeto, significante, significado e sentido) de determinado discurso, no caso presente, a Universidade Federal Fluminense, em específica (s) relação (ões) dialógica (s), cujo tópico mais crítico será o do sentido, tópico em que a metodologia proposta se coloca para além da lingüística tradicional.

Operacionalmente, o ponto de partida é a especificação do contexto onde tem lugar o processo a ser investigado. Daí em diante as linguagens e línguas são identificadas a partir de categorias-chave e, posteriormente são tomados em conta os pronunciamentos referentes ao tema trabalhado, isto é, a manifestação singular de cada agente do processo (enunciador concreto) tomados nas possíveis relações dialógicas aí apontadas. Depois, então, da identificação dos referidos pronunciamentos, eles são analisados de modo a possibilitar a configuração dos posicionamentos dominantes dos Sujeitos Discursivos, aí qualificados enquanto um conjunto constituído por Linguagem, Língua e Voz. Esse estágio corresponde à caracterização dos Sujeitos Discursivos (SD). A partir daí, após a identificação do discurso de cada um desses SDs (composto por um ou vários pronunciamentos), bem como dos seus significados, os discursos são confrontados para, então, tornar possível a compreensão do sentido que cada discurso adquiriu para o 'outro'.

No caso do processo de criação do campus da UFF e do seu território defini dois momentos particulares (o da criação da universidade e o da elaboração do projeto do seu campus), ambos considerados dentro de âmbitos problemáticos maiores, o da reforma universitária da década de sessenta e o da institucionalização da arquitetura e do urbanismo modernista. O primeiro é objeto de interpretação do capítulo 5, e o segundo, do capítulo 6.

2.2 A INVESTIGAÇÃO SOBRE AS FORMAS PROJETADAS (DISCURSO DESENHADO) E CONSTRUÍDAS (DISCURSO EDIFICADO)

As formas urbanística e arquitetônica podem ser abordadas enquanto discurso porque se realizam socialmente como enunciados que expressam modos de ser, agir, fazer e viver. Se a forma material construída possibilita esse entendimento, podemos considerá-la composta por signos, que, nos termos da metodologia anteriormente exposta quer dizer: uma totalidade que engloba objeto, significante, significado e sentido. Assim, do mesmo modo que os conteúdos enunciados dos discursos escritos (ou falados), as formas projetadas e construídas se articulam dialogicamente e podem manifestar heteroglosias, plurilingüismos e polifonias. Neste trabalho, além do discurso escrito, vou trabalhar prioritariamente com a forma projetada (discurso desenhado) e abordar alguns aspectos da forma construída (discurso edificado).

Canevacci (2004, p.18) considera que “a cidade se caracteriza pela sobreposição de melodias e harmonias, ruídos e sons, regras e improvisações cuja soma

total, simultânea ou fragmentária comunica o sentido da obra”. Esses múltiplos enfoques sobre a cidade que o autor denomina como vozes, e o seu conjunto que ele especifica como polifonia, não condizem com a acepção da ‘hermenêutica dialógica’. Como já sinalizado em nota anterior, o autor se utiliza de expressões bakhtinianas, mas o que ele indica são os diferentes pontos de vista sobre a cidade, as diferentes visões de mundo (linguagens) que podem contribuir, em seu conjunto, para a manifestação de sentidos¹³. Isto não quer dizer que o sentido seja algo existente, dado, e que o método preconizado permitiria, se não desvelá-lo, pelo menos uma aproximação. Ao contrário, o(s) sentido(s) é(são) constituído(s) numa relação interdiscursiva viva.

Se por um lado Canevacci (2004) indica a possível manifestação de linguagens das formas urbanísticas e arquitetônicas, por outro, Barthes (2001), considerando-as explicitamente discurso, aponta um certo número de problemas decorrentes disso. O primeiro deles diz respeito à pessoa que se dispõe a esboçar uma semiótica dessas formas, na medida em que ela deveria ser ao mesmo tempo semiólogo, antropólogo, arquiteto, urbanista, historiador, etc, enfim, aponta o caráter interdisciplinar da questão. Assim, o autor se pergunta quais seriam as condições e precauções necessárias que possibilitariam uma semiótica urbana?

O ponto de partida de Barthes (2001) é a consideração de que o “espaço humano em geral (e não somente o espaço urbano) sempre foi significante” (op. cit., p. 219-220). A partir da geografia, especificamente dos mapas dos primeiros geógrafos, o espaço humano vem se configurando como um discurso, com suas simetrias, relações e oposições de lugares estabelecendo dessa maneira um modo próprio de expressão. Ao passar do espaço geográfico para o espaço urbano, o autor prioriza a noção de Isonomia – cunhada, segundo o referido autor, para a Atenas do século VI a. C. – como um conceito estrutural onde apenas o centro era privilegiado. Isto porque os cidadãos tinham com o centro relações, ao mesmo tempo, simétricas e reversíveis. Naquele momento as formas urbanísticas e arquitetônicas eram exclusivamente significantes porque o conceito de uma distribuição urbana referenciada em funções ainda não se fazia presente. Nos termos de Barthes (op. cit.) isto faz sentido porque opera no padrão Saussure (signo = significante + significado), mas nos termos da ‘hermenêutica dialógica’, não, porque o que é agrupado sob o nome de signo vai do objeto ao sentido, como já foi exposto. As formas enquanto signo não podem se reduzir ao plano significante porque, como são também objetos postos no mundo, e isso diz respeito ao aspecto social, não deixam de ter significados e configurar sentidos. Mesmo numa

¹³ De acordo com a metodologia aqui trabalhada, a ‘cidade polifônica’ de Canevacci poderia ser rigorosamente especificada como a ‘cidade heteroglósica’.

distribuição urbana baseada em funções, essas são apreendidas, não porque existam em si, mas porque são socialmente reconhecidas e associadas a determinada forma.

Barthes (2001) aponta Victor Hugo como o autor que melhor expressou a natureza significativa do espaço urbano, porque ele concebia as formas urbanísticas e arquitetônicas e seus monumentos como uma escrita, como a forma de inserção do homem no espaço através da escrita pela pedra. Mas entre os urbanistas o tema da significação não é muito freqüente. Kevin Lynch foi o que mais se aproximou dos problemas da semântica urbana, porque ele se “preocupou com pensar a cidade nos termos mesmos da consciência que a capta, isto é, com encontrar a imagem da cidade nos leitores dessa cidade” (BARTHES, 2001, p.221). Mas Barthes (2001) critica a ambigüidade das pesquisas de Lynch do ponto de vista semântico pois, apesar do uso de um vocabulário típico da significação, a sua concepção das formas urbanísticas e arquitetônicas “permanece mais gestaltista do que estrutural” (op. cit., p. 222).

Barthes sinaliza um outro aspecto em que, para além dessa consciência abstrata, há o problema da conscientização das funções dos símbolos no espaço urbano e do entendimento dessas formas urbanística e arquitetônica enquanto discurso. Para ele,

a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a. Entretanto, o problema é fazer surgir do estágio puramente metafórico uma expressão como “linguagem da cidade”. É fácil metaforicamente falar da linguagem como se fala da linguagem do cinema ou da linguagem das flores. O verdadeiro salto científico será realizado quando se puder falar da linguagem da cidade sem metáfora (op. cit., p.224).

Nesse ponto Barthes (2001) coloca o segundo problema: ao falarmos da linguagem da cidade, como dar o salto da metáfora à análise, ao entendimento da significação? Mas o autor apenas indica a semiótica como um caminho possível e faz três observações que traçam um rápido balanço do problema.

A primeira observação trata do discurso geral que cabe aos processos de significação – considerado pelo autor como simbolismo – que naquele momento [1967] correspondia à visão hegemônica e tinha outra concepção: não há uma “correspondência regular entre significantes e significados” (BARTHES, 2001, p.225). Embora o arbítrio já estivesse presente em Saussure, Barthes considera que esse processo de significação

colocou a palavra símbolo¹⁴ em descrédito, “pois esse termo sempre deixou supor até hoje que a relação significante se apoiava no significado, na presença do significado” (op. cit., p.225). Porém os significados são imprecisos, e em determinado momento tornam-se significantes de outras coisas. Assim, para o autor, “os significados passam, os significantes ficam” (op. cit., p.226). Desse modo, o papel do significado é de ser um testemunho de um determinado estado do significante, ou seja, tem um caráter provisório.

Esse caráter temporário conduz à segunda observação: que nunca há uma significação plena e sim uma significação última. E a terceira observação expande a segunda: “atualmente a semiologia já não coloca a existência de um significado definitivo. Isso quer dizer que os significados são sempre significantes para os outros” (op. cit., p.228).

Mesmo que com essas observações Barthes oriente um caminho para uma semiótica urbana, ele não abordou o problema da metodologia específica correspondente, nem disse que o faria, porque de acordo com o próprio autor,

se se deseja empreender uma semiologia da cidade, a melhor abordagem, a meu ver, como aliás para todo empreendimento semântico, será uma certa ingenuidade dos leitores. Deveremos ser numerosos a tentar decifrar a cidade onde nos encontramos, partindo, se for necessário, de uma relação pessoal. Dominando todas essas leituras de diversas categorias de leitores (pois temos uma gama completa de leitores, do sedentário ao estrangeiro), elaborar-se-ia assim a língua da cidade (op. cit., p.231).

Dessa maneira, o autor, como também destacou Canevacci (2004), aponta a existência das vários pontos de vista presentes nas formas urbanística e arquitetônica, o que também adoto como a postura epistemológica geral para buscar sentidos possíveis, como já foi dito anteriormente. Mas, além disso, a partir da composição de um idioma ou de um código da forma construída, o autor considera ser possível uma orientação mais científica, mas deixa claro que nunca se deve fixar e enrijecer os significados das unidades descobertas, e não se deve perder de vista o caráter impreciso, recusável e indomável do significado. Para Barthes,

toda cidade é um pouco construída, [...] é um conjunto de significações facilmente legíveis e identificáveis. Neste esforço de abordagem semântica da cidade, devemos tentar compreender o jogo dos signos, compreender que qualquer cidade é uma estrutura, mas que nunca se deve querer preencher essa estrutura. Pois a cidade é um poema [...] que expande o significante, e é essa expansão que finalmente a semiologia deveria tentar captar e fazer cantar (2001, p.231).

¹⁴ O autor utiliza a palavra símbolo relacionado “a uma organização significante sintagmática e/ou paradigmática, mas já não semântica”. Ele julga necessário fazer “uma distinção muito nítida entre o alcance semântico de um símbolo e a natureza sintagmática ou paradigmática desse mesmo símbolo (BARTHES, 2001, p.225-226).

Em síntese para o referido autor, os significados não são precisos e têm um caráter provisório; a significação não é plena, mas apenas última e não definitiva. Mas, então, a partir dos problemas apontados por Barthes (2001), como nos aproximarmos das formas urbanística e arquitetônica enquanto discurso(s)?

Se para Barthes um dos problemas para realizar um estudo semiótico da forma construída diz respeito ao caráter interdisciplinar dessa abordagem – em função da diversidade e da quantidade de leitores que seriam necessários para compor um código das formas urbanísticas e arquitetônicas – Bakhtin, transcendendo a lingüística, nos aponta um caminho possível para resolver o problema, pois coloca-nos em contato com o que considera essencial na significação do discurso: a relação dialógica estabelecida entre diversos enunciados que, no limite, constituem sentidos, o que pode ser aplicado às formas urbanísticas e arquitetônicas. Tanto Barthes (2001), quanto Bakhtin (1988; 1992; 2004; 2005), e como em seguida veremos em Eco (2000; 2005), ainda que pensassem criticamente a teoria de Saussure (1972), tiveram-na como uma das referências para a construção de suas idéias.

Eco (2005) partilha a base estruturalista de Saussure, na qual é considerado que a comunicação se faz a partir de uma sistema (estrutura) de signos. Para ele a pesquisa semiótica trata “os fenômenos culturais como se fossem sistemas de signos” (ECO, 2005, p.3), ou seja, fenômenos de comunicação onde as mensagens são produzidas e manifestadas de modos inteligíveis a partir de códigos estabelecidos. O autor trata especificamente de “como se lê um objeto arquitetônico” (op. cit., p.217) e oferece elementos para tratá-los como fatos de comunicação, uma vez que a arquitetura pode ser considerada um sistema de signos, mas que este apresenta certas particularidades, diferentemente do que ocorre com o idioma, onde o falante pode improvisar as mensagens de acordo com a imprevisibilidade das situações. Os códigos arquitetônicos apresentam limites porque muitas vezes se recorre aos códigos tipológicos (semânticos), como por exemplo: a igreja, a fábrica, a cidade-jardim, etc. O que salta aos olhos é que essas codificações apontam soluções já elaboradas, como diz o autor, “são codificações de tipos de mensagem” (ECO, 2005, p.221).

Para o autor, aqui se marca uma grande diferença com o código-idioma que, no seu esquema de relações possíveis, pode gerar inúmeras mensagens. Mas no fundo não há tanta diferença porque, primeiramente, a semiótica não é algo distinto da lingüística, mas um campo específico dentro dela. Em segundo lugar, o código idiomático também opera através de tipologias, como Bakhtin (1992a; 2005) define em seus estudos: os gêneros do discurso, os discursos do herói, o discurso direto, o

discurso objetificado, etc. Isso de certo modo, estabelece limites. Além disso, as codificações arquitetônicas correspondem, nos termos bakhtinianos, às significações cristalizadas, “de dicionário”.

Eco (2005) afirma que as possibilidades de comunicação ocorrem em função dos códigos, que introduzem uma ordem a partir de seus próprios critérios. Para o referido autor o código¹⁵ é o sistema que determina: um conjunto de elementos significantes distintos mutuamente; regras para articulação desses elementos; e casualmente a equivalência de um determinado significado atribuído a um elemento. Mas um código não precisa apresentar essas três características juntas. De acordo com a noção de Saussure (1972) sobre o signo lingüístico, como já tratado anteriormente, há uma unidade entre o significante e o significado: a união entre um conceito e uma imagem acústica. Eco concorda com Saussure que a ligação entre significante e significado seja arbitrária, mas à proporção em que é uma determinação do idioma, ou seja, de um código, o significado passa a ser indispensável para o falante. Mas, segundo o autor, “é justamente essa imposição, exercida pelo código sobre o falante, que nos permite não interpretar necessariamente o significado como um conceito”¹⁶ (ECO, 2005, p.24), porque, quando um determinado código é socialmente cristalizado, todos os falantes se utilizam dos mesmos elementos combinados de acordo com as regras estabelecidas. Isto porque o significado é um fenômeno da cultura devidamente caracterizado pelo conjunto de relações que o código especifica como admitido por um grupo em uma época específica (op. cit., p.35). Então, para Eco (op. cit., p.24), o significado surge na mediação que o código faz com o significante. Nas palavras do autor: “o código estabelece que um dado significante denota um determinado significado” (op. cit., p.25).

Isto posto, indica que a relação de designação do significado é rigorosamente definida pelo código, o que para Bakhtin (1992b) corresponde à segunda etapa da compreensão. Essa designação torna-se efetiva, todavia, através da inexorável relação de existência entre significante e significado. Essa necessariamente dupla e recíproca designação de significante e significado só se torna clara ou pode ser acentuada em função do conjunto do enunciado, ou seja, nos moldes bakhtinianos equivale a consideração do dialogismo interno do discurso. Eco (2005), assim como Barthes (2001)

¹⁵ Para Eco, a noção de código corresponde às definições de língua (idioma) dadas pela lingüística estrutural (ECO, 2005, p.29).

¹⁶ Na medida em que o significado (o que seria o conceito na teoria de Saussure) não é a coisa em si, Eco o considera uma imagem mental da coisa. Essa imagem mental pode ter relação onomasiológica com outros significados, por exemplo: arbor, árvore, tree, arbre (ECO, 2005, p.24). Isso não corresponde à imagem acústica nos moldes saussureanos, onde o significante é a imagem da forma fônica, a imagem acústica, que não é exatamente o som material, mas a impressão psíquica desse som (SAUSSURE, 1972, p.80).

e Saussure (1972), operam com o significante e o significado, considerando apenas a dimensão interna dos enunciados. Ao passo que Bakhtin e Foucault priorizam, além disso, também dimensões de significação que decorrem da relação externa a cada discurso.

De acordo com Eco (2005), o código idiomático pode sofrer mudanças profundas e gerar mensagens polissêmicas. Por exemplo, uma mesma forma significante (observável e descritível) identificada pelo autor como configuração gráfica ou acústica, pode ser decodificada com significados diferentes por aqueles que recebem a informação (destinatários). Mas, para que isso não ocorra livre e aleatoriamente, a decodificação pode ser orientada a partir de um contexto interno do sintagma¹⁷ e através da circunstância da comunicação que possibilita a identificação do código usado pelo remetente (ECO, 2005, p.43). De acordo com o autor, a circunstância de comunicação pode mudar o sentido, a função e a cota informativa da mensagem. Assim, se para Saussure (1972) o signo lingüístico tem um caráter arbitrário, para Eco (2005) e Barthes (2001) o signo apresenta um caráter provisório, o que não quer dizer que são duas coisas excludentes. O signo só pode ser dito provisório se for suposto arbitrário.

O signo “não é uma entidade física” nem é uma “entidade semiótica fixa”, para Eco (2000, p.39-40), mas é o local onde se estabelece uma relação codificante provisória entre “um (ou mais) elementos de um plano da expressão convencionalmente correlatos a um (ou mais) elementos de um plano do conteúdo”. Desse modo, Eco reinterpreta as idéias de Barthes (1974) sobre a função-signo, inclusive utilizando-se da mesma divisão em planos. Assim sendo, o autor mostra que não há mais lugar para uma noção ingênua de signo e faz uma reavaliação: um código, em vez de organizar signos, ele estabelece as regras para gerá-los num processo de comunicação. Para o autor, então, a percepção de um signo, que no dia-a-dia se apresenta como forma acabada, é o resultado transitório de um conjunto de relações também temporárias. Cabe acrescentar que, além disso, em meu ponto de vista, essas relações são provisórias porque são dialógicas.

Segundo Eco (2005), mesmo que a semiótica estude os fenômenos da cultura como sistemas de elementos significantes que possibilitem a comunicação, a arquitetura – como um desses fenômenos – tem suscitado desafios, porque a princípio os objetos arquitetônicos não foram elaborados para comunicarem, mas para realizarem

¹⁷ “Na língua, articulam-se entre si unidades de primeira articulação, unidades essas dotadas de significado (a lingüística européia chama-as de ‘monemas’ e a lingüística norte americana, ‘morfemas’) e identificáveis nem sempre com a palavra, tout court. Tais estruturas combinam-se entre si e formam unidades mais vastas chamadas sintagma” (ECO, 2005, p.32).

uma determinada função¹⁸. São objetos de uso, embora, em algumas situações, essa dimensão comunicativa possa ser mais importante do que a de objeto de uso, por exemplo, um palácio. De mais a mais, em geral, desfrutamos a Arquitetura “como fato de comunicação, mesmo sem dela excluirmos a funcionalidade” (ECO, 2005, p.188). Por exemplo, uma porta de determinadas características formais configura-se como um significante e comunica sua função possível baseada em um código definido em um contexto cultural específico (porta de uma casa, porta de uma escola, porta de um estádio de futebol, porta de um presídio, etc), isto é, o significante “porta” denota uma função: passagem para um determinado lugar. O entendimento dessa função é possível mesmo que o observador não entre por porta alguma. Desse modo, o autor reconhece no signo arquitetônico, “a presença de um significante cujo significado é a função que ele possibilita” (ECO, 2005, p.196). Pode parecer que o único significado do objeto arquitetônico seja sua função. Mas, função não é mais do que um significado hegemônico em determinado contexto. Pode-se imaginar, então, que além desse significado hegemônico, existam outros em disputa, ou simplesmente ao lado, podendo ser acionados ou adquirir destaque em função do tema do enunciado (nos termos bakhtinianos).

Na perspectiva de Eco, o uso da semiótica nos permite identificar nos objetos arquitetônicos e urbanísticos os significantes possíveis de serem descritos e classificados. Esses significantes podem denotar determinadas funções desde que referidas a determinados códigos. E a essas funções podem ser atribuídos significados. Desse modo, a leitura comunicacional da Arquitetura e do Urbanismo diz respeito aos objetos arquitetônicos e urbanísticos como formas significantes, cujo significado denotado é a sua função. O autor exemplifica com um edifício, cuja forma significante denota uma forma de habitar, mesmo que não se desfrute de sua habitabilidade. Contudo, a forma do edifício não denota só a função habitar, mas reporta a uma certa maneira de usá-lo, conota um conjunto de idéias que orientou o trabalho do arquiteto e assume, portanto, também uma função simbólica. As conotações simbólicas são consideradas pelo autor também como funcionais, na medida em que comunicam o modo como o objeto arquitetônico é aplicado socialmente. Assim, denomina de função

¹⁸ Mesmo assim, a arquitetura apresenta elementos característicos da comunicação de massa: o discurso arquitetônico é persuasivo na medida em que convence e impõe modos de viver, trabalhar e usar o objeto arquitetônico; é fruído na desatenção; a arquitetura está sujeita à obsolescência e se movimenta numa sociedade de mercadorias. No entanto, para quem observa e interroga o objeto arquitetônico ele “é algo mais do que um fato de comunicação de massa” (ECO, 2005, p.226) porque apresenta aspectos inventivos, originais, algo de novo, e informa alguma coisa ou atividade que não tenham sido pensadas ou concretizadas, e que só a partir de então ganharam concretude. Ou seja, não se perde a dimensão da comunicação, mas fica claro que os códigos arquitetônicos possibilitam movimentos restritos que se aproximam de um léxico retórico (fala de um determinado grupo) e não de um código-língua embora a arquitetura se mova na direção da informação. Segundo Eco, tudo parece indicar que a Arquitetura “parte, talvez, de códigos arquitetônicos existentes, mas na realidade, apóia-se em códigos outros que não os arquitetônicos, e em referência aos quais os usuários da Arquitetura individualam as direções comunicacionais da mensagem arquitetônica” (op. cit., p.230).

primeira a função denotada e de funções segundas, as conotadas, sendo que as funções segundas se apóiam na denotação das primeiras (ECO, 2005, p.204). Esse é o modo de ver do autor, mas reitero que a função (seja primeira ou segunda) possui necessariamente significado. Assim, entendo que a idéia de “função simbólica” não é algo adequado, porque, implicitamente, supõe a existência de funções destituídas desse caráter.

Para Eco, tanto as funções primeiras, quanto as segundas, são suscetíveis de mudanças, sejam elas perdas, recuperações, substituições, que provocam contínuos descompassos entre si. O autor mostra que

esse jogo de oscilações entre as formas e a história é um jogo de oscilações entre estrutura e eventos, entre configurações fisicamente estáveis (e descritíveis objetivamente enquanto formas significantes) e o jogo mutável dos acontecimentos que lhe conferem novos significados (2005, p.210).

Mesmo quando surgem novas funções, estas deverão estar apoiadas em processos de codificação existentes. A nova função poderá incluir na sua forma elementos que a decodifiquem, mas que sejam fundamentados em códigos precedentes, “deformando progressivamente funções já conhecidas e formas referíveis a funções já conhecidas” (op. cit., p.201).

Na perspectiva semiótica adotada por Eco (2005), portanto, nos signos arquitetônicos e urbanísticos, os significantes (plano de expressão) são observáveis, descritíveis e catalogáveis. Eles podem denotar funções específicas que são interpretadas baseadas em códigos. Os significados (plano de conteúdo), por sua vez, são variáveis de acordo com os códigos que são utilizados para a leitura dos significantes e, portanto, não são fixos. Nesse universo semiótico, que permite uma leitura comunicacional da Arquitetura e do Urbanismo, os “únicos objetos concretos com que se lidam são os objetos arquitetônicos como formas significantes” (op. cit., p.198), por conseguinte, o signo arquitetônico e urbanístico também se configura como algo constituído na ordem da linguagem.

Se os objetos arquitetônicos e urbanísticos podem ser lidos como formas significantes, também podem ser interpretados como enunciados em relação dialógica, quer na complexidade da relação com outros discursos arquitetônicos, quer nas falas que tratam de si, quer ainda na relação com agentes que o fruem de diversas maneiras. Esses agentes se relacionam com as estruturas arquitetônicas e urbanísticas podendo reiterar sentidos e valores ou imprimir-lhes novos. Utilizando as próprias palavras de Canevacci (2004), comunicam-se dialogicamente com cada forma arquitetônica e urbanística através

de todo seu aparelho perceptivo (emocional e racional), e “muda(m) de papéis segundo o tempo e o espaço: no cronotopo diria Bakhtin” (CANEVACCI, 2004, p.22). Assim, cada fragmento urbano pode ser vivenciado de modos distintos no tempo e no espaço, porque segundo o autor,

uma cidade se constitui também pelo conjunto de recordações que dela emergem assim que o nosso relacionamento com ela é restabelecido. O que faz com que a cidade se anime com as nossas recordações. E que ela seja também agida por nós, que não somos unicamente espectadores urbanos, mas sim também atores que continuamente dialogamos com seus muros, com suas calçadas de mosaicos ondulados, com uma seringueira que sobreviveu com majestade monumental no meio de uma rua, com uma perspectiva especial, um ângulo oblíquo, um romance que acabamos de ler (op. cit., p.22).

A forma arquitetônica e urbanística, portanto, pode ser lida como matéria significativa, como um texto escrito pelo homem com uma série de signos (edifícios, ruas, placas, planos urbanístico, leis, etc.) no tempo e no espaço. Como já indicado, em nosso entendimento uma compreensão mais plena de uma significação pode ser obtida a partir da construção feita, apoiada centralmente em idéias e conceituações de Bakhtin e Foucault. A contribuição de Saussure (1972) foi especialmente importante para a definição assumida do signo lingüístico. Já os aportes de Barthes (1974; 2001), Eco (2000; 2005) e Canevacci (2004) permitiram o avanço à especificação de uma semiótica dialógica à interpretação das formas arquitetônicas e urbanísticas.

O caminho teórico-metodológico exposto neste capítulo delinea o instrumental analítico que será aplicado concretamente na investigação empírica da tese, voltada às formas arquitetônicas e urbanísticas. No caso pesquisado, a metodologia em causa permitirá a interpretação do(s) signo(s) do discurso edificado e, primordialmente, do discurso projetado (desenhado), relativo ao campus da UFF, nos contextos de sua concepção e implantação.

PARTE II – MODERNIDADE, UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO

3 SOBRE A SOCIEDADE MODERNA E SUAS FORMAS DE TERRITORIALIZAÇÃO

3.1 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

A modernidade é o referente de época do processo a ser investigado, em especial no seu momento de transição para o período contemporâneo que designamos como pós-moderno¹. Deve-se ter em conta que o processo de criação da Universidade Federal Fluminense – UFF e, especificamente, de seu campus envolve justamente essa passagem. Como veremos nos próximos capítulos, o final da década de cinquenta e o início dos anos sessenta do século XX equivalem ao momento da concepção e da implantação da, então, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, atual UFF; e a segunda metade da década de sessenta e a década de setenta correspondem ao período de concepção do projeto do campus da Universidade. Vejamos o que isso significa.

Modernidade, nas palavras de Kumar (1997, p.79), é “uma designação abrangente de todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno”. Para Marshall Berman (1992) a idéia de modernidade é compreendida como a totalidade dialética entre os domínios que especifica como modernização e modernismo; o primeiro correspondendo aos processos de transformação material e aos processos políticos e socioeconômicos; e o modernismo² correspondendo ao âmbito da cultura que, em si, engloba as esferas da ciência, da moral e da arte. O significado dessa totalidade é construído através de três eixos de ruptura com a tradição: o da consciência de tempo, o da racionalidade e o da secularização. As visões de mundo que então emergem são marcadas por explicações de caráter lógico causal, pela indicação de princípios regentes e por uma objetividade destituída de qualquer sentido transcendente. Além disso, como a natureza da ruptura indicada vincula a idéia de modernidade à de novidade, o referencial de tempo que passa a

¹ A designação corresponde à assunção de que o momento contemporâneo (últimos 40 anos), ainda que não transcendendo a modernidade, se especifica através de algumas “condições”: de ordem epistemológica, econômica, cultural, etc. O tema será abordado mais detalhadamente no que segue.

² Esse amplo domínio que o autor denomina como modernismo não corresponde à expressão utilizada para nomear o movimento modernista que, particularmente, teve início no final do século XIX e que muitos autores também o nomeiam como modernismo, entre eles Kumar (1997) e Harvey (2000), por exemplo. Isto não quer dizer que o movimento modernista seja algo distinto do domínio do modernismo, mas se refere a um momento específico desse domínio e que surgiu como uma resposta crítica à própria modernidade na busca da reiteration radical de seus valores e fundamentos. Neste trabalho, então, adoto a terminologia ‘movimento modernista’ para especificar este movimento cultural que envolveu também diversas manifestações artísticas – pintura, literatura, teatro, arquitetura – e filosóficas (Nietzsche) e que aflorou no final do século XIX. Segundo Kumar (1997), o período associado ao florescimento do movimento vai de 1890 até 1930.

prevalecer valoriza fortemente o presente e não a tradição, especialmente no que trata da legitimação dos saberes. À idéia da consciência de tempo também está associada uma idéia de progresso no sentido de aproximação à utopia salvacionista de emancipação do homem. Segundo Berman (op. cit.), essa visão de modernidade está presente em Marx, pois, para este, a dinâmica da novidade produz um sentido de progresso constante que se acelera comprimindo o tempo e fazendo com que o processo de acumulação seja cada vez mais rápido.

Berman (op. cit.) divide a história da modernidade em três fases. A primeira, do início do século XVI até o fim do século XVIII, tem Rousseau como principal representante. Nesse período a própria idéia de modernidade ainda é insipiente, mas as bases de sua consolidação estão lançadas através de acontecimentos chave, tais como o Renascimento, a Reforma, a Revolução Científica e o Iluminismo. A segunda fase apresenta como expoentes Nietzsche e Marx. Esse período é marcado por uma onda revolucionária iniciada pela Revolução Francesa que deu forma e consciência à modernidade, enquanto a Revolução Industrial lhe ofereceu a substância material que levaria a sociedade ocidental a se tornar uma civilização mundial. O público que vivenciava esse momento experimentava a ambivalência de viver numa época de revoluções de idéias e processos produtivos, mas num mundo prático ainda não inteiramente tornado moderno. Na última fase, século XX, o processo de modernização engloba o mundo todo e se caracteriza pela exacerbação do consumo de massa.

No domínio rigorosamente teórico-conceitual, o primeiro filósofo a problematizar a idéia de modernidade foi Hegel (HABERMAS, 1990). Ele destaca a característica moderna do eterno retorno do novo radical, desvinculado do aval da tradição, posto que isso significa o destaque do presente como poder reflexivo capaz de, ao olhar para o passado, reconstruir a história. Aqui a idéia de progresso corresponde à idéia de transição a uma nova novidade. A modernidade nessa perspectiva só pode ser tomada em si mesma a partir de valores que lhe sejam próprios, nunca legitimados pela tradição. Não obstante, a inovação sem limites e as permanentes e frenéticas mudanças de padrões e estilos, não deixam de estabelecer também uma “tradição”, a tradição do novo (KUMAR, 1997).

Hegel especifica a liberdade da subjetividade como princípio constitutivo da modernidade (HABERMAS, 1990). Esse princípio foi forte o bastante para minar o poder unificador da religião no domínio da cultura, produzindo um estado de autonomia de valores entre ciência, ética e estética. Essas bipartições são problemáticas por não garantirem critérios de juízo comuns, permitindo que, por exemplo, um saber criteriosamente legitimado pela ciência seja, ao crivo do domínio ético, visto como absolutamente injusto. Arantes

(1999) considera que esse desmembramento teria sido uma forma de garantir o progresso sob a égide do capital.

Ademais, a institucionalização e a diferenciação dos referidos domínios provocou também o aumento da distância entre os especialistas da cultura e o público de uma forma geral. Isto é, houve uma ampliação do afastamento entre os elementos resultantes de uma reflexão especializada e aqueles relacionados à vida cotidiana. Essa desconexão opõe-se ao projeto da modernidade emergido do Iluminismo no século XVIII, que consiste em

desenvolver imperturbavelmente, em suas respectivas especificidades, as ciências objetivantes, os fundamentos universalistas da moral e do direito, e a arte autônoma, mas ao mesmo tempo consiste também em liberar os potenciais cognitivos assim acumulados de suas elevadas formas esotéricas, aproveitando-os para a prática, ou seja, para uma configuração racional de vida (HABERMAS, 1992, p.110).

A superação da separação entre a teoria e a prática, conforme Habermas (op. cit.), só será possível se também houver uma modernização social balizada por meios não capitalistas, ou seja, sem as contradições que caracterizam a modernização capitalista. Para ele o projeto de modernidade que se identifica no ideário iluminista permanece válido e, portanto, cabe ser retomado a partir de outro ponto de vista – o do “mundo da vida”³ (HABERMAS, 1999) –, de modo a que suas prerrogativas possam tornar-se positivamente efetivas, o que, não obstante, não teria chance de vingar sem a vigência de outras relações de trabalho diferentes do capitalismo. Em sentido oposto, Arantes (1999), por exemplo, considera que o projeto moderno se esgotou e que, frente às transformações recentes no mundo contemporâneo, se desenvolve no período um ideário assentado em novas bases que se auto-intitula pós-moderno.

Dos vários termos utilizados para se referir ao tipo de sociedade desse novo momento, tendo por base mais direta o âmbito da modernização, as expressões “sociedade pós-industrial” (BELL, 1977) e “sociedade informacional” (BELL, 1981) são as mais freqüentes. Segundo Jameson (1996), todavia, essa nova conformação social já não segue as modalidades do capitalismo clássico, posto que o ideário cultural pós-modernista tornou-se a lógica regente da esfera da acumulação. Então esse mundo pós-moderno, ainda que não mais que estádio singular da época moderna, não deve ser entendido simplesmente

³ Habermas considera a existência de duas esferas na sociedade: o mundo da vida e o mundo sistêmico. O mundo da vida se refere às ações comunicativas e aos mecanismos de reprodução da cultura, da tradição, da linguagem e seus conteúdos simbólicos, das normas e valores sociais consensuados pelos seus integrantes, e é a base para a formação das instituições. O mundo sistêmico refere-se às ações instrumentais dos seus participantes para responder às exigências do meio social para a sua reprodução material no âmbito da economia (ações por dinheiro) e da política (ações por poder) (HABERMAS, 1999).

como marcado por um estilo estético, mas como um período em que o referencial estético se introduz no cerne dos processos de acumulação. A sociedade contemporânea, então singularizada por esse tipo de dominação cultural, apresenta características inusitadas até então, tais como: o apagamento da fronteira entre alta cultura e cultura de massa; a mudança na forma e no conteúdo da indústria cultural; a emergência de uma “cultura” da superfície, da imagem, do simulacro, do espetáculo, da multiplicidade, a conotar o fetichismo das mercadorias; o descentramento do sujeito; o enfraquecimento da historicidade, da idéia de nação e da idéia de classe; e a impregnação das tecnologias informacionais às práticas.

Lyotard (1989) indica que nesse novo cenário há modificações na ciência e, por extensão, nas universidades provocadas pelas transformações tecnológicas (informática) sobre o saber, mesmo considerando que ele não se resume no saber científico. Essas modificações afetam diretamente a pesquisa e a transmissão do conhecimento, como ele aponta:

o antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação [...] do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, pra ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu ‘valor de uso’ (LYOTARD, 1989, p.5).

Para Anderson (1999) o estágio pós-moderno é marcado pela mudança da ordem dominante, pela mudança crítica na relação entre tecnologia avançada e o imaginário popular, pelo refluxo da onda de militância e o triunfo da direita nos anos oitenta, pelo triunfo do capitalismo e o conseqüente cancelamento das alternativas políticas e também pelo desaparecimento de duas condições modernas essenciais: as convenções da arte acadêmica para contrastar e competir com uma arte avançada, e a evolução da tecnologia. O grande avanço tecnológico moderno, para esse autor, foi a televisão, sendo a TV a cores o divisor de águas tecnológico do pós-moderno. Ainda segundo Anderson, o mundo pós-moderno não apresenta claras demarcações nem movimentos coletivos e combativos que buscavam a inovação, a exemplo dos “ismos” do movimento modernista. Pelo contrário, o que está em evidência é a mistura, a não delimitação, o híbrido.

Opondo-se aos autores abordados acima, que não consideram a existência de rupturas radicais que permitam positivar o período atual através de outro conceito de época de mesma natureza que o de modernidade, e também àqueles que, como Jencks (1996), inversamente apontam a pós-modernidade como um período radicalmente distinto e transcendente à modernidade, Callinicos (1989) entende que as várias características do

mundo contemporâneo já se mostravam presentes anteriormente e que, por conseguinte, qualquer designação que possa sugerir mudanças substantivas, como a de “pós-modernidade”, é equivocada. Para esse autor a única especificidade contemporânea é a da degradação e da acomodação do domínio da modernização ao capitalismo do pós-guerra.

Os diversos e divergentes posicionamentos acima referidos mostram que não há consenso a respeito do conceito, da questão da demarcação ou da ruptura da modernidade. Alguns autores, como assinalado, especificam a pós-modernidade como uma nova época, outros dizem que é um momento singular dentro da própria modernidade, outros afirmam ainda nada haver de novo que justifique qualquer designação ou abordagem singular. Porém, dois aspectos devem ser considerados: primeiro, que as relações capitalistas permanecem e segundo, que o princípio constitutivo da modernidade – o princípio da subjetividade – também continua vigendo, ainda que requalificado e exacerbado. Assim, consideramos o que se intitula pós-moderno como uma condição, a modo de destacar as singularidades que aí especificam a própria modernidade, correspondendo a um momento particular radicalizado e reflexivo.

3. 2 NAÇÃO E TERRITÓRIO

No estágio moderno referente ao momento pós-moderno tem lugar o esvaecimento da idéia de Nação⁴, marca constitutiva da modernidade originária. Mas para entendermos essa idéia é necessário, segundo Bauer, partirmos do conceito do caráter nacional. Para o autor, esse conceito constitui-se por um “complexo de características físicas e mentais que distinguem uma nação de outra” e tem por característica ser mutável, portanto refere-se a um período específico (BAUER, 2000, p.46). O caráter nacional está presente na nacionalidade e significa que há uma relativa partilha no modo de agir de cada indivíduo – embora não explique o comportamento de cada indivíduo – e é determinado por valores comuns que são transmitidos através das gerações e que, desse modo, qualificam a nacionalidade como uma comunidade cultural. A nacionalidade é uma idéia que se constrói e expressa, então, uma comunhão de destino (BAUER, 2000).

Se a modernidade possibilitou a modernização da sociedade ocidental e a sua conversão em uma civilização mundial por meio dos processos, tanto da transformação material quanto políticos e sócio-econômicos, o que isso resultou para essa comunidade

⁴ Quando for usado o termo ‘nação’, referido a um contexto moderno, a referência será o ‘estado-nação’, e não a nacionalidade.

cultural? Entre os muitos efeitos produzidos pelo capitalismo a mudança no sistema educacional foi substancial para a sua própria manutenção, assim a educação tornou-se um instrumento imprescindível para o capitalismo moderno porque a população e o Estado moderno necessitavam dela para se modernizar. Segundo Bauer, a influência que a escola provocou nas crianças, e posteriormente o exército despertou nos jovens, foi concluída pelo efeito que a democracia teve sobre os homens adultos:

o capitalismo moderno, entretanto, reproduziu pela primeira vez uma cultura realmente nacional do povo inteiro, que ultrapassou os limites da aldeia. Ele promoveu isso ao desenraizar a população, romper seus laços locais e redistribuí-la por lugar e ocupação, no processo de formar as modernas classes e profissões. Logrou fazê-lo através da democracia, que foi uma criação sua, da educação popular, do serviço militar universal e do sufrágio de todos (op. cit., p.52).

A partilha desses valores indica que não há uma simples submissão a um destino comum, mas uma experiência de vida em comum e interativa, sendo isto, inclusive, o que cria a nacionalidade. Assim, de acordo com o autor, a nacionalidade pode ser definida “como uma comunhão de caráter que brota de uma comunhão de destino, e não de uma mera semelhança de destino” (op. cit., p.58), é acima de tudo um processo de transformação. Dessa partilha fazem parte: a herança natural mantida pelo sangue comum; a herança cultural transmitida pela educação, pelos costumes, pela religião, pelas idéias, pela língua e pelo destino; o território, onde se positivam aspectos institucionais e de governabilidade, e onde se exerce a soberania⁵.

Para Hardt e Negri (2001), a nacionalidade é sempre apresentada como força ativa, como forma geradora de relações sociais e políticas, e é geralmente sentida como (ou pelo menos funciona como se o fosse) uma concepção coletiva, uma criação ativa da comunidade de cidadãos.

Poulantzas (1980) aponta que as nacionalidades modernas apresentam uma tendência histórica de formar seus próprios Estados, embora não seja uma prerrogativa do Estado encobrir uma única nacionalidade, tendo em vista que um Estado capitalista pode compreender várias delas. Para ele o que importa é a dissociação relativa que existe entre a nacionalidade e o Estado. Mas, entre os elementos que constituem a nacionalidade, como o território indica a nacionalidade moderna através do Estado? Para o autor, tanto o espaço quanto o tempo capitalista não são absolutamente os mesmos do passado. Isso acarreta alterações no sentido do território e da historicidade na medida em que demarca uma nova

⁵ Consideramos a soberania: o poder político máximo e autônomo do Estado – característico de sua personalidade particular e de sua autoridade plena – de onde derivam os outros poderes que aí se exercem.

organização da língua e uma nova relação do Estado com o território, e assim provocam a constituição da nacionalidade moderna. Dessa forma, como a nacionalidade moderna inclina-se a coincidir com o Estado ela se corporifica nos seus aparelhos: o Estado capitalista funciona, então, como Estado-Nação.

Se antes as relações de produção pré-capitalistas implicavam uma matriz espaço-temporal específica – um tempo cíclico e um espaço contínuo, homogêneo, simétrico⁶, reversível, concêntrico e aberto, no sentido de que ele não tem exterior porque não existem limites que possam se estender ou se retrair em relação a outros segmentos – na constituição do Estado-Nação moderno a matriz espacial é totalmente diferente porque é promovida pelo trabalhador direto, o operário, que a partir desse momento é separado dos meios de produção, o que é configurado como premissa da divisão social do trabalho, no maquinismo e na grande indústria, e que inclui um tempo segmentado, serial, dividido em momentos iguais. A matriz espacial surge assim como um pressuposto: um espaço serial, fracionado, descontínuo, parcelário, celular e irreversível, que é específico da divisão taylorista do trabalho em cadeia na fábrica. Esse espaço matricial é feito de distâncias, mas que não tem fim na medida em que há um constante deslocamento das fronteiras. Para o autor, mais importante que o deslocamento das fronteiras é o surgimento das próprias fronteiras no sentido moderno: “limites deslocáveis numa trama serial e descontínua que fixa em todo lugar o dentro e o fora” (POULANTZAS, 1980, p.118). Desse modo, segundo o autor, o território nacional inscrito numa matriz capitalista é essencialmente político no sentido em que o Estado, em geral, monopoliza os procedimentos de organização do espaço, e também expressa uma natureza de classe. Além disso, no mesmo movimento em que o Estado determina as fronteiras desse espaço serial ele unifica e torna homogêneo aquilo que as fronteiras delimitam.

Mas o território não tem apenas esse caráter político. Mais do que isso, a concepção de território é polissêmica. Haesbaert (2004) sintetizou as várias noções de território e as organizou em quatro dimensões básicas: a política, a cultural, a econômica e a natural. Para o autor, essas abordagens encontram-se combinadas e o território especifica-se, sobretudo, em referência às relações sociais e ao contexto histórico onde está inserido. Assim, o território “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das

⁶ A simetria diz respeito à orientação geométrica que se reproduz na organização política da cidade e na estrutura de isonomia entre os cidadãos.

relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p.79) e a territorialização diz respeito à formação dos territórios.

Hoje, em função das mudanças ocorridas em escala mundial, em especial aquelas relacionadas à economia e às novas tecnologias de informação e comunicação, há um esmorecimento dos poderes dos Estados-Nação e um afrouxamento das fronteiras do território nacional face aos fluxos materiais e financeiros, ao mesmo tempo que um enrijecimento em relação aos fluxos populacionais. Seja como for, embora o território seja ainda um dos elementos constituintes da nacionalidade, o sentido de cada um desses elementos – Estado-Nação e território – já não é mais o mesmo do contexto moderno inicial.

3. 3 PLANEJAMENTO, CIDADE E ARQUITETURA NA MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

O ideário da modernidade, anteriormente tratado, compreende e organiza a cidade como um objeto inseparável da modernização capitalista, particularmente subordinado à lógica da acumulação e em referência ao conjunto territorial nacional. Objetivamente a cidade moderna é concebida enquanto totalidade onde a funcionalidade do espaço deve ser capaz de equacionar os antagonismos da sociedade. O planejamento moderno das cidades configurou-se como um instrumento dessa funcionalidade que, por intermédio de certa racionalidade técnica, constituiu-se de elementos e procedimentos supostos eficazes ao controle da ação dos agentes urbanos. Entretanto, esse racionalismo secular moderno não permaneceu isento de críticas.

Na arquitetura e no urbanismo, porém, as tendências hegemônicas foram sempre apologéticas, fato que talvez possa ser explicado pela vinculação direta dessas áreas com a realidade econômica e com aspectos legais e institucionais. Utilizando-se da tecnologia moderna e de materiais de uso recente nas construções (aço, vidro), as formas preconizadas por essa arquitetura e esse urbanismo puderam refletir friamente as funções concebidas pela razão, traduzindo uma indiferença elitista e autoritária pelo ambiente e o descaso pelas escolhas e opções do cidadão em geral.

Além desse aspecto, a modernização acelerada decorrente da Revolução Industrial fez eclodirem três questões para a arquitetura e para o planejamento das cidades. A primeira delas refere-se à nova demanda arquitetônica voltada para o futuro e influenciada pelo processo de reforma pelo qual passavam as artes aplicadas. Nesse processo estava em questão o binômio forma/função e a necessidade do redesenho do ambiente físico de

toda a sociedade, em consequência das novas demandas, mas com evidente sentido de controle. A segunda questão decorre do surgimento de novos materiais e possibilidades técnicas, que permitiram o cumprimento das funções imaginadas às cidades por intermédio de revolucionárias transformações realizadas através de obras monumentais, como grandes túneis e pontes, arranha-céus, etc. A última questão se relaciona às mudanças ocorridas nas condições de vida das grandes cidades, onde os imperativos econômicos alteraram a forma de tratamento dos assuntos referentes à moradia, determinando um crescimento desordenado. Esse fato exacerbou e especificou singularmente a necessidade do planejamento da intervenção na cidade.

A arquitetura moderna para Habermas (1992) sempre foi considerada uma arte ligada a fins, embora permanecesse relacionada ao domínio da prática e da comunicação do dia-a-dia e se subordinasse às leis da modernidade cultural. Porém, quando a cidade passou a se tornar um ponto de interseção de relações funcionais menos claras (século XIX), ela deixou de comunicar e de tornar visível os fins para os quais cada construção foi realizada. A própria percepção da cidade como um todo se tornava comprometida. As fábricas, os conjuntos habitacionais e as universidades, dentre outros elementos urbanos, tiveram problematizada sua integração à cidade porque não deixavam transparecer os desdobramentos decorrentes da finalidade para a qual foram idealizados e construídos.

Os fundamentos constituintes da modernidade – a dessacralização, a racionalidade e a consciência do tempo – propiciaram mudanças nas experiências espaço-temporais, tanto na arquitetura quanto no urbanismo. A questão do tempo, interligada à idéia de progresso, traduz-se no espaço de forma acelerada através da modificação intensiva das grandes cidades européias e americanas com a destruição das estruturas tradicionais, seja seguindo o modelo haussmaniano ou o dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM, principalmente sob a influência de Le Corbusier.

A remodelação da cidade de Paris feita por Haussman no século XIX, apesar da destruição da estrutura tradicional, “franqueou toda a cidade, pela primeira vez em sua história, à totalidade de seus habitantes” (BERMAN, 1992, p.146). A modernização urbana sob esse padrão inovou pela criação do bulevar, que, além de permitir ao tráfego fluir de forma mais eficiente, em linha reta e em maior velocidade, propiciou o exercício do anonimato em meio à multidão e o encontro das classes, na rua, fora do ambiente de trabalho, a evidenciar umas às outras suas desigualdades. A urbanização de Haussman, segundo Harouel (1998), intencionava promover a ilusão do espaço urbano perfeitamente homogêneo. Além disso, embora muito criticado na época, o caso de Paris pode ser considerado o “primeiro exemplar de uma ação suficientemente ampla e enérgica para

acompanhar o passo das transformações que ocorrem em uma grande cidade moderna” (BENEVOLO, 1976, p.106).

No modelo corbusiano a modernização urbana assumiu um outro caráter pelo fato do urbanismo ter se consolidado como disciplina e, também, por estar vinculada ao movimento modernista: o homem da rua se transformou no homem do carro e o espaço público foi destacado em detrimento do espaço privado⁷. Esse modelo tornou-se referência da arquitetura e do urbanismo no século XX, portanto da arquitetura e do urbanismo modernistas. A rua cedeu lugar à rodovia que passou a interligar todo o espaço, ora fragmentado em diversos setores: espaços de trabalho e produção, de comércio, de morar, de lazer, dos pobres, dos ricos, etc. Em ambos os modelos, a suposição do controle sobre a totalidade está presente.

Importante registrar que o movimento modernista que emergiu antes da Primeira Guerra como relata Harvey (2000, p.32)

era mais uma reação às novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transportes e comunicações) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda de massas) do que um pioneiro na produção dessas mudanças.

O movimento modernista na arquitetura, a exemplo do que ocorreu com as demais manifestações artísticas no final do século XIX e início do século XX foi uma reação crítica, mas não de contraposição, à própria modernidade. De acordo com Kumar (1997), a crítica feita era:

que a sociedade moderna não era moderna o bastante. Era ‘falsamente’ moderna, cautelosa demais, covarde demais, para aceitar todas as implicações da modernidade. Preferia relíquias do passado, impedindo, dessa maneira, a concretização de todo o potencial da modernidade. [...] Denunciava a época por sua timidez e nostalgia, pela ressurreição constante de estilos do passado, como acontecia no neoclássico e no neogótico. Teria que haver uma arquitetura para a era moderna, que tivesse sintonizada com a vida e a tecnologia modernas. [...] Queriam trabalhar com materiais realmente modernos – aço, vidro, concreto. [...] A forma deveria refletir a função, sem ornamentação inútil (KUMAR, 1997, p.109).

⁷ Os CIAMs defendiam a redefinição da propriedade privada, sem a sua extinção, e o Estado como o controlador da alienação das terras urbanas e rurais, mantendo-se os demais direitos dos proprietários. A justificativa dizia respeito à necessidade dos urbanistas em intervir nas questões relacionadas à posse da terra, especialmente a especulação imobiliária, de modo a facilitar a implantação de um plano geral para uma determinada cidade (uma cidade sem estratificação social), uma vez que a propriedade privada poderia dificultar um plano de reforma urbana (alargar uma rua, criar uma praça, por exemplo).

No período entre-guerras o movimento foi marcado pelo desastre e pela necessidade da reconstrução dos países devastados na Europa, inclusive no que se refere às suas economias. A partir de 1945 consolidou-se a hegemonia do movimento modernista de cunho internacional ou 'alto modernismo' como denomina Harvey (2000), e houve um estreitamento com os setores de poder dominante da sociedade. Para o autor,

a arte, a arquitetura, a literatura etc. do alto modernismo tornaram-se artes e práticas do establishment numa sociedade em que uma versão capitalista corporativa do projeto iluminista de desenvolvimento para o progresso e a emancipação humana assumiria o papel de dominante político-econômica. A crença no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais sob condições padronizadas de conhecimento e de produção era particularmente forte. Por isso, o modernismo resultante era positivista, tecnocêntrico e racionalista, ao mesmo tempo que era imposto como obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiães do gosto refinado. A modernização de economias européias ocorria velozmente, enquanto todo o impulso da política e do comércio internacionais era justificado como o agente de um benevolente e progressista processo de modernização num terceiro mundo atrasado (HARVEY, 2000, p.42).

Na arquitetura, como exemplo, as idéias dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM impulsionaram a luta para a revitalização das cidades arrasadas pela guerra e envelhecidas. Esses eventos foram organizados pelos principais representantes da arquitetura moderna européia para discutir os caminhos da arquitetura e do urbanismo, tendo em vista que, naquele momento, muitos arquitetos trabalhavam com métodos parecidos e sentiram a necessidade de intercambiar essas idéias (BENEVOLO, 1976). Os CIAM tiveram três momentos marcados por características específicas.

A primeira fase, mais doutrinária, ocorreu entre o congresso de La Sarraz na Suíça em 1928 (CIAM I), o de Frankfurt na Alemanha em 1929 (CIAM II) e o de Bruxelas na Bélgica em 1930 (CIAM III). As discussões tinham como foco a arquitetura: os padrões mínimos de vida (alojamento mínimo) e a altura e o espaço ideais entre os blocos de edificações.

O segundo momento foi marcado pela influência de Le Corbusier no CIAM IV realizado em um navio que cruzou o mar de Marselha/França até Atenas/Grécia em 1933. A ênfase do congresso foi no planejamento urbano, a partir do estudo de 34 cidades européias que resultou no documento programático denominado Carta de Atenas (CONGRESSO, 1933).

A Carta (CONGRESSO, 1933) é datada de novembro de 1933, mas só foi tornada pública em 1941⁸. Mas seus postulados urbanísticos influenciaram tanto as

⁸ Esse documento, de acordo com Holston (1992), tem um aspecto desistoricizante porque corresponde à visão particular de Le Corbusier sobre os temas discutidos no congresso. O arquiteto não considerou as tensões e a diversidade de pontos de vista relacionados à arquitetura e à política que surgiram nas discussões do congresso.

formulações teóricas quanto as realizações do segundo pós-guerra até o final dos anos sessenta. A cidade dos CIAM⁹, segundo Holston (2005), tem um cunho salvacionista porque se propõe a ser uma solução para as crises urbana e social, em geral, atribuídas aos processos de desenvolvimento industrial, de acumulação de riquezas e à dominação dos interesses privados sobre os públicos no domínio da cidade. Para o autor,

as soluções radicais propostas pelos CIAM exigiam o predomínio da ação coletiva e dos direitos coletivos sobre os direitos privados, tanto na ordenação da cidade quanto no controle das forças do desenvolvimento industrial. Proclamavam uma nova era da máquina, na qual os benefícios potenciais da Revolução Industrial seriam estendidos para todas as classes e a cidade iria ser tão ordenada quanto uma instalação fabril (HOLSTON, 2005, p.47).

Na Carta de Atenas (CONGRESSO, 1933) foram estabelecidas quatro funções-chave do urbanismo, que indicavam as supostas funções de uma cidade: moradia, trabalho, lazer e circulação. Essas funções seriam dispostas através de um zoneamento da cidade em setores específicos para cada função, de modo que essa organização estabelecesse tanto a ordem interna como a forma geral da cidade. Para que isso fosse possível, a cidade, do ponto de vista dos CIAM, seria planejada inteira como um domínio público de responsabilidade do Estado, para que todos os habitantes pudessem compartilhar os resultados proveitosos da organização coletiva baseados em um plano geral de urbanização.

Nesse tipo de planejamento total, o urbanismo modernista considera a cidade uma máquina onde todas as funções estariam racionalizadas, articuladas e agrupadas em uma totalidade, porque uma máquina para funcionar não é projetada ou construída parcialmente, somente a integralidade do conjunto assegura seu pleno funcionamento. Isto quer dizer, segundo Holston (2005, p.58), que

o modelo da máquina determina não apenas a idéia de se desmembrar a cidade em suas funções essenciais de moradia, trabalho, recreação e circulação. De modo mais significativo, ele requer a reorganização e, ao mesmo tempo, a redefinição dessas funções. Propõe que se relacionem entre si por meio de um plano geral que irá garantir que cada uma delas desempenhe sua tarefa em harmonia com as demais, como ocorre com as engrenagens de uma máquina.

⁹ De acordo com Holston (2005, p.49), as principais premissas da moderna cidade planejada pelos CIAM são: “1) “sua base anticapitalista e igualitária; 2) seu uso da metáfora da ‘máquina’ e sua racionalidade totalizadora; 3) sua redefinição das funções sociais da organização urbana; 4) seu desenvolvimento de tipologias de construção e de convenções de planejamento como um meio de mudança social; 5) sua descontextualização e o determinismo ambiental; 6) sua confiança na autoridade estatal para alcançar o planejamento total; 7) suas técnicas de choque; e 8) sua fusão de arte, política e vida cotidiana.”

Na terceira e última¹⁰ fase dos CIAM, entre os congressos de Paris/França em 1937 (CIAM V), de Bridgwater em 1947 (CIAM VI) e de Hoddesdon em 1951 (CIAM VIII) ambos ocorridos na Inglaterra, e o último realizado em 1956 em Dubrovnik na atual Croácia (CIAM X), ocorreu a sobreposição do idealismo liberal sobre o materialismo do segundo estágio, e a crítica ao racionalismo da cidade funcional.

Além das idéias discutidas nos CIAM, alguns princípios gerais conduziram a arquitetura modernista em todo o mundo. Segundo Argan (1992, p.264), seriam os seguintes:

1) a prioridade do planejamento urbano sobre o projeto arquitetônico; 2) o máximo de economia na utilização do solo e na construção, a fim de poder resolver, mesmo que no nível de um "mínimo de existência", o problema da moradia; 3) a rigorosa *racionalidade* das formas arquitetônicas, entendidas como deduções lógicas (efeitos) a partir de exigências objetivas (causas); 4) o recurso sistemático à tecnologia industrial, à padronização, à pré-fabricação em série, isto é, a progressiva industrialização da produção de todo tipo de objetos relativos à vida cotidiana (desenho industrial); 5) a concepção da arquitetura e da produção industrial qualificada como fatores condicionantes do progresso social e da educação democrática da comunidade.

Mas, dependendo do contexto espacial, social e cultural, além desses princípios gerais, outras formulações específicas se manifestaram como detalha o referido autor:

1) um racionalismo formal, que possui seu centro na França e tem à frente Le Corbusier; 2) um racionalismo metodológico-didático, que possui seu centro na Alemanha, na *Bauhaus*, e tem à frente W. Gropius; 3) um racionalismo ideológico, o do Construtivismo soviético; 4) um racionalismo formalista, o do Neoplasticismo holandês; 5) um racionalismo empírico dos países escandinavos, que tem seu máximo expoente A. Alto; 6) um racionalismo orgânico americano, com a personalidade dominante de F. L. Wright (op.cit., p.264).

Porém, mesmo que hajam formulações específicas a determinados contextos, de um modo geral, a arquitetura modernista pretendia, através do emprego de novos materiais e tecnologias de construção e, também, de novos parâmetros urbanísticos, ser um instrumento de mudança social porque iria funcionar como modelo de subversão na ordem estabelecida. A ruptura com o passado é total em qualquer projeto de edifício modernista e com isso provoca um estranhamento da cidade. A estratégia modernista, para Holston (2005, p.62), traduz-se na tentativa de "impor uma nova ordem urbana por meio de um

¹⁰ De acordo com Frampton (2003, p. 330), "a extinção oficial dos CIAM e a sucessão do (grupo denominado) TEAM X foram confirmados em um novo encontro realizado em 1959, no cenário elegiaco do Museu de Otterlo, de Van de Velde, com a assessoria do velho mestre". O autor também relata que a força desse grupo ficou restrita aos meados dos anos sessenta.

conjunto de transformações que negam as expectativas anteriores a respeito da vida urbana”.

Para isso, como os modernistas julgavam a cidade capitalista dotada de uma organização social e arquitetônica que distinguia o público e o privado, e por um determinado sistema de distribuição de riqueza, isso teria de ser totalmente alterado. Por isso, elaboraram propostas para dar origem a um novo tipo de cidade bem como a um novo tipo de público urbano adequado para usufruir dela, onde tais distinções haveriam de desaparecer. Para que essa nova ordem urbana fosse possível, duas espécies de transformação eram necessárias: uma institucional e outra arquitetônica. A primeira diz respeito à mudança do âmbito privado da organização social (por exemplo: propriedade, educação, saúde, organização doméstica) para um novo domínio da esfera pública de serviços coletivos (associações, clubes, residências sob a tutela do Estado). E a segunda, refere-se à transformação da cidade por intermédio dos tipos de construções, das convenções arquitetônicas e das formas urbanas: prédios localizados em terrenos amplos e implantados de forma isolada, fachadas de vidro, jardins no teto, avenidas sem cruzamentos e planta livre, o desprezo pelos ornamentos e pela rua, e a valorização da uniformidade e da linha reta. Entretanto, ao final dos anos sessenta esse modelo de urbanismo passou a ser rejeitado e criticado, marcando o início do que alguns autores consideram como o pós-modernismo arquitetônico e urbano:

(o urbanismo) foi acusado pela indiferença aos contextos de bairro e comunidade de seus prédios despojadamente modernistas, de desprezo pelas preferências do homem comum, e da arrogância com que alçava o arquiteto-projetista à posição de demiurgo corbusiano (KUMAR, 1997, p.117).

A partir de então, no domínio pós-moderno a arquitetura se constituiu numa linguagem estética crítica ao ideário modernista, por este refletir os processos produtivos e tecnológicos. O espaço construído nesse outro momento traduz o aspecto populista do pós-modernismo e se coloca em oposição ao modelo anterior, ou seja, os novos edifícios procuram respeitar a linguagem do tecido urbano tradicional, não havendo um corte abrupto entre eles e a cidade. Há uma perda dos limites entre o ‘dentro’ e o ‘fora’, entre a rua e o edifício. Nesse sentido, a valorização e o número das entradas de alguns edifícios onde circulam muitas pessoas são reduzidos a um mínimo indispensável, e a utilização das fachadas de vidro espelhado que refletem as imagens distorcidas do entorno tornam o edifício de certa forma menos visível e menos apreensível. O uso dos elevadores e das escadas rolantes, especialmente nos shoppings, modifica o movimento e, quando associados a espaços internos marcados pela simetria de seus elementos como torres ou

circulações horizontais, produzem uma experiência espacial diferente podendo em alguns casos causar uma sensação de desorientação. Esse aspecto da dificuldade de se traçar um mapa cognitivo da posição do corpo humano em relação ao mundo exterior nos mostra também a grande dificuldade de se mapear a rede global à qual o sujeito individual está conectado – o espaço global. Embora tenhamos consciência dessa conexão não temos como representá-la mentalmente.

O modo de intervenção sobre a cidade na pós-modernidade incorpora novos conceitos e práticas referentes à administração urbana que diluem a referência da cidade como uma totalidade. A cidade é vista como uma soma de partes com demandas diferenciadas que conduzem a novas formas de intervenção através de pequenos projetos localizados. A cidade é então tratada como uma empresa, que ao utilizar recursos do planejamento estratégico - city-marketing - considera o lugar como uma mercadoria vendável em competição com outros produtos, outros lugares, no sentido de atrair novos investimentos. Isso pode ser exemplificado através do planejamento e intervenção no espaço urbano que originariamente foi aplicado em Barcelona, quando a cidade foi reformada visando à realização dos Jogos Olímpicos de 1992¹¹. Esse caso se tornou referência mundial dessa nova estratégia por tratar-se de intervenções urbanas que possibilitam às cidades alcançarem uma visibilidade global. O referencial maior deixa de ser a totalidade território nacional e passa a ser o mercado global.

Diante desse tipo de visão a cidade moderna pode se transformar, tanto através de um processo de destruição e subseqüente construção de novos espaços (torres, viadutos, etc), quanto pela restauração ou reabilitação de antigos locais objetivando, em ambos os casos, a renovação enquanto produção de espaços ao mesmo tempo como locais e objetos de consumo. Essa modalidade de objetivação territorial, evidentemente, conota de maneira singular os significados das cidades e das suas respectivas formas arquitetônicas e urbanísticas.

3. 4 PLANEJAMENTO E CIDADE NO BRASIL DOS SÉCULOS XX E XXI

Essas modernas intervenções planejadas sobre a cidade se desdobraram no Brasil principalmente nas grandes cidades. Do final do século XIX até meados dos anos

¹¹ Nesse modelo catalão, formulado pelo arquiteto espanhol Oriol Bohigas, foi priorizada a revitalização de áreas litorâneas para atrair investimentos de diversos setores. O modelo serviu de inspiração ao arquiteto português Nuno Portas para a revitalização da zona portuária de Lisboa e hoje é “exportado” para cidades no mundo inteiro, inclusive do Brasil.

sessenta do século XX duas linhas de urbanismo tiveram lugar no Brasil como nos indica Leme (1999): uma que teve início com os planos de melhoramentos, se expandiu para todo o conjunto da área urbana e seus projetos foram denominados planos diretores de desenvolvimento integrado; e a outra que teve origem no movimento modernista e teve como seu maior exemplo a construção de Brasília.

Entre 1895 e 1930¹², a questão do saneamento era central em função das epidemias que assolavam as cidades. Nesse período as propostas de intervenção se concentravam em melhorias de partes das cidades, e incluíam projetos e obras de infraestrutura, projetos e ajardinamento de parques, a elaboração de uma legislação urbanística, reforma e ampliação dos portos, abertura de amplas avenidas, remodelação e embelezamento de praças. No Rio de Janeiro, capital do país e modelo de intervenções urbanísticas, foram realizadas: a reforma do porto, a construção das avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Central, embelezamento e remodelação das praças da República e XV de Novembro e canalização dos rios Carioca e Maracanã. No Recife também foram abertas duas grandes avenidas, a Marquês de Olinda e a Rio Branco. Em Niterói foi aberta a avenida Feliciano Sodré, alguns morros do centro foram desmontados e foi executado o arruamento de várias quadras. Em Vitória foi desenvolvido o projeto do Novo Arrabalde que incluía três núcleos urbanos, numa área seis vezes maior que a cidade de Vitória. De modo geral, essas obras viárias destruíram quadras inteiras, inclusive edifícios históricos, e incluíam o aterramento de áreas conquistadas aos rios e aos mares, e, desse modo, promoviam a expansão das cidades de acordo com um novo modelo: ruas largas, casas alinhadas, praças e parques projetados.

Entre 1930 e 1950, os vários planos que foram elaborados para as áreas urbanas demonstravam uma visão de totalidade e incluíam as primeiras propostas de zoneamento, além de proporem a articulação entre o centro, os bairros e as áreas de expansão das cidades segundo um sistema de vias e transportes. Nesse período foram elaborados alguns planos expressivos, como por exemplo: o Plano de Avenidas de São Paulo através da proposta de um sistema de vias radiais; o Plano Agache para o Rio de Janeiro voltado para aspectos de saneamento e de estética; para Niterói foi definido um 'traçado geral' por Atílio Corrêa Lima que incluía o projeto do porto, indicava novos aterros, construção de praças e de um novo centro para a cidade e um zoneamento; os projetos para o bairro de Santo Antônio, na área central de Recife com aberturas de ruas,

¹² A periodização adotada neste item segue aquela definida na pesquisa coordenada por Maria Cristina da Silva Leme para analisar a formação do urbanismo nas cidades brasileiras entre 1895 e 1965. O marco inicial foi o primeiro plano urbanístico moderno no país: o projeto de Belo Horizonte. Para mais detalhes consultar Leme (1999).

alargamentos e desapropriações que demonstravam forte influência do urbanismo haussmaniano pela combinação da quadra, e de praças cuja composição produzia efeitos cênicos e visuais; em Porto Alegre foi elaborado um Plano de Urbanização com vários projetos de bairros-jardins mostrando a influência do movimento de cidade-jardim (Vila Assunção, Vila do IAPI e o bairro industrial e operário na Várzea Gravataí). E, também, dessas intervenções faziam parte planos e projetos modernistas – Pampulha em Belo Horizonte, Parque Guinle no Rio de Janeiro, a cidade universitária do Recife e a cidade universitária do Rio de Janeiro.

A maior parte desses projetos não foram aceitos pelas câmaras municipais ou não conseguiram ser implementados na sua totalidade. Assim, segundo Segawa (2002), no país não se produziu uma imagem urbanística de modernidade completa, entretanto, o autor elenca alguns aspectos que caracterizaram a modernização dos grandes centros urbanos brasileiros a partir de 1930: “o planejamento das cidades, a funcionalização dos espaços, a organização de uma hierarquia viária eficiente e a definição de políticas de construção mediante códigos edificatórios vinculados a padrões urbanos” (SEGAWA, 2002, p.27).

Entre 1950 e 1964 tiveram início os planos regionais que refletiam um outro contexto – a migração do campo para a cidade, o avanço da industrialização, o processo crescente de urbanização com a conseqüente expansão da área urbana e das áreas de conurbação. Nessa época foram traçados alguns planos de desenvolvimento: para o Rio de Janeiro foi elaborado o Plano Doxiades que englobava todos os problemas da cidade, se utilizava de técnicas sofisticadas para projeção e análise dos transportes e incluía a área metropolitana; para Recife foram traçadas em 1951 diretrizes para um plano regional, por Antônio Bezerra Baltazar que visava ocupar o território de acordo com um caráter regional e estabelecer funções específicas para a cidade baseada no ideário da Carta de Atenas (CONGRESSO, 1933) e do Movimento Economia Humanismo¹³; para Porto Alegre foi aprovado em 1959 o Plano Diretor que incluía uma pesquisa urbana que analisava os aspectos físicos, econômico e sociais, zoneamento e projetos da perimetral e da praia de Belas.

Em meio à elaboração desses planos regionais, 1955 foi um momento decisivo na medida em que ocorreram novos investimentos do governo que possibilitaram aos arquitetos a realização de trabalhos em uma outra escala. Neste ano, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, foi eleito presidente da república e impulsionou o planejamento urbano com a execução de algumas obras que já estavam previstas para a cidade do Rio de Janeiro: execução de grandes aterros em trechos da faixa litorânea para

¹³ Esse movimento buscava articular aspectos econômicos e desenvolvimento humano nos estudos urbanos e regionais, através de uma análise minuciosa do território e da sociedade (MOREIRA, 1999).

dotar a cidade de alguns equipamentos, por exemplo. Mas o grande empreendimento de JK foi a construção da nova capital no interior do país – Brasília – para transferir uma parte da população e das iniciativas econômicas do litoral para o interior. Em 1957 foi elaborado o plano piloto de Brasília pelo arquiteto Lúcio Costa vencedor do concurso realizado para a construção da nova capital. Brasília é considerada um caso exemplar de cidade construída segundo as doutrinas arquitetônicas e urbanísticas propostas nos manifestos dos CIAM (HOLSTON, 2005), especialmente a Carta de Atenas (CONGRESSO, 1933).

Após 1964 a prática do planejamento urbano e regional no Brasil se modificou influenciada pela atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, criado pela Lei n.º 4.380, de 21.08.1964 (BRASIL, 1964a), cujo artigo n.º 54 estabeleceu várias atribuições, entre elas: promover pesquisa voltada para a habitação, fomentar o desenvolvimento da indústria de construção e estabelecer normas técnicas para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI). O SERFHAU, então, definiu uma política nacional de planejamento urbano que englobava aspectos econômicos, sociais, físicos e institucionais, e criou diretrizes e metodologias para prestar assessoria aos municípios. O órgão foi extinto em 1974. Também em 1964 foi realizado, o que Segawa (2002, p.178) considera “uma das mais bem sucedidas ações de planejamento urbano no Brasil”: o plano para a cidade de Curitiba/PR¹⁴.

Na década seguinte, o planejamento urbano foi impulsionado pelo entusiasmo proporcionado pelo desenvolvimento econômico, que promoveu a criação de várias cidades e vilas que foram construídas próximas às mineradoras ou hidrelétricas, por exemplo: Alta Floresta no Mato Grosso; e Núcleo Residencial Pilar (Caraíba Metais) na Bahia. Em 1977 foram elaborados outros planos para a cidade do Rio de Janeiro: o Plano Urbanístico Básico do Rio – PUB Rio, que orientava as ações no Município como parte integrante da Região Metropolitana; e o Plano Integrado de Transportes PIT Metrô, orientado para a implantação do sistema metroviário, bem como sua integração com os demais meios de transporte do Município. Nesse momento o Rio de Janeiro era um município¹⁵ que, como os demais, sofria as influências e conseqüências da centralidade do poder decisório e da distribuição dos recursos financeiros ocorrerem a nível federal.

¹⁴ A Companhia de Desenvolvimento do Paraná lançou um concurso para um plano preliminar de urbanismo que foi vencido por Jorge Wilhelm Arquitetos Associados em parceria com a empresa de engenharia chamada Serete Engenharia. O plano se constituía de diretrizes gerais, “sem um desenho fixo, que deveria ser desenvolvido a partir da criação de uma estrutura local de acompanhamento do plano, com profundo envolvimento de técnicos da própria cidade” (SEGAWA, 2002, p.178).

¹⁵ Em 1960, com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara. Com isso, o Rio de Janeiro passou a ser capital do novo Estado. O Estado da Guanabara existiu entre 1960 e 1975, quando ocorreu a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A partir de então, a cidade do Rio de Janeiro passou ser capital do Estado do Rio de Janeiro.

Nos anos oitenta, outros assentamentos foram implantados: Matupá no Mato Grosso; Vila dos Cabanos no Pará; Nova Itá em Santa Catarina. Após a promulgação da Constituição de 1988 as cidades com mais de 20.000 habitantes passaram a ter a obrigação de elaborarem seus planos diretores.

Na década de noventa, o planejamento das intervenções na cidade assumiu novos contornos e foi requalificado como estratégico. Ele passou a ser baseado na compreensão da evolução dos sistemas territoriais cujas configurações, papéis e usos são considerados frutos de um sistema econômico-político global, ao qual deve ser referenciado, mas também de um jogo complexo de dinâmicas movimentadas e induzidas por atores diversificados (nacionais, municipais, proprietários...) cujas estratégias, projetos e relações, contribuem de forma significativa para estas dinâmicas, e geram especificidades locais que importa sempre analisar. Além disso, esses processos estratégicos visavam, em larga medida, simplificar e homogeneizar os sistemas de ação de forma que fosse possível gerenciar a complexidade. Evidentemente que esse processo exige, em larga medida, a descentralização dos sistemas de ação e das políticas.

No município do Rio de Janeiro no final de 1995 foi apresentado o primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio” – que resultou de uma parceria do Município com a iniciativa privada (RIO DE JANEIRO, 1996). De acordo com o site da Prefeitura Municipal:

Este Plano, além de introduzir na cidade a cultura estratégica, passou a ser uma referência nacional como forma inovadora de planejar, ultrapassando os limites das intervenções urbanísticas anteriores e indicando novos caminhos, tendências e aspirações - nunca antes pensadas para a cidade - a serem seguidos. Foi, segundo uma avaliação do Banco Mundial em seu relatório de 1999, "um sucesso sem precedentes enquanto exercício de construção de consenso e parceria" (RIO DE JANEIRO, 2004).

O Plano Estratégico era composto por 161 projetos, medidas ou instrumentos que seriam implantados de modo a atingir os objetivos de cada estratégia. Dentre esses projetos, o programa Favela Bairro foi uma das ações do Plano Estratégico implantado para integrar as favelas ao tecido urbano do seu entorno, com o objetivo de uniformizar os espaços urbanos e reduzir as diferenças existentes.

Posteriormente a prefeitura elaborou um segundo plano, o Plano Estratégico II (op. cit.) – “As cidades da Cidade” –, e dividiu a cidade em 12 regiões formadas por conjuntos de bairros reunidos segundo critérios geográficos, históricos e demográficos, de modo a recuperar a história e a tradição local para promover o desenvolvimento a partir de estratégias e propostas locais. Com o foco no desenvolvimento endógeno, foram

concebidos 12 planos estratégicos regionais com a participação da sociedade, conforme consta no próprio plano.

A intervenção planejada sobre a cidade de Niterói, todavia, teve outro desdobramento. A Prefeitura do Município contratou o arquiteto Oscar Niemeyer para elaborar um grande projeto para a área central da cidade. O projeto abrangia um grande conjunto arquitetônico composto por diversos prédios de linhas modernistas numa área de aproximadamente 72.000 m² às margens da Baía de Guanabara. Um dos objetivos era preservar e difundir mundialmente a arquitetura de Oscar Niemeyer e valorizar a Baía de Guanabara, além de dotar a região do Grande Rio de Janeiro de um centro cultural voltado para o passado, presente e futuro. O conjunto, ainda em construção, é integrado por prédios monumentos: o Museu de Arte Contemporânea; a Estação Hidroviária de Charitas; o Memorial Roberto Silveira; a sede da Fundação Oscar Niemeyer; o Museu Petrobrás de Cinema; um Teatro Popular; a nova Catedral Metropolitana Católica, uma Capela no mar; uma Igreja Batista; além da Praça JK¹⁶.

Por fim, essa maneira recente de intervenção na cidade de Niterói, a exemplo do que acontece com outras cidades brasileiras, transformou-a num produto de venda e possibilitou novas condições para que ela fosse efetivamente percebida no mercado global, para com isso tentar atrair investimentos para a região. Diante disso, considerando a perspectiva metodológica deste trabalho, transformam-se os significados das cidades e o 'discurso' cidade passa a ter o sentido de mercadoria para determinados sujeitos, por exemplo, para os sujeitos discursivos do setor empresarial e que, de certo modo, também é incorporado pelos sujeitos discursivos do setor estatal.

3. 5 ARQUITETURA MODERNISTA NO BRASIL

O início do século XX¹⁷ foi caracterizado no Brasil como um período pouco original, no que se refere à produção da arquitetura, em função de um forte sentimento de

¹⁶ A Praça JK, o Museu de Arte Contemporânea (inaugurado em 1966), o Memorial Roberto Silveira (inaugurado em 2003), a Estação Hidroviária de Charitas (inaugurada em 2004) e o Teatro Popular (inaugurado em 2007) estão em funcionamento. O Museu Petrobrás de Cinema e a Fundação Oscar Niemeyer estão em fase de construção. Informação disponível em: <http://www.imprensa.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=42>. Acesso em: 26.12.2007.

¹⁷ As principais características da arquitetura brasileira do século XX foram listadas por Bruand (1981): "predominância da arquitetura urbana, ausência quase total de preocupações sociais, importância fundamental dos edifícios públicos, prioridade às realizações de prestígio, preocupação com a personalização e com o aparato formal, nítido desejo de conceber uma arquitetura atual, voltada para o futuro mas sem desprezar os valores do passado, conflitos e tentativas de conciliação entre, de um lado, o apelo revolucionário e o apego à tradição, e, de outro, a sedução por tudo que é estrangeiro e o orgulho nacional (op.cit., p.29).

inferioridade que conduziu os brasileiros mais abastados a construírem edifícios copiados daqueles produzidos na Europa – chalés, casas de linhas normandas e palacetes, entre outros –, que em nada se compatibilizavam com as condições locais de topografia, clima e, mesmo, momento histórico. Os primeiros indícios de reação à utilização de elementos importados e a busca por princípios brasileiros ocorreram por volta de 1920, com a manifestação gradual do movimento neocolonial¹⁸. Importante salientar que a renovação da arquitetura brasileira não se deu de uma hora para outra. Nesse início de século havia uma convivência, nada pacífica, entre arquitetos de diversas tendências: eclética¹⁹, neocolonial e, no pós-guerra, modernista.

No primeiro pós-guerra, o movimento modernista europeu teve repercussão na Semana de Arte Moderna²⁰ em São Paulo, ocorrida em 1922. Entre os integrantes do evento havia um empenho em rejeitar os valores do passado e buscar, ao mesmo tempo, aqueles que seriam nacionais. Essa dualidade – a equalização simultânea das preocupações revolucionárias e nacionalistas – se constituiu em uma característica do movimento brasileiro. Todavia, a mostra dos arquitetos na Semana de 22 se restringiu à apresentação de desenhos e não provocou alvoroço como aquele que envolveu os debates relacionados à música, à pintura e à literatura. Isto porque, como argumenta Segawa (2002, p.43),

¹⁸ Esse movimento visava o retorno ao passado brasileiro, às origens da arquitetura 'nacional', aquela considerada genuinamente brasileira (época colonial). O neocolonial começou em São Paulo por volta de 1914 e teve como arquitetos precursores: Ricardo Severo e Victor Dubugras. Segundo Bruand (1981, p.52), foi "a primeira manifestação de uma tomada de consciência, por parte dos brasileiros, das possibilidades do seu país e da sua originalidade". Para o autor (op.cit., p.58), "ao contrário do que se possa pensar, o movimento neocolonial não foi apenas uma consequência desse renovado interesse pela arquitetura colonial; num primeiro momento ele contribuiu para o aprofundamento do conhecimento que se tinha dessa arquitetura e conseqüentemente ajudou a conservação de um patrimônio artístico, cujo valor vinha sendo esquecido. [...] A arquitetura neocolonial foi o símbolo de uma tomada de consciência nacional, que a seguir iria se desenvolver e dar um caráter particular às realizações brasileiras. Por conseguinte, por mais estranho que possa parecer, a priori, o estilo neocolonial constituiu-se numa transição necessária entre o ecletismo de caráter histórico, do qual era parte intrínseca, e o advento de um racionalismo moderno, cuja origem foi a doutrina de Le Corbusier, mas cuja grande originalidade local não pode ser questionada".

¹⁹ O ecletismo compreendeu uma mistura de diversos estilos de caráter históricos utilizados de maneira gratuita, e que se sobressaiu nas grandes cidades brasileiras, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo: o neoclássico, neogótico, neo-romano, neorenascentista, e os estilos medievais. As edificações ecléticas eram construídas como cópias de modelos europeus, e indicavam que havia uma internacionalização do comércio e da economia do País. Bruand (1981, p.44-45), considera que o art nouveau, embora tenha sido um movimento que buscasse inovações e pesquisasse elementos que pudessem caracterizar um estilo pertencente àquela época, no Brasil não significou uma ruptura com o ecletismo, porque se tratava "de uma mentalidade muito semelhante àquela que tornou possível o sucesso do ecletismo: era novamente uma arte exótica, importada por europeus e apreciada enquanto tal por uma aristocracia rural e uma burguesia que vivia com os olhos fixos na Europa".

²⁰ Esse evento reuniu vários artistas paulistas no ano do centenário da independência do Brasil e objetivava chamar a atenção da sociedade paulistana e contestar acerca da constante importação de idéias e elementos estrangeiros e se libertar da dependência cultural européia. Entretanto, não se deve exagerar nas perspectivas revolucionárias porque, de acordo com Bruand (1981, p.62) "seus participantes não tinham nenhum programa coerente. O denominador comum era sobretudo de natureza negativista e demolidora: a ruptura com o passado e a independência cultural frente à Europa". Porém o evento criou um clima favorável ao novo e, também, contrário à ordem estabelecida e ao marasmo intelectual que transcorria naquele momento.

os arquitetos da Semana de Arte Moderna não ostentavam uma consistência programática como seus colegas literatos ou artistas plásticos. A introdução da problemática do nacionalismo como vetor de modernidade tornava mais evidente o descompasso da arquitetura com a vanguarda literária modernista. O poder de persuasão das palavras [...] confrontava-se com a imaterialidade do argumento arquitetônico: a inexistência da obra moderna construída condenava a intenção arquitetônica ao limbo da utopia.

Mesmo assim, este período pós-guerra marcou a origem da arquitetura modernista no Brasil com a parceria firmada entre os arquitetos Lúcio Costa e Gregori Warchavchic²¹ (FRAMPTON, 2003) e a publicação de dois manifestos. Warchavchik publicou em 1925, no jornal *Correio da Manhã* (RJ), um manifesto intitulado “Acerca da Arquitetura Moderna” (BENEVOLO, 1976, p.711; WARCHAVCHIK, 1925) influenciado pela doutrina de Le Corbusier, e Rino Levi publicou “A arquitetura e a estética das cidades” (SEGAWA, 2002, p.43) no jornal *Estado de São Paulo*. Todavia, a publicação desses trabalhos não teve uma interferência imediata na rotina da produção arquitetônica daquele período. Mas, conforme nos mostra Segawa (2002, p.44), “foram textos pioneiros resgatados muito tempo depois pela historiografia do modernismo, mas que pronunciaram a atividade futura desses dois arquitetos, que efetivamente mais tarde materializaram suas idéias em obras construídas”.

Dos princípios gerais que orientaram a arquitetura modernista em todo o mundo, bem como os seus desdobramentos em formulações particulares elencados por Argan (1992), no Brasil, a guia mestra predominante foi a vertente vinculada ao racionalismo formal²².

Em 1928, Warchavchic construiu a primeira casa de linhas modernista em São Paulo: a sua moradia na rua Santa Cruz. Essa edificação, embora adotasse uma geometria compatível com um modo racionalista de construir, ainda não tinha utilizado o concreto armado nem elementos pré-fabricados, mas não deixou de ser um marco da produção arquitetônica daquele momento. Este é um aspecto importante da fase inicial da arquitetura

²¹ Arquiteto russo que chegou ao Brasil em 1923 para trabalhar na Companhia Construtora de Santos.

²² O racionalismo formal teve à frente as idéias defendidas por Le Corbusier, todavia, embora hegemônicas no Brasil, essas idéias foram rejeitadas por outras tendências do racionalismo que buscavam renovar a arquitetura por outros caminhos, como por exemplo a vertente orgânica. No Brasil ela apareceu por volta de 1940 e ficou restrita a capital de São Paulo nos trabalhos iniciais de Vilanova Artigas, embora sua obra não seja de todo homogênea. Essa tendência, segundo Bruand (1981, p.270), recusou uma “arquitetura de espírito clássico baseada na razão abstrata e na geometria, para opor a ela um funcionalismo natural ou psicológico, onde triunfam a intuição e a glorificação dos sentimentos interiores. Portanto, a arquitetura orgânica diverge frontalmente do ideal racionalista e expressou-se em termos diferentes, mas seria um absurdo querer tomar os dois movimentos como categorias absolutas, decididamente contrárias. Tanto um quanto o outro foram partidários convictos da tecnologia moderna; só a aplicação que fizeram dela com finalidades plásticas não foi a mesma”. São princípios dessa tendência: rejeição à monumentalidade, preferência por materiais tradicionais, rejeição ao tipo *standart* e à estrutura modulada, primazia do interior sobre o exterior.

modernista brasileira: “a defasagem entre a estética racionalista e os padrões técnicos locais” (FICHER; ACAYABA, 1982, p. 115).

Outras fontes de inspiração surgiram em 1929, quando Le Corbusier, ao voltar da Argentina, proferiu conferências sobre problemas urbanísticos em São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, num contexto mais amplo como já mencionado no item 3. 3, de 1928 até meados da década de sessenta, ocorreram debates sobre arquitetura modernista no mais importante fórum internacional de arquitetura, os CIAM, dos quais Le Corbusier era um dos principais mentores. Importante registrar que o Brasil estava representado nesses congressos desde 1930.

A influência de Le Corbusier e, conseqüentemente, dos CIAM no desenvolvimento da arquitetura modernista brasileira foi decisiva. Segundo Holston (2005, p.42), “entre 1930 e 1945, Lúcio Costa e seus alunos analisaram sistematicamente a obra de Le Corbusier e tornaram-na como o fundamento da arquitetura modernista no Brasil”. Assim, tanto nas atividades acadêmicas, como também, na elaboração de seus próprios trabalhos eles puderam colocar em prática muitos dos princípios apresentados e discutidos nos referidos congressos.

Mas a reviravolta categórica do movimento modernista brasileiro ocorreu em 1930, segundo Benevolo (1976), com a Revolução de Getúlio Vargas, porque a classe política que naquele momento ascendeu ao poder adveio do mesmo contexto onde os artistas e intelectuais de vanguarda atuavam, inclusive os arquitetos. Assim, esses agentes do meio artístico e intelectual, em sua nova condição de integrantes da elite dirigente do país, não estavam mais confinados à oposição. Depois da Revolução, Lúcio Costa foi nomeado para dirigir a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e convidou para professor, Warchavchic. Este fato provocou, de um lado, uma renovação no ensino tradicional, por outro, reações contrárias, o que levou o arquiteto a deixar o cargo em menos de um ano. Naquele momento, foram seus alunos: Jorge Machado Moreira, Ernani Vasconcelos e Carlos Leão, que mais tarde se destacaram no movimento modernista brasileiro. Os dois fatos, tanto a Revolução de 30 quanto a nomeação de Lúcio Costa, são considerados por Frampton (2003) como os elementos que posicionaram a arquitetura modernista como uma questão de política nacional.

A Revolução getulista também provocou conflitos (Rio Grande do Sul, Minas Gérias, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná) que, de certo modo, promoveram certa instabilidade no país e impediram que a atividade da construção civil ocorresse

normalmente²³. Porém, vários arquitetos modernistas tiveram oportunidade para desenvolver trabalhos: em 1935 foi realizado concurso para a construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde – MES e em 1937 foi concluído o projeto definitivo²⁴. De 1936 a 1943, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, sob a direção intelectual de Corbusier, comandaram a equipe de arquitetos contratados para a construção do Ministério²⁵. Segundo Holston (2005, p.102),

o enorme êxito internacional desse prédio teve duas conseqüências importantes para a arquitetura brasileira. Primeiro, lançou jovens arquitetos modernistas brasileiros à preeminência internacional. Segundo, mais talvez do que qualquer outra forma de expressão cultural no país, a arquitetura tornou-se, para o governo símbolo da emergência do Brasil como nação moderna.

Além da construção do MES, um outro elemento propulsor do ideário modernista na arquitetura brasileira foi a cidade do Rio de Janeiro. Além de ser capital do país, foco das atenções e elemento difusor de idéias e exemplos, a cidade proporcionou a formação universitária de profissionais²⁶, nascidos no estado ou não, que após a conclusão dos estudos migraram para várias regiões do país. Muitos deles adotaram o ideário modernista e o disseminaram a partir da atividade docente: Edgar Graeff se transferiu do Rio de Janeiro para Porto Alegre em 1947; Acácio Gil Borsoi foi para Recife em 1951, por exemplo. Outros arquitetos se destacaram na elaboração de projetos, mas com ajustes às condições locais, dos quais destacamos alguns exemplos indicados a seguir.

Entre 1934 e 1937, Luis Nunes projetou as primeiras obras modernistas em Recife: a caixa d'água de Olinda e o Hospital Militar. A partir de 1936: Marcelo e Milton Roberto ganharam o concurso para a sede da Associação Brasileira de Imprensa (RJ) e do Aeroporto Santos Dumont (RJ); Atílio Correia Lima venceu o concurso da estação de hidroaviões do Rio de Janeiro; e Lúcio Costa e Oscar Niemeyer projetaram o pavilhão

²³ Com a quebra da bolsa de valores americana, a economia mundial foi certamente afetada, desde o final de 1929. No Brasil o desemprego cresceu, muitas fábricas foram fechadas em São Paulo e também no Rio de Janeiro, o que comprometeu a produção industrial naquele momento. Além disso, houve redução das importações e com isso diminuição da comercialização de produtos disponíveis para a construção civil.

²⁴ O projeto vencedor foi elaborado por Archimedes de Memória e Francisco Cuchet, e apresentava ornatos marajoaras. O projeto foi premiado mas não foi construído, por não atender às expectativas modernizantes do então ministro Gustavo Capanema, o qual convidou Lúcio Costa para elaborar outro projeto para o Ministério. A partir do convite, o arquiteto compôs a sua equipe de arquitetos para desenvolver o novo projeto: Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcelos.

²⁵ A execução durou vários anos e, em 1939, Oscar Niemeyer assumiu a direção do grupo.

²⁶ A cidade do Rio de Janeiro, até 1950, era o principal centro de formação de arquitetos no país, todavia existiam outros cursos de arquitetura: UFMG (curso reconhecido em 1946); Faculdade de Arquitetura Mackenzie – SP (curso reconhecido em 1947); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (1948); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre – RS (1951); Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1959); o curso de arquitetura da Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia (1946), entre outros, inclusive criados após 1960 (SEGAWA, 2002, p.130-131).

brasileiro para Exposição de Nova York. Em 1933/1936 foi construída em Salvador a sede do Instituto do Cacau e entre 1937 e 1939, o Instituto de Educação da Bahia. Ambos os projetos são atribuídos a Alexander Buddeus. No ano de 1938 foi inaugurado em São Paulo o Edifício Esther projetado por Álvaro Vital Brasil e Adhemar Marinho. Em 1942/1943, Oscar Niemeyer projetou os edifícios (igreja, cassino e iate clube) construídos na Pampulha (Belo Horizonte/MG); e em 1946, elaborou projeto para o Banco Boavista do Rio de Janeiro. Em 1946, Paulo Antunes Ribeiro projetou o Edifício Caramuru em Salvador. No pós-guerra, Lúcio Costa projetou blocos residenciais no Rio de Janeiro (Nova Cintra em 1948; Bristol, 1950; Caledônia, 1954); em 1947, Oscar Niemeyer venceu concurso para a elaboração do projeto para o Centro Técnico da Aeronáutica em São José dos Campos/SP. Em 1948, Rino Levi elaborou o projeto do Edifício Seguradora Brasileira em São Paulo e Affonso Eduardo Reidy projetou o novo centro cívico de Santo Antônio e em 1950/51, o conjunto residencial Pedregulho no Rio. Em 1950 na cidade de Porto Alegre, Nelson Souza elaborou o projeto do aeroporto Salgado Filho. A partir de 1951, Oscar Niemeyer realizou projetos para o Parque Ibirapuera em São Paulo, edifícios residenciais em Belo Horizonte, Rio e São Paulo; e de 1960 em diante para Brasília. Entre 1957/1966, José Bina Fonyat desenvolveu o projeto para o teatro Castro Alves em Salvador.

A partir de 1960, a construção de Brasília marcou o início de uma nova fase da arquitetura modernista brasileira. O período pós-Brasília foi caracterizado pela força da industrialização no país e pela intensificação do deslocamento dos arquitetos e construtores para além dos limites Rio de Janeiro – São Paulo e dos grandes centros urbanos, o que propiciou à linguagem arquitetônica modernista incorporar as diferenças econômicas, regionais, climáticas. Para ilustrar destaque o trabalho do arquiteto Severiano Mário Porto no Amazonas: a Superintendência do Porto Livre de Manaus (1971), o Campus da Universidade do Amazonas (1973). Além disso, a monumentalidade arquitetônica característica do período anterior perdeu força. A transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília também proporcionou

uma diminuição gradual na demanda de projetos para obras institucionais e os arquitetos cariocas passaram a se dedicar mais intensamente a obras privadas para clubes, hotéis, centros comerciais, além de residências, edifícios de apartamentos e de escritórios (FICHER; ACAYABA, 1982, p. 73).

Todavia, foi um período de muitas construções viabilizadas especialmente no período do chamado 'milagre econômico'. No Brasil, então, a arquitetura e o urbanismo modernista significou o rompimento com o passado colonial, e a possibilidade de se atingir um futuro de modernidade industrial. Assim, na retórica do governo a arquitetura modernista configurou-se como marco: do progresso, da industrialização, da independência, e da

identidade nacional do Brasil como uma nação no caminho da modernização. No estudo sobre Brasília, Holston (2005) mostrou que as intenções modernizadoras estavam presentes tanto nas inovações arquitetônicas e urbanísticas quanto nas ações governamentais, mas o caráter inovador de cada um desses dois aspectos eram diferentes e até contraditórios no que se refere à mudança social, porque expressavam sentidos distintos. De um lado, a modernização através da arquitetura modernista brasileira significou uma mudança para o igualitarismo na perspectiva do grupo de arquitetos modernistas ligados ao PCB ou identificados à sua posição política e, de outro lado, indicava o desenvolvimento nacionalista para as entidades empresariais e membros dos poderes executivos e legislativos vinculados aos partidos nacional desenvolvimentistas ou identificados às suas posições políticas. Portanto,

embora a significação simbólica primária da arquitetura modernista seja, para ambos os grupos, o fato de que representou uma ruptura com o passado colonial e um salto para o futuro, cada grupo utiliza-a para expressar um salto em uma direção diferente e portanto investe-a de leituras diversas (HOLSTON, 2005, p.101-102).

‘Leituras diversas’ que, na proposição metodológica deste trabalho, equivale a ‘sentidos diversos’, porque o significante (forma modernista) e seu significado (ruptura com o passado, com a tradição), que nas palavras do autor corresponde à ‘significação simbólica primária’, adquiriram sentidos diferentes naquele contexto. Como já exposto, para o grupo do qual os arquitetos faziam parte o sentido da forma modernista era um; e para o grupo ligado ao governo federal o sentido era outro. No contexto, prevaleceu o sentido desenvolvimentista.

Um outro aspecto deve ser destacado na passagem dos anos sessenta para os setenta: os valores da arquitetura modernista brasileira foram incorporados e cristalizados sem a força dos primeiros momentos. Essa arquitetura foi institucionalizada como um conhecimento, definitivo e imutável como sintetiza Segawa (2002):

filtrada por uma ideologização que neutralizava as diferenças, escamoteava as contradições, negava a interrogação (coerente com o espírito autoritário do momento), propugnava-se um ideal de cultura arquitetônica com pressupostos oriundos de um momento épico da arquitetura brasileira – mas agora reformulado como único, autoritário e hegemônico. Canonizava-se uma postura arquitetônica (SEGAWA, 2002, p.190).

Alçada, então, ao patamar de um cânone, a arquitetura modernista foi materializada em estruturas de concreto aparente; pilares esculturais; brises; estruturas protendidas; vãos e plantas livres; panos de vidro e pilotis. Além disso, ela manteve o foco centrado no país e se distanciou das revisões críticas e das discussões acerca do pós-

modernismo, enquanto um domínio estético, que aconteciam fora do Brasil. No início dos anos oitenta, a arquitetura modernista brasileira “sentia mas não acusava as necessárias revisões no discurso e na prática arquitetônica. O debate da pós-modernidade somente alcançou alguma densidade tardia na segunda metade dessa década” (SEGAWA, 2002, p.191). Ademais, nessa mesma época, muitas obras de arquitetura que foram construídas entre as décadas de cinquenta e sessenta, principalmente os prédios públicos, não estavam conservados e mantidos devidamente e assim passaram a indicar a decadência do modelo modernista que, contraditoriamente, ainda estava em processo de implantação no Brasil, como é o caso das formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades públicas federais, tema que será abordado no próximo capítulo.

4 SOBRE A UNIVERSIDADE MODERNA E SUAS FORMAS DE TERRITORIALIZAÇÃO

4.1 A UNIVERSIDADE MODERNA E SUA CRISE PÓS-MODERNA

A universidade moderna é uma instituição de ensino superior e de pesquisa composta por várias faculdades e escolas cujo objetivo, de modo amplo, é proporcionar a especialização profissional e científica nos diversos campos do conhecimento. Na cidade os territórios das universidades são parte de uma totalidade maior e também são concebidos como tal. Eles constituem os principais, embora não únicos, espaços urbanos destinados ao mesmo tempo à produção e à divulgação do conhecimento. A estrutura organizacional dessas instituições segue o padrão da sociedade mais ampla: divisão hierarquizada de grupos (professores, funcionários e estudantes), relações de poder muitas vezes presentes de forma velada (nas salas de aula, nos departamentos, nos conselhos, etc.), e mudança dos poderes executivo e deliberativo em períodos regulares. Podemos considerar as relações presentes nos territórios universitários como constituindo um sistema social complexo componente de outro, igualmente complexo e mais amplo, a totalidade social.

O que marca a especificidade das formas de territorialização do espaço universitário enquanto territórios singulares é o processo de produção, construção e troca de conhecimento aí realizados. São domínios cujo tempo de permanência dos diferentes agentes varia conforme a atividade. Ainda que seja usado como espaço de passagem, de encontros, centralmente são *loci* do conflito de idéias onde os enfrentamentos cotidianos, entre indivíduos ou grupos, possibilitam o exercício da dúvida, do questionamento, da análise e da crítica. São, portanto, espaços de embate de idéias em diferentes campos.

A história da instituição universitária, de acordo com Andrade, Longo e Passos (2001), teve um surgimento policêntrico com os seguintes marcos referenciais:

as Universidades de Boulogne (1190), de Oxford (1214) e de Paris (1215)¹. Embora as datas, que acompanham os nomes dessas instituições, façam referência muitas vezes à aprovação dos seus respectivos estatutos, o simples anúncio das mesmas obscurece o principal legado histórico comum a todas elas – o longo processo de conflitos que marcou a busca e a

¹ Mumford (1998, p. 301) aponta uma datação um pouco diferente: Bolonha (1100) e Paris (1150).

conquista de suas respectivas autonomias² (ANDRADE; LONGO; PASSOS, 2001, p. 138-139).

Nos primórdios da instituição, quando houve a transição do que era considerado saber legítimo, da tradição para a razão, *Universitas* significava o conjunto de pessoas (alunos e docentes) que atuavam em ensino para preservar e transmitir esse conhecimento dentro de uma cidade. Esse é um ponto importante porque o saber e sua transmissão por muito tempo estiveram restritos aos mosteiros, entretanto com as primeiras cidades houve uma aproximação com a sua forma leiga, fora dos conventos. A partir daí estabeleceu-se o vínculo entre cidade e universidade. As universidades passaram, então, a significar um poder de atração para as cidades que as acolhiam, e se antes do século XIII muitas foram criadas por autoridades religiosas, ou surgiram sem uma intenção pré-determinada, nesse momento foram fundadas pela realeza.

Além da aproximação com a cidade e do afastamento dos mosteiros, a história da universidade mostra que ao longo da sua trajetória, ela passou por várias ameaças de perder sua característica ou função de instituição pública, tanto por propósitos de ordem política quanto religiosa. Em seus estudos sobre a universidade, Romano (1998) relata que,

a luta pelo caráter público da educação vem sendo decisiva na gênese da imagem universitária. [...] Em plena Renascença, [...] o ensino universitário chegava a um instante decisivo: ou atingia o estatuto de maioria, ou se definia como servo do Rei, da Igreja, dos comerciantes. Erasmo (de Rotterdam, escritor perseguido pela Sorbonne por ser considerado ateu), em uníssono com as melhores mentes do (seu) tempo, defendeu o público enquanto o meio correto para o trabalho acadêmico. *Schola publica*, na sua pena, é sinônimo de *universitas*. Esta última recebia, no seu entender, influência nociva das Ordens mendicantes, sobretudo dos franciscanos e dominicanos. Daí, a sua luta pela forma laica para a universidade (ROMANO, 1998, p.16).

Se por um lado a Renascença proporcionou mudanças radicais no campo das artes, da arquitetura, da política e no pensamento científico, a partir do século XV, no entanto, a Universidade deixou de ser pública e abandonou a pesquisa, e patrocinada financeira e politicamente por reis e papas, afirmou-se como detentora do verdadeiro conhecimento. De acordo com Romano, nesse momento cada grupo, “casta ou seita universitária, forja sua própria língua, seus interesses, seus fins. O nome mesmo de

² Para os autores, a autonomia é “a garantia de liberdade para pensar, investigar, produzir e socializar o conhecimento” (ANDRADE; LONGO; PASSOS, 2001, p. 128) e não pode ter o sentido da soberania. A distinção entre autonomia e soberania diz respeito ao poder limitado da autonomia, ainda que a soberania também tenha limites. Acontece que, cada instituição composta de um território e dotada de autonomia faz parte de uma totalidade maior, na qual adquire seu sentido completo. “Assim, tomando o Estado brasileiro como a última esfera da manifestação plena da autonomia (esta última ganhando, portanto, a dimensão da soberania), a universidade é autônoma, mas não é soberana” (ANDRADE; LONGO; PASSOS, 2001, p. 143).

universidade se transforma, deste modo, em soma de particularidades” (1998, p.21). Muitos cientistas dos séculos XVII e XVIII, mesmo tendo estudado em Universidades, desenvolveram suas investigações fora delas, até porque muitas dessas instituições mostravam-se refratárias às novas descobertas científicas e também ao pensamento reflexivo crítico. Todavia, como afirma Mumford (1998, p.302), a “ampliação e transmissão da herança intelectual teria sido inimaginável, na escala realmente alcançada desde o século XIII, sem a atuação da universidade”.

Kant, ao analisar a essência da Universidade, definiu o território universitário como "o lugar onde todos os saberes se dividem em faculdades, pequenas associações que seguem a diversidade dos principais ramos científicos, onde se distribuem os pesquisadores" (ROMANO, 1998, p.25). O mesmo filósofo atribuiu o interesse do poder político pela universidade, não pelo que aí é realizado enquanto ensino ou produção do conhecimento em si, mas pelo que representava como meio de dominação da população.

No século XVIII Diderot deixou uma grande contribuição à reflexão sobre universidade através de um Plano para a instituição, elaborado a pedido da rainha Catarina II para os jovens russos. O Plano defendia a educação coletiva e pública para popularizar a ciência, propugnava que a Universidade deveria possibilitar o acesso de alunos pobres e que os salários dos professores deveriam ser pagos pelo Estado. Todavia, no século XIX esse ideário diderotiano fracassou, a própria Revolução Francesa não vingou plenamente, e prevaleceu o pensamento napoleônico, em que a Universidade era imaginada como um organismo hierarquizado. A diferença entre as duas concepções é clara: enquanto o primeiro idealizava a Universidade sem hierarquias e com o acesso garantido a todos, o segundo pensava o contrário, uma hierarquia que enquanto corpo poderia atuar no controle social.

Em paralelo, na Alemanha as idéias liberais de Humboldt no debate sobre a concepção, a organização e a implementação prática das universidades – idéias marcadas pela crença no saber desinteressado e na autonomia universitária -, passaram a exercer forte influência tanto internamente, quanto sobre outros países, até mesmo sobre a França a partir de 1871. Nesse período – século XIX – a Universidade era o lugar privilegiado da produção da alta cultura e do conhecimento científico, e o modelo alemão era o que melhor traduzia isso. A prática desse modelo fez "da universidade uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das elites" (SANTOS, 1999, p.193). Não obstante, tanto a busca do saber desinteressado quanto a autonomia provocaram impasses que chegaram até os dias atuais. Se por um lado, segundo esse modelo liberal, a autonomia

garantiria a diminuição do poder de intervenção do Estado, por outro, como garanti-la diante das exigências e determinações do mercado?

Se desde o século XIX, a universidade passou a ser o lugar de referência da produção do saber científico, no século XX aflorou a priorização do direcionamento desse saber para a pesquisa básica. A crítica resultante disso, por ela não utilizar esse conhecimento a serviço dos interesses e necessidades dos grupos sociais dominados, teve como principal porta-voz o movimento estudantil dos anos sessenta. A crítica fundamental, segundo Santos (1999, p.207),

foi que a universidade, com sua total disponibilidade para ser funcionalizada e financiada, acabava por se tornar dependente dos interesses e grupos sociais com capacidade de financiamento, ou seja, da classe dominante, do *stablishment*. Recuando-se a estabelecer as suas prioridades sociais, e a propor definições alternativas para os problemas e as necessidades sociais selecionados pelo governo e outras instituições, a universidade capitulava à subserviência e à passividade, ainda que sob a capa de frenético ativismo.

Independente dessa mudança no perfil da instituição universitária, ela é composta por três corpos: docente, discente e administrativo (o que inclui as atividades técnicas não ligadas diretamente à atividade docente: médicos, engenheiros, bibliotecários, arquitetos, por exemplo). A característica principal das universidades públicas no que diz respeito ao seu objetivo social, e que a diferencia das demais instituições, é o fato de atuar em três seguimentos: ensino, pesquisa e extensão. Porém, diante das transformações no mundo contemporâneo, em especial o avanço neoliberal, podemos dizer que a universidade hoje, como afirma Romano (1998), não se apresenta como uma totalidade. Pelo contrário, ela é marcada pelo individualismo e é fragmentada em partes heterogêneas que vivem em constante disputa pelos mais diversos objetivos e motivos. Para o autor, esse modo de funcionamento da universidade retrata um “estado de natureza” que apresenta “muitas marcas da guerra de todos contra todos, bem descrita por Hobbes” (ROMANO, 1998, p.41). Além disso, a própria crise das Universidades também não é una. Segundo Santos (1999), essa crise é ao mesmo tempo, mas independentemente, de hegemonia, de legitimidade e de caráter institucional.

Nesse contexto de mudança e crise, considerando que as práticas universitárias não estão desvinculadas do espaço e do tempo onde se realizam, os corpos docente, discente e administrativo da instituição universitária encontram-se hoje num momento singular. O professor universitário, longe de possuir um perfil homogêneo, se vê diante da reconfiguração da prática educativa, uma vez que o acesso à informação cada vez mais prescindir das instituições de ensino e, com isso, seu papel também está em mudança. Não é mais ser a principal fonte da informação, depositário de verdade e das certezas, mas ser a

ponte entre o conhecimento disponível e as estruturas cognitivas e culturais dos educandos. O saber docente passa também por um processo de ressignificação, tanto no campo do conhecimento, como no campo da subjetividade, e também da própria trajetória pessoal e profissional (CUNHA, 2000). Da mesma forma, numa relação de alteridade, o corpo discente também se envolve no mesmo processo de mudança. Processo esse que também atinge o corpo administrativo que, no momento, por exemplo, é confrontado com as novas situações incitadas pela crescente opção das Universidades por modelos organizativos vinculados ao aumento da eficiência, que podem provocar mudanças na carreira. Em decorrência dessa crise pela qual passa a instituição universitária como um todo, a configuração do seu ambiente construído, bem como a sua conotação simbólica, estão sendo postos em xeque.

4.2 A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Dentro desse quadro mais geral, na América Latina, em 1538 foi fundada a Universidade de São Domingo; em 1551 foi criada em Lima a Universidade de São Marcos, e a Universidade da Cidade do México. Quando se encerrou o período colonial somavam-se 23 universidades instaladas na América espanhola (HOLANDA, 2004; ROMERO, 2004), ao passo que no Brasil as Universidades foram criadas somente no século XX.

O registro da primeira instituição de ensino superior no Brasil data de 1572 com a criação dos cursos de Filosofia e Teologia pela Companhia de Jesus, mas duraram até a expulsão dos jesuítas em 1579. Em 1792 foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, foram fundadas as Faculdades de Medicina na cidade de Salvador e na cidade do Rio de Janeiro; em 1809 foi criado o Curso de Matemática Superior em Pernambuco; em 1810 foi ampliada a Escola de Engenharia na Academia Militar do Rio de Janeiro; em 1812 foi criado o Curso de Agricultura, anexo ao Real Jardim Botânico; em 1827, em Olinda e em São Paulo entraram em funcionamento cursos jurídicos; entre outros exemplos (FAVERO, 2000; ANDRADE; LONGO; PASSOS, 2001). Essas instituições traduziam os ideais da Universidade francesa e funcionavam inicialmente de forma isolada.

No início do século XX, embora haja registro do funcionamento de algumas universidades³, elas não resistiram às reformas de 1915 – Reforma Carlos Maximiliano, Decreto nº 11.530 de 18.03.1915 (BRASIL, 1915) – e foram extintas. Em 1920 foi criada a

³ Universidade de Manaus – 1913; Universidade de São Paulo – 1911; e Universidade do Paraná – 1912 (RODRIGUES, 2001, p.79).

primeira Universidade brasileira que perdura até o presente⁴ – Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ) –, para dar ao rei Alberto da Bélgica o título de Doutor Honoris Causa. Outras universidades foram criadas a partir de 1930, porém, tratava-se apenas da reunião formal de faculdades isoladas, que mantiveram por muito tempo um caráter institucional fragmentado (ANDRADE; LONGO; PASSOS, 2001).

Segundo Dória (1998), não seria muito louvável a origem da Universidade do Brasil, pois que surgiu sob um “pretexto quase opereta” (op. cit., p.54). Mas, argumenta, não terá sido uma estratégia? Por que a Universidade criaria títulos honoríficos? E, em se tratando de estratégias, não seria a primeira vez que a comunidade científica as teria utilizado⁵. De fato, como afirma Romano,

o título de Doutor Honoris Causa, e outras lisonjas acadêmicas, são um modo pelo qual os Campi conseguem verbas e verbo, até em nossos dias. A imaginação acadêmica é fértil neste setor. Pode-se dizer que ela é mais profícua neste prisma do que no campo árido do conhecimento e da pesquisa (1998, p.25).

Independente da maneira como as instituições universitárias brasileiras foram criadas, nos anos 30 as políticas educacionais estavam orientadas para se adequarem às exigências do sistema político e da demanda produtiva, e eram condicionadas pela “priorização da formação das elites dirigentes e o direcionamento das instituições de educação para a formação de profissionais liberais” (BRITO, 1999, p.27). Nessa fase o sistema educacional apenas se iniciava e as Universidades eram reguladas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, o que em muito diferia da autonomia conseguida à mesma época pelas instituições universitárias argentinas, por exemplo. Cabe considerar que a autonomia é uma prerrogativa das Universidades públicas e que na história desta instituição no Brasil o seu significado variou ao longo do tempo, assim como a própria idéia de Universidade.

Com a Reforma Francisco Campos em 1931 – primeira reforma de cunho nacional – a autonomia plena não foi concedida. Optou-se por uma autonomia relativa porque havia um pressuposto da necessidade de um período preparatório para a implantação da autonomia plena. A reforma:

⁴ O Decreto n.º 14.343 de 07.09.1920 (FAVERO, 2000, v.2, p.13) criou a Universidade do Rio de Janeiro, que foi transformada, posteriormente, em Universidade do Brasil pela Lei n.º 452, de 05.07.1937 (FAVERO, 2000, v.2, p.169). Esta Lei, em seu artigo 14, estabeleceu que a Universidade do Brasil deveria ser organizada como uma cidade universitária.

⁵ Santa-Rita (2000) aponta que a matemática foi uma tática singular adotada pelos cientistas que participaram da revolução científica no século XVII, para subverter o poder da igreja grego-romana-cristã.

proclama a liberdade de cátedra, mas explicita que todos os itens referentes a vagas, acesso, avaliação, administração serão controlados pelo Estado. [...] A estruturação da universidade estava longe de garantir autonomia naquele momento em que se enfatizava a modernização como previsibilidade, cálculo e controle (BRITO, 1999, p.28).

O modelo de universidade, que todas as demais deveriam seguir no País era o da Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente Universidade do Brasil. Essa reforma provocou a reação dos intelectuais que, em contrapartida, lançaram “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”⁶ (TEIXEIRA, 1984), em 1932.

Posteriormente, com a queda do Estado Novo, a universidade entrou em uma nova fase na busca da sua autonomia. Como relata Brito (1999, p.29),

a constituição de 1946 restabelece a liberdade de cátedra, da Constituição de 1934, mas não estabelece a gratuidade, a não ser para aqueles que tiverem insuficiência de recursos. Há liberalização da escolha de dirigentes, mediante lista tríptica, como estabelecido antes do Estado Novo. As aspirações de autonomia voltam-se para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, que começa a tramitar em 1948.

Antes da década de sessenta, então, o modelo de universidade no Brasil era o de conglomerado, o que significava um agrupamento de escolas superiores não integradas entre si. No Brasil essa escola superior constituiu-se como uma escola da elite cultural para formar profissionais liberais que a sociedade naquele momento valorizava. Uma escola que transmitia conhecimentos de forma dogmática e que se comunicava muito pouco com a sociedade porque, além de especializada, era uma instituição auto-suficiente e isolada. O lado dramático dessa situação é que, segundo Fernandes (1979, p.56), “esse modelo de escola superior se impôs como um valor cultural e como ideal educacional, condicionando e orientando tanto a formação do ensino superior brasileiro quanto a sua difusão e generalização”. Podemos sintetizar o traço distintivo desse modelo de universidade na expressão: **universidade para a oligarquia**.

Entretanto, no início dos anos sessenta, esse modelo de instituição universitária passou a não atender às necessidades de alguns setores da sociedade civil e de parte do governo, o que gerou insatisfações que indicaram a necessidade de se reformar a universidade mais uma vez. Em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961c), que fixou as diretrizes e bases da educação nacional. Nela a autonomia seria limitada porque, embora exercida segundo os estatutos das Universidades, estes seriam aprovados pelo Conselho Federal de Educação. A aprovação dessa lei ocorreu em

⁶ O manifesto será interpretado no capítulo 5.

um contexto onde houve confrontos entre os diversos agentes envolvidos no processo e que lutavam para reformar a Universidade, cada um com seu projeto específico⁷. O curioso dos anos sessenta é que, apesar da insatisfação com a instituição universitária, foi a década em que mais universidades federais foram criadas, como pode ser observado nos dois quadros seguintes.

Quadro n.º 1 – CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS⁸ (por década)		
Década	Nome atual da IFES	Quantidade
1920	UFRJ (1920)	01
1930	-----	-----
1940	UFMG (1949)	01
1950	UFRGS; UFBA; UFPR (1950) UFC (1954) UFRPE (1955)	05
1960	UFG; UFJF; UFPA; UFPB; UFSM; UFF; UFRN; UFSC (1960) UFES; UFAL (1961) UFAM; UNB (1962) UFRRJ (1963) UFPE (1965) UFMA (1966) UFS (1967) UFPI; UFSCAR (1968) UFV; UFOP; FURG; UFPEL; UFU (1969)	23
1970	UFMT (1970) UFAC (1974) UFMS; UNIRIO (1979)	04
1980	UNIR (1982) UFRR (1985) UNIFAP (1986)	03
1990	UFLA; UNIFESP (1994)	02
2000	UFT (2000) UNIFEI; UFRA; UFSJ; UFCG; UNIVASF (2002) UNIFAL; UFVJM; UFTM; UFERSA; UFTPR; UFABC; UFGD; UFRB (2005) UFCSPA; UNIPAMPA (2006)	16
Total de universidades federais		55

⁷ O desdobramento da reforma universitária será detalhado e interpretado nos capítulos 5 e 6.

⁸ O quadro foi construído com as informações contidas na “Linha do Tempo de Criação de Universidades Federais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007).

Quadro n.º 2 – CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS (por governo)			
Período	Presidente Responsável	Universidade	
		Quantidade	Nome atual da IFES
1889 – 1930 República velha	Epitácio Pessoa (PRM) (1919 – 1922)	01	UFRJ (1920)
1930 – 1937 República nova	-----	00	-----
1937 – 1945 Estado novo	-----	00	-----
1946 – 1963 República populista total: 19 IFES	Eurico Gaspar Dutra (PSD) (1946/1951)	04	UFMG (1949) UFRGS; UFBA; UFPR (1950)
	João Café Filho (PSP) (1954/1955)	01	UFC (1954)
	Carlos Coimbra da Luz (PSD) (1955)	01	UFRPE (1955)
	Juscelino Kubitscheck (PSD) (1956/1961)	10	UFG; UFJF; UFPA; UFPB; UFSM; UFF; UFRN; UFSC (1960) UFES; UFAL (1961)
	João Goulart (PTB) (1961/1964)	03	UFAM; UNB (1962) UFRRJ (1963)
1964 – 1985 Regime militar total: 15 IFES	Castelo Branco (militar) (1964/1967)	02	UFPE (1965) UFMA (1966)
	Costa e Silva (ARENA) (1967/1969)	08	UFS (1967) UFPI; UFSCAR (1968) UFV; UFOP; FURG; UFPEL; UFU (1969)
	Emílio Médici (ARENA) (1969/1974)	02	UFMT (1970) UFAC (1974)
	Ernesto Geisel (ARENA) (1974/1979)	02	UFMS; UNIRIO (1979)
	João Batista Figueiredo (ARENA) (1979/1985)	01	UNIR (1982)
1986 – 2006 Nova república (redemocrati- zação) total: 20 IFES	José Sarney (PMDB) (1985/1990)	02	UFRR (1985) UNIFAP (1986)
	Fernando Collor de Mello (PRN) (1990/1992)	-----	-----
	Itamar Franco (PRN) (1992/1995)	02	UFLA; UNIFESP (1994)
	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (1995/2002)	06	UFT (2000) UNIFEI; UFRA; UFSJ; UFCG; UNIVASF (2002)
	Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (2003/2006)	10	UNIFAL; UFVJM; UFTM; UFERSA; UFTPR; UFABC; UFGD; UFRB (2005) UFCSPA; UNIPAMPA (2006)

A partir da discussão e da implantação da reforma universitária durante os governos militares com a promulgação da Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968 (BRASIL 1968c), Chauí (2001) enumerou três fases sucessivas de transformação da Universidade que podemos considerar como possíveis desvios da concepção original de universidade no Brasil, de instituição social à organização prestadora de serviços para adequar o ensino superior ao mercado: a universidade funcional, a universidade de resultados e a universidade operacional. Nos anos setenta, na expressão adotada por Chauí (2001, p.189), a Universidade adquiriu o caráter de “universidade funcional”. Segundo a autora, ela significou:

o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho (CHAUÍ, 2001, p.189).

A universidade funcional nada mais é do que o resultado da reforma universitária dos anos sessenta, a qual este trabalho focaliza. Entretanto adoto a expressão **universidade para a modernização** por ser este o mote das ações do governo e da sociedade civil daquele momento particular brasileiro, muito embora o significado da modernização apresente variações conforme o agente em questão, como será visto nos capítulos 5 e 6. Todavia a modernização operada pelos governos militares não significou, necessariamente, uma autonomia maior e uma organização menos rígida das universidades, mas no final da década de setenta, com o início da abertura política, ela passou a ser reivindicada, especialmente pelas organizações docentes que estavam se reestruturando (BRITO, 1999).

Ainda em consonância com a avaliação de Chauí (2001, p.189), na década seguinte veio a público a “universidade de resultados”. Ela incorporou novidades gestadas na etapa anterior: o aumento crescente das escolas superiores particulares que buscavam suprir as necessidades da classe média e, também, o surgimento da idéia de “parceria entre a universidade pública e as empresas privadas” (CHAUÍ, 2001, p.189) para o financiamento de pesquisas e de estágios. Dessa forma, a universidade pode apresentar resultados provenientes das pesquisas relacionadas aos interesses das empresas e da geração de empregos para os profissionais formados nessas Universidades. Ainda nessa década, Brito (1999) mostrou que havia em disputa dois conceitos divergentes sobre a Universidade e sua

autonomia. De um lado, os professores, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC que defendiam a “indissociação entre ensino, pesquisa e extensão; ensino público e gratuito; universidade crítica, autônoma e democrática” (BRITO, 1999, p.32). E de outro lado, as posições defendidas pela comissão criada pelo governo Sarney para estudar a Reformulação do Ensino Superior em 1985. O relatório dessa comissão, segundo Brito (1999) marcou o início de uma nova concepção de universidade e da perspectiva do ensino superior,

em que a graduação passa a ser considerada como lugar da formação de recursos humanos e da formação de mão-de-obra qualificada destinada ao mercado de trabalho e a pós-graduação passa a ser considerada o lugar da pesquisa, recebendo para isto financiamento e bolsas de estudo de programas nacionais de pesquisa (BRITO, 1999, p.33).

Ao final da década, a autonomia passou a ser uma garantia constitucional e não foi objeto de disputa entre grupos publicistas e privatistas porque interessava a ambos. Segundo o artigo 207 da Constituição Federal de 1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1998, p.112).

A Universidade dos anos noventa difere das anteriores na classificação de Chauí. A autora a qualifica como a “universidade operacional” (CHAUÍ, 2001, p.190) porque

enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas; a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, a universidade está virada para dentro de si mesma (CHAUÍ, 2001, p.190).

Essa é a Universidade pública brasileira contemporânea, segundo a autora, submetida a uma administração burocrática que separa os seus dirigentes dos corpos docentes, discentes e técnico-administrativos. Embora esses dirigentes pertençam ao corpo docente, na prática são representantes do Estado dentro das Universidades para fazerem cumprir ordens superiores e assim qualificá-las como heterônomas, no que se refere aos aspectos econômicos, educacionais, culturais, sociais e políticos, o que pode colocar em dúvida a questão da autonomia universitária (CHAUÍ, 2001).

Ainda assim, o papel das Universidades brasileiras nunca deixou de ser o de possibilitar a interconexão de um grupo social às esferas mais altas do poder administrativo

público, o que antes era feito entre a elite agrária e o aparelho burocrático do Estado, e hoje acontece entre a classe média urbana e esse aparelho. A clientela não é a mesma, mas a função é similar. Hoje, a tendência é de que as Universidades formem profissionais para atender ao mercado, fazendo o adestramento da mão-de-obra numa escala muito maior que à época da 'universidade para a modernização', ou 'funcional' nos termos de Chauí, porque essa medida atual está atrelada às metas de desenvolvimento de seus planos estratégicos. O avanço do neoliberalismo, que reforça as carências e também os privilégios em detrimento de direitos, é indissociável da crise contemporânea da Universidade brasileira. Ou seja, com o avanço da Reforma do Estado, a educação passa de um direito a um serviço, e a Universidade, de uma instituição social a uma organização prestadora desse serviço. Assim, um novo sentido é pensado para o trabalho universitário, que incorpora o uso de expressões do vocabulário neoliberal referentes ao mundo do trabalho: como gerenciamento, qualidade, avaliação e flexibilização (CHAUÍ, 2001). Convém lembrar que, na medida em que a universidade expressa de uma maneira determinada a sociedade da qual faz parte, ela não é uma realidade paralela e sim um modo de sua manifestação.

4.3 OS TERRITÓRIOS UNIVERSITÁRIOS

Como sinalizado anteriormente, a Universidade é uma expressão institucional da sociedade no campo da produção e da reprodução do saber, que se coloca no mundo através do seu conteúdo programático, de sua prática e ainda por meio das suas formas materiais de existência. Portanto, a idéia de universidade e suas correspondentes formas arquitetônicas e urbanísticas, como parte de uma totalidade maior, expressam a sociedade da qual fazem parte e constituem-se como signos cujos significados não são estanques.

Na idade média, quando as universidades surgiram no ocidente, a produção do saber se deslocava dos mosteiros em direção às cidades, ao mesmo tempo em que a visão de mundo referenciada na fé cristã se movia em direção à razão laica. Naquele momento, como nos mostra Rodrigues (2001), a universidade se configurou como um conjunto de pessoas e assumiu o caráter de instituição escolar. Uma corporação como tantas outras na cidade medieval. Porém, poucas são as informações encontradas sobre as formas arquitetônicas e urbanísticas dessas universidades: as aulas eram realizadas em prédios alugados, na residência de algum professor ou em edificações da igreja. Somente no século XV surgiu a preocupação das universidades de terem seus próprios prédios para aula e reuniões. Com esse intuito, de acordo com o referido autor, um palácio foi adquirido para a instalação da Faculdade de medicina de Paris, e também, foram construídas nessa época

em Oxford as salas góticas de Divinity School, as salas de aula da Universidade de Bolonha, com a adoção do modelo arquitetônico das abadias – implantação quadrangular em torno de um claustro, capela, salas de aula e reunião, biblioteca, apartamento do diretor, acomodações para os professores, quartos dos alunos, dependências de serviço e cemitério (RODRIGUES, 2001; ANDRADE; LONGO; PASSOS, 2001).

Mumford (1998) destacou no modelo medieval dos colégios de Oxford e Cambridge alguns elementos presentes na urbanística moderna, como por exemplo, a superquadra, o afastamento do convívio urbano na busca por condições de quietude, o rompimento com a rua, e a prioridade para os pedestres. Esse modelo, segundo Rodrigues (2001), extrapolou o espaço inglês e influenciou tanto o modelo francês quanto a organização dos espaços das instituições de ensino dos jesuítas. Porém, se o modo de territorialização da universidade medieval era predominantemente urbano, para o referido autor,

o espaço universitário moderno, a espelho do modelo inglês, ao buscar melhores condições de quietude e conforto para a disseminação do saber, traz em si um paradoxo: o de ficar afastado do convívio urbano ou de ter esse convívio reduzido (RODRIGUES, 2001, p.73).

As formas de territorialização do espaço universitário da origem da modernidade até o século XX seguiram o modelo medieval, todavia durante a modernidade do século XX foram implantadas distantes da cidade, mas se constituíram como um território delimitado e que expressava uma certa visão de universidade – um espaço com a função de propiciar o estudo, de realização da vida universitária e que firmava uma identidade singular.

Esse modo particular de territorialização das universidades, que incluiu a necessidade de concentração das faculdades em uma única área, segundo Fernandes (2005), foi um fenômeno decorrente da expansão das cidades no final do século XIX e início do século XX que se consolidou na Europa e nos Estados Unidos. Esse fenômeno, para a autora, foi uma consequência do adensamento populacional que

demandava habitação e reformulações nas vias de comunicação, com a abertura de largas avenidas que transformaram as configurações urbanas existentes. Esse crescimento e as novas condições de vida conduziram a um aumento do número de estudantes universitários. E também resultaram em novos métodos de ensino, tornando os edifícios anteriormente destinados à universidade inadequados. Frente a esse quadro, a solução foi o abandono dos antigos edifícios e a concentração, em vastos terrenos urbanos menos centrais mas de fácil acesso, de todo um conjunto de instalações composto não apenas de faculdades, institutos e escolas, mas também de locais destinados ao convívio, ao lazer, às atividades físicas e à residência dos estudantes. Estes conjuntos, como Berkeley, Columbia e Harvard, desenvolveram-se inicialmente nos Estados Unidos, financiados principalmente pela iniciativa privada. Na Europa, as primeiras cidades universitárias construídas a partir desse novo enfoque foram as de Atenas, Roma e Madri (FERNANDES, 2005, p.59-60).

Após a Segunda Guerra Mundial esse contexto de modificou. As cidades universitárias se efetivaram como centros de pesquisa e de estudo, onde os governos investiam para aperfeiçoar e tornar mais adequada a utilização dos seus recursos econômicos. Com esse perfil foram criadas cidades universitárias também na América Latina nas seguintes cidades: Caracas (1944)⁹, México (1949)¹⁰, Recife (1949)¹¹, São Paulo (1950)¹² e Belo Horizonte (1955)¹³ (FERNANDES, 2005).

Na década de sessenta, alguns países se defrontaram com insatisfações relacionadas ao ensino superior e que conduziram à necessidade de reformarem suas universidades, como por exemplo, França e Brasil. Os movimentos pró-reforma universitária destacavam, entre vários temas, os espaços físicos das universidades. Assim, de acordo com Rodrigues (2001), como havia o predomínio e a expansão da influência dos Estados Unidos em vários campos da cultura ocidental, foi também incorporado “o modelo físico universitário (desse país) – o campus -, e, uma vocação de universalidade traduzida numa arquitetura internacional” (RODRIGUES, 2001, p.141). Cabe registrar que nesta época a industrialização estava em franco crescimento, induzindo a utilização de elementos construtivos padronizados. Além disso, a produção arquitetônica incentivava a utilização da modulação através da definição de uma retícula modular que permitiria expansão, agilidade e rapidez das construções. Esse modelo foi amplamente difundido e adotado, por exemplo, no Instituto Tecnológico de Illinois (1939), na Universidade Livre de Berlim (1962), na Universidade de Lyon 2 (pós-1968), todavia outras universidades optaram por caminhos diferentes – localização em área urbana, integrada ao meio externo, e a utilização da rua para o convívio, como é o caso da a Universidade de Pavie e da Universidade de Louvain (RODRIGUES, 2001).

Hoje, diante do conjunto das transformações por que vem passando o mundo, – transformações estas que se refletem na instituição universitária e no modelo de cidade moderna – das quais destacamos as novas tecnologias de informação, os territórios universitários tentam adaptar os novos usos e atividades na estrutura física existente, mas o modelo das formas arquitetônicas e urbanísticas modernos já aponta sinais de inadequação.

⁹ A data se refere ao início das obras da cidade universitária de Caracas planejada pelo arquiteto venezuelano Carlos Raúl Villanueva (JAJA, 2007). Entretanto, Lasana (2007) indica a data de 1943 para as primeiras etapas das obras.

¹⁰ Data indicada em LISTA (2007).

¹¹ Data do projeto da cidade universitária encomendado ao professor Mário Russo (LEME, 1999).

¹² Data da efetivação do planejamento da cidade universitária, em decorrência de auxílio financeiro do governo federal (FERNANDES, 2005).

¹³ Data em que um primeiro estudo elaborado pelo Escritório Eduardo Pederneiras foi abandonado, e então constituído o Escritório Técnico da Universidade para a elaboração de novo projeto (LEME, 1999).

Quanto à terminologia adotada para especificar as formas de territorialização das universidades, pode ser observado em trabalhos relacionados ao tema que muitas vezes as expressões ‘cidade universitária’ e ‘campus’ são utilizadas como sinônimos, mas existem diferenças. Viaro (s.d.) considera campus universitário um neologismo calcado no latim. Em latim, segundo Almeida (1998), a palavra campus significa planície, campo, território, mas é na língua inglesa (inglês americano) que a palavra vai ser utilizada para

especificar o campo especial [...] de uma universidade. [...] Uma universidade, porém, que se complete ou que realmente se construa terá entre as diversas faculdades e prédios que a constituam um ‘pátio’, mas pátio especial, entre prédios, e não um simples pátio interno de um colégio, de um quartel, de um convento (ALMEIDA, 1998, p. 81).

Alguns dicionários (ENGLISH, s.d.; THE FREE, s.d.; MERRIAN-WEBSTER, s.d.) indicam que esse significado no inglês (americano) data do século XVIII, quando a palavra campus era utilizada para designar uma determinada área urbana junto aos ‘colleges’ americanos. Mas não era um termo adotado por todos. Algumas instituições americanas utilizavam as palavras ‘field’ ou ‘yard’ para especificar a mesma área. A partir do século XX o termo passou a ser adotado por todos os ‘colleges’, e somente por volta de 1950 o significado expandiu para incluir toda a área ocupada por uma universidade (LEITCH, 1978; A FEW, 2005). Por outro lado, para Rodrigues (2001, p.141) o campus, mais do que a terminologia, mas como um modo de territorialização das formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades, teria surgido nos Estados Unidos em 1899, a partir da “proposta de Emile Bénard, vencedora do concurso para a Universidade da Califórnia, em Berkeley”.

Mesmo que não haja concordância sobre o momento exato da adoção do termo campus vinculado à universidade, foi possível perceber na leitura dos trabalhos acima referidos que a palavra campus especifica a maneira geral de territorialização das formas universitárias e a expressão cidade universitária indica uma denominação particular de um modo de apropriação do espaço que ocorreu do início do século XX até 1960. A partir daí, a terminologia cidade universitária ficou vinculada à universidade tradicional, a qual se desejava reformar naquele momento, pelo menos no que diz respeito ao Brasil. Somente após essa data o termo campus prevaleceu, por influência do modelo americano em expansão, como pode ser visto no Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário (ATCON, 1970) produzido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB que serviu de subsídio para muitas universidades planejarem suas

formas arquitetônicas e urbanísticas no Brasil¹⁴. Existe ainda uma outra utilização da expressão cidade universitária – e que não é o caso deste trabalho – para as cidades que se desenvolveram em torno de uma universidade, como é o caso de Viçosa (Minas Gerais/BR)¹⁵, Exeter (Devon/Inglaterra) e West Lafayette (Indiana/EUA)¹⁶, por exemplo. Aqui, neste trabalho, considero as cidades universitárias como as formas de territorialização que foram planejadas e construídas para abrigar as atividades de pesquisa e ensino superior do início do século XX até 1960; e campus a expressão mais ampla para designar as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades e que, efetivamente, foi adotada no Brasil a partir da reforma universitária dos anos 1960.

4.4 OS TERRITÓRIOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

De uma maneira geral, os locais escolhidos para a implantação dos territórios universitários brasileiros eram distantes das áreas centrais das cidades, confirmando um fenômeno que vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos a partir da expansão das cidades no final do século XIX e início do século XX, como foi exposto por Fernandes (2005). O argumento oficial brasileiro versava sobre a inexistência de grandes áreas disponíveis no meio das cidades que atendessem aos extensos programas de cada uma das universidades e às possibilidades para sua expansão e, também, sobre a necessidade de certo afastamento dos incômodos da cidade que pudessem interferir na produção

¹⁴ Foram realizados pelo consultor americano Rudolph Atcon entre 1965 e 1968 estudos que tratavam de temas relacionados às mudanças na estrutura da universidade brasileira e valorizavam a implantação do planejamento para orientar as ações aí desenvolvidas. Em agosto de 1970, quando vários esforços foram feitos para a implantação da reforma universitária, Atcon elaborou um Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário (ATCON, 1970) a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB.

¹⁵ A cidade de Viçosa tem cerca de 64.000 habitantes e foi um centro produtor de café, que ressurgiu como um pólo de referência regional de cafés finos a partir de ações governamentais. Quando a produtividade agrícola entrou em queda em meados de 1920, o então Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes (nascido na cidade) criou duas escolas: “uma de nível superior, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV (1922), que estudasse cientificamente os problemas da agricultura; e outra, de nível elementar, o Patronato Agrícola Arthur da Silva Bernardes, destinada à formação prática dos filhos de pequenos agricultores, antecipando-se já, naquela época, a necessidade de se introduzir tecnologia na atividade agrícola”. Em 1969 a ESAV foi federalizada e deu novo impulso econômico à região. A cidade vive ao redor das atividades da UFV, das suas pesquisas e inovações tecnológicas. A própria Prefeitura Municipal denomina Viçosa como “cidade educadora, [...] pela longa e permanente convivência com estrangeiros de todos os continentes – em função principalmente da construção da estrada de ferro, da Escola e da Universidade”. Informações disponíveis em: <<http://www.vicosamg.gov.br/?area=conteudo&secao=20>> e <<http://www.ufv.br/>>, acesso em 07 fev. 2008.

¹⁶ A cidade de West Lafayette (USA) abriga a Universidade de Purdue, criada em 1869, a partir de colégios da iniciativa privada; assim como na cidade de Exeter (UK) a Universidade de Exeter (1955) também foi criada a partir de “school (1855 e 1863) end colleges (1893 e 1922)” do século XIX (Informação disponível em: <<http://www.purdue.edu/>> e <<http://www.exeter.ac.uk/about/history.shtml>>, acesso em: 09 dez. 2007). Cada uma dessas duas cidades tem pouco mais de 100.000 habitantes e as suas atividades giram em torno da universidade e de suas pesquisas tecnológicas (Informação disponível em: <<http://www.exeter.gov.uk.>> e <<http://www.purdue.edu/>>, acesso em: 09 dez. 2007).

acadêmica. Além disso, essas áreas afastadas tinham um valor de mercado menor. Por outro lado, o que se percebe é que esse isolamento provocou, de certa maneira, o enclausuramento do saber num fragmento da cidade, ou seja, fez dos territórios universitários um espaço auto-segregado e de certa forma passível de ser controlado.

Rodrigues (2001) identificou a evolução das formas de territorialização do espaço universitário brasileiro em três momentos: 1930 a 1960; 1960 a 1980; e pós-1980. O primeiro, entre 1930 e 1960, é caracterizado pela proposta das Cidades Universitárias, que são subordinadas aos princípios corbusianos indicados na Carta de Atenas, e os prédios ali instalados não apresentam uma integração no que se refere às atividades administrativas e pedagógicas. O seu modo de territorialização englobava numa só área geográfica, em geral periférica, diversas e distintas unidades implantadas de maneira dispersa e não integrada. As formas arquitetônicas e urbanísticas desse modelo – a cidade universitária – expressavam o ideário dos anos 30¹⁷ quando houve uma confluência dos interesses do Estado Novo e da nova maneira de construir, a arquitetura modernista. A essa fase, o autor atribuiu a construção do signo modernista no Brasil que, também, provocou reações contrárias a essa nova ordem estético-cultural. Esse momento foi marcado tanto pela resistência ao modernismo quanto pelos esforços para a sua implementação. Como exemplo o autor destacou a cidade universitária da Universidade do Brasil – UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, construída na então Capital Federal. Vários estudos foram realizados para sua implantação em locais diferentes, dentre eles o Plano de Le Corbusier para a Quinta da Boa Vista, o Plano de Lúcio Costa para o mesmo local, e o plano para a Ilha do Fundão do arquiteto Jorge Machado Moreira, que acabou por ser implantado. Com esse plano embutido de idéias corbusianas, embora tenha encontrado resistências, o governo consolidou a sua opção pela ‘nova Arquitetura moderna’ no Brasil que havia sido iniciada com a construção do Ministério de Educação e Saúde – MES (RODRIGUES, 2001, p.200), como já indicado no item 3.5. Segundo o referido autor,

o projeto urbanístico da Cidade Universitária foi desenvolvido a partir de um zoneamento por grandes quadras, cada uma delas destinada a uma área do saber, e deixa claro as influências da Carta de Atenas, com seus edifícios cercados por extensa área verde e o ambicioso projeto viário (op.cit., p.92)

Na fase seguinte – 1960 a 1980 – “o projeto de modernidade da Arquitetura brasileira já se encontra definitivamente assentado” (op.cit., p.201; SEGAWA, 2002). Nesse

¹⁷ A partir de Getúlio Vargas, a arquitetura modernista vinculada à educação foi um meio utilizado para naturalizar o ideário da modernidade, pois o que se buscava era legitimar os ideais de progresso e civilidade, inserir o País no mundo moderno e qualificar a mão de obra nacional. Dessa forma, as universidades constituíram-se como elementos chave da materialização desses propósitos.

período as formas arquitetônicas e urbanísticas foram caracterizadas pelo modelo de campus universitário que manteve o vínculo à forma modernista e, não obstante, difere do anterior no tratamento dos edifícios (modulados e tipificados externa e internamente segundo padrões funcionalistas) e na articulação entre eles. O seu modelo de territorialização reuniu, ou pelo menos pretendia reunir, numa só área geográfica, diversas e distintas unidades implantadas de maneira integrada. Esse período particular é marcado pela influência do modelo americano – o campus e o ensino em módulos – reiterado pela seqüência de três acordos financeiros estabelecidos entre o governo brasileiro (MEC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Esses acordos tinham o objetivo de proporcionar às universidades a adequação do seu espaço físico e a aquisição dos meios técnicos (treinamento e equipamentos) para melhorar os sistemas de planejamento, administração, controle e qualidade do ensino, entre outros. Apesar da formal autonomia universitária, todo o processo de planejamento e construção dos campi passou a ser controlado tanto pelo MEC quanto pelo BID. Sendo assim, o modelo campus se constituiu como um modo eficiente de controlar o movimento estudantil e a produção acadêmica.

Importante ter clareza que os dois modelos – cidade universitária e campus – tinham por base a arquitetura e urbanismo modernista. O que marca a diferença da forma entre eles é o modo como cada unidade que os compõem foi concebida. Na cidade universitária, cada edificação foi projetada para uma unidade de ensino específica. Por exemplo: um prédio para a faculdade de engenharia, um prédio para a escola de medicina, entre outros. Cada um deles projetado a partir de formas modernistas para atender a uma determinada função: o ensino de engenharia, as atividades relacionadas ao curso de medicina, para continuar o exemplo. Em paralelo, o modo de territorialização da forma urbanística, também modernista, distribuiu cada prédio pela área (periférica) destinada à cidade universitária, seguindo um zoneamento racionalista pré-determinado, em geral a partir de uma organização geométrica, que priorizava o uso do automóvel, mas separava a sua circulação do fluxo dos pedestres. Não havia valorização da rua nem integração entre os prédios porque eles foram concebidos como unidades isoladas, em acordo com o modelo de universidade correspondente àquele momento: conglomerado, cujo conteúdo era a 'universidade para a oligarquia'. No modelo campus, os prédios foram projetados utilizando-se as formas modernistas para atender a funções específicas (usos) e não, particularmente, à unidades de ensino: prédios de laboratórios, prédio de sala de aula, prédio de biblioteca, prédio de restaurante, por exemplo. O que acontece com a faculdade de engenharia ou a escola de medicina é que elas passam a utilizar um prédio de sala de aula ou laboratório, de acordo seus programas de necessidades. Além disso, os prédios nesse modelo não são monumentais e são integrados entre si formando um conjunto (uma totalidade), porque a

atividade acadêmica foi organizada a partir do ‘departamento’, e não mais para cada unidade de ensino, dentro de uma perspectiva contida na lógica da **universidade para a modernização**. Esse conjunto só atinge sua plenitude quando está completo. A forma urbanística é a mesma do modelo anterior, porém as áreas são menores¹⁸.

Cabe ainda um outro ponto sobre esses dois modelos. Embora Rodrigues (2001) tenha definido uma periodização para sistematizar o seu estudo – 1930 a 1960 (cidade universitária) e 1960 a 1980 (campus) –, a transição entre os modelos não é rígida e imediata. Um aspecto peculiar dessa fase transitória diz respeito às universidades criadas e implantadas antes de 1960 que precisaram, a partir da reforma universitária, adaptar suas cidades universitárias, mesmo ainda incompletas, ao novo modo de funcionamento e de organização territorial do modelo campus. Nessa circunstância, apesar da forma arquitetônica e urbanística – cidade universitária – ter se mantido, a organização institucional vinculada aos departamentos proporcionou outra dinâmica à universidade a partir dessa mudança da concepção original e produziu um modelo híbrido: a estrutura da forma material vinculada à universidade tradicional (cidade universitária) e o seu conteúdo programático e organizacional marcados pela nova concepção.

Além disso, no início da década de sessenta, em meio às discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e à necessidade da reforma universitária, foi criada a Universidade de Brasília – UNB que implantou na nova Capital Federal, símbolo importante da cidade modernista brasileira, um novo modelo de universidade e um modelo preliminar de campus, porque anunciava uma forma arquitetônica e urbanística que a reforma universitária iria formular e concretizar no final dessa década. Nesse caso, tanto dentro como fora do território universitário, a linguagem urbanística era a mesma e apresentava os mesmos problemas referentes às grandes distâncias entre os prédios, que reduzia as possibilidades de integração e estimulava a dependência do automóvel, etc. A questão da pouca integração, que a princípio pode parecer um paradoxo por ser uma característica atribuída ao modelo campus, nessa circunstância ainda não tinha sido contemplada e, portanto, ilustra o aspecto transitório do modo de territorialização das formas arquitetônicas e urbanísticas da UNB.

No final desse período, em decorrência da reforma universitária e, por conseguinte, da institucionalização do modelo campus, o exemplo da Universidade Federal Fluminense – UFF apontou um caminho para algumas mudanças por ser um campus intra-urbano. Trata-se, como veremos no capítulo 6, de uma forma de territorialização do espaço

¹⁸ Outros aspectos sobre esses modelos serão abordados nos capítulos 5 e 6.

universitário dividida em três áreas próximas que foram implantadas em área aterrada da Baía de Guanabara no município de Niterói. O projeto adotou o ideário corbusiano, embora deslocado na periodização acima colocada, mas em consonância com as idéias modernistas daquele momento que já haviam incorporado e consolidado esse modelo. Em linhas gerais, o projeto do campus universitário da UFF refletiu em alguns aspectos, o modelo de arquitetura modernista adotado na cidade universitária do Rio de Janeiro para a UFRJ, resguardadas as devidas proporções e, também, tendo em conta que são formas de territorialização distintas: a área do campus da UFF é menor, a distância entre as edificações também; a escala não é monumental, as edificações são menores e foram construídas com menos recursos financeiros; as distâncias podem ser percorridas a pé, o automóvel não foi valorizado; o campus é inserido na malha urbana.

Retomando o estudo realizado por Rodrigues (2001), o terceiro momento da evolução do espaço universitário brasileiro – pós 1980 – mostra o surgimento de críticas ao modelo anterior e intenções de revisão de certos conceitos do urbanismo e da arquitetura modernistas. Porém as propostas concretas que surgiram – a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por exemplo, projetada de forma integrada com o centro histórico de São Luís – não se realizaram ou foram rejeitadas enquanto concepção porque o modelo modernista estava fortemente enraizado, o que dificultou o êxito de propostas inovadoras. Isto porque, “se vê uma pregnância tão acirrada do modelo, que inviabiliza qualquer proposta de ruptura, na qual o que se constata é a resistência do moderno” (op.cit, p. 201).

Se por um lado Rodrigues (2001) apresentou uma abordagem panorâmica sobre as formas de territorialização da universidade brasileira, um outro estudo anterior expôs outros aspectos sobre o mesmo tema: o espaço universitário como um elemento da cidade. Nesse trabalho, Vasconcellos (1980) considera que a implementação desse tipo de atividade pode interferir e alterar a forma urbana. A autora iniciou seu estudo mostrando que havia uma tendência para a construção dos territórios universitários em áreas periféricas ou rurais, como já indicado no início deste item, e que foi reforçada após a Segunda Guerra mundial. E, mesmo que as formas arquitetônicas e urbanísticas da universidade fossem implantadas nas cidades, os espaços eram fisicamente isolados do tecido urbano restante decorrente das necessidades impostas para o exercício da atividade universitária (as atividades deveriam ocorrer de modo coeso e no mesmo local). Essa tendência ao isolamento era um resultado da concepção moderna de universidade centrada na idéia de autonomia. Segundo a autora,

this autonomy implies an appropriation of the land for its own purposes. The institution requires for itself a private space, not only because of the requirements of its internal organization, but also because of its character of autonomy which implies security and control (op. cit., p.8-9)¹⁹.

Vasconcellos (1980), então, aponta uma questão a ser discutida: se a concepção de universidade associada ao modo de realização da própria atividade universitária conduziu a uma forma de territorialização segregada, qual é o papel da universidade na sociedade? Além disso, será que o isolamento das suas atividades, mesmo daquelas universidades que acontecem em área urbana e que do mesmo modo são territórios segregados, é um procedimento adequado à universidade? A autora considera que o papel da universidade é produzir e difundir conhecimento para e, também, com a sociedade, na medida em que é composta por seus membros (professores, alunos, funcionários), entretanto o que se observa na prática é que apenas parte de uma determinada comunidade urbana tem acesso a ela. Mesmo em atividades ou serviços em que a comunidade extramuros possa usufruir das instalações da universidade não ocorre a sua integração com a instituição nem com os usuários intramuros.

Assim, segundo autora, como também já indicou Rodrigues (2001), o isolacionismo do território universitário é um problema a ser superado. Em função disto, para possibilitar a integração da universidade com o contexto urbano, as edificações da universidade deveriam ficar espalhadas pela cidade. A solução seria, de acordo com a autora, um retorno ao modelo anterior de faculdades isoladas, o que não se encaixaria mais com a concepção de universidade de então. Portanto, ela se propôs a buscar uma solução para o isolacionismo, e a identificar quais seriam os elementos necessários para integração entre universidade e a cidade que promovesse a continuidade espacial do tecido urbano. Cabe salientar que a autora, brasileira, realizou sua pesquisa vinculada à uma instituição de pesquisa inglesa, por isso partiu dos estudos de universidades européias (University of Leeds e University of Aston in Birmingham; University of Bath; University of East Anglia; University of Loughborough; Free University of Berlin; University of York; University of Kent) para analisar seus padrões de crescimento (linear, grade ou molecular) e elaborar propostas que continham princípios para a integração das formas de territorialização da universidade com a cidade. Posteriormente, aprofundou seus estudos num caso particular brasileiro (Campus da Universidade Federal Fluminense).

¹⁹ “Esta autonomia implica na apropriação da terra para os seus próprios fins. A instituição exige para ela mesma um espaço privado, não só em virtude das exigências da sua organização interna, mas também porque o caráter da sua autonomia que implica segurança e controle” (tradução própria).

Para se obter a integração física entre a universidade e seu entorno, Vasconcellos (1980), então, elencou uma série de pontos a serem seguidos: a localização deve ser urbana; a universidade deve estar aberta para a cidade através de várias atividades (acadêmicas, administrativas, culturais e sociais, por exemplo); atenção especial aos limites e acessos da área da universidade para evitar barreiras e facilitar a integração; incluir atividades que ofereçam benefícios econômicos para a cidade (teatros, museus) de modo a amortizar o custo alto das terras em área urbana; os fluxos e caminhos entre os edifícios devem favorecer a sua integração; organizar o espaço para que a transição entre o espaço público e o institucional seja gradual; as construções devem seguir o padrão daquelas existentes na vizinhança; e prever espaços abertos.

A título de exemplo para a superação do problema do isolacionismo da concepção campus, a autora, de posse desse guia, analisou o Anteprojeto do Campus da UFF – minuta (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1979) com a intenção de avaliar os princípios que conduziram o referido documento²⁰ e propôs algumas alterações entre as quais destaco a de um outro zoneamento. Em suas palavras:

Instead of having the university area spread around in three different sites (Valonguinho, Gragoata and Praia Vermelha) a unitarian complex, more dense and more compact, should be planned for the drained land of Gragoata, which offers the biggest area as well as a good location due to the proximity to the centre. The existing university buildings of the Valonguinho hill should be given back to the city for public services' uses. A new residential district should be implemented in the drained land of Praia Vermelha, where accommodation for student: and staff should be provided. In exchange for the donation of the existing university buildings as well as the drained land of Praia Vermelha, the university should negotiate stronger financial support for the construction of the new complex, including a cultural centre which should be under the university control but to be used by the public in general (VASCONCELLOS, 1980, p.62)²¹

Entretanto, a nova sugestão de organização espacial embora busque a integração pode suscitar ao leitor um aspecto contraditório: será que essa concentração e adensamento propostos não reforçariam a situação de enclave e a não integração da universidade com a cidade?

²⁰ Cabe registrar que, entre vários documentos, uma versão posterior a esta analisada por Vasconcellos será objeto de interpretação no capítulo 6.

²¹ “Em vez da área ocupada pela universidade ficar espalhada em três diferentes locais (morro do Valonguinho, Gragoatá e Praia Vermelha) um complexo unitário, mais denso e mais compacto deveria ser planejado para a área vazia do Gragoatá, que oferece a maior área e boa localização junto ao centro. As edificações da universidade existentes no morro do Valonguinho deveriam ser devolvidas para a cidade utilizar em serviços públicos. Um novo bairro residencial deve ser implementado no terreno disponível da Praia Vermelha, onde seriam instalados alojamentos para estudantes e funcionários. Em troca pela doação dos atuais edifícios universitários, bem como os terrenos da Praia Vermelha, a universidade deverá negociar um forte apoio financeiro para a construção do novo complexo, incluindo um centro cultural que deve estar sob o controle da universidade, mas para ser utilizado pelo público em geral” (tradução própria).

Para além da periodização da evolução das formas de territorialização das universidades estudada por Rodrigues (2001) e do espaço universitário considerado um elemento da cidade, examinado por Vasconcellos (1980), acrescento um outro modelo de forma arquitetônica e urbanística relacionado às universidades públicas brasileiras, que tem sido adotado desde 2003, como uma outra modalidade para a sua expansão: os pólos universitários, que têm sido implantados concomitantemente ao modelo campus.

Esses pólos localizam-se fora do município onde a universidade está instalada e são constituídos através de convênios assinados entre as universidades e as prefeituras do município conveniado e objetivam promover o desenvolvimento local. Em geral, seu modo de territorialização ocorre em prédios de escolas municipais ou estaduais e a infra-estrutura fica a cargo do município que acolheu o pólo. Mas esse modelo ainda está em fase de implantação e não está plenamente consolidado. Como exemplo, destaco o Pólo Universitário da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda²² – RJ, porque refere-se ao primeiro pólo universitário do Brasil, na região sul do Estado do Rio de Janeiro, onde o governo tem a pretensão, caso seja bem sucedido, de reproduzi-lo em outras regiões do país. Esse pólo foi criado pelo convênio²³ UFF/UFRRJ/Prefeitura Municipal por iniciativa do governo federal tendo em vista a política de ampliação de vagas no ensino público superior brasileiro e está em fase de implantação. Segundo informação do Núcleo de Comunicação Social da UFF, “o pólo foi implantado a partir de um estudo de demanda da região e os novos cursos atendem às expectativas dos estudantes e das empresas do Vale do Paraíba” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2005/2006).

O modelo de universidade desse período (pós-2003) ainda mantém o sistema de departamento, mas a partir daí, com as atividades influenciadas pela lógica do mercado e das empresas. As formas arquitetônicas e urbanísticas desse modelo – o pólo – encontram-se integradas com a cidade, muitas vezes em edificações já existentes, apenas adaptadas à

²² A idéia desse pólo surgiu em novembro de 2003, durante o “Diálogo de Concertação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, quando foi assinado um protocolo de intenções para a criação do Pólo Universitário de Volta Redonda, como parte integrante do Pólo Universitário do Médio Vale do Paraíba. Nessa mesma data também foi assinado um protocolo de intenções para o Consórcio Universidade Pública da Baixada que foi firmado entre o MEC, a Associação dos Prefeitos dos Municípios da Baixada Fluminense, universidades públicas do Estado – Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Rio de Janeiro (UniRio) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – e os centros federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e de Química de Nilópolis (Cefet-Química). Esse convênio foi assinado em 10.08.2004, mas constituído pelo Ministério da Educação, pela Associação dos Prefeitos dos Municípios da Baixada Fluminense, pela Universidade Federal Fluminense, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e a Mitra Diocesana de Nova Iguaçu (A assinatura do convênio ocorreu durante a gestão no ministro da educação Tarso Genro. Conferir em <<http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=5888>>. Esse convênio foi ratificado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa – CEP da UFF através da resolução n.º 16/2005, de 25.01.2005. A UFF também possui outro Pólo Universitário implantado no Estado do Rio de Janeiro em Rio das Ostras – iniciativa da própria universidade em convênio com a Prefeitura Municipal.

²³ O convênio foi assinado no dia 19.05.2005.

nova função, o que conduz à uma dissolução da configuração modernista anterior. Não há no momento um modelo arquitetônico claro e, mantida essa forma de apropriação dos imóveis, não vai haver.

Sintetizando, pode-se dizer que, independentemente do período em que foram concebidos, os territórios universitários brasileiros se constituíram como espelhos da cidade moderna, marcados especialmente por dois modos de segregação – a interna e a externa em relação à cidade – e por uma ideologia vinculada à idéia de progresso. Porém, no que se refere à segregação externa, o modelo pólo indica uma possibilidade de integração com a cidade, mas também o modelo campus, e mesmo o de cidade universitária, ‘revisados’ por propostas como as de Vasconcellos, teriam a possibilidade dessa integração.

Cabe registrar ainda que muitos projetos das formas arquitetônicas e urbanísticas dos espaços universitários federais brasileiros não foram construídos na sua totalidade, tanto pela dificuldade de obtenção dos recursos necessários para a sua execução quanto pelo fato dos acordos de financiamento não abrangerem os projetos completos, mas particularmente pelos limites impostos por mudanças políticas e restrições econômicas decididas em outros âmbitos governamentais. Assim sendo, o modelo arquitetônico modernista dos territórios universitários, nas duas modalidades (cidade universitária e campus), não pôde ser vivenciado de modo completo pela sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que essa incompletude do modelo modernista dos territórios universitários brasileiros, todavia, ainda é amplamente lamentada no país, as transformações contemporâneas do mundo apontam para uma ruptura daquela visão. Diante desse quadro cabe perguntar se o modelo modernista das formas de territorialização do espaço universitário brasileiro atendeu em algum momento, e poderia hoje atender, às necessidades da universidade e da complexa sociedade brasileira.

PARTE III – A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E SUA FORMA DE TERRITORIALIZAÇÃO

5 – UMA UNIVERSIDADE PARA A MODERNIZAÇÃO

5.1 – O CONTEXTO – 1956/1964

O final da década de cinquenta e o início dos anos sessenta do século XX correspondem ao momento da concepção e da implantação da Universidade Federal Fluminense – UFF, então denominada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFERJ¹. Nos moldes da metodologia adotada, apresentada na Parte I, esse contexto não pode ser tomado como uma externalidade à Universidade, porque ao mesmo tempo em que o debate sobre a sua criação sofre influências do conjunto de condições do meio, ela (ainda como idéia) também provoca efeitos sobre ele. Essas circunstâncias que acompanham o momento da concepção da UFF e da sua implantação são partes constituintes de seu signo, porque contribuem para o sentido aí embutido. Esse contexto, no entanto, pode ser tomado em vários níveis, dos quais destacamos: um plano geral referente aos acontecimentos mundiais, um nível particular relativo à conjuntura nacional, e ainda dois outros, temáticos, referentes aos domínios educacional, e da arquitetura e do urbanismo. Tratarei inicialmente dos planos internacional e nacional, para depois abordar aqueles aspectos que envolvem diretamente a criação da UFERJ sob os aspectos educacionais e de sua materialização arquitetônica e urbanística.

No contexto mais geral, o período 1956-1964 foi marcado pela divisão do mundo em dois blocos político-militares que surgiram após a Segunda Guerra Mundial em 1945: os países afinados com os EUA e aqueles ligados à URSS. No que se refere aos EUA havia um claro esforço para ampliar a sua área de influência ideológica, política e econômica na América Latina, principalmente naquilo que cabia à contenção da expansão do ideário comunista. O elemento propulsor da ascendência norte americana sobre outros países foi a sua prosperidade econômica que deu impulso à modernização, e propiciou a propagação de um modo de vida vinculado aos centros urbanos, ao consumo em massa de produtos industrializados, e que trazia em seu bojo, o otimismo e a esperança como valores dessa nova sociedade. Nos países em que predominou essa ideologia de modernização, todavia, efetivamente apenas uma parte da sociedade teve acesso a esse novo modo de viver. Além

¹ A mudança de nome em meio ao período investigado ocorreu em 5 de novembro de 1965 através da Lei n.º 4.831 (BRASIL, 1965), quando a então Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense.

disso, ainda que de forma diferenciada, não se pode dizer que somente nos países subdesenvolvidos é que uma parte da sociedade tenha ficado excluída. Isto seria eliminar a dominação e a heterogeneidade social do âmbito interno dos países centrais. Nas nações periféricas a classe dominante sentiu-se motivada a buscar meios de modificar a condição de subdesenvolvimento e alcançar o padrão de vida do modelo norte-americano. Dentre os dominados locais, entretanto, a parcela que não aderiu conscientemente ou por alienação à ideologia de seus dominadores, constituiu-se politicamente numa perspectiva crítica.

Esse contexto mais amplo se particulariza no Brasil, em 1955, quando a modernização econômica do país avançou a outro patamar, essencialmente pela implementação da indústria de bens de consumo durável e, pela ampliação da infraestrutura. Naquele momento, o governo do presidente Juscelino Kubitschek² (31.01.1956 – 31.01.1961) expressava um espírito nacionalista marcado pelo projeto de desenvolvimento de caráter industrializante³. Para garantir o êxito da industrialização o presidente JK defendia que houvesse uma cooperação entre os governos brasileiro e americano, bem como com investidores privados, em sua maioria, americanos. As proposições desse governo para a emancipação econômica não se referiam à ruptura nem envolviam mudanças fundamentais, mas eram no sentido de promover o crescimento econômico acelerado através da industrialização, de modo a minimizar a pobreza e retirar o país da posição de atraso frente a um modelo de desenvolvimento à imagem dos Estados Unidos da América. Para JK a pobreza podia gerar intranquilidade, revolta e subversão, por isso os pontos centrais da sua ideologia do desenvolvimento eram a prosperidade e a ordem. Isso porque, como aponta Cardoso (1978, p. 130)

na guerra fria a ação dos países subdesenvolvidos ligados ao bloco ocidental deveria ser uma ação preventiva, de eliminação das fontes geradoras da insatisfação contra a ordem. Deste modo, uma ação contra a miséria, uma ação para o desenvolvimento, considerada como o único meio capaz de combate profundo à subversão. Baseado nessa perspectiva é que o governo JK não aceita dar um tratamento meramente policial ao comunismo, procurando mostrar que as raízes do mal são econômicas e que como tal devem ser tratadas. Busca, assim, definir uma posição específica dos povos subdesenvolvidos face ao problema.

² JK pertencia ao PSD e seu vice João Goulart ao PTB. O PSD era o partido que possuía o maior número de parlamentares e ministros e congregava setores dominantes do meio rural, da burguesia governamental, comercial e industrial. Já o PTB agregava lideranças sindicais, parte dos trabalhadores urbanos organizados e os setores nacionalistas da burguesia industrial. No congresso a UDN era o principal partido de oposição. Fora do congresso, os intelectuais da esquerda radical tiveram sua oposição desarticulada nos primeiros anos JK em função do sucesso da política governamental.

³ A indústria no período JK privilegiou os bens de consumo durável, enquanto que a política industrializante de Getúlio Vargas limitou algumas importações nessa área, mas direcionou os investimentos estatais para a indústria de base e de produção de energia. Foram criados por Getúlio Vargas: o Conselho Nacional do Petróleo em 1938; a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN em 1941; a Companhia Vale do Rio Doce em 1943 e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco em 1945; a Petrobrás em 1953.

Uma posição marcadamente influenciada por suas convicções católicas e democráticas. Por isso é que as ideologias às quais JK se opunha eram aquelas por ele consideradas antidemocráticas, antinacionais e anticristãs. Assim, o nacionalismo desenvolvimentista era claramente anticomunista, muito embora JK tenha sido eleito com o apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB⁴, que resolveu apoiá-lo por considerar que sua proposta de governo, apesar de contraditória, apresentava uma perspectiva progressista de desenvolvimento para o país.

Um outro ponto do governo JK foi sua estratégia de desenvolvimento econômico composta por um conjunto de metas que abrangiam vários setores e que tinha como lema promover cinqüenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo, às custas de capitais estrangeiros e de uma política econômica inflacionária. Esse conjunto de metas enfatizava o crescimento das indústrias de forma a permitir a substituição das importações, porém, segundo Skidmore (1975), não valorizava áreas como a agricultura e a educação, que apenas compunham formalmente o programa de metas do governo. Mas na análise das mensagens de JK elaborada por Cardoso (1978) é apontada a intenção do governo de incentivar o aperfeiçoamento tecnológico através da ampliação e utilização do sistema educacional e dos centros de pesquisa para colocá-los a serviço do desenvolvimento. O foco era o conhecimento técnico, a educação para o trabalho. Para a autora, no que concerne à educação, a ideologia do desenvolvimento não estava preocupada com aspectos que estivessem além das necessidades práticas e imediatas que o desenvolvimento aventava. Tanto Skidmore quanto Cardoso destacaram aspectos importantes que, em certa medida, indicavam que havia um paradoxo nas intenções do governo: por um lado, a não valorização da educação no programa de metas, por outro o enaltecimento do conhecimento técnico no sistema educacional que contribuiria para promover o desenvolvimento. Então, na prática, como seria possível impulsionar o desenvolvimento a partir da contribuição do conhecimento técnico já que o governo JK tratava a educação sem muita ênfase⁵?

JK estabeleceu como meta-síntese do seu programa a construção da capital no interior do país para promover a interiorização do desenvolvimento e a integração nacional. O trabalho da construção da nova capital insuflou otimismo e expectativa em brasileiros de todas as classes porque, de certa maneira, sinalizava simbolicamente a concretização de uma nova era. A construção de Brasília também se encarregou de deslocar o foco dos problemas sociais e econômicos que estavam na ordem do dia, por exemplo, as reformas do setor agrário e das universidades. Nesses casos, os defensores do governo JK

⁴ O PCB foi posto na ilegalidade em 1947.

⁵ O programa de metas será interpretação no item 5.2.

acreditavam que um efeito colateral da construção de Brasília seria a resolução desses problemas como nos indica Skidmore (1975, p.209):

na esfera educacional, os entusiastas de Brasília apontavam a universidade radicalmente nova que lá se instalaria como modelo para reforma do ensino através de todo o país. Invariavelmente a ênfase era dada na transformação da maneira de ver antigos problemas, começando tudo outra vez na solitária situação da nova capital.

No final do seu governo JK deixou, além da inflação, um saldo de muitas obras de infra-estrutura, a própria capital, indústrias, hidrelétricas e, também, o que nos interessa diretamente, dez universidades federais⁶, entre elas a UFERJ, posterior UFF.

A implantação da UFERJ ocorreu durante o governo seguinte – Jânio Quadros⁷ (31.01.1961 – 25.08.1961). Ele tratava o desenvolvimento nacional de um modo diferente do governo anterior. Enquanto para JK o nacionalismo era especificado pelo desenvolvimento de caráter industrializante pautado no modelo e no apoio americano, o nacionalismo janista tinha um viés autonomista, porque JQ entendia que a submissão de um país a outro poderia impedir ou retardar o desenvolvimento nacional. Ele via com certa reserva os outros países, distinguindo-os entre colonialistas e subdesenvolvidos. Para que o desenvolvimento fosse alcançado, segundo JQ, era necessário o afastamento da situação colonial e dos países que podiam, de algum modo intervir em outros. Ele propunha que houvesse um estreitamento entre os povos que viviam situações de opressão, independente das suas posições ideológicas, configurando de um bloco subdesenvolvido. Assim, o desenvolvimento janista seguiu em direção ao fortalecimento nacional. Dentro das propostas do governo, de acordo com Cardoso (1978, p.338) dois aspectos sobressaem na visão janista no que se refere à educação:

o principal é, sem dúvida, o estabelecimento do vínculo entre a educação e as necessidades da economia do país, com toda a ênfase na promoção da eficiência e no aumento da produtividade. O outro é o tratamento da educação como parte, ainda que privilegiada, do campo mais geral da cultura. A conclusão desse segundo aspecto e o destaque a ele conferido impedem o tecnicismo excessivo do processo educacional.

Não obstante, quanto ao ensino superior, a ligação fundamental era com a economia, por isso JQ considerava a necessidade de definir

⁶ Ver: Quadros n.º 1 e n.º 2 (capítulo 4, item 4.2) 'Criação de Universidades Federais Brasileiras'.

⁷ Jânio Quadros pertencia ao Partido Trabalhista Nacional – PTN e foi eleito presidente com o apoio da União Democrática Nacional – UDN e também de pequenos partidos: o Partido Democrata Cristão – PDC; o Partido Libertador – PL; e o Partido Republicano – PR. O vice-presidente eleito – João Goulart – fazia parte do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Naquele momento, as eleições para presidente e para vice-presidente eram desvinculadas.

prioridades na aplicação dos recursos para a educação, prioridades a serem fixadas em função das exigências do desenvolvimento. Novamente, embora num outro nível, é o mercado de trabalho que é chamado a delinear a política de expansão educacional (CARDOSO, 1978, p.340).

Diferentemente de JK, JQ aprofundou o debate sobre a relação entre educação e desenvolvimento, uma vez que ele a considerava fundamental para a reestruturação da sociedade. Mas o seu governo não durou mais que poucos meses e em agosto de 1961 ele renunciou. A posterior posse do presidente João Goulart (08.09.1961 – 01.04.1964) em 7 de setembro de 1961, ocorreu em meio à crise provocada por setores contrários às suas posições políticas, somente resolvida com um acordo que permitiu a instituição do parlamentarismo que durou até janeiro de 1963 quando foi restabelecido o presidencialismo.

No início de seu governo, João Goulart tinha pela frente o desafio de conter a pressão inflacionária, e fazia referência à necessidade de reformas estruturais em diversos setores: educacional, habitacional, fiscal, agrário. Essas reformas compunham o núcleo das políticas de transformação da estrutura econômica e social do país e foram encampadas em linhas gerais, pelo menos enquanto bandeira ideológica que apontava à mudança, pelos setores críticos de então. Mas o governo de João Goulart foi tenso e tumultuado. Segundo Skidmore (1975, p.311),

Jango era tido geralmente pela esquerda e pela direita como incapaz de governar. E essa crença ainda mais generalizada se tornou quando, tendo Jango mudado seu governo em junho de 1963, muitos acharam que o próprio presidente perdera a esperança nos processos constitucionais. Essa opinião era comum não só entre seus adversários de longa data, no seio da direita, que conspiravam preparando um golpe, mas também entre nacionalistas radicais de esquerda.

Do lado daqueles que compartilhavam as idéias da esquerda, fossem eles comunistas, trabalhistas, socialistas ou uma parte da Igreja Católica⁸, havia uma mobilização pelas reformas. Cabe registrar que essa força considerada progressista não era homogênea e era composta por grupos que abarcavam diversas tendências discordantes como: o Partido Comunista do Brasil (PC do B), criado a partir de uma dissidência do PCB e a Ação Popular (AP), constituída a partir dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC). Dentro desse espectro político, no âmbito educacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE) perdeu a hegemonia dos comunistas em 1960 com a ascensão católica no movimento estudantil através da JUC. Nesse âmbito, não obstante a presença interna de organizações de natureza e posição política diversas (UNE e AP), o grupo de educadores

⁸ Torna-se necessário explicar que se trata de um determinado setor católico, porque a Igreja, predominantemente, pouco depois será uma das instituições apoiadoras e articuladoras do golpe militar de 1964, ainda que o seu setor crítico, mais tarde, vá apoiar a própria luta armada.

liderados pelo professor Paulo Freire da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o grupo de técnicos que trabalhava no Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Movimento de Educação de Base (MEB) compunham uma ativa frente de combate ao analfabetismo. No campo as invasões de terra e o crescimento das Ligas Camponesas mostravam o despertar dos trabalhadores rurais e camponeses. Nas cidades os trabalhadores organizados em sindicatos articulados sob o Comando Geral do Trabalhadores/CGT e o Pacto de Unidade e Ação/PUA promoviam greves e manifestações de massa.

Do outro lado do espectro político, os grandes proprietários de terra não estavam indiferentes à movimentação das massas rurais e se mobilizavam contra as medidas da reforma agrária do governo. Assim como os grupos de empresários ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES, uma parte dos militares, o clero conservador e setores da classe média, não estavam satisfeitos com o que entendiam como tendência esquerdizante do governo.

O descontentamento gerado em ambos os lados fomentou o aumento das tensões sociais. Diante disso o presidente optou por mobilizar as forças populares como modo de resistir às pressões conservadoras. Jango, então, realizou um comício no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964 em defesa das reformas de base na tentativa de conseguir o apoio popular e pressionar o Congresso. Essas reformas, apesar do sentido que adquiriram à época, não visavam o socialismo, segundo Bandeira (1977, p.164) “eram reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhes maior autonomia”. No comício Jango assinou dois decretos: o primeiro referente à nacionalização de refinarias de petróleo particulares, e o segundo, referente à desapropriação de terras improdutivas; mas o foco político do seu discurso era a necessidade da reforma agrária.

A imediata resposta política conservadora ao posicionamento de Jango foi a ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’⁹ realizada em São Paulo em 19 de março para mobilizar a opinião pública contra o governo e a política que poderia culminar, de acordo com eles, na implantação do comunismo no país. Nesse momento já haviam sinais da iminência de um golpe articulado para destituir o presidente. Mesmo assim, em 27 do

⁹ Essa passeata pública realizada no dia 19 de março de 1964 reuniu cerca de “500.000 mil pessoas” (BUENO, 2003, p.363-364) de diversos grupos opositores: grupos religiosos femininos (União Cívica Feminina e Campanha da Mulher pela Democracia, patrocinadas pelo IPES), parte das classes média e alta, grupos de extrema-direita, grupos centristas, integrantes do clero e políticos conservadores. À exemplo da marcha paulista, no Rio de Janeiro foi realizada outra passeata da oposição, em 2 de abril, onde estiveram presentes aproximadamente 200 mil pessoas segundo Bandeira (1977, p. 185), mas de acordo com Bueno (2003, p.363) seriam 1 milhão de participantes. Nesse caso, para comemorar a vitória dos militares e aclamar o novo regime.

mesmo mês Jango anistiou os participantes da ‘Revolta dos Marinheiros’¹⁰, e no dia 30 discursou em uma assembléia de sargentos no Automóvel Clube do Brasil¹¹. Para os opositoristas os argumentos imediatos para derrubar o presidente estavam postos. Em 31 de março de 1964, João Goulart perdeu o governo num golpe político-militar que implantou uma ditadura que permaneceu no poder por cerca de 20 anos.

Esse contexto particular, político-econômico estritamente brasileiro, ora apresentado, delinea uma visão macro do país. Porém, para caminhar na direção de se compreender o signo do discurso UFF no momento de sua criação torna-se agora necessário destacar dois aspectos contextuais relevantes e específicos para a análise da concepção da universidade em estudo: o contexto educacional [dimensão do conteúdo], e o arquitetônico e urbanístico [dimensão da forma].

5.1.1 Contexto educacional

No fim do Estado Novo, com a promulgação de uma nova constituição de caráter liberal e democrático (1946), a educação recuperou a condição de ser um direito de todos. Havia, então, a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e cabia à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Baseada nessa constituição o governo federal criou uma comissão com o intuito de elaborar um projeto para reformar a educação nacional como um todo. Essa comissão foi desdobrada em três subcomissões, uma para cada nível de ensino: primário, médio e superior. Em novembro de 1948 o anteprojeto resultante dessa comissão geral foi encaminhado para a Câmara Federal e por lá permaneceu por 13 anos. A discussão em torno do assunto foi polêmica e polarizada. De

¹⁰ A Revolta dos Marinheiros diz respeito aos acontecimentos ligados à ala esquerdista da marinha ocorridos em março. No dia 25, o então ministro da Marinha, Almirante Mota, determinou a prisão do líder da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, cabo José Anselmo, ex-militante da UNE que ingressou na Marinha para mobilizar os proletários navais. A entidade não era reconhecida pela marinha e reivindicava melhores salários e elegibilidade. Em 26 de março, mais de mil marinheiros e fuzileiros navais se entrincheiraram na sede do sindicato dos metalúrgicos em protesto contra as atitudes do ministro. No dia seguinte, o presidente, substituiu o ministro, soltou e anistiou os marinheiros rebelados (SKIDMORE, 1975, p.359). Com isso, a marinha aderiu ao golpe. Anos mais tarde descobriu-se que o cabo Anselmo era um agente policial infiltrado.

¹¹ O movimento dos sargentos brigava pela elegibilidade e era visto como um rompimento da hierarquia militar uma vez que reivindicava igualdade política para os não-oficiais.

um lado, os defensores da escola pública referenciados nos ideais da Escola Nova¹² – dos quais fazia parte Anísio Teixeira¹³ e Darcy Ribeiro¹⁴. E de outro, aqueles que defendiam os interesses dos donos dos estabelecimentos particulares de ensino em conjunto com a Igreja Católica, no que se refere à responsabilidade do Estado quanto à educação, cujo principal porta-voz era o deputado Carlos Lacerda. A Lei n.º 4.024 (BRASIL, 1961d) foi finalmente promulgada em dezembro de 1961 e aí prevaleceram os interesses do segundo grupo. No seu artigo número 95, a União se desobrigava de cooperar financeiramente com o ensino em especial no item 'c': “[...] financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor” (op. cit.). Como o país não priorizava a aplicação de recursos na rede oficial de ensino ocorreu a expansão da rede privada sem que a educação alcançasse os mais pobres, como era o propósito dos defensores da escola pública.

Apesar de as discussões sobre essa Lei de Diretrizes e Bases para a Educação terem mobilizado a atenção da sociedade pela sua importância e abrangência, outros acontecimentos marcaram esse momento da História da Educação no Brasil. A saber¹⁵: a

¹² A Escola Nova refere-se a um movimento de renovação do ensino ocorrido nos anos 20 do século XX, que defendia a escola pública, universal e gratuita para propiciar igualdade de oportunidades para todos. Anísio Teixeira era um de seus líderes, e trouxe para o Brasil as idéias do idealizador da escola nova americana, o pragmatista John Dewey. Na década de 60 essas idéias ainda estavam na ordem do dia. Todavia, no trabalho apresentado pelo professor Moacir Gadotti com a colaboração de Ângela Antunes, Paulo Roberto Padilha e Sônia Couto, membros do Instituto Paulo Freire (IPF), foram apresentadas teses sobre a obra de Paulo Freire. A tese número 26 mostra que Paulo Freire não compartilhava das idéias escolanovistas: “26 - A Pedagogia do Oprimido [livro de Paulo Freire] é tanto uma crítica à pedagogia tradicional (centrada no professor) quanto à Escola Nova (que nega a politicidade da educação). Por isso é errôneo chamar Paulo Freire de “escolanovista popular” (GADOTTI, 1996, p.7).

¹³ Anísio Teixeira, educador baiano, foi considerado o pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, para todas as classes sociais. Para ele a educação era a única maneira de construir uma sociedade democrática, que respeitasse a liberdade individual e sua responsabilidade com a coletividade. Defendia que a escola pública teria o propósito de promover a universalização da educação integral do homem comum. Ela deveria ser de tempo integral, laica, universal, obrigatória, e também, cuidar da higiene e saúde da criança. Em 1950 criou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque – em um bairro pobre e populoso de Salvador. Essa instituição foi pioneira no Brasil porque proporcionava a educação profissionalizante em tempo integral às populações carentes, e conseqüentemente a sua inclusão social. Os alunos participavam também de cursos de artes, esportes, marcenaria, couro, e corte e costura. Esse modelo serviu de inspiração para os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPS – do estado do Rio de Janeiro, na década de 1980 e, na década seguinte, aos Centros Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIAC), do governo federal.

¹⁴ Em outubro de 1955, com a eleição de JK o antropólogo Darci Ribeiro colaborou na elaboração das diretrizes para a educação no novo governo em parceria com o pedagogo Anísio Teixeira. Em 1957, passou a dirigir a divisão de estudos sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE/MEC). Em 1959 Darci Ribeiro foi designado, por decreto federal, para planejar a organização da Universidade de Brasília (UNB). No governo João Goulart, no ano de 1961 foi nomeado seu primeiro reitor e em agosto de 1962 assumiu o Ministério da Educação e Cultura.

¹⁵ O período do contexto em questão é 1956-1964, entretanto acontecimentos anteriores abriram campo a acontecimentos pós-56: Anísio Teixeira inaugurou em Salvador o Centro Popular de Educação (1950); o educador Lauro de Oliveira Lima iniciou uma didática – Método Psicogenético – baseada nas teorias de Jean Piaget (1953); a educação passou a ser administrada por um ministério próprio – o Ministério da Educação e Cultura (1953).

publicação do manifesto 'Mais uma vez convocados'¹⁶ elaborado por educadores e defensores da escola pública (1959); 13 universidades federais foram fundadas (1956 a 1964); foi criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958); no Rio Grande do Norte foram realizadas campanhas de alfabetização de adultos baseadas no método desenvolvido por Paulo Freire pela Prefeitura de Natal, e em Angicos (RN) o próprio educador pôde colocar em prática experiências de alfabetização de adultos (1961-1963); foi criada a Universidade de Brasília (1961); o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação foram fundados (1962); grupos de trabalho da Universidade do Brasil elaboraram diretrizes para a reforma da universidade brasileira (1963); o MEC estabeleceu o Plano Nacional de Educação e o Programa de Alfabetização. Todavia, do ponto de vista dos defensores da escola pública, em 1964 o golpe militar eliminou as possibilidades de transformações profundas que a educação brasileira vislumbrava, por serem consideradas, pela parcela conservadora da sociedade, iniciativas subversivas e de cunho comunista.

Nesse contexto educacional, destacamos uma contradição já apontada no início do capítulo: o governo JK, de um lado, dava grande ênfase à modernização e à racionalização do programa desenvolvimentista, onde a educação especializada teria um caráter propulsor do desenvolvimento; e de outro, a destinação de apenas 3,4% dos investimentos para atingir a meta 30 (indicava o setor de educação, mas não se referia ao ensino básico) do Plano de Metas (BRASIL, 1958). O investimento em educação era muito pequeno, apesar do alto índice de analfabetismo existente no Brasil. Segundo o 'Mapa do Analfabetismo no Brasil'¹⁷ (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s.d., a), 39,7% da população na faixa dos 15 anos ou mais era analfabeta em 1960.

Mas, no que se refere às universidades, no início da década de sessenta, alguns setores da sociedade brasileira, em especial professores e estudantes já manifestavam suas insatisfações e apontavam em direção à necessidade de uma reforma universitária que visasse a modernização do ensino superior para adequá-lo às emergentes exigências¹⁸ urbano-industriais daquele momento. Segundo Fernandes (1979) a reforma universitária no

¹⁶ O manifesto 'Mais uma vez Convocados' (TEIXEIRA, 1959) foi apresentado em 1º de julho de 1959, e reafirmava as idéias propostas pelos pioneiros da educação nova – que defendiam a escola pública, laica, gratuita e obrigatória – expressas no 'Manifesto dos Pioneiros' (TEIXEIRA, 1984), de 1932. Esse documento será interpretado mais adiante. Entre os seus diversos signatários destaco: os educadores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Darci Ribeiro; os sociólogos Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes; o historiador Nelson Werneck Sodré; o físico J. Leite Lopes; o jornalista Perseu Abramo.

¹⁷ Mapa do analfabetismo no Brasil, elaborado durante o governo Lula na gestão do ministro da educação Cristovam Buarque.

¹⁸ A universidade estava obsoleta para atender às demandas, tanto da indústria em expansão e consolidação, quanto da crescente procura pelo ensino superior que, pela intensidade, se transformou numa procura com caráter de massa.

Brasil surgiu, com relativo atraso em relação às sociedades latino-americanas, como um movimento que mobilizou professores, estudantes e funcionários, além de alguns grupos sociais externos à universidade. O movimento pela reforma era impregnado por questões políticas. Para a parcela dominante do movimento dos estudantes tornou-se impossível mudar a universidade sem que a sociedade fosse também transformada, daí o caráter político das ações estudantis. A reforma sob essa perspectiva procurava justapor as motivações de estudantes e dos professores à necessidade de ajustar a universidade às demandas educacionais e culturais da sociedade brasileira ora em transformação.

Essa mobilização inicial, embora tenha como emblema a criação da Universidade de Brasília (UNB)¹⁹, em 1961, na recém inaugurada capital federal, teve seu marco primeiro na criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica²⁰ – ITA em São José dos Campos/SP. A UNB não foi concebida como uma universidade qualquer. Seus idealizadores – Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira – achavam que essa nova universidade deveria ser tão inovadora quanto o plano arquitetônico e urbanístico na nova capital, e que se contraporía às instituições educacionais existentes consideradas obsoletas.

Mas a idéia de se criar uma universidade em Brasília, a principio, não expressava a concordância geral entre as autoridades. Aqueles que eram contrários não viam com bons olhos a convivência próxima entre estudantes e operários, na medida em que as aulas começariam antes das obras do campus estarem totalmente concluídas. Havia certa preocupação porque as entidades estudantis de caráter revolucionário buscavam uma aproximação com as camadas populares e operárias para contribuir para a sua conscientização e uma possível reversão das estruturas de dominação. Nesse caso a idéia de universidade estava agregada à de prováveis turbulências próximas ao governo central. Isso não interessava àquelas autoridades vinculadas a uma visão de mundo conservadora. O presidente JK não estava certo se uma nova

¹⁹ Segundo Cunha (1983, p.256), a Universidade de Brasília “foi a primeira universidade que dispensou a integração de escolas isoladas, pois nasceu de um plano definido de institutos, centros, faculdades e outras unidades. A concepção desta universidade valeu-se da contribuição de vários setores da intelectualidade brasileira, em especial de professores universitários, mediatizados ou não pela SBPC, recebendo aplausos dos estudantes na primeira hora. A Universidade de Brasília, embora criada pelo governo federal, não teve forma autárquica como as demais. Foi organizada como fundação, inaugurando um padrão copiado pelas universidades federais que surgiram depois.” Cabe esclarecer que o padrão copiado diz respeito ao modelo de universidade e não a sua forma de organização em uma fundação como sugere a citação.

²⁰ O ITA começou a funcionar em 1947 no Rio de Janeiro e transferiu-se para São José dos Campos em 1950. Na estrutura do Instituto os professores não ocupavam cátedra vitalícia, a organização era departamental, os professores e estudantes residiam no campus e dedicavam-se exclusivamente ao ensino e pesquisa e o currículo era flexível. Além disso, o campus foi estruturado por um desenho urbano e edificações modernistas, e localizado fora da cidade, à margem da rodovia Rio/SP. Segundo Cunha (1983, p.155), “a existência do ITA como ilha de ensino superior moderno num mar de escolas arcaicas animou os reformadores do ensino, principalmente aqueles que viam na sua modernização o caminho necessário para que o país adquirisse a maioridade científica e tecnológica, indispensável, por sua vez, para viabilizar o rompimento dos laços de dependência do exterior, ou, então, para os reforçar, no intuito de modernizar o país, começando pelo sistema educacional, à margem do paradigma do país capitalista hegemônico – o mais “desenvolvido”.”

universidade deveria ser pública ou privada. O clero pressionava para que fosse uma universidade católica. De qualquer modo, em geral aqueles ligados à consciência crítica do país não vislumbravam uma nova capital sem uma universidade pública. Mesmo assim, Anísio Teixeira teve seus momentos de dúvidas como vemos em seu relato:

Não fui, de início, entusiasta de uma Universidade em Brasília. Fundamentalmente contrário à idéia de Metrópole, nunca achei que a Capital de uma República devesse necessariamente possuir uma Universidade. Brasília deveria ser apenas a sede do governo. Vi, porém, transformada em lei, durante o último ano, o projeto de criação de nada menos de onze Universidades! Diante disto, logo percebi que, mais dia menos dia, Brasília teria a sua Universidade e, a tê-la, que a tivesse certa: aderi, então, à idéia de Darcy Ribeiro e, não só à idéia, ao plano Darcy Ribeiro. Esse plano é uma exata correção dos defeitos mais graves de que sofrem as universidades brasileiras em sua mistura de anacronismo e deformações congênitas (TEIXEIRA; RAMOS; CARDOSO, 1961).

A proposta da criação da Universidade de Brasília foi encaminhada ao Congresso por JK no dia da inauguração da capital – 21 de abril de 1960 –, mas só em 15 de dezembro de 1961 o presidente João Goulart sancionou a Lei n.º 3.998 (BRASIL, 1961c) que instituiu a mantenedora da futura universidade, a Fundação Universidade de Brasília – FUB. Em Janeiro de 1962 os membros do conselho diretor da FUB foram empossados, e o estatuto e a estrutura da UNB foram aprovados. Na primeira reunião do conselho, Darcy Ribeiro foi eleito presidente do conselho e reitor, e Anísio Teixeira vice-reitor.

A nova universidade foi estruturada em uma série de institutos centrais, voltados para as letras, as artes e as ciências, para ministrar os cursos básicos em qualquer área do conhecimento e eram, também, responsáveis pela pesquisa e pela formação de cientistas e humanistas; ao passo que as faculdades se encarregavam da formação profissional. A organização em institutos centrais permitiria a flexibilização dos currículos e evitaria a, então criticada, rigidez programática das universidades existentes.

Essas experiências inovadoras produziram reações conservadoras que conduziram à formação de resistências à mudança necessária e desejada por parte da sociedade. Nesse sentido, no mesmo momento de criação desse símbolo do ensino superior modernizado – a Universidade de Brasília – foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, paradoxalmente, mantinha a cátedra vitalícia²¹ nos moldes previstos na Constituição de 1946. Isto nos indica que, para que houvesse de fato uma transformação na universidade era

²¹ De acordo com Ribeiro (1960, p.36), a cátedra significava o "loteamento do saber em províncias vitalícias, outorgáveis através de certos procedimentos de seleção, que asseguram a um professor-donatário a propriedade do ensino de uma disciplina, em certa série de dado curso a determinada faculdade. Após o concurso o usufrutário vitalício da cátedra se liberta da obrigação de estudar e de atualizar-se. Pairando acima de qualquer juízo, orienta o ensino como bem entende ou desentende, se quiser, pode dar ou não aulas e até ensinar outra disciplina, desde que esta não tenha donatário".

necessário que ocorresse uma modificação estrutural na própria ordem social para que a função societária das instituições-chave fosse alterada. De mais a mais, aqueles que compartilhavam uma visão crítica a respeito da educação vislumbravam uma universidade que estivesse à altura das exigências educacionais baseadas na ciência e na tecnologia. Para esses a reforma universitária era indissociável da destruição do monopólio do poder conservador das camadas alta e média, por isso não queriam só reorganizar o ensino superior, mas construí-lo sobre novas bases que superassem o estado de dependência cultural externa. Nesse sentido, o movimento pela reforma universitária teria de emergir de um processo interno à própria universidade apoiado em um amplo processo de reconstrução social.

Em 1964, o golpe militar frustrou essas expectativas reformistas²² e abriu espaço para transformações conservadoras. No que se seguiu, inclusive com a tentativa de desmantelamento da UNB, impôs-se a visão ideológica das elites no poder. De acordo com Ribeiro (1978, p.133),

a experiência inovadora de Brasília durou apenas quatro anos: de 1961 a 1965. Com a queda do Presidente Goulart, a preocupação do governo que o sucedeu e de seus representantes provocou a demissão de todos os professores capacitados a implantá-la. Assim, foi destruído o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira que aguarda sua restauração.

Os governos militares levaram adiante duas intenções de cunho conservador: destruir o processo em curso e equacionar a questão da reforma universitária canalizando as inevitáveis alterações qualitativas para um sentido estritamente técnico, além do mais com mecanismos de tutela. Assim, pode-se ver que a reação daqueles que eram contrários a mudanças estruturais, em vez de negarem a necessidade da reforma universitária, preferiram tomar a frente do processo para organizá-lo segundo seus interesses, conveniências e valores.

Portanto, do contexto educacional, o que concerne ao momento de criação da UFERJ foram as idéias que envolveram a discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no âmbito dos debates sobre a escola pública e a escola privada, bem como a criação da Universidade de Brasília que, embora tenha sido concebida um pouco depois, serviu de modelo para as universidades criadas e implantadas na década de sessenta. Assim sendo, nesse contexto educacional do período 1956/1964 situa-se um dos elos do signo UFF, aquele ligado à idéia de universidade.

²² As expectativas da sociedade em relação à reformulação da universidade foram ao encontro das políticas de transformação na estrutura econômica e social do governo João Goulart, onde a reforma educacional - da qual a universitária era parte fundamental - era uma das reformas de base propugnadas pelo governo, como já visto anteriormente no contexto 1956/1964 (item 5.1).

5.1.2 Contexto arquitetônico e urbanístico

Em 1960, a arquitetura moderna brasileira era considerada experiência de vanguarda e servia de modelo para o mundo latino-americano em vias de desenvolvimento, segundo Benévolo (1976). O fato relevante daquele período, como já visto anteriormente, foi a construção de Brasília que juntou a um só tempo e lugar a arquitetura e o urbanismo modernistas. Tanto um quanto o outro eram forças inovadoras que significavam o rompimento com uma situação tradicional. A partir da construção da capital do país nesses moldes, esse modelo de cidade adquiriu uma dimensão simbólica e um caráter oficial, e embora no início da sua implantação a aceitação não tenha sido uma unanimidade, o governo JK a entendia como uma fonte de inspiração para o desenvolvimento nacional que todo o país iria imitar (HOLSTON, 2005).

No Plano Piloto de Brasília o próprio autor do projeto – o arquiteto Lúcio Costa – destinou uma área para a UNB²³ junto com as formulações gerais para a capital em 1960 (figura n.º 1), porque já a concebeu como um pólo intelectual provido de uma universidade (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962). Cidade e universidade foram idealizadas segundo o ideário modernista.

De acordo com o Plano Orientador da Universidade de Brasília,

o campus [...] foi situado por Lúcio Costa entre a Asa Norte e o Lago, numa área de 257 hectares, correspondente à zona destinada, na Asa Sul, à sede das Embaixadas. É circundada por uma larga estrada que corre ao longo do Lago – a Via da Universidade – no meio da qual se encontra a Praça Maior onde se concentram os edifícios de interesses comuns à Universidade e à cidade. [...] Um dos característicos mais nobres do plano [...] é o de deixar livre todo o conjunto de terrenos como um vasto parque aberto à população e que será tratado, paisagisticamente (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p.?).

O plano considerava o acesso principal pela Praça Maior e previa na grande área gramada a implantação dos Institutos Centrais (IC), de onde partiriam os setores destinados às faculdades. Além disso, apresentou alguns esboços de Oscar Niemeyer para alguns edifícios que seriam erguidos nessa praça. Entretanto, com relação a esses desenhos, em 1963/64, um outro plano foi produzido pelo Centro de Planejamento – CEPLAN, dirigido pelo referido arquiteto, e incluiu algumas revisões: especialmente, os ICs foram reunidos em uma única edificação, o Instituto Central de Ciências – ICC. Esse bloco de 720 metros de extensão foi definido como o elemento estruturador de toda a implantação

²³ A Lei n.º 3.998 de 15.12.1961 (BRASIL, 1961c), que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, assegurou como patrimônio da Fundação, entre outros itens: “b) terrenos destinados, no Plano Piloto, à construção de uma universidade em Brasília”.

do campus da UNB porque agregava no mesmo local as atividades básicas dos institutos e faculdades de toda a universidade, os departamentos, as salas de aula, os laboratórios, e anfiteatros. Ele foi elaborado a partir de preceitos modernistas – flexibilidade e racionalidade estrutural da arquitetura – em forma de bumerangue (figura n.º 2). Após 1964 outros planos urbanísticos foram desenvolvidos sem a direção de Niemeyer²⁴.

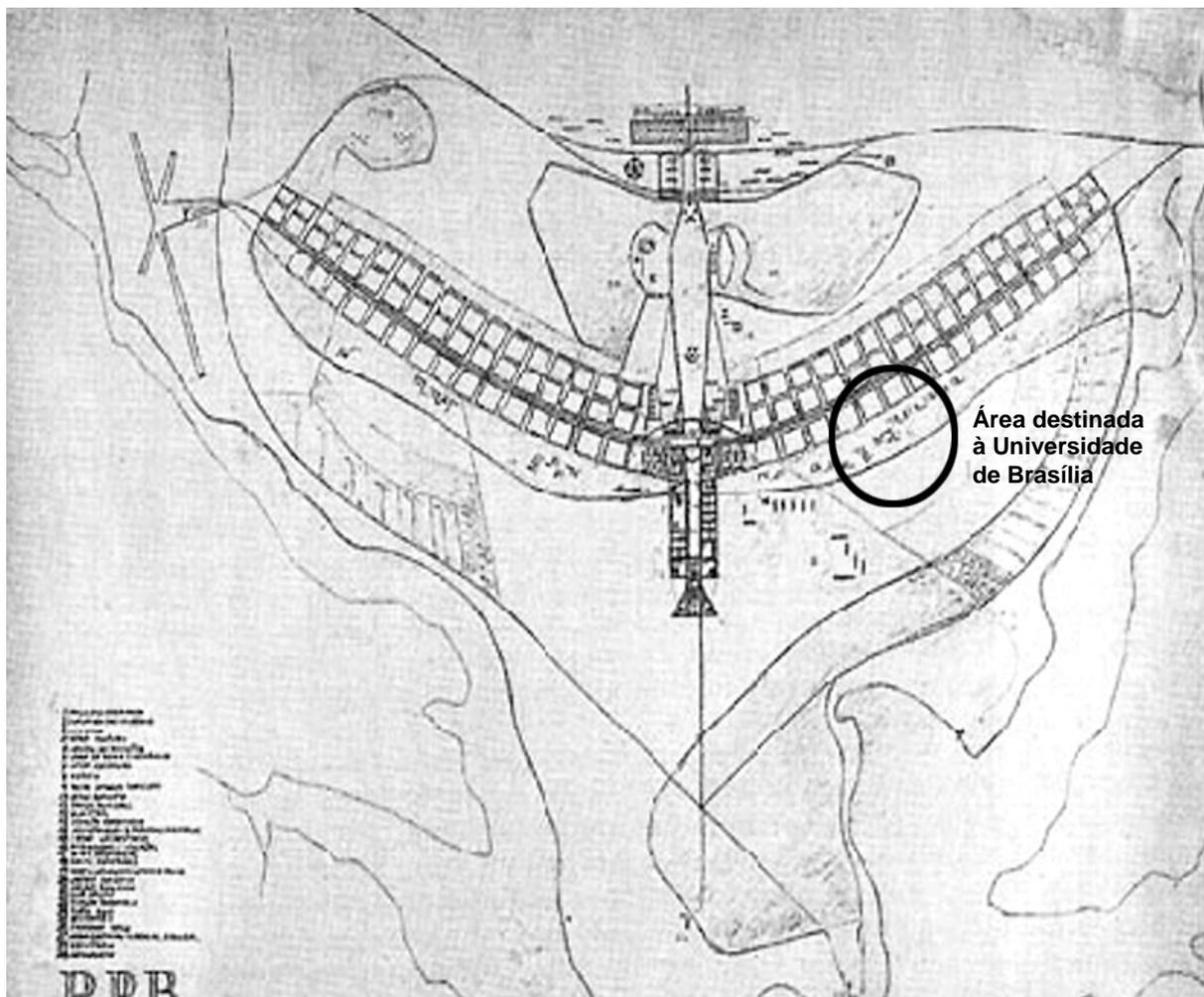


Figura n.º 1 – Imagem do Plano Piloto.

Fonte: Lúcio Costa: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. In: FREYRE, Gilberto. Brasília, DF: prós e contras. *Revista ViverCidades*. 2006. Disponível em: <http://www.vivercidades.org.br/publica222/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=25&inoid=1010&sid=5>. Acesso em: 14 dez. 2007.

Portanto, nesse contexto específico localiza-se um outro elo do signo UFF, aquele relacionado à dimensão da configuração física, uma vez que as formas arquitetônicas e urbanísticas modernistas da cidade e da Universidade de Brasília constituíram-se como modelos para a maneira peculiar de territorialização das universidades

²⁴ Para uma análise completa do projeto do campus da UNB ver Rodrigues (2001, p. 105-115).

federais brasileiras concebidas na década de 1960, considerando que todas as universidades federais seguiram a mesma legislação, a mesma LDB.

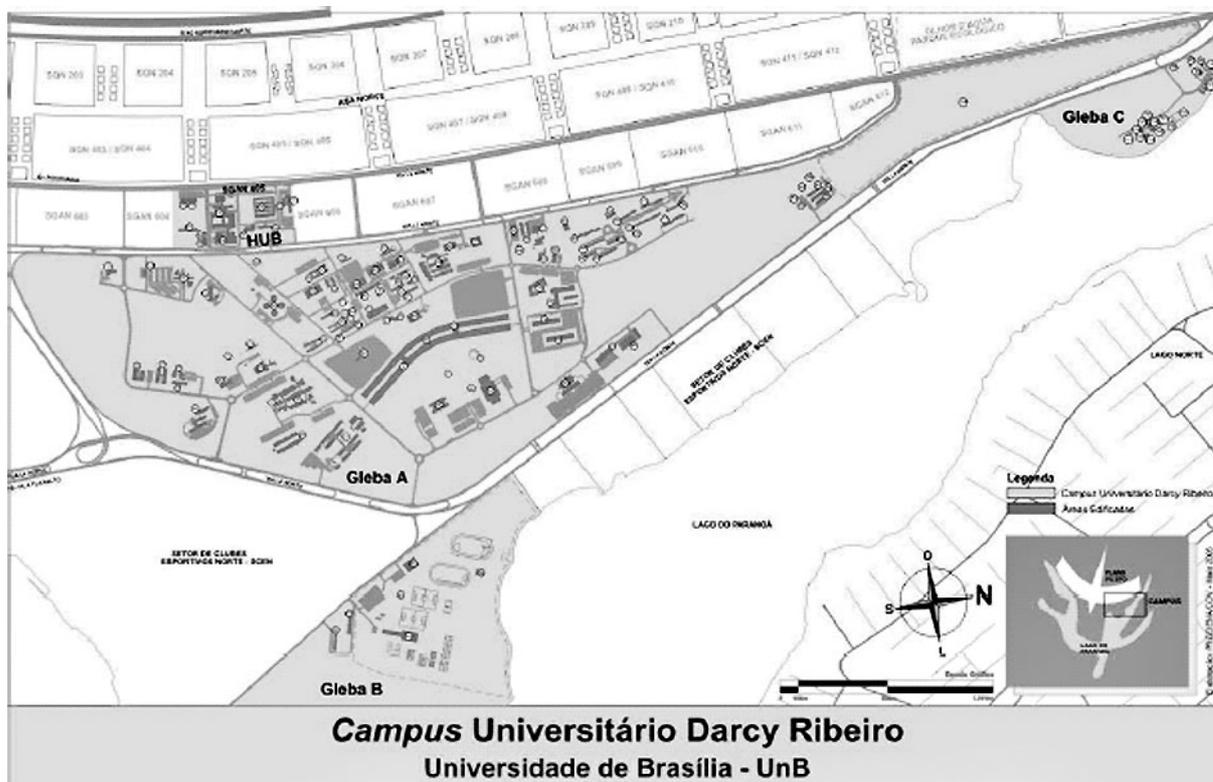


Figura n.º 2 – Planta da Universidade de Brasília.

Fonte: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Prefeitura do Campus – PRC. *Plantas do Campus*. Brasília, DF: 2007.

Disponível em: <http://www.prc.unb.br/site/index.php?cmd=downloads/downloads_plantas.php>. Acesso em: 3 dez. 2007.

Pode parecer um paradoxo, que tanto a LDB quanto a opção pela arquitetura modernista tenham permanecido após a instalação dos governos militares que aconteceu poucos anos mais a frente. Entretanto, o que vai variar será o caráter e as finalidades que a legislação educacional e a arquitetura modernista vão adquirir face ao novo regime. Com relação à legislação educacional e a sua reforma, o capítulo 6 irá mostrar a inflexão do rumo da Reforma Universitária para o lado conservador que ocorreu durante o processo de elaboração e implantação da legislação e o desdobramento disso na universidade pública federal brasileira. E sobre a arquitetura e o urbanismo modernistas, como foi visto no capítulo 3 (item 3.5), estes signos, cujas formas modernistas (significante) têm um caráter inovador e modernizante (significado), podem assumir sentidos diversos e atender a grupos sociais de interesses diferentes (comunistas e capitalistas). A distinção entre os grupos expressou-se na intenção de cada um deles na adoção da arquitetura modernista, pelo sentido que ela adquiriu para si (do caminho para o socialismo para uns; de instrumento ao desenvolvimento capitalista para outros). Para o governo brasileiro elas significaram o

rompimento com o passado de subdesenvolvimento. A disputa pela hegemonia dos sentidos ocorreu no plano político e prevaleceu o vínculo a um tipo de desenvolvimento de caráter nacionalista que, por este aspecto, não foi rompido com a ascensão dos militares. Além disso, ao longo da década de sessenta os valores da arquitetura modernista foram sendo internalizados, cristalizados e consolidados como um cânone pela sociedade brasileira. Por isso foi possível o mesmo tipo de forma continuar a ser implantado. Somente a partir dos anos oitenta, como indicado no capítulo 4 (item 4.4) e como será comentado no contexto arquitetônico e urbanístico relativo ao projeto do campus da UFF (sub-item 6.1.2), surgiram indícios de mudanças e críticas ao modelo ora instituído que, porém, não passaram da etapa de projeto²⁵.

Retomando a questão da institucionalização do modelo de universidade, bem como da sua forma de territorialização, no caso da Universidade de Brasília a intenção e o seu significado para o governo foi explicitamente declarada pelo então Ministro da Educação e Cultura, Antônio de Oliveira Brito, em pronunciamento na aula inaugural da Universidade:

a Universidade de Brasília nasce sob o compromisso de realizar a integração da educação nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do País. [...] instala-se a Universidade que, sendo a mais jovem, possui já estrutura e alma para servir de exemplo às demais (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1962, p.?).

5.1.3 Identificação e caracterização dos Sujeitos Discursivos

Cabe agora identificar as posições de sujeito presentes no contexto em questão e os respectivos sujeitos discursivos específicos do dialogismo referente à criação da UFERJ.

A partir de análise da conjuntura internacional e nacional da época identifiquei, nos termos da metodologia adotada, duas linguagens mais gerais que designei como 'crítica' e 'não-crítica'.

A visão de mundo crítica traz no seu âmago as idéias de classe, emancipação, liberdade, igualdade, fraternidade, planejamento, laicismo, justiça social, progresso e racionalidade. Essa linguagem pode ser desmembrada em duas: uma de caráter crítico revolucionário, cujas categorias centrais são comunismo, revolução e progresso (referido à idéia de revolução); e uma linguagem crítica de caráter evolucionista onde o socialismo, e

²⁵ Para maiores detalhes consultar Rodrigues (2001).

também, a reforma e o progresso seriam pontos principais, mas tomados em sentido evolutivo, objetivando a emancipação por processo não revolucionário.

A outra linguagem, por sua vez, de caráter não-crítico, tem por fundamento as idéias de capitalismo e a de sociedade fundada na ordem e no progresso (sentido evolutivo, sem projeto de mudança no tipo de sociedade), a ser construída por intermédio de valores como os da tríade tradição, família e propriedade; e de valores cristãos, como o de caridade. Essa linguagem não-crítica também valoriza a legalidade estabelecida e considera a sociedade como formada por grupos funcionais. Ela pode ser subdividida em três tipos: preservacionista, conservadora e liberal. No primeiro o desenvolvimento é entendido como crescimento econômico e está centrado na burguesia nacional industrial e na atividade produtiva do Estado. Esta linguagem tem um caráter desenvolvimentista, mas conservador em termos políticos e sociais. Ela considera a reforma institucional. No segundo tipo, a idéia de desenvolvimento também é entendida como crescimento econômico, mas estrutura-se tendo por suposição inquestionável a permanência do arranjo oligárquico dominante. Nos aspectos políticos, sociais e econômicos, como sua própria designação indica, é conservadora. Essa linguagem é contra qualquer reforma substantiva do estado. No último, o desenvolvimento não é mais do que crescimento econômico e tem por meio primordial a internacionalização do capital, o livre mercado e a não-intervenção estatal. Nesta linguagem os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e científicos têm por base a liberdade individual frente à ingerência do estado.

As linguagens apresentadas fundamentam os discursos dos sujeitos. Nos termos da metodologia assumida os discursos se objetivam dentro de um idioma e, além disso, expressam línguas de caráter sócio-ideológico. Essas línguas se especificam por categorias e modos expressivos particulares. Os discursos são ainda marcados por características enunciativas correspondentes ao tipo de sujeito discursivo, o que é aqui designado por voz. O conjunto articulado de linguagem, língua e voz (LLV), como visto, configura a posição de sujeito (PS) a partir da qual determinado sujeito discursivo concreto fala²⁶. No contexto particular brasileiro apresentado identificamos um conjunto de sujeitos discursivos, como presentes de modo significativo ao dialogismo do processo de criação da UFERJ. Esses sujeitos e suas respectivas características de LLV compõem o quadro apresentado a seguir: 'Identificação dos Sujeitos Discursivos e de suas respectivas posições de sujeito' – Contexto da época da criação e implantação da UFERJ – 1956/1964 (Quadro n.º 3). Cabe esclarecer que o posicionamento dos sujeitos discursivos no quadro diz respeito à sua caracterização dominante.

²⁶ Cf. capítulo 2.

Quadro n.º 3 – IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DISCURSIVOS E DE SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES DE SUJEITO						
Contexto da época da criação e implantação da UFERJ - 1956/1964						
LINGUAGENS		LÍNGUAS	VOZES	SUJEITOS DISCURSIVOS	FONTES	
Crítica sociedade de classes; emancipação; liberdade, igualdade, fraternidade; laicismo; planejamento; racionalidade; justiça social; progresso.	Revolucionária Revolução; progresso e desenvolvimento (referidos à perspectiva de emancipação por processo revolucionário); comunismo	Acadêmica Ciência revolucionária, formação crítica universal, combate ao analfabetismo.	Docentes ligados ao PCB ou identificados à sua posição política.	Darcy Ribeiro, Hélio Marques da Silva ²⁷ e Nunes Mendonça.	Declarações, entrevistas, artigos assinados no jornal Novos Rumos, livros.	
		Arquitetônica e urbanística Estética, arte, ciência e tecnologia revolucionárias.	Arquitetos modernistas ligados ao PCB ou identificados à sua posição política.	Oscar Niemeyer. [agente ativo apenas no contexto]	Declarações e projetos.	
		Estudantil Ciência revolucionária, educação libertária universal, combate ao analfabetismo.	Entidades estudantis sob hegemonia de correntes políticas revolucionárias	UNE ²⁸ – União Nacional dos Estudantes.	Documentos ou declarações oficiais.	
				UBES/Rio – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e UMES – União Metropolitana de Estudantes Secundaristas. [agentes ativos apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.	
		Jornalística Crítica social e política a partir de fatos do cotidiano, enaltecimento de valores, símbolos e personagens históricos revolucionários.	Órgãos de imprensa ilegais ligados ao PCB ou identificados à sua posição política.	Jornal Novos Rumos.	Editoriais e matérias de articulistas do jornal; Coleção do jornal.	
	Partidária Vanguarda, centralismo democrático, ditadura do proletariado, dominação.	Partidos e organizações clandestinos.	PCB – Partido Comunista Brasileiro PC do B – Partido Comunista do Brasil. [agentes ativos apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.		
	Evolucionista Reforma; progresso e desenvolvimento (referidos à perspectiva de emancipação por processo evolutivo, não-revolucionário); socialismo.	Acadêmica Formação humanista universal, humanismo tecnológico, ciência, combate ao analfabetismo.	Educadores e/ou docentes ligados ao movimento Escola Nova.	Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.	Manifestos, documentos, declarações, livros.	
		Arquitetônica e urbanística Estética, arte, ciência e tecnologia evolucionistas.	Arquitetos modernistas identificados com as posições evolucionistas.	Lúcio Costa. [agente ativo apenas no contexto]	Declarações, projetos, livros.	
	Não-Crítica tradição; família; propriedade; valores cristãos (caridade); sociedade de grupos funcionais (empresários/trabalhadores); legalidade; ordem e progresso (sentido evolutivo, sem projeto de mudança no tipo de sociedade); capitalismo.	Preservacionista Caráter desenvolvimentista, conservador em termos políticos e sociais. Desenvolvimento centrado no crescimento econômico capitaneado pela burguesia industrial nacional e apoiado na atividade produtiva do estado.	Acadêmica Educação modernizada; conhecimento científico/técnico; ciência; técnica; educação para o trabalho.	Docentes identificados ao nacional desenvolvimentismo.	Diretores das Escolas e Faculdades fluminenses que lutavam pela criação da UFERJ; Membros do Conselho Universitário da UFERJ: Dioclécio Dantas de Araújo (E. F. Odontologia); Álvaro Sardinha (F. Direito de Niterói).	Manifestos ou declarações coletivas e/ou individuais. Atas do Conselho Universitário da UFERJ.
			Capitalista industrial Racionalidade, técnica, industrialização, eficiência, produtividade, profissionalização.	Entidades empresariais identificadas ao nacional desenvolvimentismo.	CNI - Confederação Nacional das Indústrias. Pres.: Lídio Lunardi.	Documentos oficiais, Artigos em jornais
Estatal Reforma institucional, planejamento, racionalidade, técnica, aceleração do crescimento.			Membros dos poderes executivos e legislativos vinculados aos partidos nacional desenvolvimentistas ou identificados às suas posições políticas.	Membros do poder executivo: Presidente Juscelino Kubitschek (PSD) ²⁹ ; Presidente João Goulart (PTB), Governador Roberto Silveira (PTB), Min. Clóvis Salgado e outros.	Pronunciamentos, políticas, planos.	
	Membros do poder legislativo: Dep. Fed. (RJ) Augusto de Gregório; Dep. Fed. (RJ) Paiva Muniz, Dep. Fed. César Prieto (PTB/RS) e outros.	Diários do Congresso Nacional; pronunciamentos no congresso nacional; artigos em jornal.				

Continua na página seguinte

²⁷ Presidente do Sindicato do Ensino Comercial, Primário e das Artes do Rio de Janeiro.

²⁸ Ver nota n.º 45, deste capítulo, sobre as posições ideológicas das direções da entidade.

²⁹ No que se refere ao presidente JK é importante registrar que, embora ele pertencesse a um partido conservador (PSD), o seu governo foi constituído em aliança com o PTB e suas ações de cunho nacional desenvolvimentista o posicionaram como sujeito discursivo preservacionista e um dos principais enunciadores do discurso estatal preservacionista.

Quadro n.º 3 – continuação					
LINGUAGENS		LÍNGUAS	VOZES	SUJEITOS DISCURSIVOS	FONTES
Não-Crítica	Preservacionista	Estudantil Educação modernizada; conhecimento científico/técnico, educação para o desenvolvimento, formação técnico-profissional.	Entidades estudantis sob hegemonia de correntes políticas nacional desenvolvimentistas.	UFE – União Fluminense dos Estudantes; Diretórios UFERJ; DCE – UFERJ. João Kiffer Netto; Cláudio Moacyr de Azevedo (presidentes da UFE). Rameau Mendonça Quintanilha (pres. Diretório-CAEV)	Documentos oficiais, pronunciamentos na imprensa. Atas do Conselho Universitário da UFERJ.
		Partidária Reforma institucional, planejamento, racionalidade, técnica, aceleração do crescimento, democracia, legalidade.	Partidos nacional desenvolvimentistas.	PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e PTN – Partido Trabalhista Nacional. [agentes ativos apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.
	Conservadora Caráter conservador em termos políticos, sociais e econômicos. Crescimento econômico, centrado nas oligarquias agrárias tradicionais.	Acadêmica Formação superior clássica; conhecimento técnico; educação de massa para o trabalho.	Docentes identificados à posição conservadora.	Diretores das Escolas e Faculdades fluminenses que lutavam pela criação da UFERJ; Membros do Conselho Universitário da UFERJ: Durval Baptista Pereira (F. F. Filosofia); Otávio Cantanhede (E. F. Engenharia).	Manifestos ou declarações coletivas e/ou individuais; atas do Conselho Universitário da UFERJ; reportagens no jornal 'O Fluminense'.
		Estatal Ordem; não-reforma; planejamento; racionalidade.	Membros dos poderes executivos e legislativos vinculados aos partidos conservadores ou identificados às suas posições políticas.	Membros do poder executivo: Gov. Celso Peçanha (PSD); e outros.	Pronunciamentos; políticas de trabalho; planos.
				Membros do poder legislativo: Dep. Fed. Vasconcelos Torres (PSD); Dep. Fed. Tarso Dutra, Dep. Fed. Martins Rodrigues (PSD/CE) e outros.	Diários do Congresso Nacional. Pronunciamentos no congresso nacional; artigos na imprensa.
				Poderes legislativos: Congresso Nacional, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e Câmara dos Vereadores de Niterói.	Instrumentos legais; Diários do Congresso Nacional.
		Estudantil Conhecimento técnico; tradição; educação universal para o trabalho.	Entidades estudantis sob hegemonia da posição conservadora.	AMES – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. [agente ativo apenas no contexto]	Documentos oficiais, manifestações na imprensa.
		Jornalística Crítica das perspectivas revolucionárias e progressistas, enaltecimento de valores, símbolos e personagens históricos da tradição.	Órgãos de imprensa legal identificados à posição política conservadora.	Jornal O Fluminense.	Editoriais e matérias de articulistas.
		Partidária Ordem, planejamento, técnica, racionalidade, legalidade, capitalismo.	Partidos conservadores	PSD – Partido Social Democrático ³⁰ ; PDC – Partido Democrata Cristão. [agentes ativos apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.
	Liberal Caráter liberal em termos políticos, sociais, econômicos e culturais. Não intervenção estatal. Desenvolvimento entendido como crescimento econômico, centrado no capital internacional e no livre mercado.	Estatal Racionalidade, propriedade, livre mercado, regulação.	Membros dos poderes executivos e legislativos ligados aos partidos liberais ou identificados às suas posições políticas	Membros do poder executivo: presidente Jânio Quadros ³¹ (PTN); Min. Brígido Tinoco e outros. Membros do poder legislativo: Dep. Fed. Lauro Cruz (UDN/SP); Dep. Fed. Afonso Arinos (UDN/GB), Dep. Fed. Paulo Sarazate (UDN/CE), Vereador Nilo Neves (UDN) e outros.	Planos; pronunciamentos à imprensa ou no parlamento. Pronunciamentos no Congresso Nacional; artigos em jornal; instrumentos legais; Diários do Congresso Nacional.
		Jornalística Crítica das perspectivas revolucionárias e progressistas, defesa da preservação das instituições representativas liberais, enaltecimento de valores, símbolos e personagens históricos da tradição.	Órgãos de imprensa legal identificados à posição política liberal.	Jornal O Globo.	Editoriais e matérias de articulistas.
		Partidária Racionalidade, propriedade, mercado, crescimento.	Partidos liberais.	UDN – União Democrática Nacional. [agente ativo apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.

³⁰ Apesar do nome, este partido não estava ligado à Social Democracia. O PSD foi fundado em 17.07.1945 como o apoio de Getúlio Vargas.

³¹ Como já sinalizado antes, o posicionamento dos sujeitos discursivos no quadro refere-se às suas idéias e ações hegemônicas, por isso JQ mesmo sendo do PTN foi classificado como 'liberal'.

No quadro acima foram identificados os sujeitos discursivos presentes no período 1956/1964, correspondente ao momento de criação e implantação da UFERJ, futura UFF. Na próxima seção explicitarei os significados dos discursos desses sujeitos referentes à idéia de universidade e à concepção da UFERJ, para, confrontando esses significados, interpretar os sentidos que adquiriram para seus álteres.

5.2 O DIALOGISMO RELATIVO AO TEMA UNIVERSIDADE

O principal debate no campo da educação nos anos 1956/1964, como já visto, tratava da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação³², principalmente no âmbito das argumentações entre os defensores da escola pública e os adeptos da escola privada. Nessa discussão, os interlocutores dialógicos foram identificados durante a investigação empírica tanto no campo da sociedade civil³³ como no do Estado. Esse embate, no entanto, não ficou apenas restrito ao plano das idéias. Essas, em seus pontos hegemônicos, foram materializadas em um conjunto de “instrumentos legais” que organizaram o funcionamento do sistema educacional.

As relações discursivas que se estabeleceram na discussão da LDB no plano nacional configuraram o dialogismo entre os sujeitos discursivos identificados. Especificamente, as relações discursivas se estabeleceram primordialmente entre: entidades estudantis, docentes de diversos matizes ideológicos, diretores de faculdades isoladas que formaram a UFERJ³⁴, membros do Conselho Universitário da UFERJ, os jornais O Globo, O Fluminense e Novos Rumos³⁵, a Confederação Nacional da Indústria – CNI e membros dos poderes executivo e legislativo, principalmente no que se refere às idéias de escola pública e universidade.

³² Lei n.º 4.024 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961d).

³³ Considero como “Sociedade Civil” o domínio societário constituído por práticas, instituições e relações estabelecidas fora do âmbito estatal.

³⁴ Cabe esclarecer que, como a UFERJ foi instituída pela junção de várias escolas e faculdades, os diretores dessas unidades isoladas passaram a compor o quadro de seu Conselho Universitário.

³⁵ Para a definição do intervalo de tempo a ser investigado nos jornais tomei como ponto de referência a data de criação da UFERJ – 18 de dezembro de 1960. Por isso iniciei a pesquisa um ano anterior à referida data para que fosse possível identificar a discussão que precedeu a sua criação, e um ano posterior para observar a repercussão da sua implantação.

Consideramos, para efeitos de interpretação, que o discurso de um sujeito discursivo no contexto em causa é formado pelo conjunto de seus singulares pronunciamentos³⁶.

Nos discursos componentes do dialogismo em pauta havia um significado em comum: a insatisfação com a escola pública em geral e, em especial, com a universidade. Nesse aspecto eles eram uníssonos ainda que com razões e interesses distintos. Mas as dissonâncias eram diversas e poderão ser observadas no que segue.

O jornal *Novos Rumos* (NR) – órgão de imprensa oficial do Partido Comunista Brasileiro, clandestino no período – se posicionava a favor de uma sociedade mais justa, que não fosse a capitalista. Por isso, abriu espaço para jornalistas, estudantes, intelectuais e docentes que lutavam pela escola pública, a qual, na perspectiva do jornal e considerando o debate sobre a universidade, via a possibilidade de instrumentalização da sociedade para sua emancipação. Por outro lado, dois veículos da imprensa legal defendiam valores predominantemente ligados à tradição e ao capitalismo: o jornal de circulação nacional e identificado à posição política liberal – *O Globo* –, e o jornal de alcance regional vinculado à posição política conservadora – *O Fluminense*. O jornal *O Globo* mesmo expressando uma hegemonia de idéias liberais, enquanto veículo de comunicação possibilitou a manifestação de aliados de seu mesmo espectro ideológico e de posições políticas próximas, como preservacionistas e conservadores³⁷.

O jornal NR³⁸ tinha um caráter pedagógico. Procurava mostrar aos destinatários da publicação – trabalhadores em geral e outros partidos – que a necessidade da reforma educacional já era sentida por alguns educadores desde a década de trinta. Segundo o jornal, esses educadores definiam o sistema educacional como arcaico em sua organização, inoperante em seus serviços e precário no que dizia respeito às suas instalações. No entanto, somente em 1948 chegou ao Congresso um projeto que buscava resolver a questão, mas não teve andamento (DIRETRIZES, 1960). O assunto retornou com a apresentação de um substitutivo – de caráter ‘reacionário’ segundo classificação do NR –

³⁶ Os pronunciamentos dos sujeitos discursivos foram retirados: dos principais veículos oficiais de comunicação da época – as coleções dos jornais *O Fluminense* (1960 a 1961) e *O Globo* (dezembro de 1960) –; da coleção do jornal clandestino *Novos Rumos* (1959 a 1964); dos documentos oficiais da UNE – a Declaração da Bahia (1961) e a Carta do Paraná (1962) –; do manifesto dos intelectuais ‘Mais uma vez convocados’ (1959); do ‘Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek’ (1958); do ‘1º Plano Nacional de Educação’ (1962); dos instrumentos legais (Lei n.º 4.024/61, Lei n.º 3.998/61 e Decreto n.º 500/62) e das atas do Conselho Universitário da UFERJ/UFF (1961 a 1965).

³⁷ Os jornais têm um duplo papel: são sujeitos discursivos que se expressam por seus editoriais e pelas matérias que seguem a sua posição de sujeito; e ao mesmo tempo, veículo dos discursos de outros sujeitos discursivos que podem, ou não, compartilhar sua visão de mundo.

³⁸ O discurso desse sujeito discursivo foi configurado a partir dos diversos pronunciamentos, relativos ao tema universidade. Desses pronunciamentos fizeram parte editoriais, reportagens assinadas ou não, opiniões que, de um modo geral, delineavam um conjunto de idéias as quais denominei discurso jornalístico revolucionário.

pelo deputado Carlos Lacerda (UDN-DF), priorizando a aplicação de recursos públicos no ensino privado. Esse substitutivo foi apresentado em 1958 com ampla publicidade em meio a “euforia dos meios clericais e particulares que dominam o ensino brasileiro” (DINHEIRO, 1959, p.9). Ainda, segundo o referido jornal, em 1959 outro substitutivo foi apresentado pelo deputado Celso Brant³⁹ (PR-MG), mas o clero – representado por D. Helder Câmara – e outros grupos ligados às escolas particulares pressionaram contra, quando então, apareceu o 3º substitutivo elaborado pelo deputado Armando Falcão (PSD-CE)⁴⁰, que se tratava no entanto, apenas de uma nova versão do projeto Lacerda. De acordo com o jornal, a aceitação de qualquer um deles significaria o agravamento das condições do ensino brasileiro, reafirmando-o como privilégio de poucos, e não resolvendo o problema do analfabetismo. Aqui se especifica um ‘outro’ antagonico e se definem duas posições de sujeito contrárias, de um lado o jornal NR em defesa da escola pública, e do outro, um de seus destinatários, que dispunha de uma visão de mundo conservadora representada pelo projeto Lacerda com apoio dos dirigentes religiosos.

Mas o que era exatamente esse ‘outro’ antagonico? Era constituído pelo conjunto das escolas particulares, em que despontava à frente, de modo mais imediato e direto, as escolas e universidades confessionais católicas⁴¹. Essas eram consideradas referência de iniciativas pedagógicas de longa data no país e tinham formado diversas gerações de educadores. Foram organizadas pela articulação das elites brasileiras com o clero e intelectuais, e sustentadas em grande parte pelo episcopado católico, com o objetivo de preparar elites cristãs para atuarem nos altos cargos existentes na sociedade. Nas primeiras décadas do século XX o seu crescimento foi acelerado para fazer frente à rede de escolas protestantes que estava surgindo. A escola confessional católica pregava a liberdade de ensino e o direito da família poder optar pela educação dos filhos e, se necessário, que fosse provida pelo Estado. E foi esse o ponto particular que constituiu o pólo nevrálgico da discussão sobre a reforma universitária no debate em torno do projeto da LDB.

³⁹ De acordo com o Portal do MEC, Celso Brant (partido Republicano) foi chefe de gabinete no Ministro da Educação Clóvis Salgado entre 1956 e 1958; e entre abril e maio de 1956 respondeu interinamente pelo ministério (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s.d.).

⁴⁰ Durante o governo JK, Armando Falcão assumiu seu segundo mandato como deputado, foi também líder e vice-líder do PSD na Câmara dos Deputados. Em 1959 substituiu Carlos Cirilo Júnior no Ministério da Justiça e de Negócios Interiores. Neste mesmo ano, entre 11 e 14 de agosto assumiu interinamente o Ministério das Relações Exteriores. Em janeiro de 1961 tomou posse, interinamente, no Ministério da Saúde deixando o cargo no dia 31 para reassumir seu lugar na Câmara dos Deputados.

⁴¹ Elas defendiam o princípio de serem instituições de natureza pública, porém de direito privado, porque não tinham fins lucrativos. Após a aprovação da LDB essas escolas foram obrigadas a se reorganizar em função da mudança na autonomia da organização administrativa, disciplinar e didática conferida às escolas. Na metade da década de sessenta, no campo da educação, teve início um processo de retração da Igreja Católica e um avanço das escolas laicas privadas.

Mas as questões da educação iam além da premência da sua reforma, como mostra o jornal NR. Segundo a referida publicação, muitas vezes o assunto era assumido pelos governantes apenas como uma promessa. A solução dos problemas ligados à educação implicava em uma modificação da estrutura econômica que por sua vez determinaria uma outra estrutura social, tendo em vista que naquele momento de desenvolvimento industrial brasileiro existia a necessidade de formação de mão-de-obra especializada. Porém, essas mudanças não eram almejadas por todos e, além disso, havia uma descrença no alcance da resolução das questões educacionais, porque “[...] (havia) um interesse de classe em não permitir que os operários e camponeses [...] (tivessem) acesso à cultura” (EDUCAÇÃO, 1961). Por esse motivo, na visão do jornal, os administradores do governo atuavam principalmente no patamar da falsa promessa.

A insatisfação com esse quadro, bem como a identificação do ‘outro’ antagônico em relação à escola pública podem ser percebidos nas manchetes do jornal NR entre os anos de 1959/1964, das quais destaco alguns exemplos:

Calamitosa situação do ensino (CALAMITOSA, 1959, p.11).

Professores opinam através de Novos Rumos. Projeto de diretrizes elimina as bases da escola pública (PROFESSORES, 1960, p.3).

Pronunciamento do professor Darcy Ribeiro. Falsa ‘liberdade de ensino’ para liquidar a escola pública (PRONUNCIAMENTO, 1960, p.6).

UNE decreta greve nacional. Os estudantes exigem reforma da universidade (UNE, 1960, p.5).

Mercantilismo ameaça a reforma do ensino (MERCANTILISMO, 1959, p.11).

Projeto Lacerdista é contra o ensino (TEIXEIRA, 1959, p.7).

Tubarões do ensino apóiam projeto Lacerda e condenam escola gratuita (RESULTADO, 1960, p.10).

O jornal NR defendia a escola progressista e, numa atitude tática, retirou da escola pública a acusação generalizada de ela ser um dos responsáveis pela deficiência do ensino no Brasil, acusação que fazia parte implicitamente do discurso do NR como pode ser observado em acima listadas. Além disso, de acordo com esse jornal,

a escola pública não é de maneira alguma uma reivindicação socialista. Ela é uma conquista da burguesia do século passado e até hoje interessa à parte mais progressista da burguesia. De fato, a difusão do ensino é absolutamente necessária não só para o desenvolvimento técnico e industrial do país, com a formação de mão-de-obra qualificada, como também para a expansão do mercado interno, e a formação de uma opinião favorável ao desenvolvimento econômico do país. [...] Acrescente-se que ao contrário do que afirma a reação clerical-negocista, só o estado, submetido às pressões de todos os grupos nacionais e colocado no centro da vida

política, pode garantir a liberdade do ensino. Trata-se, é claro, de concepção diferente da liberdade da que mantêm aqueles círculos, que a entendem como a subvenção pelo estado, isto é, pelo povo que paga os impostos, de seus estabelecimentos submetidos ao seu controle ideológico e fornecendo lucros polpudos. Entretanto é a única liberdade que tem sentido para a grande massa da população trabalhadora, que tem na escola gratuita e mais ligada à vida sua possibilidade real de aperfeiçoamento cultural (ESCOLA, 1959, p.10).

Em suma, por que para o jornal NR era necessário defender a escola pública? Porque ela era considerada mais democrática, atendia melhor aos interesses dos setores dominados e não era exclusivista (PORQUE, 1960), e por isso era entendida como um meio para se alcançar a transformação revolucionária da sociedade. A escola pública tornou-se, então, uma meta a ser atingida e motivou grande parte dos estudantes, sob o domínio das visões críticas, a lutar por essa causa. Assim, o período 1959/1964 foi marcado por um grande número de greves estudantis, tanto de universitários quanto de secundaristas, e foi identificado como um momento de “epidemia de greves estudantis”, porque “elas [...] (refletiam) também o inconformismo da mocidade estudiosa que [...] (procurava) por todos os meios solucionar os problemas que [...] (entravavam) o pleno acesso dos jovens à cultura” (CARDOSO, 1959, p.11). Então, para o jornal NR, a universidade, como uma expressão do sentido público, deveria ser: “voltada para a prática da vida, de acordo com as nossas necessidades e com o nosso momento histórico, e contando com a sua participação (dos estudantes) nos órgãos diretores” (TAMBÉM, 1960, p.5).

Contudo, um outro aspecto das questões universitárias dizia respeito à insuficiência de vagas nas escolas e faculdades brasileiras. O fato era considerado conhecido e lamentável. De acordo com o NR,

é o show inevitável oferecido pelo arcaísmo técnico e cultural da universidade brasileira. Show nunca assistido pelo MEC que desconhece totalmente bem como pelos diferentes governos e seus assessores os quais, diante da questão fazem como avestruz: escondem a cabeça (A PROPÓSITO, 1961, p.3).

O aumento de vagas se tornou urgente, não apenas porque houve um aumento da população, mas pelas novas necessidades impostas pelo desenvolvimento econômico. Por isso a urgência da reforma universitária para possibilitar o acesso dos estudantes às carreiras superiores. Com essas idéias defendidas pelo jornal NR o seu discurso revelou um conteúdo cujo significado tinha um caráter emancipatório, porque a defesa da educação e da universidade pública implicaria na possibilidade de ampliar a consciência de classe daqueles que ali estudassem, especialmente, daria essa oportunidade aos estudantes que não tinham condições de financiar seus estudos. Conseqüentemente, poderiam lutar para

reestruturar o país a partir de valores que não privilegiassem a dominação. Esse significado, para o seu 'outro' antagônico adquiriu um determinado sentido no dialogismo em curso: expressava uma ameaça à ordem social maior, a possibilidade de perda da sua consolidada posição de dominação. Já para os outros sujeitos discursivos críticos o sentido do discurso do jornal NR era o da expressão de um aliado na luta pela emancipação, pela liberdade, pela justiça social que a universidade pública poderia proporcionar à sociedade, através da ampliação de oportunidades de emprego, melhores salários e, principalmente, pela conscientização do indivíduo e do seu potencial enquanto participante de um grupo organizado que pudesse brigar por condições de vida melhores e mais justas.

Por sua vez, os órgãos de imprensa não-crítica priorizavam valorizar a relação indústria/educação para promover e ampliar o crescimento econômico e reafirmar o regime capitalista. Um pronunciamento veiculado no jornal O Globo ilustra essa intenção na coluna "Panorama econômico", onde essa relação é comentada:

deixa de ser uma palavra vazia a entrosagem (sic) universidade-indústria para se transformar em realidade. [...] A especialização é uma exigência do século. Não querem as indústrias sábios para dirigir os seus departamentos, mas homens que resolvam problemas concretos⁴². [...] Juntos, universidade e indústria darão ao país, certamente ótimos técnicos. Que a iniciativa (inauguração da Faculdade [católica] de Engenharia Industrial de Petrópolis) não se confine a este exemplo isolado, mas se multiplique, são os nossos desejos (BARBOSA, 1960, p.10).

Um outro pronunciamento referente à relação à indústria/educação dizia respeito à colaboração do presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI ao projeto de diretrizes e bases (projeto Lacerda) em documento entregue ao Senado. Trata-se tipicamente de um discurso capitalista industrial de caráter preservacionista exposto no trecho a seguir:

a meta suprema da indústria – declara – é a prosperidade nacional, o aumento crescente de nossas riquezas e da renda individual, a elevação do nosso nível de vida e a consolidação definitiva, em nossa pátria, dos ideais democráticos. Esposando a indústria brasileira uma concepção democrática de vida social, logicamente teria ela que se interessar pela educação nacional, pelos seus fins e meios pelas normas legais que a regem, pela sua estrutura, funcionamento e problemas (LUNARDI, 1960, p.19).

As idéias de universidade reveladas nesses pronunciamentos, embora também estejam associadas a ideais democráticos, são diferentes daquela defendida pelo jornal NR

⁴² Os 'problemas concretos' apontados pelo jornal O Globo podem ser entendidos como o domínio das questões práticas para as quais a universidade deveria estar voltada como defendia tanto o jornal NR quanto, como será indicado mais à frente, a UNE. Nesse ponto há uma aproximação entre a imprensa não-crítica e discursos de posições críticas: 'estudantil revolucionário' e 'jornalístico revolucionário'.

que tem no seu bojo um evidente traço emancipatório. Pode-se observar assim a distinção de significados entre os dois discursos jornalísticos. O foco do NR é o acesso de massa à cultura, o que poderia subverter a ordem vigente a partir da aquisição de conhecimento e da ampliação da consciência de classe que o acesso às universidades poderia proporcionar. Já O Globo embora tenha uma amarração orgânica a uma determinada posição de sujeito, não deixou de ser fiel à linguagem não-crítica em plano mais geral, e abriu espaço para manifestações de agentes em posições de sujeito distintas, mas aliadas, como é o caso do discurso da CNI apresentado anteriormente. No jornal O Globo, por exemplo, a aproximação entre a indústria e a educação ocorreu apenas para impulsionar a indústria, uma vez que ela precisava de mão-de-obra especializada. Já no discurso da CNI, o uso da palavra 'prosperidade' na relação indústria/educação trouxe embutida a idéia de progresso, e caminhava ao lado das idéias desenvolvimentistas dos representantes do poder executivo federal, os quais compartilhavam a posição de sujeito 'estatal preservacionista', cujo ponto central era a manutenção e a ampliação do capitalismo.

Além disso, para os sujeitos discursivos não-críticos o sentido do discurso da CNI representou uma possibilidade de união de esforços para um progresso dentro da ordem vigente, de forma lenta e gradual. Essa postura também pode ser percebida no jornal O Fluminense, quando se coloca ao lado de aliados de posição 'estatal liberal', onde a alusão à democracia implicava na manutenção da situação política daquele momento e a idéia de universidade estava vinculada a um mecanismo de transcendência, como vemos no trecho de uma crônica⁴³ reproduzido abaixo:

mais do que a beleza arquitetônica vale o ideal que anima o destino da universidade. Deve haver o conteúdo espiritual, para que se conservem os tesouros da cultura e dos ensinamentos legados pelo tempo, com a renovação dos valores humanos, cuja seleção se impõe, em benefício da própria sociedade e do regime democrático em que vivemos. Todos sabemos que a crise de liderança ocorre da ausência de estilo universitário. Não basta ostentar um anel de grau nem convencer, senão aos menos desprevenidos, o tão valorizado título de doutor. É preciso valorizar a cultura para se estabelecer a hierarquia do espírito (NEVES, 1961, p.1).

Os jornais que foram consultados também abriram seu espaço para a manifestação estudantil. Havia órgãos de imprensa distintos para manifestação das várias linguagens estudantis. No que se refere ao dialogismo concernente ao tema universidade, o posicionamento dos estudantes variou conforme cada visão de mundo presente nesse campo porque, segundo Fávero (1995, p.16),

⁴³ Essa crônica é de autoria do vereador niteroiense Nilo Neves (UDN).

os estudantes constituem um grupo bastante eclético e contraditório. Eclético por sua composição não ser homogênea – principalmente em se tratando de estudantes do nível médio e superior – seus componentes oriundos de distintas camadas sociais, defendendo interesses comuns ou divergentes; contraditório exatamente por apresentar, em diferentes momentos, orientações e posições elitistas de um lado e comprometidas com interesses e necessidades mais amplas da sociedade, de outro. [...] Os estudantes não constituem uma classe social, mas categoria social composta por frações de classes.

Os estudantes na sua vertente revolucionária pronunciaram-se publicamente através dos seus manifestos e do jornal NR, o qual se colocava ao seu lado em torno da defesa da escola pública e da reforma universitária. Apesar do seu posicionamento crítico, o jornal NR não deixou de vincular algumas manifestações de visões de mundo estudantis conservadoras, ainda que como estratégia para marcar a diferença e explicitar quem eram o ‘álter’ estudantil próximo à UNE, no caso, a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas - UMES, e o antagônico, a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas - AMES. Já o jornal O Fluminense possibilitou a divulgação das idéias estudantis vinculadas à posição de sujeito preservacionista. De um modo geral, os destinatários explícitos dos discursos estudantis nas três vertentes (‘revolucionária’, ‘preservacionista’ e ‘conservadora’) eram: o povo e os governantes, quando seus pronunciamentos eram publicados pelos jornais; e os seus pares quando suas idéias eram divulgadas nos documentos programáticos das entidades que os representavam. Mas, independente da linguagem adotada, a universidade era considerada pelos estudantes deficiente e ultrapassada.

A UNE reivindicava para a universidade pública: a reestruturação dos princípios e da prática do ensino; criação de novas unidades; autonomia; a alteração dos currículos; a realização de exames para preenchimento das cátedras; a obrigação de que os professores fizessem exames periódicos para manutenção dos cargos; participação do corpo discente nos órgãos administrativos; e verbas mais adequadas e mais bem utilizadas (UNE, 1960). Para isso realizava protestos que tratavam desde o aumento das taxas escolares e a redução do investimento dos governos até a questão da reforma universitária, passando por questões locais de atitudes arbitrarias de alguns reitores como foi o caso da Bahia, do Pará, de Juiz de Fora e de Goiás. A sucessão de greves e mobilizações estudantis demonstravam tanto a insatisfação dos estudantes com relação ao ensino, quanto as suas intenções favoráveis à luta em prol de uma reforma educacional que correspondesse ao que entendiam como interesses do país.

A entidade estudantil estava à frente das discussões sobre a reforma universitária e promoveu vários encontros para debater o problema em todo o país, o que de certo modo,

propiciou a difusão do seu discurso, tendo em vista que os congressos foram divulgados pela imprensa, especialmente pelo jornal NR. A campanha da UNE para viabilizar a reforma universitária objetivava, além de promover os debates, elaborar um levantamento completo da situação universitária e consolidar soluções que seriam apresentadas aos estudantes e à sociedade em geral, e posteriormente, encaminhadas às autoridades governamentais. A entidade pretendia equalizar os interesses do setor estudantil com o desenvolvimento do país, e usar essas propostas como uma bandeira programática para o movimento universitário brasileiro (REFORMA, 1961).

No XXII Congresso Nacional dos Estudantes realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1959, por exemplo, eles se reuniram em defesa de assuntos de interesse nacional considerados importantes para a política desenvolvimentista pela qual lutavam. Dentre os temas mais amplos, a educação era um dos itens destacados (SOB O SIGNO, 1959). Nesse congresso, ocorreu a eleição para presidência da UNE para a gestão 1959/1960 com a vitória de João Manuel Conrado. O presidente eleito defendia: “não um nacionalismo⁴⁴ sadio, equilibrado ou moderado. Só admitimos um nacionalismo. É o que realmente luta em defesa dos interesses do povo brasileiro, sem medo de rótulos e sanções policiais, políticas ou de qualquer outra espécie” (NO CONGRESSO, 1959, p.7).

Ainda no mesmo ano, também no XVI Congresso Metropolitano de Estudantes promovido pela UMES, sob a bandeira nacionalista, os estudantes incluíram a discussão sobre a universidade numa discussão mais ampla. A defesa da escola pública pelos secundaristas ocorreu num clima de “seriedade e patriotismo”, de acordo com o jornal NR, em meio aos enfrentamentos sobre os problemas nacionais, especialmente os assuntos ligados à energia (Petrobrás) e ao capital estrangeiro (controle de remessas e de entrada de investimentos) (DEFESA, 1959, p.10). No ano seguinte, o debate sobre a universidade continuou entre os estudantes secundaristas no XVII Congresso Metropolitano de Estudantes (REFORMA, 1960).

Já no I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, encerrado em 23 de maio de 1960 em Salvador, os estudantes concluíram que a situação era similar em todos os países participantes: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Porto Rico, Uruguai, Venezuela e Brasil. Para eles, a reforma do ensino na América Latina só seria possível através da luta contra o imperialismo e as oligarquias, que foram apontados como os responsáveis pela situação de atraso dos países participantes do evento, bem como das suas universidades (ESTUDANTES, 1960).

⁴⁴ O nacionalismo não era prerrogativa dos estudantes revolucionários, ainda que as visões de nacionalismo não fossem as mesmas.

Esses eventos, realizados no âmbito da UNE e da UMES, mostram a hegemonia nessas entidades de posições crítico-revolucionárias. Porém, mesmo dentro de um discurso cuja posição hegemônica era a linguagem revolucionária, podemos identificar fragmentos de uma visão de mundo não-crítica, como por exemplo, valores cristãos⁴⁵ caracterizando um deslizamento heterogêneo. Isso pode ser observado no XXIII Congresso da UNE. Nesse encontro ocorrido em 1960, a vitória da chapa encabeçada por Oliveiros Guanais, assumido estudante cristão, fortaleceu o nacionalismo no movimento estudantil através de uma “política ideológica de consolidação da aliança operário-estudantil a fim de assegurar o direito à instrução e à uma vida digna para os trabalhadores” (XXIII CONGRESSO, 1960). A plataforma da sua chapa previa o “apoio aos povos subdesenvolvidos e à luta pela emancipação nacional” (op cit., p.5). Nesse congresso também foram discutidos: reforma universitária, escola pública, nacionalismo e solidariedade a Cuba.

Em 1961, na cidade de Manaus, o conselho da UNE organizou um outro seminário para discutir: a reforma universitária, os problemas do nordeste, a criação de universidades federais, a articulação nacional para confrontar a ameaça de aprovação da LDB que estava em discussão no Senado, a defesa da revolução cubana, a ampliação da rede de casas do estudante, os restaurantes universitários, o barateamento do livro didático (EM MANAUS, 1961; A REUNIÃO, 1961). As resoluções do congresso foram aprovadas quase que por unanimidade, o que demonstrava, de acordo com artigo publicado no jornal NR, que o movimento estudantil apresentava firmeza, coesão e maturidade política em torno de um programa nacionalista e democrático que exprimia as aspirações daquela geração (A REUNIÃO, 1961).

Em maio do mesmo ano a UNE organizou o I Seminário Nacional de Reforma Universitária cujo tema essencial foi o do ajuste da universidade à realidade do país. O seminário analisou a situação brasileira e defendeu a “necessidade do desenvolvimento econômico e da justiça social que fosse capaz de assegurar um melhor nível de vida para as grandes massas do país” (I SEMINÁRIO, 1961, p.5), e também ocupou-se da política internacional. Quanto à educação, enquanto tema geral, repudiou o projeto de Diretrizes e Bases da educação elaborado pelo governo e manifestou-se a favor de um projeto condizente com a situação em que o país vivia naquele momento. Mas foi o tema ‘universidade’ que propiciou as mais apuradas discussões.

⁴⁵ Aqui cabe uma explicação: a UNE era uma organização estudantil composta por estudantes de diversas tendências políticas que disputavam a sua direção. Como nos esclarece Fávero (1995, p.23), “a interferência direitista na direção do movimento estudantil estende-se de 1950 a 1956, ficando conhecida depois como o *período negro*, ressaltando o interregno progressista de 1953 a 1954. Em 1956, a entidade, assumida novamente pelo grupo progressista, passa por uma coalizão composta por membros da Juventude Universitária Católica (os jucistas), socialistas independentes (a essa época não mais identificados necessariamente com o PSB) e os comunistas. Inicialmente, organizaram-se sob a hegemonia destes últimos, sob a dos outros, a partir de 1961”. Começou, então, a ascensão do grupo católico no movimento estudantil. Apesar disso, eles não fugiram ao discurso marcadamente de caráter revolucionário.

Como foi relatado pelo jornal NR, durante esse encontro o observador do governo federal informou à imprensa baiana que o seminário era “uma das expressões mais lúcidas do movimento estudantil nos últimos anos” e, também, que o assunto da reforma era de grande interesse do então presidente Jânio Quadros (I SEMINÁRIO, 1961, p.5). Cabe ressaltar que esse pronunciamento expressou uma aproximação, por paradoxal que possa parecer, entre o discurso jornalístico revolucionário e o discurso estatal liberal no que se refere ao movimento estudantil.

Esse congresso gerou um importante documento programático – a Carta da Bahia – onde ficou evidente a visão de mundo revolucionária da UNE naquele momento. De acordo com a Carta, as diretrizes propostas só seriam efetivadas quando houvesse a superação da estrutura capitalista dominante, “vencendo a opressão imperialista e criando uma nova estrutura social, que [...] (desse) a todos possibilidades iguais de uma vida humana” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1961, p. IX).

A UNE apontava a universidade e a sociedade como elementos que se influenciavam reciprocamente. A universidade, no discurso dessa entidade, “não tem sido mais que uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à sua distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente, desumana enfim”. Por isso, a “Universidade não [...] (atendia) ao projeto histórico brasileiro – o desenvolvimento na perspectiva do proletariado” (op. cit., p. XVII) e, também, estava repleta de falhas e privilégios. Nem todos os jovens tinham acesso a ela porque o sistema de entrada era discriminatório; o ensino era dispendioso; os profissionais formados não correspondiam às necessidades da realidade nacional e eram insensíveis ao drama brasileiro, “mas coerentes com a mentalidade burguesa individualista que a Universidade lhes infundiu” (op.cit, p. XVIII).

Também fazia parte do discurso da UNE a crítica à falha da missão cultural da universidade por ela não ter chegado a ser um lugar onde se guardasse a cultura nacional – cultura considerada no discurso estudantil revolucionário a “consciência do processo histórico em que vive o povo brasileiro” (op. cit., p. XVIII) –; não tinha iniciativa em pesquisas e utilizava-se de esquemas importados; e não conseguiu “esclarecer ao povo o conteúdo de uma cultura popular, entendida como o despertar das classes populares para a consciência de sua destinação histórica dentro dos quadros brasileiros” (op.cit., p. XIX). Uma outra falha apontada dizia respeito à sua missão profissionalizante, porque não formava profissionais competentes em função do caráter formalista da educação universitária; nem profissionais vinculados à realidade regional e nacional, nem preparados para atender às necessidades do desenvolvimento. A universidade também deixou de cumprir sua missão social, tendo em vista que estava inserida no processo educacional brasileiro vinculado à oligarquia; não assumiu o

seu papel de liderança social; formava profissionais individualistas e utilizava os recursos orçamentários de modo ostentatório e perdulário.

Diante do exposto, a Carta da Bahia conclamava os estudantes a lutarem porque a universidade não deveria permanecer a mesma, pois

uma universidade ótima só será possível numa sociedade ótima. A reforma universitária só não será um mero retoque de fachada desde que seja vista como um momento num processo mais vasto, que é a Revolução Brasileira. Se não se pode esperar por enquanto uma Universidade inteiramente consonante com sua verdadeira missão, ao menos é possível que ela deixe de ser uma das peças de sustentação do *status quo* e um obstáculo ao projeto histórico brasileiro. De obstáculo, ela deve transformar-se num fator de impulso à evolução social (op.cit., p. XX).

A UNE entendia a luta pela revolução como uma

posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para outra que [...] (seria) um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições. Aos jovens brasileiros, principalmente a partir da Universidade, [...] (cabia) iniciar essa grande tarefa (op.cit, p. XVI).

No discurso da UNE também havia a assunção de alguns compromissos com os trabalhadores e com o povo: lutar pela reforma e democratização do ensino; abrir a universidade para a massa; colocar a universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo do interior do Estado; colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas; fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares.

O seminário que produziu a Carta da Bahia concluiu que a Universidade brasileira não realizava os seus objetivos fundamentais por causa do sistema de cátedra vitalícia; pelas deficiências de formação do professorado; pela estrutura da carreira universitária e sua hierarquia; em função do regime de dedicação parcial do tempo dos docentes e discentes. Sendo assim, propôs: a extinção do sistema de cátedras e sua substituição pelo regime departamental⁴⁶; a adoção do regime de tempo integral condicionado à pesquisa; e também o aparelhamento da universidade para atender o aluno em tempo integral (bolsas de estudo, alimentação, alojamento, possibilidades de trabalho,

⁴⁶ O regime de departamento permitiria o intercâmbio de idéias novas e vitalizadoras, bem como a concentração das verbas, de pessoal e de equipamentos. "Os departamentos são as unidades constituintes das Faculdades ou Institutos. Cada departamento se dedicará a um determinado setor da cultura; assim, o departamento referente a uma determinada matéria congregará todos os ramos fundamentais desta, bem como suas especializações. A direção do departamento cabe ao conjunto de professores assistentes, associados e titulares, representantes dos instrutores e representantes do corpo discente, que devem eleger entre eles um diretor apenas administrativo, ficando as outras funções diretas subordinadas ao colegiado citado. [...] Os departamentos devem ser plenamente entrosados entre si e devem ser as unidades básicas das Faculdades e Institutos nas Universidades e nas Faculdades Isoladas" (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1961, p. XXIV).

atividades extracurriculares). O seminário também foi conclusivo para: a participação dos discentes, docentes e profissionais com o direito a voz e voto em todos os órgãos técnico-administrativos; a reeleição, por mais de um período, dos reitores das Universidades e diretores das Faculdades; o maior grau de autonomia financeira, administrativa e didática. No final do documento, entre uma série de reivindicações que visavam intensificar a assistência ao estudante, destacamos a reivindicação por Cidades Universitárias. Os estudantes indicavam essa reivindicação como crucial. Porém ressaltavam que

de nada vale uma estrutura, por melhor que ela seja, sem um conteúdo. [...] (Reivindicava-se) antes de tudo a reforma universitária. [...] (Reivindicava-se) a Cidade Universitária como condicionamento material para a instalação de uma universidade autêntica (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1961, p. XXXVI).

Posteriormente, no XXIV Congresso da UNE ocorrido em 1961, os estudantes elegeram para a presidência do período 61/62, Aldo Arantes⁴⁷ que tinha em sua plataforma a “defesa intransigente da escola pública e o incremento vigoroso na luta que a UNE [...] (vinha) liderando por uma reforma universitária” (ESCOLA, 1961, p.5). Nesse congresso foi elaborada e aprovada uma outra carta que reafirmava os princípios da UNE: a educação foi considerada “um direito de todos os indivíduos indiscriminadamente” e que seria dever do Estado assegurar que ela fosse democrática e gratuita (op. cit., p.5). O Estado deveria financiar exclusivamente a escola pública.

No II Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado em Curitiba em 1962, a UNE aprofundou o tema da reforma e a análise da realidade da universidade no Brasil discutidos no primeiro seminário, no que se refere especialmente aos aspectos político-social, cultural e estrutural. A finalidade do seminário era traçar as diretrizes da luta estudantil pela reforma universitária para superar o “passadismo que [...] (caracterizava) o ensino superior brasileiro” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1962, p. XXXIX), uma vez que o primeiro seminário, embora tenha tido uma boa repercussão, não foi bem sucedido para atender às demandas estudantis, porque como foi considerado subversivo pelas autoridades não houve qualquer avanço no encaminhamento de soluções para o problema da educação. No documento resultante desse segundo encontro realizado para discutir a reforma universitária – a Carta do Paraná – os estudantes da UNE indicavam explicitamente que estavam dispostos a transformar a ordem vigente. Nesse seminário em Curitiba, eles concluíram que a reforma da universidade, assim como as reformas de base articuladas pelo governo Goulart (educacional, habitacional, fiscal, agrária), deveriam corresponder a uma mudança estrutural. Uma

⁴⁷ Era membro da JUC, posteriormente da AP, e a sua eleição marcou a ascensão católica no movimento estudantil. Em 1972 ingressou no PC do B.

transformação da estrutura universitária para que a universidade se tornasse o sustentáculo na luta pela revolução brasileira. Segundo a UNE, do mesmo modo que as reformas de base, a reforma universitária interessava ao povo, pois

somente para o povo o ensino universitário é realmente problema, tanto quanto não tenham as chamadas classes populares acesso à universidade brasileira. Por isso mesmo, souberam os estudantes repelir as falsas reformas: ‘nem tecnicismo desumanizante, nem humanismo alienado’, ou seja, nem ‘desenvolvimentismo’, nem o falso humanismo da conservação social. A reforma universitária, concluiu-se, não passa de uma tarefa da revolução brasileira, de um front da luta antiimperialista [...] em que os estudantes estão engajados (op.cit., p. XL).

A UNE destacou, nesse seminário, o fato do desenvolvimento brasileiro ter operado em bases capitalistas amparado pela dominação externa – leia-se EUA –, e da universidade ter sido colocada a serviço das classes dominantes e, por isso, não atender aos interesses do país porque não comprometida com as questões regionais e nacionais.

Esse discurso se assumia como algo que transcendia as questões da reformulação de horários e currículos porque entendia que a universidade tinha uma missão revolucionária que, para ser alcançada, era preciso que ela fosse a expressão do povo e antidogmática, e também uma frente efetiva do próprio processo revolucionário. Então, de acordo com o documento, “a universidade revolucionária [...] (seria) aquela que [...] (aproveitasse) as virtualidades de cada um, pondo em comum sua originalidade, distribuindo-a em benefício do todo social. [...] (Era) a única maneira de ser positivamente democrática” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1962, p. XLVII). Por isso criticavam o tecnicismo presente no discurso estatal preservacionista do governo Goulart. Segundo a Carta:

A teoria burguesa de reforma universitária, atuando de acordo com os pontos de vista e interesses desta classe, pretende fazer da universidade um instrumento de formação de operários qualificados que iriam trabalhar (e alienar as suas mais-valias) em suas fábricas, ou em serviços do interesse desta mesma classe. Daí a intensidade com que essa teoria exige uma total tecnização do ensino e, infelizmente, estudantes sérios, mas desavisados, se engajam nesta reivindicação desumanizante, concedendo primazia à instalação de escolas técnicas como a de engenharia, sob o pretexto de criar universidades para o ‘desenvolvimento’.” [...] O homem [...] torna-se em especialista de alguma subespecialidade, deixa de ser homem para ser máquina ou escravo dela; é para essa direção (vide exemplo dos Estado Unidos) que conduzirá fatalmente esse furor de técnica que domina o pensamento reformista (op.cit, p. XLVII-XLVIII).

Para a UNE a universidade não permitia a manifestação de opiniões discordantes e era “reacionária, conservadora, oligárquica”, anacrônica, um entrave ao desenvolvimento do país (op.cit., p. LXIII; LXXIX), porque adveio de uma sociedade colonial, cuja cultura, era alienada e conduzia a ordem social de modo a mantê-la desumana. O

sentido funcional de classe da universidade era propiciar a diferenciação da classe média do restante da população para garantir o seu acesso aos quadros e processos sociais do sistema colonial pró-imperialista (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1961).

O discurso da UNE também incorporou outros dois problemas decorrentes da própria origem da maior parte das universidades brasileiras. Muitas delas resultaram da reunião protocolar de várias escolas existentes, o que não significava uma integração porque se tratava apenas de uma junção nominal (como é o caso da UFERJ); e também, outras faculdades existiam sem qualquer vínculo a qualquer universidade. Por tudo isso a universidade precisava ser reformulada.

Para a solução dos problemas proclamados pela UNE vimos que as proposições da Declaração da Bahia foram reiteradas na Carta do Paraná: o desaparecimento da cátedra vitalícia; a implantação do sistema de institutos⁴⁸ e departamentos; a elaboração de currículos e programas compatíveis com a realidade regional e nacional; a implantação do sistema de tempo integral; e a revisão da carreira docente. Mas outras proposições foram acrescentadas: a articulação entre ensino e pesquisa; a adoção de cursos técnicos e da área humana vinculados à realidade social; a integração entre as matérias; a regulamentação de cursos de pós-graduação; a supressão do vestibular. Além disso, nesse seminário a UNE reforçou as críticas à maneira como as cidades universitárias eram organizadas, a saber:

suntuosidade dos prédios; desumanização (isolamento dos indivíduos entre si e deles com relação à sociedade, inadequada assistência ao estudante); discriminação sócio-econômica, etc (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1962, p. LXXI).

(as cidades universitárias refletiam) a mentalidade liberal burguesa, impossibilitando a integração da universidade na sociedade (op.cit., p. LXXII).

Os estudantes vislumbravam a possibilidade de que a cidade universitária fosse uma força de transformação social, para isso seria necessário a superação das “deformações que [...] (sofria) a universidade brasileira” (op.cit., p. LXXII). A cidade universitária, como afirmado no primeiro seminário, expressava ao olhar da UNE uma universidade autêntica. Ela foi definida como

um instrumento de melhor alcance de concretização de uma verdadeira ‘comunidade universitária’, porque [...] (possibilitaria) a maior aproximação entre seus componentes. Convém ressaltar que se [...] (compreendia) uma comunidade universitária integrada na sociedade de maneira que ela se [...]

⁴⁸ Definidos da seguinte maneira: “institutos são, pois, órgãos de estudo e pesquisa que proporcionam aos estudantes que por eles passam um aprofundamento cultural e científico por meio de pesquisas que os levam à posição de verdadeiros profissionais, integrados no contexto da realidade profissional. Seu funcionamento se faz na base de divisões que se chamam departamentos. Neles se reúnem alunos, professores e pesquisadores responsáveis pelas atividades de estudo de cada ramo das diferentes unidades básicas da universidade” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1961, p. LVIII).

(situasse) nos problemas da sociedade, dando-lhes condições de promoção (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1962, p. LXXI).

Além disso, o discurso da entidade estudantil não demonstrava otimismo em relação à Universidade de Brasília, embora ela fosse considerada por aqueles que se confraternizavam com a posição dominante do governo Goulart – ‘estatal preservacionista’ –, uma iniciativa que concretizaria a reforma universitária. Isto porque, para a UNE, a UNB objetivava ser o ponto de origem de uma nova elite educacional no país e o movimento estudantil pretendia na luta pela reforma universitária eliminar o viés aristocrático da educação brasileira. Para os estudantes da UNE a Universidade de Brasília foi criada

como instituição capaz de dar continuidade aos processos antidemocráticos da velha Universidade, reunindo quadros docentes mais capazes para a ilustração da classe dominante. Ao contrário de revolucionar a educação tradicional brasileira, apenas a [...] (reafirmava), contrapondo-se, em perigoso desafio, às lutas estudantis e populares do país (op. cit., p. LXXVII-LXXVIII).

Nesse ponto o discurso da UNE se afasta do, também crítico, discurso acadêmico subordinado à posição de sujeito “educador evolucionista”⁴⁹, cujas proposições apregoavam o ideário escolanovista do qual um dos idealizadores da UNB era um de seus principais defensores. Essas idéias discutidas no seminário de Curitiba orientaram o III Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado em Belo Horizonte, no ano de 1963.

Na seqüência dos seminários patrocinados pela UNE, e conseqüentemente, no prosseguimento da expansão do discurso estudantil revolucionário no plano nacional, outro encontro foi realizado em Salvador em julho de 1963, o Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido. Esse evento discutiu temas comuns entre os universitários da Ásia, África e América Latina, entre eles: os estudantes e as lutas pela emancipação nacional, e a relação entre a universidade e o desenvolvimento (ESTUDANTES, 1963). Sobre a reforma universitária os participantes do seminário demonstraram concordância em que “[...] (era) uma tarefa dos estudantes lutar pela democratização rápida da educação, salientando que o movimento pela reforma universitária [...] (teria) que se conduzir dentro dos quadros da luta pelas reformas estruturais da sociedade” (ESTUDANTES, 1963a). Também em 1963, no XXVI Congresso da UNE, José Serra foi eleito para a presidência da entidade. No ano seguinte, em Florianópolis, foi realizado o 1º Conselho Ordinário da UNE correspondente à gestão daquele ano. O tema da reforma universitária continuou em debate e os estudantes

⁴⁹ A interpretação desse discurso acadêmico será apresentada mais à frente. Dessa posição de sujeito, como indicado no quadro n.º 3, faziam parte docentes e educadores vinculados aos ideais escolanovistas e que atuavam preponderantemente no domínio teórico conceitual ou tiveram maior expressão em assuntos administrativos relacionados à educação, por isso optei pela denominação educador.

listaram diversas reivindicações, com destaque para a “do aumento do número de vagas e matrículas para todos os excedentes aprovados nos exames vestibulares” (REFORMULAÇÃO, 1964). Com esses pontos havia a intenção de unificar os estudantes de todo o país interessados ou não no posicionamento da UNE.

No âmbito estadual, no XII congresso da União Estadual dos Estudantes - UEE venceu a chapa de Branquinho Maracujá: “ampliação universitária nacionalista” (MAIS, 1960, p.5). E no XVI congresso fluminense dos estudantes em Niterói foi eleito Cláudio Moacyr de Azevedo para presidente da União Fluminense dos Estudantes – UFE, e oito temas foram discutidos: nacionalismo e entreguismo; desenvolvimento e personalização do Estado do Rio; OEA e revolução cubana; reforma universitária; diretrizes e bases da educação nacional; criação da Universidade Federal do Estado do Rio; sede própria da UFE; e policlínica, restaurante e casa do estudante fluminense (UNE, 1960a).

Se por um lado esses congressos defendiam a escola pública, grupos de estudantes de outra posição de sujeito organizaram encontros para defender a escola particular. O XVIII congresso da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários do Rio de Janeiro – AMES⁵⁰ foi realizado em 1959 sem aviso público nem edital, apenas as escolas católicas e particulares da zona sul da cidade do Rio de Janeiro foram convidadas. Na sua declaração de princípios: “os secundaristas ficam impedidos de fazer ou solidarizar-se com qualquer greve, assim como participar de qualquer luta de que participem estudantes suspeitos de esquerdistas” (XVIII CONGRESSO, 1959, p.7). Esse pronunciamento denunciou um posicionamento divergente e contrário à visão revolucionária predominante no discurso da UNE, constituindo um outro sujeito discursivo, de posição conservadora, porque a greve era um instrumento de luta amplamente utilizado para protestar e buscar as mudanças que os estudantes queriam, pelo menos enquanto maioria representada.

A postura do discurso da AMES foi compartilhada pelos proprietários de escolas particulares os quais organizaram um outro congresso em 1960 na cidade de Petrópolis/RJ (Quitandinha) que visava facilitar o posicionamento e a união dos interesses privatistas para pressionar o Congresso Nacional a votar o projeto da LBD que interessava a eles (o projeto

⁵⁰ O Jornal NR deixa uma dúvida em relação ao posicionamento da AMES: em 1959 (27.03.1959 a 02.04.1959, “Coluna do Estudante” (COLUNA, 1952), o jornal mostra a integração entre as diversas entidades de representação estudantil – UNE, UBES, AMES e UME que estavam unidas em diversas reivindicações de assuntos (taxas escolares, por exemplo) relacionados aos estudantes, mas na edição de 25-31 de março de 1960 publica a seguinte manchete: “AMES (verdadeira) continua na UNE” (AMES, 1960, p.6). O jornal NR indica que havia sido criada uma outra entidade de mesmo nome que os estudantes não reconheciam como sua representante. Mas no caso citado no texto acima, a posição do sujeito discursivo é conservadora. Essa mesma posição conservadora, contrária à UNE, pode ser verificada no jornal O Globo (CONTRA, 1960, p. 17): “Os estudantes Luís Alberto Torres, Miguel Pacheco Chaves, César Pieranti e Mauro Lomba, respectivamente, presidente, vice-presidente e assessores da presidência da AMES [...] conclamaram todos os estudantes do Brasil a se manifestarem contrariamente à visita do representante do primeiro ministro cubano [...] afirmaram que a UBES, que apoia Fidel Castro, não representa, em absoluto, o pensamento da classe estudantil brasileira”.

Lacerda revisado – o 3º substitutivo). Durante o encontro, “foi aprovada por unanimidade uma tese que [...] (condenava) a existência de organizações secundaristas extra escolares, ou seja, a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) e a AMES” (RESULTADO, 1960, p.10). Paradoxalmente, os proprietários das escolas particulares radicalizaram e se colocaram contrários à própria AMES que havia anteriormente assumido uma postura ideológica próxima à deles.

Até agora destacamos duas forças opostas no campo estudantil. Uma delas, que partilhava ideais revolucionários, principalmente a UNE, cujo discurso apresentava um significado emancipatório. E também, um sentido, para os sujeitos discursivos não-críticos, de ser uma ameaça que levasse à perda da hegemonia da classe dominante, tendo em vista que lutavam pelo acesso de todos à universidade, especialmente das classes populares, entendendo isso como a criação de condições para subverter o modo como a sociedade se organizava. Inversamente, o sentido do discurso da UNE para os outros sujeitos discursivos críticos era o de sintonia na luta pela emancipação, pela liberdade, pela justiça social que, como já dito, a universidade poderia viabilizar. A outra força estudantil, de caráter conservador era representada pela AMES, cujo significado do discurso era a perspectiva de manutenção da ordem vigente. Esse discurso, para os outros sujeitos discursivos que compartilhavam da mesma visão de mundo não-crítica, tinha o sentido de parceria nessa luta pela preservação da estrutura social existente e na manutenção dos privilégios e verbas para a educação provenientes do Estado, bem como para reiterar os valores da tradição. Para os sujeitos discursivos críticos – especificamente a UNE – o sentido do discurso do estudantado conservador era o de retrocesso, de impedimento do avanço da luta emancipatória e da construção de uma universidade revolucionária.

Contudo, os estudantes não se manifestaram apenas através desses dois sujeitos discursivos apresentados. Identificamos outro, que ora se aproximava do discurso da UNE, ora se alinhava ao discurso da AMES: os sujeitos discursivos de posição de sujeito ‘estudante preservacionista’, cujos principais enunciadores eram os estudantes fluminenses que atuavam na União Fluminense dos Estudantes – UFE entre 1960 e 1961. O seu destinatário direto era a comunidade acadêmica. Eles também não se engajavam plenamente à orientação da UNE no que se refere a ações políticas da entidade. Em vários momentos manifestaram publicamente suas divergências, como na época da visita do presidente americano Eisenhower quando a UNE estampou no prédio de sua sede na Praia do Flamengo um grande painel com a fotografia do presidente cubano; e também, nos desdobramentos da greve para pressionar o governo JK a demitir o então ministro da justiça Armando Falcão, responsável pelas violências policiais praticadas contra os estudantes. Mas havia muitos pontos em comum. A defesa da escola pública nos debates sobre as

diretrizes e bases da educação, a organização de seminários para discutir o assunto, o interesse pela aliança operário-estudantil e pela reforma agrária.

O discurso da UFE, a exemplo daquele de alguns membros da direção da UNE, acionava valores cristãos para discutir a reforma do ensino, como foi a declaração do ex-presidente da entidade João Kiffer Netto numa conferência em Macaé. Segundo o jornal O Fluminense, Kiffer Netto

desenvolveu objetivamente o importante tema, formulando uma verdadeira apologia da escola pública, ao mesmo tempo que, firmando ponto de vista sobre a liberdade de ensino, defendia os princípios cristãos e democráticos para a cultura brasileira (FAZ, 1960, p.1).

Em outro congresso em Manaus, o representante do Rio de Janeiro e presidente da UFE, Cláudio Moacyr de Azevedo, também teve oportunidade de se manifestar como relata O Fluminense: “pugnando pela reforma universitária, pela escola pública, pela liberdade de ensino [...] contra o subdesenvolvimento” (TRATADOS, 1961, p.1). Sob esses aspectos, o sentido do discurso da UFE para os sujeitos discursivos críticos era a possibilidade de realizar alianças táticas que permitissem avanços que, em seus desdobramentos, pudessem alavancar a universidade revolucionária. Mas para os outros sujeitos discursivos não-críticos, embora também houvesse o sentido de possibilitar um acordo, este seria para proporcionar uma mudança para uma sociedade mais eficiente. A mudança não seria da estrutura universitária, mas na funcionalidade da qualificação profissional que eles julgavam ineficiente.

Se por um lado a UFE, em alguns aspectos se afastava da UNE, e dava contornos não-críticos às manifestações estudantis, por outro se aproximava do governo federal ao compartilhar idéias com o ministro da educação Brígido Tinoco, no que se refere ao projeto de diretrizes e bases. Cláudio Moacyr de Azevedo declarou ao jornal O Fluminense os pontos que havia em comum entre o ministro e a UFE: eram favoráveis à descentralização do ensino, ao incremento da escola pública, à liberdade do ensino dentro dos princípios democráticos (SÃO, 1961). Mais uma vez os ideais democráticos foram acionados, mais uma vez em defesa da permanência da ordem vigente como também o fez o jornal O Fluminense.

Além dos sujeitos discursivos já apresentados, outras relações de alteridade podem ser percebidas no dialogismo que envolve o momento de criação da UFERJ. Na área acadêmica, por exemplo, entre docentes de variados matizes ideológicos. Os docentes ligados ao PCB ou identificados à sua posição política compunham o discurso acadêmico revolucionário e podem ser observados no jornal NR, ainda que em um número reduzido de matérias sobre a reforma universitária. Além deles, os educadores escolanovistas se apresentaram no manifesto ‘Mais uma vez Convocados’ em defesa da escola pública e deram forma ao discurso acadêmico

evolucionista. E também, os docentes ajustados à posição conservadora cujos pronunciamentos podem ser observados nas atas do Conselho Universitário da UFERJ (CUV) quando houve a internalização da discussão da LDB principalmente no que se refere à sua implantação, consolidação e dificuldades de adequação na recém criada universidade.

Os docentes da vertente revolucionária, embora não possuíssem um grupo organizado nacionalmente e nem a amplitude do movimento estudantil no Brasil, não eram menos críticos como podemos observar no manifesto assinado pelo presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Comercial, Primário e das Artes do Rio de Janeiro, Hélio Marques da Silva, ao combater o substitutivo Lacerda ao projeto de diretrizes e bases, e objeto de reportagem no jornal NR:

Em manifesto assinado pela sua diretoria o sindicato do ensino comercial, primário e das artes do Rio, considera o substitutivo Carlos Lacerda ao projeto de diretrizes e bases da educação nacional uma tentativa retrógrada com que desejam limitar o ensino público. 'Com insistentes referências à "liberdade", objetiva reduzir a função do estado, [...], por meio de subvenções, aos particulares, para que organizem o ensino a seu talante.

4 – Ainda os que pugnam pelo ensino denominado livre são quase sempre os mesmos que circulam pelos corredores ministeriais à cata de polpudas subvenções do estado. Enquanto isto, entidades universitárias e de outras importantes categorias permanecem à mingua ao auxílio financeiro imprescindível ao exercício de suas atividades. E, ao passo que as universidades particulares recebem vultosas dotações oficiais, arrastam-se as obras da cidade universitária e quase são paralisadas, em virtude da falta de verba (TENTATIVA, 1959, p.11).

Também, em defesa da escola pública, o jornal NR tornou possível outras manifestações de docentes de postura revolucionária. Em abril de 1960, por exemplo, o professor Darcy Ribeiro apontou como “perigosos” vários artigos da LDB – 3, 4, 5, 10, 115 e 116 –, em função da valorização da liberdade⁵¹ que a iniciativa particular teria para ministrar o ensino e que poderia favorecer a escola particular em detrimento da escola pública (PRONUNCIAMENTO, 1960, p.6). Além da crítica pontual aos artigos, o jornal NR destacou um pronunciamento onde ele afirmava que “somos talvez o único país que pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica” (REFORMA, 1961, p.5). Essa denúncia, de acordo com o referido jornal, “traduz o desequilíbrio de nosso ensino em relação ao desenvolvimento, que representa uma crescente carência de elementos especializados” (op. cit., p.5). Já o professor Nunes Mendonça enfatizou o caráter emancipatório da escola pública e argumentou que a escola privada estaria subordinada aos interesses de grupo e “[...]”

⁵¹ A idéia de liberdade na discussão da LDB será abordada na interpretação do discurso acadêmico evolucionista.

(ministrava) a educação de classe e se [...] (opunha) ao processo democrático de integração social” (MENDONÇA, 1960, p.5). Para esse professor, a

escola particular, rotineira, tradicionalista, não pode ser igualada à escola pública nem gozar dos mesmos direitos e vantagens, numa sociedade em marcha para um estilo democrático de vida, que exige, por isso mesmo, uma educação democrática. Muito menos ditar normas para as instituições públicas, pois isso seria submeter os interesses coletivos aos interesses privados, preterir os direitos do povo em favor das pretensões inadmissíveis de minorias privilegiadas e de forças reacionárias. [...] O que pretendem [...] impedir a ascensão das massas aos quadros dirigentes da vida nacional (MENDONÇA, 1960, p.5).

Os pronunciamentos expostos acima posicionam o discurso acadêmico revolucionário ao lado do discurso da UNE, porque tanto professores quanto estudantes reconheciam a “esclerose da Universidade” que atingiu “aspectos sumamente prejudiciais à formação cultural do povo brasileiro” (REFORMA, 1961, p.5); e ambos se somavam e se harmonizavam ao manifesto ‘Mais uma vez Convocados’ (TEIXEIRA, 1959) direcionado ao povo e ao governo que foi apresentado em 1º de julho de 1959, e compõem uma parte significativa do discurso acadêmico evolucionista.

Esse manifesto tratava de uma confirmação das idéias propostas pelos pioneiros da educação nova – que defendiam a escola pública, laica, gratuita e obrigatória – contidas no ‘Manifesto dos Pioneiros’ (TEIXEIRA, 1984) de 1932⁵². O manifesto de 1959 se auto-definia como um documento menos doutrinário, mais realista e positivo em defesa da: “educação democrática, da escola democrática e progressista que tem como postulados a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidades para todos” (TEIXEIRA, 1959, p.5-33). Esse é um ponto em que o discurso daquele que assumiu a postura do ‘educador evolucionista’ se afinou com os discursos do jornal NR, da UNE e da UFE.

Além dessas idéias libertárias, o ‘educador evolucionista’ apontava uma série de problemas educacionais do momento: a organização do ensino era má, arcaica, antiquada, deficiente; o número de escolas técnicas era reduzido; o baixo nível do ensino secundário; a precariedade das edificações e instalações escolares; a má preparação do professorado do ensino primário; a “proliferação desordenada, sem planejamento e sem critério algum (a não ser o eleitoral), de escolas superiores” (TEIXEIRA, 1959, p.5-33); o número de analfabetos

⁵² Os dois manifestos foram redigidos por Fernando de Azevedo (dedicou-se ao magistério ao longo dos anos vinte e participou de forma intensa, tanto do movimento da Escola Nova, quanto do processo de formação da Universidade brasileira), e esse último reuniu a assinatura de 189 pessoas, entre as quais Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Os seus signatários se definem como: “somos todos os que assinamos esse Manifesto, educadores republicanos e democráticos, fiéis aos mais altos valores da tradição liberal” (TEIXEIRA, 1959, p.5-33). Cabe acrescentar que esse manifesto foi consultado na internet, como consta na seção das referências, e não há indicação dos números das páginas em cada uma delas. Por isso optei por informar o intervalo numérico (5-33) indicado no próprio documento. O mesmo procedimento foi adotado para o ‘Plano ‘Nacional de Educação’ (TEIXEIRA, 1962), como poderá ser observado na seqüência.

ultrapassava o índice de 50% da população geral. Esse quadro mesmo que desolador, segundo os signatários, não justificava a opinião contrária à educação pública que vinha sendo forjada por seus opositores. Ao demarcá-lo, o 'educador evolucionista' falava ao povo e mostrava o seu 'outro' – os defensores da escola privada⁵³ – porque segundo o documento, não cabia à vítima a responsabilização pelo abandono dos governos, como podemos ver no trecho abaixo:

fabricar com todos esses ingredientes opinião contra a educação pública, como se ela, a vítima, fosse responsável pelo abandono a que a relegaram os governos, é realmente de pasmar. Pois as causas da lamentável situação a que se degradou, por um processo de desintegração de que somente agora se dão conta os seus detratores, saltam aos olhos de qualquer cidadão esclarecido e disposto a refletir um pouco sobre os fatos. [...] Processou-se o crescimento espontâneo da educação, pela própria força das coisas, e tanto mais desordenadamente quanto, em vez de se ampliar, se reduziu a ação coordenadora do poder público, federal e estadual, que não se dispuseram também a dominar e a canalizar as forças sociais e políticas libertadas pelas mudanças que se operaram na estrutura econômica e industrial. A extraordinária expansão quantitativa, provocando um rebaixamento de nível ou qualidade do ensino de todos os graus; a extrema deficiência de recursos aplicados à educação (e, como já escreveu um de nós, "não há educação barata como não há guerra barata"); o excesso de centralização; o desinteresse ou, conforme os casos, a intervenção tantas vezes perturbadora da política; a falta de espírito público, o diletantismo e a improvisação conjugaram-se, nesse complexo de fatores, para criarem a situação a que resvalou a educação pública no país (TEIXEIRA, 1959, p. 5-33).

Portanto, o discurso do 'educador evolucionista' apontou a falha do governo em não prever a expansão do sistema de ensino público, em não aumentar o número de escolas à medida da necessidade, em não preparar adequadamente o professorado, enfim, em não haver planejamento. Além disso, questionou a idéia de liberdade (ensino livre não fiscalizado, mas subvencionado pela Nação) que era propalada pelos defensores da escola privada no processo de discussão do projeto da LDB e se posicionou junto aos adeptos da liberdade disciplinada (ensino público), como podemos observar nos trechos a seguir (op. cit., p. 5-33):

Essa política educacional, armada em nome de uma "liberdade total" no ensino, já foi proposta na Itália, em 1947, e, ainda este ano, voltou a agitar os meios escolares na França, [...]. No documento que aqui pretendeu consagrá-la (substitutivo Lacerda), não há, pois, nenhuma invenção nova, nenhuma nova idéia. O programa que apresenta, nada tem de revolucionário. É velho e revelho (sic) no estrangeiro e em nosso próprio país. [...] Porque não nos dispomos a fanfarrear nas festas do ensino livre, nessa orgia de tentativas e erros a que resvalaria a educação no país, não se segue nem se há de concluir que

⁵³ O documento mostra que a luta que se seguiu entre os defensores da escola pública e os da escola particular era a mesma que ocorria entre a escola leiga (ou o ensino leigo), de um lado, e a escola livre (ou o ensino confessional), de outro lado. Em geral, a esquerda apoiava a escola pública, e a direita, a escola livre, com isso a tendência era deslocar a questão para o plano de uma luta religiosa, em vez de ser posta acima dos interesses gerais e partidários. Essa campanha contra a escola pública foi uma ofensiva para obter maiores recursos do Estado e estava posta no projeto da LDB.

pregamos o monopólio do Estado. Pela liberdade disciplinada, é que somos. Monopólio só existiria quando a educação funcionasse como instrumento político e ideológico do Estado, como um instrumento de dominação. Que não existe ele entre nós, estão aí por prova a legislação do ensino que abre à iniciativa privada amplas possibilidades de exploração de quaisquer domínios da atividade educacional.

Outrossim, a educação pública pugnada no manifesto 'Mais uma vez Convocados' era,

fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A idéia da educação pública, – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica que residem à base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro (TEIXEIRA, 1959, p. 5-33).

E também, deveria ser:

universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. Fundada no espírito de liberdade e no respeito da pessoa humana, procurará por todas as formas criar na escola as condições de uma disciplina consciente, despertar e fortalecer o amor à pátria, o sentimento democrático, a consciência de responsabilidade profissional e cívica, a amizade e, a união entre os povos (op. cit., p. 5-33).

Portanto, a força desse discurso estava na sua defesa de uma educação que atendesse a todos sem estabelecer diferenças de qualquer tipo, que fosse obrigatória e gratuita, e integral de modo a atender ao indivíduo em todas as suas fases de desenvolvimento. Esse discurso, assim como os demais discursos críticos, tinha um significado emancipatório porque a escola poderia ampliar a consciência das camadas populares propiciando instrumentos para a luta por uma coletividade mais igualitária. Assim, para os outros sujeitos discursivos críticos, tinha o sentido de reportar a uma perspectiva de se efetivarem pactos para o enfrentamento de seus opositores e unir forças pela emancipação, liberdade e por uma sociedade mais justa. Entretanto, o mesmo discurso adquiriu outro sentido para o ponto de vista dos sujeitos discursivos não-críticos: o de um prenúncio de um acontecimento perigoso porque proporcionaria uma subversão da situação em vigor e uma universidade fora dos moldes desejados de manutenção dos valores tradicionais.

Todavia, no meio acadêmico outras visões de mundo também eram disseminadas, por exemplo, através do discurso acadêmico conservador como podemos observar nas Atas do Conselho Universitário da UFERJ – CUV⁵⁴. Os assuntos referentes à reforma universitária encontrados nas atas do CUV diziam respeito à implantação da LDB na universidade recém criada através da elaboração de um plano de reforma universitária que seria discutido em uma reunião de reitores. Não havia questionamentos, as discussões se limitavam a viabilizar maneiras de atender e se adequar à legislação vigente⁵⁵ como vemos no pronunciamento a seguir:

O presidente disserta longamente sobre o problema [reforma universitária e solicitação de ampliação da Faculdade de Veterinária], dizendo que nossas unidades não estão, ainda preparadas para o ensino eminentemente técnico e de pesquisa intensa mas que caminhamos para esse objetivo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963f).

De mais a mais, nas atas do CUV identificamos uma idéia ali dominante de universidade: ela (universidade) deveria ser sem política; independente; com espírito moral, político e econômico; que combatesse o personalismo; deveria assumir um papel relevante na solução dos problemas brasileiros. Essa universidade nova (pós LDB) que sucede a universidade tradicional seria mais madura e poderia, com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa colocar o país junto às nações desenvolvidas do mundo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963c; 1964; 1964b). E, com respeito à relação universidade e indústria: “o presidente conclama os novos conselheiros a se integrarem na batalha por uma nova universidade para bem do ensino do Estado do Rio e do Brasil” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963a), tendo em vista o aprimoramento da educação superior para o desenvolvimento industrial.

Outrossim, a essência do posicionamento ‘docente conservador’ pode ser observada no pronunciamento de um dos conselheiros⁵⁶, emitido imediatamente após o golpe militar de 1964, relativo à sua proposição para a representação estudantil nos colegiados universitários:

⁵⁴ O CUV apresentou nesse período que envolve a criação da UFERJ até 1964, duas posições de sujeito: ‘docente conservador’ e ‘docente preservacionista’. O primeiro foi predominante, especialmente relativo ao tema universidade, e o segundo se manifestou nas discussões sobre o espaço edificado da universidade e poderá ser observado no próximo item. Tanto um quanto outro se manifestaram através do sujeito discursivo ‘membros do CUV’ representando a escola ou faculdade por ele dirigida. Importante lembrar que vários desses membros eram diretores das escolas ou faculdades que se juntaram para formar a UFERJ, e que participaram efetivamente do processo de criação da universidade.

⁵⁵ Lei n.º 4.024 – LDB em vigor desde dezembro de 1962 (BRASIL, 1961d).

⁵⁶ O conselheiro Durval Baptista Pereira, diretor da Faculdade Fluminense de Filosofia (faculdade agregada à UFERJ), foi o primeiro reitor escolhido em lista tríplice encaminhada ao MEC, ele tomou posse em 04 de maio de 1961 e ocupou o cargo até 13 de julho de 1961. Segundo consta no Jornal O Fluminense, ele foi exonerado em 29 de junho de 1961 porque, segundo o MEC, houve controvérsia no processo de eleição da lista tríplice (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1961d). Assumiu interinamente o professor mais antigo, o conselheiro Thomaz da Rocha Lagoa (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1961c). Ver quadro n.º 9 ‘Reitores da Universidade Federal Fluminense’, APÊNDICE A.

a necessidade urgente da regulamentação dentro dos preceitos da dignidade do magistério, da disposição legal que garante a representação estudantil nos colegiados dirigentes das universidades, constitui, na hora presente, um ato de legítima colaboração com os objetivos do movimento revolucionário que redemocratizou o nosso país. Não podemos nos omitir, neste momento grave em que vive a nação brasileira participando dos propósitos manifestados pelo ministro da educação para recolocar o setor universitário no seu verdadeiro objetivo: 'o papel do professor de ensinar e o papel do aluno de aprender, cada vez mais e melhor'. Convém recordar que na fase triste em que estivemos mergulhados, sofremos pressões de várias naturezas no sentido de desvirtuar os fins da universidade para colocá-la a serviço da bolchevização deste país. Basta saber-se que o principal foco de agitação emanava da UNE já, então, instalada no MEC. A pretexto de reformar a universidade, aqueles agentes da subversão pretendiam se infiltrar nos órgãos dirigentes com o objetivo único de quebrar a unidade existente entre mestres e discípulos, macular a dignidade dos mestres e destruir a hierarquia e a autoridade funcionais. Quando reforma não se traduz pela quebra brusca dos padrões tradicionais mas por uma evolução lenta e constante de aperfeiçoamento de seus métodos como já afirmou, em oportuna declaração o ministro-reitor Flávio Suplicy de Lacerda. No momento mesmo em que as escolas e faculdades desta universidade ultimam os projetos de seus regimentos para atender ao preceito estatutário, é oportuno que este colegiado da administração superior de nossa universidade, ofereça esta colaboração valiosa para a reformulação do sistema democrático do ensino e a colaboração, não menos valiosa, para comungar com os propósitos da revolução saneadora que veio libertar nosso país do avanço comunista que tanto maculou a verdadeira e briosa classe universitária brasileira (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1964c).

A posição desse sujeito discursivo, embora utilizasse a palavra revolucionário, estava diametralmente oposta à posição da UNE e do jornal NR que tinham o cunho libertário. O discurso acadêmico conservador, aqui, valorizava a permanência das classes e da tradição, significando a conservação das condições que organizavam a sociedade naquele momento. O seu interlocutor direto era a comunidade acadêmica da UFERJ, e o destino indireto da sua fala, seus opositores: a vertente revolucionária do meio acadêmico, especificamente os estudantes ligados à UNE e os docentes identificados à posição política do PCB, e à vertente acadêmica evolucionista. Enquanto o discurso da UNE clamava por uma mudança radical da universidade que deveria ter acontecido a partir da reforma universitária que eles defendiam, a posição 'docente conservador' apresentava uma outra idéia de reforma que incluía maneiras graduais para sua implantação: evolução lenta, sem quebra de padrões existentes, assim se colocando ao lado do governo federal. Vejamos os distintos sentidos que cada discurso adquiriu perante seu 'outro'. Para os sujeitos críticos, o sentido do discurso acadêmico conservador era o de ser um impedimento para o avanço da luta emancipatória e um recuo na perspectiva de se construir uma universidade revolucionária. Ao passo que para os discursos não-críticos, o sentido era o de possibilidade de aliança pela permanência da estrutura social que vigorava e em defesa de a universidade continuar vinculada a um conjunto de traços culturais, ideológicos e institucionais

tradicionais. Mas essas não eram as únicas nuances do dialogismo relativo ao tema universidade identificado no momento de criação da UFERJ.

No âmbito estatal, o poder executivo federal tinha um caráter preservacionista e o seu ideário influenciou outros níveis do executivo (o governo do estado do Rio de Janeiro), bem como alguns representantes do poder legislativo em suas várias instâncias (senadores, deputados e vereadores), e também alguns sujeitos discursivos de outras posições de sujeito. A incorporação do discurso preservacionista por alguns sujeitos discursivos de posição conservadora pode ser explicada pelos arranjos políticos que foram feitos nas campanhas políticas para eleições presidenciais⁵⁷ que mesclavam partidos de várias ideologias em torno de um programa político único e, com isto, propiciou que esses discursos de idéias predominantemente conservadoras apresentassem características heterogêneas.

O discurso do governo federal que vinculou a educação ao desenvolvimento centrado na burguesia industrial nacional e na atividade produtiva do Estado, pode ser observado no documento emblemático desse discurso: o 'Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek' (BRASIL, 1958). O programa, que materializava a política de desenvolvimento econômico do presidente JK, tratava de um conjunto de obras e empreendimentos que seriam realizados até o final do governo – 1961 – e outras que seriam concluídas em dez anos, bem como da coordenação de projetos de investimentos que estavam em andamento. Priorizava trinta setores agrupados em 4 conjuntos de metas: energia (1 a 5), transportes (6 a 12), alimentação (13 a 18) e indústria de base (19 a 30).

O programa, então, signo emblemático do discurso do governo JK, falava ao seu destinatário direto – seus pares, seus opositores e o povo em geral – que não se tratava de um trabalho teórico porque foi elaborado em contato com a realidade, “é um plano em marcha” (BRASIL, 1958, p. 14), por isso poderia ser constantemente aperfeiçoado. Porém, nessa marcha para o desenvolvimento, a educação não era um item claro e tratava-se de uma questão subliminar ao conjunto de metas. A última delas, “formação de pessoal técnico”, sugere o tema educação, mesmo assim, dentro de um conjunto previsto para a indústria de base. Setor, inclusive, portador do maior número de metas (12). Mas, na especificação por setor a questão da educação foi posta explicitamente ligada ao mote do desenvolvimento, como podemos verificar na seqüência:

30. Intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da Educação para o Desenvolvimento, com a instalação de institutos de formação especializada (op.cit., p.20).

⁵⁷ Cf. notas n.º 2 e n.º 7 deste capítulo.

O programa também traçou um plano de execução onde cada meta foi um pouco mais aprofundada. A meta 30 “[...] (constituiu) propriamente um Programa de Educação para o Desenvolvimento” (op. cit., p.95), porque para que o plano fosse bem sucedido e houvesse uma mudança da conjuntura econômica, era imprescindível que o país fosse dotado de infra-estrutura industrial apoiada em uma infra-estrutura educacional. O programa, no que se refere ao ensino superior, priorizava as carreiras técnicas e visava explicitamente: aumentar o número de estudantes de engenharia; estabelecer horário integral para professores; instituir a frequência obrigatória para os estudantes; reformar o ensino; criar novos cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação⁵⁸.

A propagação dessas idéias do poder executivo federal também pode ser identificada em discursos em outros níveis da instância estatal, inclusive durante o conservador governo do presidente Jânio Quadros, como ilustra a citação abaixo:

o governador Celso Peçanha (PSD) ressalta a necessidade de imprimir nova orientação no sistema educacional fluminense desatualizado e em desacordo com a era da técnica e da ciência, que se instala em todos os países e continentes. O homem fluminense tem que ser preparado para este ritmo de mudanças bruscas e só a educação pode elevar seu padrão de vida, ‘educar para o desenvolvimento e não apenas para a ilustração’ (EDUCAR, 1961).

O fato desse pronunciamento estar veiculado em jornal conservador, indica que existia a concordância de três sujeitos discursivos de distintas posições relacionadas ao tema. Aqueles que representavam a posição ‘estatal preservacionista’ (âmbito federal), a ‘estatal conservadora’ (âmbito estadual) e a ‘jornalística também conservadora’. Além disso, aponta que o discurso do governador era polifônico, heteroglósico e, também, plurilingüístico por absorver idéias preponderantes de outra posição de sujeito distinta em termos de Linguagem, Língua e Voz. Do mesmo modo que o discurso do governo JQ sobre a educação, sendo preservacionista, tem um caráter heteroglósico em relação ao caráter liberal que marca de modo dominante a totalidade de seus discursos. Nesse governo a universidade foi destacada como fundamento educacional essencial para o desenvolvimento, e era tema predominante no discurso do executivo federal. Durante I Seminário Nacional de Reforma Universitária, organizado pela UNE ocorrido em Salvador, o governo JQ enviou observadores que relataram, como mostrou o jornal NR e como declarou O Fluminense, que:

⁵⁸ Para atingir esse objetivo o governo pretendia criar “14 Institutos de Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento nos principais centros do país, nos setores de química, economia, tecnologia rural, mecânica agrícola, matemática, física, genética e geologia” (BRASIL, 1958, p.96).

o governo federal se mostra altamente interessado em acompanhar de perto o trabalho desse certame, dada a importância de que se reveste o ensino superior no país e as soluções que deverão ser a ele conferidas, tendo em vista a necessidade de adaptar a universidade brasileira ao nosso processo de desenvolvimento (DESIGNADO, 1961).

No governo seguinte, o presidente João Goulart manteve o enfoque do governo JK – a linguagem preservacionista. Em 1962 foi homologado seu plano de governo, do qual fazia parte o 1º Plano Nacional de Educação (TEIXEIRA, 1962) elaborado pelo Conselho Federal de Educação e que teve Anísio Teixeira como relator. Aqui também se expressa uma concordância entre dois sujeitos discursivos de diferentes posições de sujeito: a posição ‘estatal preservacionista’ e a posição ‘educador evolucionista’.

O Plano relatado por Anísio Teixeira enfatizou aspectos econômicos no tratamento da questão educacional, propôs o Fundo Nacional de Educação, estabeleceu metas educacionais qualitativas e quantitativas, entre elas, a previsão de 30 %, pelo menos, de professores e alunos em tempo integral e a expansão da matrícula no nível superior de pelo menos metade dos alunos que terminassem o curso colegial. Além disso, considerando que a LDB recomendava que os recursos financeiros fossem distribuídos equitativamente entre o ensino primário, médio e superior, e também, considerando que a despesa com o ensino superior era maior do que os recursos disponíveis no Fundo Nacional de Ensino Superior, o Plano fez a seguinte recomendação:

que não se expanda o sistema federal de ensino superior além das Universidades e escolas isoladas existentes e intensifique o Ministério a ampliação de suas matrículas, a fim de que se obtenha, gradativamente, maior produtividade dos seus cursos. A reforma universitária em marcha deverá, pela melhor integração das escolas incorporadas às Universidades, suprimir a duplicação de magistério, laboratórios e equipamentos e, deste modo, aumentar suas possibilidades de matrícula e de trabalho e, portanto, de rendimento (TEIXEIRA, 1962, p.24-31).

Ao final do documento, o discurso do governo federal expressava a idéia de educação concebida como preparadora de mão-de-obra para a industrialização, o que já era explicitamente propalado no governo JK:

tão retardado se acha o país no desempenho de suas obrigações constitucionais e legais de oferecer educação primária a toda sua população e educação média e superior em quantidades compatíveis com o seu desenvolvimento, que somente com o mais rigoroso espírito de planejamento e a mais severa preocupação contra o desperdício e o esforço improdutivo é que poderemos vencer o ameaçador atraso em

que nos encontramos na meta das metas, que é a do desenvolvimento dos recursos humanos do nosso país (op. cit., p.24-31).

Portanto, precisamente, recursos humanos para impulsionar o desenvolvimento industrial. Essas propostas também pretendiam promover indiretamente a integração nacional tendo por estratégia a centralização das resoluções concernentes à educação. Assim, no que se refere ao poder executivo, a educação voltada exclusivamente ao desenvolvimento econômico constituiu, no período enfocado, o argumento central dos discursos governamentais. Essas idéias tornaram-se hegemônicas na sociedade brasileira de então, sobrepondo-se especialmente aos discursos da UNE, dos docentes revolucionários e dos educadores evolucionistas, que vislumbravam a educação primordialmente como formadora da consciência nacional para transformação política e social do país e, necessariamente como escopo subordinado a essa meta, a educação como formadora de mão-de-obra. Essas idéias, além do mais, foram aplicadas, disseminadas e consolidadas pelo poder legislativo, especificamente através de instrumentos legais que, em princípio, expressavam o sentido que se tornara preponderante no dialogismo do momento em questão, como veremos na seqüência.

Os principais pronunciamentos do poder legislativo, aqui analisados, são: a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1961d)⁵⁹; a Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961 que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (BRASIL, 1961c.)⁶⁰ e o Decreto n.º 500, de 15 de janeiro de 1962 que estabeleceu o estatuto da Fundação Universidade de Brasília (BRASIL, 1962). Nos três instrumentos legais destacados, a valorização da técnica e da ciência era preponderante.

Na Lei n.º 4.024 (BRASIL, 1961d), a educação era considerada um direito de todos e tinha por finalidade, entre outros aspectos, fortalecer a unidade nacional e a solidariedade internacional, porém a exemplo do já expresso pelo poder executivo deveria estar focada na ciência e na técnica, como é possível observar no Art. 1º:

Art. 1º . A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: [...]

e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio.

⁵⁹ Essa lei foi revogada pela Lei n.º 9.394, de 1996, com exceção dos artigos 6º a 9º que foram alterados pela Lei n.º 9.131, de 1995.

⁶⁰ Também disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/fub/lei.php>>. Acesso em: 23 nov. 2007.

De acordo com a referida lei, o ensino superior tinha por objetivo “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (Art. 66); e nos locais onde fosse ministrado poderiam ser disponibilizados cursos de graduação, pós-graduação e especialização “em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional” (Art. 67). As universidades teriam autonomia didática, administrativa e financeira, e seriam constituídas pela reunião de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior, mas com a administração em comum (Art. 79 e art. 80). Embora essa lei tenha sido aprovada, os estudantes da UNE apresentaram um projeto de Substitutivo – projeto n.º 63 – que priorizava pontos que julgavam essenciais para a democratização da universidade: o fim da cátedra vitalícia e do vestibular, mais verbas e maior participação estudantil nos colegiados dirigentes da universidade (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1963). A diferença estaria no modo de pensar a universidade.

Dos artigos propostos, o número 66 citado acima teria outra redação no documento da UNE: em vez de “profissionais de nível universitário” seria “profissionais especializados nos diferentes misteres técnicos, científicos e culturais”. No artigo 67, permaneceria o que está indicado, mas com o acréscimo da referência ao ensino superior em estabelecimentos isolados ter que ser “autorizado pelo Conselho Federal de Educação”. Mas desses exemplos, o artigo 79, que na versão da UNE foi nomeado como artigo 80, apresentava uma universidade muito mais abrangente e adequada à realidade nacional, pelo menos no que se refere aos aspectos defendidos pela referida entidade estudantil: “as universidades constituem-se do conjunto integrado de estabelecimentos de ensino superior e de institutos de pesquisa, voltados para o estudo dos problemas regionais e nacionais e para o conhecimento científico e técnico, bem como a aplicação e treinamento profissional” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1963, p. CXXIX). O Documento da UNE adotou não só o linguajar e a forma do discurso estatal preservacionista vinculado ao poder legislativo – o instrumento legal -, mas a valorização da técnica e da ciência propalada pelo poder executivo. Portanto, pode-se dizer que esse pronunciamento específico, em relação ao discurso (geral) da UNE, tem um caráter plurilingüístico, polifônico e, também, heteroglósico.

A Lei 3.998/61 (BRASIL, 1961c) composta de 23 artigos instituiu a Fundação que tinha por objetivo “criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural” (Art. 3º) e estabelecia que seu patrimônio seria constituído, entre outros itens, “pelos terrenos destinados, no Plano Piloto, à construção de uma universidade em Brasília”

(Art. 4º, item e). Essa Lei também deixou transparecer o vínculo da educação ao desenvolvimento como indicando no artigo n.º 10:

A Universidade de Brasília empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País e, na medida de sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem.

A idéia de desenvolvimento aqui não é a de desenvolvimento econômico puramente, é mais ampla. Isto aproxima o referido instrumento legal mais à posição da UNE do que para as posições conservadora e liberal. Entretanto, a Lei apresentava uma contradição de linguagens. De um lado, o artigo n.º 9 apontava um viés crítico ao criar a Universidade como uma unidade integrada por institutos, o que possibilitaria maior flexibilidade entre os currículos e também otimização na aplicação dos recursos econômicos; de outro, um traço conservador no artigo n.º 15 que mantinha o provimento de cátedras, intensamente combatido durante as discussões sobre a LDB por aqueles que dispunham de uma visão de mundo crítica.

Os quarenta artigos do decreto n.º 500/62 (BRASIL, 1962), por sua vez, abrangiam e ampliavam o conteúdo da Lei n.º 3.998/61 (BRASIL, 1961c), inclusive em relação aos objetivos essenciais da Universidade que além de ministrar a educação de nível superior para formar “cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas nacionais”, esses profissionais e especialistas seriam “altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social, pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência” (art.28). Isso reitera a idéia de desenvolvimento presente na Lei n.º 3.998/61 (BRASIL, 1961c), e confirma a proximidade com o discurso da UNE.

Os três instrumentos legais apresentados indicam que o discurso do poder legislativo federal era centralmente preservacionista, mas por vezes com enunciados de caráter heteroglósico, com expressões de significado revolucionário e conservador. De qualquer modo, o significado do discurso do governo federal era uma expectativa de progresso, mas sem que houvesse uma mudança no tipo de sociedade. O sentido desse discurso para os sujeitos discursivos críticos era, de certa maneira, o de impedimento para o avanço da luta emancipatória e da criação de uma universidade revolucionária que pudesse contribuir para dar nova forma àquela estrutura social. Para os outros sujeitos discursivos não-críticos, o sentido era o de possibilitar a construção de acordos para a transformação da ordem vigente dentro dos mesmos marcos e de forma lenta e gradual. Paradoxalmente, o sujeito discursivo que sinalizou uma possibilidade de um acordo foi a crítica revolucionária UNE. Como mostrado anteriormente, essa instituição estudantil propôs um substitutivo para

a Lei n.º 4.024/61 (BRASIL, 1961d) em que implicitamente propunha uma aliança, na medida em que articulava concepções da linguagem revolucionária sobre educação com concepções preservacionistas.

Entre todos os discursos apresentados e confrontados, bem como nas suas diversas relações de alteridade identificadas, foi possível observar que nas ações discursivas que se constituíram no período de 1956/1964 relativas ao tema estudado, a universidade era considerada por todos os sujeitos discursivos integrantes do processo aqui interpretado como arcaica, inoperante, precária, falida, estratificada, deficiente, ultrapassada e não atendia aos interesses do país. Mas, por parte das posições críticas, ela deveria ser voltada essencialmente para a transformação social e política, através da busca da conscientização sobre a prática da vida. Isso por intermédio de formas e modalidades que traduzissem não-dogmatismo, espírito democrático, não-exclusivismo classista, liberdade de pensamento e igualdade de condições para todos, sendo gratuita e de tempo integral. Além disso, esses valores e modos de ser deveriam estar expressos nas suas formas arquitetônicas e urbanísticas que promoveriam a integração entre seus membros e, também, com a sociedade. Para os agentes não-críticos, a universidade deveria primordialmente propiciar a reiteração do espírito moral instituído, o ensino livre (confessional) subvencionado pelo Estado e o direito de escolha das famílias, bem como a formação de técnicos para a expansão da indústria capitalista; não ser política; estar vinculada à indústria e à técnica como instrumento básico de promoção do desenvolvimento.

De um modo geral, prevaleceram esses últimos valores e modalidades sobre os primeiros, como pudemos observar nos instrumentos legais e pronunciamentos interpretados. Além disso, foi o sentido não politizado e preservacionista desse significado o que se tornou dominante no período, podendo ser expresso sinteticamente no slogan “**universidade para a modernização**”. Essa dominância manifestou-se pelo fato de que foi esse o sentido que orientou centralmente as políticas públicas estatais de então, além de espalhar-se socialmente para além do processo dialógico aqui interpretado. Inclusive, de estender-se ao modelo de territorialização adotado para as universidades públicas federais brasileiras, no mínimo como um projeto a ser concretizado: a transição do modelo cidade universitária modernista para campus.

5.3 O DIALOGISMO RELATIVO AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UFERJ (ATUAL UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF)

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ (atual Universidade Federal Fluminense – UFF) foi criada em 18 de dezembro de 1960 pela Lei n.º 3.848 (BRASIL, 1960), mas as ações que envolveram a sua criação iniciaram-se no final dos anos cinquenta do século XX e continuaram no início da década seguinte com a sua implantação. Nesse processo, cujo foco local é o município de Niterói – RJ, foram reconhecidos durante a pesquisa empírica sujeitos ativos tanto na sociedade civil como no Estado, a exemplo do dialogismo nacional concernente ao tema universidade. As relações dialógicas, aí identificadas, ocorreram principalmente entre: entidades estudantis fluminenses (União Fluminense dos Estudantes – UFE e diretórios estudantis locais); docentes e diretores das escolas e faculdades isoladas que compuseram a UFERJ; membros do Conselho Universitário da UFERJ - CUV; os jornais O Fluminense e O Globo, e membros dos poderes executivo e legislativo em suas várias instâncias.

Se antes, quando interpretamos o processo dialógico relativo ao tema universidade, identificamos uma diversidade de sujeitos e, principalmente, duas (macro) visões de mundo, agora o universo de trabalho se restringiu em número de sujeitos e de linguagens. O dialogismo referente ao processo de criação da UFERJ abarcou apenas uma visão de mundo, a esfera não-crítica. Os sujeitos discursivos identificados foram agrupados em dois momentos: o da fase que antecedeu a lei que criou a universidade e o do período subsequente, segundo critério de maior participação no processo⁶¹.

No momento anterior à criação da UFERJ, os discursos apresentavam um ponto em comum: a defesa da criação da universidade. A UFE, alguns professores das faculdades fluminenses locais e alguns políticos, particularmente o deputado federal Vasconcelos Torres (PSD), se empenhavam nessa tarefa através de reuniões, discussões, debates, pronunciamentos, organização de passeatas e comícios para mobilizar todas as forças e “contagiar a opinião pública fluminense, e conseqüentemente pressionar as autoridades

⁶¹ Os pronunciamentos singulares dos sujeitos discursivos foram extraídos das coleções dos jornais O Fluminense (1960 a 1961), O Globo (dezembro de 1960) e os Diários do Congresso Nacional (1959 a 1960); das atas do Conselho Universitário da UFERJ – CUV (1961 a 1965); e dos instrumentos legais, Lei n.º 3.848/60 (BRASIL, 1960), Decreto-lei n.º 49.973/61 (BRASIL, 1961), Decreto-lei n.º 50.340/61 (BRASIL, 1961a), Lei n.º 3958/61 (BRASIL, 1961b). No jornal O Fluminense, embora houvesse uma unificação das argumentações em torno da luta para a criação da universidade elas ocorreram num plano local – o município de Niterói – com alguma repercussão na capital federal, Rio de Janeiro e depois Brasília. Nos Diários do Congresso Nacional e no jornal O Globo, o debate refletiu na capital federal; e no CUV, as discussões que envolveram a recém criada universidade especificaram-se no plano institucional com ecos do dialogismo referente ao tema universidade composto no plano nacional, isto é, a universidade para a modernização.

públicas federais” (VÃO, 1960, p.1), como mostra o jornal O Fluminense⁶². Os discursos compartilhavam a mesma visão de mundo não-crítica e estavam focados no mesmo objetivo, mas as intenções eram diferentes.

O discurso da UFE, nesse âmbito regional, deu voz aos estudantes de nível superior e de nível secundário do estado do Rio que se juntaram numa campanha acirrada⁶³ para a aprovação urgente da mensagem presidencial sobre a criação da Universidade. Nos pronunciamentos obtidos no jornal O Fluminense foi possível observar que o discurso da UFE era marcado por uma linguagem preservacionista.

A UFE clamava pela criação da universidade e mostrava que havia uma desproporção entre as dotações orçamentárias destinadas ao ensino superior, na medida em que as outras unidades da federação recebiam mais recursos que o estado do Rio de Janeiro. Todavia, o discurso dessa entidade não levava em conta nas suas reivindicações o distinto número de IFES já existentes em cada unidade da federação. Um significado desse discurso era que o problema atingia não só os estudantes, mas todos os fluminenses. Desse modo, se colocava em defesa de uma perspectiva de progresso, mas que não implicava numa mudança do tipo de sociedade. O discurso da UFE considerava que uma universidade federal no estado:

(daria) ao Estado do Rio o nível de cultura que [...] (merece), de forma codificada e bem organizada, como se apresenta numa universidade (BUROCRACIA , 1960, p.1;5);

(é uma questão que), empolga não só os universitários, mas ao povo fluminense em geral (op.cit., p.1;5);

é velha reivindicação dos estudantes e do povo fluminense (REABERTA, 1960, p. 1);

(é uma) unanimidade [...] (entre os) estudantes – com o apoio de todos os representantes do povo fluminense nas casas legislativas [...], porque “o governo do estado e as iniciativas particulares deixariam a cargo da união manter um ensino muitíssimo caro e que dificilmente [...] (poderia) ser mantido com os poucos recursos que [...] (presentes no estado) (BUROCRACIA , 1960, p.1;5);

(é a) única solução para os problemas de ensino, existentes no solo fluminense (BATEM-SE, 1960, p. 1;7).

Segundo o presidente do Centro Acadêmico ‘Evaristo da Veiga’ – CAEV da Faculdade de Direito de Niterói, Rameau Mendonça Quintanilha, como o governo investia

⁶² O destaque dado ao sujeito discursivo individual, deputado Vasconcelos Torres, frente a outros tantos sujeitos discursivos coletivos se deve ao fato de ele ser o autor do projeto de lei que propunha a criação da UFERJ.

⁶³ Eles estavam dispostos a realizar “passeata-monstro”, visitas a deputados federais e paralisações antes da mudança da capital para Brasília (EMBORA, 1960, p. 1; AO PRESIDENTE, 1960, p.1).

pouco no ensino superior do estado do Rio de Janeiro, havia um declínio constante do número de vagas nas faculdades localizadas na região. Em função disso, “numerosos jovens fluminenses [...] (tinham) que seguir para outros estados, a fim de completar seus estudos, fato que se soma a muitos outros para justificar a criação urgente da Universidade Federal do Estado do Rio” (AO PRESIDENTE, 1960, p.1). A constatação desse fato foi também o que levou a UFE a intensificar seu movimento em prol da universidade com a criação de uma ‘tribuna popular de reivindicações’ em praça pública, como um marco da campanha para fora do âmbito acadêmico⁶⁴. Durante o comício de inauguração a presença popular foi marcante, como pode ser observado em matéria do jornal O Fluminense relativa ao evento:

A UFE após o comício ‘passou a contar com o apoio do povo que aplaudia entusiasticamente os universitários do Estado do Rio, os quais estão lutando, não para eles, mas para todos os que desejarem estudar no futuro (INAUGURADA, 1960, p.1).

Na oportunidade, tanto os universitários da velha província, como os homens públicos presentes, exigiam para este estado a sua universidade, que significa autonomia, cultura, facilidade para todos que desejam cursar uma escola superior e não possuem os meios necessários (INAUGURADA, 1960, p.1; 6).

Kiffer⁶⁵ ‘agora tem certeza de que a universidade se tornará realidade, porque também o povo adquiriu o espírito da universidade que estava faltando’ (INAUGURADA, 1960, p.1).

Tanto os estudantes da UFE, como o jornal O fluminense, além de valorizarem a participação popular na campanha pela UFERJ, também se mostravam unificados em exaltá-lo como ‘luta’ e em destacar valores cristãos que a fundamentariam, como podemos ver nas seguintes reportagens⁶⁶ do jornal O Fluminense que apresentam, também, alguns pronunciamentos do então presidente da UFE, Cláudio Moacyr de Azevedo:

‘a entidade máxima dos universitários da velha província, empenhada em trazer para a terra fluminense a redenção do ensino, com a criação da Universidade Federal do Estado do Rio, está disposta, inclusive a realizar comícios em Brasília’ [...] ‘luta titânica travada de há muito por esse parlamentar (Vasconcelos Torres) e pelos estudantes universitários’. [...]

⁶⁴ De acordo com o jornal O Fluminense (REABERTA, 1960, p.1), a tribuna seria instalada na praça General Gomes Carneiro (rinque), mas na edição do dia 29 de abril (INAUGURADA, 1960, p.1) a inauguração ocorreu na praça Araribóia, no centro de Niterói. Não ficou claro na leitura do jornal se a tribuna era algo duradouro, ainda que por um determinado período, ou somente um evento em prol da universidade.

⁶⁵ Trata-se de Kiffer Neto, então presidente da UFE. Em meados de 1960, Cláudio Moacyr de Azevedo assumiu a presidência dessa entidade estudantil fluminense.

⁶⁶ Como destaquei na nota n.º 37 deste capítulo, e como também poderá ser observado no capítulo seguinte, o jornal pode ter duplo tratamento: como sujeito discursivo (SD) e como veículo. Aqui aparecem as duas formas. No primeiro bloco de citações, e parte do segundo, o jornal está sendo veículo de um SD, ao reproduzir a fala de estudantes da UFE. Nos dois últimos, e parte do segundo bloco de citações, o jornal atua como SD, na medida em que expressa sua visão sobre um acontecimento.

‘essa luta, que não pertence somente aos universitários, mas sim a todo o povo fluminense. Há muito necessitando possuir a sua universidade, pois possibilitará a todos, sem distinção, o ingresso em um curso superior’ [...] ‘se necessário, iremos à capital federal, para, de público, mostrarmos ao presidente da república e aos ilustres deputados a necessidade e o desejo do povo do estado do Rio de possuir, a exemplo de outros estados, a universidade federal’ (CONTINUA, 1960, p.1).

A luta pela Universidade do Estado do Rio [...] se deve a uma reunião de professores e alunos, promovida há tempos pela UFE. [...] Foi nessa reunião que surgiu um ante projeto, encaminhado mais tarde ao MEC pelo então governador Miguel Couto Filho sem contudo receber a devida atenção daquele órgão – disse o presidente da UFE. [...] Os jovens em questão foram unânimes em afirmar ainda que a apresentação de projeto à câmara por parte do deputado Vasconcelos Torres, aproveitando em sua confecção e estudo feito por professores e alunos fluminenses, a causa foi despertada e graças ao desprendimento do governador do estado (Roberto Silveira), que, sem ‘olhar partidário em ato de interesse público, ofereceu de imediato o seu apoio ao projeto de deputado pessedista’. Essa união de forças, concluíram, é que mantém até hoje a luta pela universidade e, o incremento trazido à mesma pelo estímulo do governador fluminense, há de resultar na vitória final (VÃO, 1960, p.1;9).

Vencida mais uma etapa da batalha em prol da criação da Universidade Federal deste Estado. Aprovado o projeto pela comissão de educação da câmara dos deputados – vitória da UFE (VENCIDA, 1960, p.1).

A atual diretoria da União Fluminense dos Estudantes [...], compareceu à TV-Tupi, [...] levando a todos os telespectadores do Canal 6 o seu plano de ação⁶⁷ para o período 60/61, em que se destaca a sua luta pela criação da Universidade Federal do Estado do Rio [...] ratificou o seu desempenho pela defesa dos princípios democráticos e cristãos, que serviriam como normas de conduta para as gestões [...] (posteriores) (DIRETORIA, 1960, p.1).

Em outro programa televisivo, estudantes vinculados à UFE deixaram claro quem eram seus pares principais nessa luta, os áteres com os quais apresentavam afinidades: alguns políticos e alguns professores das faculdades do estado do Rio. O estudante Cláudio Moacyr de Azevedo teceu elogios à conduta do professor Dioclécio Dantas e, também, ao governador Roberto Silveira (PTB-RJ) e ao deputado Vasconcelos Torres (PSD-RJ), como aparece no seguinte trecho extraído do jornal O Fluminense: “elogiou a conduta do prof. Dioclécio Dantas, por vir empreendendo o máximo dos esforços para trazer para nosso estado a almejada Universidade, bem como o governador (Roberto Silveira)” (DECLARA, 1960, p.1). E, também, como declarou o estudante:

‘somente o deputado Vasconcellos Torres, que conseguiu a elaboração da mensagem presidencial e tem prestado valioso auxílio’ [...] ‘os deputados federais sabem que a criação da Universidade não dará popularidade política’ (op.cit.).

⁶⁷ Esse plano de ação refere-se à nova diretoria da UFE presidida pelo estudante Cláudio Moacyr de Azevedo.

Além desses políticos, alguns deputados federais de outros estados também foram elogiados: o relator do projeto que criou a Universidade no estado do Rio, Lauro Cruz (UDN/SP), e também Paulo Sarazate (UDN/CE), Martins Rodrigues (PSD/CE), César Prieto (PTB/RS) e Tharso Dutra (PSD/RS). Todos membros da comissão de educação da Câmara Federal.

Entretanto, os pronunciamentos de Cláudio Moacyr de Azevedo não apresentavam apenas elogios. O estudante também criticou deputados da bancada do estado do Rio por não comparecerem à comissão de educação para discutir o projeto de criação da Universidade, como mostra o jornal O Fluminense:

se lá não estivesse o deputado Lauro Cruz, (o projeto) até hoje estaria naquela comissão 'dormindo', e 'lamentando' a ausência de interesse dos homens públicos mais diretamente ligados ao problema. Acrescentou, finalmente, que acredita receber no Senado um maior auxílio dos senadores fluminenses, para que, até janeiro, a velha província fluminense, a exemplo de outros estados, venha a possuir a sua desejada, esperada e sonhada universidade (DECLARA, 1960, p.1).

Quando o projeto foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado o discurso da UFE foi tomado pela emoção: "o momento da aprovação do projeto foi de alegria e de lágrimas". [...] "A luta foi árdua, porém a vitória foi compensadora" (EUFÓRICO, 1960, p.1). Todavia, o movimento da entidade estudantil não foi encerrado com a criação da universidade em dezembro de 1960. A luta apenas ganhou novos contornos:

depois de conseguirem a criação da Universidade Federal do Estado do Rio que trará as soluções necessárias para os problemas do ensino superior em nosso estado, depois de, em atitudes firmes e conscienciosas defender os princípios democráticos como únicos que respeitam a dignidade humana e um nacionalismo que erguerá o Brasil à condição de economicamente livre e organicamente forte, lutará agora pela federalização das faculdades de filosofia, ciências econômicas, serviço social, engenharia e enfermagem, como fórmula única de existir dentro da universidade recém criada um clima de harmonia e eqüidade (OS ESTUDANTES, 1961, p.1).

O discurso da UFE apontava na direção de uma melhoria das condições da educação superior do estado e das oportunidades de acesso a ela por todo aquele que estivesse interessado, de modo a melhor posicionar o estado do Rio frente às demais unidades da federação em direção ao desenvolvimento propalado pelo discurso do governo federal. O significado da universidade no discurso da UFE era o de facilitador do progresso numa perspectiva gradual e sem mudança substancial no tipo de organização social. Esse posicionamento diferiu do discurso da UNE sobre o tema universidade, por exemplo, que vislumbrava na instituição universitária uma propulsão para a transformação radical da sociedade. A UFERJ, segundo o modelo propugnado pela UFE, não atenderia à

necessidade apontada pelo discurso da UNE. Para os outros sujeitos discursivos não-críticos, o sentido do discurso da UFE seria o de valorizar a economia e a cultura fluminense. Exatamente por isso, os estudantes poderiam ser vistos como aliados em relação à questão. Mas há fundamentalmente o entendimento maior sobre o papel da Universidade para o estado do Rio de Janeiro e sobre a natureza do processo de desenvolvimento da nação: o de progresso sem revolução.

Um outro pólo da relação dialógica em estudo diz respeito aos docentes de posição não-crítica. Os sujeitos discursivos desse conjunto eram os docentes e diretores das escolas e faculdades fluminenses sediadas em Niterói que vieram a compor a UFERJ⁶⁸, isto é, vários indivíduos que não eram representados por uma entidade específica, mas que compartilhavam idéias e posturas em prol da criação da universidade, em geral expressas por pronunciamentos do prof. Dioclécio Dantas, publicados e comentados pelo jornal O Fluminense. De acordo com esse jornal o referido professor não media esforços em ajudar a causa e se posicionava ao lado dos estudantes da UFE em defesa da criação da UFERJ (COMÍCIO, 1960). Os demais professores não alinhados com a visão de Dantas, só foram ganhar maior expressão pública após a criação da UFERJ, nas sessões do CUV, mesmo assim com suas manifestações em geral não extrapolando o âmbito do Conselho Universitário. Assim, no momento que antecedeu a criação da UFERJ não foi possível especificar as distintas vertentes do discurso acadêmico não-crítico. Mesmo ao se ter em conta a interpretação do tema relativo à universidade elaborada no item anterior, só foi possível identificar naquele dialogismo a posição de sujeito 'docente conservador'. Todavia, como será apresentado adiante, após a criação da UFERJ, a questão relativa ao espaço físico possibilitou a indicação de duas posições de sujeito: 'docente preservacionista' e 'docente conservador'.

Portanto, o discurso dos docentes e diretores das escolas e faculdades fluminenses sediadas em Niterói que vieram a compor a UFERJ foi escrito mais com atos do que com palavras. A presença pública desses professores, visivelmente como um coletivo, em eventos organizados pela UFE (comícios, palestras) expressava publicamente, à sociedade, sentidos de coesão em torno da proposta de criação da universidade. Para os outros sujeitos discursivos não-críticos o sentido desse discurso era o de uma manifestação de um aliado tático na concretização da UFERJ.

⁶⁸ Se compararmos a lista dos professores participantes do comício do dia 29.04.1960 'tribuna das reivindicações' (INAUGURADA, 1960), realizado em prol da universidade e a lista dos professores presentes na reunião com o governador, secretário de educação e demais diretores realizada em 24.12.1960 para organizar a universidade (AUTÊNTICA, 1960), três nomes aparecem nas duas situações: prof. Dioclécio Dantas (Diretor da Escola Fluminense de Odontologia); prof^a. Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (Diretora da Escola de Serviço Social); Prof. Thomaz da Rocha Lagoa (Diretor da Faculdade Fluminense de Medicina).

Tanto o discurso da UFE quanto o discurso dos docentes de posição ‘não-crítica’ tornaram-se públicos veiculados por outro sujeito discursivo: o jornal O Fluminense⁶⁹. O discurso desse jornal mostrou uma linguagem conservadora. O jornal apoiava os estudantes da UFE, alguns docentes e diretores das escolas e faculdades fluminenses sediadas em Niterói referidos no parágrafo anterior como um coletivo não-crítico, e certos políticos locais, especialmente o deputado Vasconcelos Torres (PSD), porque o jornal acreditava “que a luta dos universitários não [...] (seria) inglória e a universidade, tão ansiada, não [...] (haveria) de tardar, ainda mais [...] (naquele momento) quando todas as forças políticas [...] (estavam) a prestigiar o dignificante empreendimento” (PRÓ-UNIVERSIDADE, 1960, p.1). Além disso, O Fluminense demonstrava abertamente qual o sujeito discursivo considerava responsável pelo sucesso do processo de criação da UFERJ como é possível notar no trecho a seguir:

Não há dúvida de que aos estudantes da velha província se deve a luta incessante pela criação da Universidade Fluminense ainda que alguns de nossos representantes venham se empenhando, a exemplo do deputado Vasconcelos Torres, somente com a participação efetiva da classe acadêmica, através de seu órgão máximo, a UFE, se tem obtido alguns resultados e dentre as razões podemos incluir o apoio do governador Roberto Silveira (COMÍCIO, 1960, p.1).

O apoio dado pelo jornal à criação da UFERJ também pode ser observado na seqüência de pequenas notas ou matérias publicadas no mês de dezembro de 1960 relatando passo a passo as etapas do processo. Especialmente as manchetes de caráter entusiástico mostram o apoio do jornal à causa:

Pede o governador ao presidente Juscelino Kubitschek: criação urgente da Universidade do Estado do Rio (PEDE, 1960, p. 1).

Declara o presidente da UFE: Universidade Federal do Estado do Rio – Redenção do ensino superior na terra fluminense (DECLARA, 1960, p. 1).

Concretiza-se velho sonho dos universitários fluminenses: ‘Aprovado, ontem, pela Câmara dos Deputados o projeto que cria a Universidade do Estado do Rio’ (CONCRETIZA-SE, 1960, p. 1).

Eufórico, o presidente da UFE, ante a grande vitória conquistada (EUFÓRICO, 1960, p. 1).

UFE mostrará ao povo os que trabalharam em prol da criação da Universidade (UFE, 1960, p. 1).

Sancionada pelo presidente da República lei do congresso criando a Universidade Federal do Estado do Rio (SANCIONADA, 1960, p. 1).

⁶⁹ O discurso desse sujeito discursivo (coletivo) foi configurado a partir dos diversos pronunciamentos relativos ao processo de criação da UFERJ. Desses pronunciamentos fizeram parte editoriais, crônicas, reportagens assinadas ou não, opiniões que, de um modo geral, delineavam um conjunto de idéias as quais denominei discurso acadêmico não-crítico.

Autêntica mobilização para [...] (o) breve funcionamento da universidade (AUTÊNTICA, 1960, p. 1).

A universidade, JK e o governador (Presidente envia telegrama comunicando que a lei foi sancionada) (A UNIVERSIDADE ,1960, p.1).

O discurso do jornal o Fluminense estava ao lado, não só do discurso da UFE, mas também dos discursos dos respectivos poderes executivos e legislativos federal e estadual. E não poupou elogios a um dos representantes do estado no poder legislativo federal, no que se refere à criação da UFERJ: “Incansável o deputado Vasconcelos Torres em sua luta pela universidade fluminense” (INCANSÁVEL,1961 , p.1).

Naquele momento, o jornal publicou vários telegramas enviados ou encaminhados aos representantes do governo. No campo de ação do poder executivo estadual, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira (PTB) telegrafou ao presidente da república em mais de um momento, ao líder da maioria na Câmara Federal e a outras autoridades federais, solicitando urgência para a aprovação do projeto para a criação da universidade (APOIO, 1960, p.1). O telegrama reproduzido em seguida também foi publicado no jornal O Globo e mostrava, segundo O Fluminense, um último esforço dos fluminenses perante o governo federal, tendo em vista que o governo JK estava chegando ao final do mandato:

Venho à presença do eminente Presidente da República fazer um apelo, em nome da mocidade e do povo fluminense, no sentido de que V.Ex.a. providencia, junto às lideranças governamentais no congresso a votação da mensagem do executivo que propõe a criação da Universidade do Estado do Rio, antiga aspiração de nossa entidade federativa. V. Exa. tem, ainda, oportunidade ímpar de se tornar detentor da glória da criação de mais uma universidade em seu país, contribuindo para o engrandecimento da cultura do Estado do Rio. Dada a magnitude do assunto, estamos certos de sua interferência urgente e pessoal na solução do problema. Saudações. Assinado Roberto Silveira. Governador do Estado (PEDE, 1960, p.1; PEDE, 1960a, p.11).

O discurso do poder executivo estadual procurou sensibilizar o presidente JK acerca do significado da universidade para o estado do Rio – a valorização da cultura fluminense –, mas do ponto de vista do executivo federal tratava-se de mais uma universidade, num momento em que o governo JK era duramente questionado pelo grande número de universidades federalizadas. No Legislativo federal, apesar das críticas e dos oponentes, o projeto do deputado Vasconcelos Torres (PSD-RJ) foi aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado, onde:

Em regime de urgência urgentíssima, foi aprovado, na sessão ordinária, o projeto de federalização da universidade do Rio de Janeiro. Não mais se manifestou o (senador) sr. Mem de Sá (PL-RGS) que, de há muito, vinha se

batendo contra a ‘avalancha de federalizações’. O representante gaúcho, na semana passada, já se confessara vencido, desistindo de prosseguir na sua luta, já que o senado [...] (vinha) aprovando, seguidamente a federalização de várias universidades. O sr, Mém de Sá sempre colocara em confronto o ensino primário, desassistido, e o superior auxiliado e gerando provimento de cátedras sem concurso (AINDA, 1960, p. 12).

Após a aprovação no Senado, o Gabinete Civil da Presidência encaminhou telegrama ao governador do estado do Rio:

Apraz-me noticiar ao ilustre governador, de ordem do sr. Presidente da República, que sua excelência sancionou a lei que criou a universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ao ensejo, manifesto congratulações com o governo e povo fluminense pelo alto significado desse acontecimento (A UNIVERSIDADE, 1960, p.1).

Um feito expressivo, mas de sentido variável conforme o sujeito discursivo. Para o governo, no âmbito do poder executivo federal, como já visto, a universidade significava mais um passo para a modernização do país. Já para o poder executivo estadual, além do caráter modernizador, a UFERJ seria a concretização de um antigo sonho, o de possibilitar estar ao lado de outros estados mais desenvolvidos. No campo do poder legislativo, as idéias aí dominantes já estavam postas nos instrumentos legais, que contribuíram para o fortalecimento do sentido hegemônico de universidade – a ‘universidade para a modernização’ – e eram parte integrante do discurso do governo federal, mas como já comentado, este apresentava alguns aspectos conservadores indicando um caráter heterogêneo. Mas no embate sobre a efetivação da UFERJ, diferentemente, o traço predominante no poder legislativo foi nitidamente conservador, como pode ser observado nos pronunciamentos indicados a seguir: o Projeto n.º 468 de 16.06.1959 que propunha a criação da UFERJ (CÂMARA, 1959); o Projeto n.º 1.327⁷⁰ de 16.12.1959 (CÂMARA., 1959a) que substituiu o anterior; a Lei n.º 3.848 de 18.12.1960 que criou a universidade fluminense (BRASIL, 1960) e a Lei n.º 3.958 de 13.09.1961 (BRASIL, 1961b) que federalizou, sob o âmbito da UFERJ, algumas faculdades e escolas sediadas em Niterói⁷¹.

O Projeto n.º 468 (CÂMARA, 1959) visava criar a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto correspondia à articulação explícita entre a UFE,

⁷⁰ Projeto do Poder Executivo, que foi transformado na Lei n.º 3.848 de 18.12.1960 (BRASIL, 1960).

⁷¹ No período em estudo (1956-1964) outros instrumentos legais relativos à UFERJ foram publicados, e alguns, rapidamente anulados. Em 21 de janeiro de 1961 foi aprovado o seu estatuto através do Decreto n.º 49.973 (BRASIL, 1961), que, contudo, foi revogado pelo presidente Jânio Quadros em 15.03.1962 pelo Decreto n.º 50.340 (BRASIL, 1961a). Esse Decreto estabeleceu que o conselho universitário elaboraria o estatuto da UFERJ e, enquanto o mesmo não fosse concluído, a UFERJ obedeceria ao Estatuto da Universidade do Brasil, o Decreto n.º 21.321 de 18.06.1946 (UNIVERSIDADE DO BRASIL, 2000, p.191-219).

alguns diretores e docentes de faculdades fluminenses, o jornal O Fluminense e o seu propositor, o deputado Vasconcelos Torres, todos expressando interesses de um melhor posicionamento do estado do Rio de Janeiro frente às outras unidades da federação. Na justificativa, o autor do projeto se posicionou como o representante preocupado:

com o desenvolvimento cultural da terra fluminense [...] criar uma Universidade à altura das tradições de progresso da velha província. [...] uma Universidade para o Estado do Rio de Janeiro é inadiável [...] Trata-se, como se vê, de uma antiga aspiração do povo fluminense e iniciativa que visa a incentivar, ainda mais, a difusão da cultura em seus vários ramos. Ainda, porque, neste particular, tem sido o nosso Estado esquecido dos poderes públicos federais, de vez que, é ele um dos poucos Estados da Federação que, ainda, não possuem a sua Universidade apesar das condições que apresenta para exigí-la. Com relação ao aumento de despesa, é de verificar que o mesmo seria mínimo considerando que todas as unidades incorporadas ou agregadas já possuem dotações próprias no Orçamento da União. [...] Sempre vigilante na defesa do prestígio do Estado do Rio de Janeiro, que deve caminhar no mesmo plano de igualdade com os demais Estados (CÂMARA, 1959, p.3094).

Em 16 de dezembro de 1959, o então ministro da educação Clóvis Salgado apresentou o Projeto n.º 1.327 (CÂMARA, 1959a)⁷² em substituição ao anterior (n.º 486), para atender às ponderações feitas pela Diretoria de Ensino Superior do MEC. A alteração mais significativa foi a redução do número de estabelecimentos de ensino que seriam incorporados à nova universidade. No projeto anterior eram 10, nesse, o número foi reduzido para 6, mas na lei aprovada posteriormente – Lei n.º 3.848 (BRASIL, 1960) – a quantidade de instituições foi novamente modificada. No projeto substitutivo o aspecto econômico também foi levado em consideração como mostra o item n.º 3 da exposição de motivos n.º 921 apresentada pelo ministro:

3 - Nos termos do aludido substitutivo, a efetivação quando da providência determinará o pequeno acréscimo de despesa decorrente do subvencionamento referido, o qual, entretanto será plenamente recompensado. Com efeito, já existindo, no Estado em questão, cinco estabelecimentos de ensino superior federais, da incorporação dos mesmos em uma Universidade resultará maior articulação entre eles e, conseqüentemente, melhor aproveitamento de instalações e mais uniformidade de orientação didática (CÂMARA, 1959b, p.9712).

Um ano depois, após discussão e modificação do projeto substitutivo ele foi transformado na lei que, então, criou a UFERJ – a Lei n.º 3.848 (BRASIL, 1960). Os parâmetros orientadores dessa lei foram: a racionalização dos recursos e a idéia de

⁷² Esse projeto de 1959 teve mais duas versões: 1.327-A de 03.12.1960 com 5 faculdades incorporadas e 1 agregada (CÂMARA, 1960); e a versão 'redação final do projeto' 1.327-B de 09.12.1960 com 5 faculdades incorporadas e 5 agregadas (CÂMARA, 1960a).

‘progresso’ vinculado às tradições da ‘velha província’, sem perspectiva emancipatória. A universidade foi concebida pela junção de cinco faculdades classificadas como ‘incorporadas’ e cinco faculdades ‘agregadas’. A Faculdade Fluminense de Medicina; a Faculdade de Direito de Niterói; a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro; a Faculdade Fluminense de Odontologia; e a Faculdade Fluminense de Medicina Veterinária foram incorporadas por serem estabelecimentos de ensino superior federal. Três escolas estaduais – a Escola Fluminense de Engenharia; a Escola de Serviço Social e a Escola de Enfermagem – e duas faculdades particulares – a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade Fluminense de Filosofia – foram agregadas. O patrimônio da UFERJ, de acordo com a lei em questão, seria composto pelo conjunto dos bens, direitos e obrigações pertencentes aos estabelecimentos federais incorporados⁷³. Esse modo como a UFERJ foi estabelecida – com o simples agrupamento de escolas e faculdades – traduziu num âmbito prático o caráter heteroglósico do discurso do poder legislativo federal, primordialmente preservacionista, porém com enunciados que, vez por outra, denunciavam um viés conservador, e por vezes revolucionário como no caso dos instrumentos legais referentes à UNB. Assim, no caso da UFERJ, a tradução do discurso governamental, no âmbito do poder legislativo federal foi promover o progresso do estado do Rio de Janeiro dentro da tradição e sem alterar a organização institucional e da sociedade em geral. Para os outros discursos não-críticos o sentido foi o mesmo.

Após a criação da universidade, ainda assim, a UFE e alguns docentes e diretores provenientes das escolas e faculdades que compuseram a UFERJ se mantiveram em movimento para a federalização das 5 faculdades agregadas, como mostrou o jornal O Fluminense:

Por intermédio desta folha, universitários fluminenses dirigem apelo aos deputados e senadores. [...] apelam [...] para que aprovem o substitutivo ao projeto 2-3960. [...] A situação das 5 faculdades agregadas é considerada, pelos estudantes, insustentável. Não trazendo vantagens de espécie alguma [...] deixando os alunos em inferioridade de condições com os colegas das faculdades federalizadas (FEDERALIZAÇÃO, 1961, p. 1).

Posteriormente, o jornal publicou, entre diversas matérias, um telegrama do deputado Vasconcelos Torres encaminhado ao jornal comunicando a federalização das faculdades agregadas à UFERJ:

⁷³ Das unidades que compuseram a UFERJ somente três continuam no mesmo endereço: “o Instituto Anatômico, situado no Valonguinho; o prédio da Faculdade de Medicina (hoje Instituto Biomédico) e o da Faculdade de Direito” (VASCONCELLOS e MELLO, 1985-1986; p.13). Ver quadro n.º 4.

Tenho o prazer de comunicar que, transpondo todos os embaraços parlamentares, inclusive um pedido de verificação do deputado Tristão da Cunha [PR/MG], consegui que a câmara dos deputados aprovasse a emenda da federalização da faculdade de filosofia, escola de engenharia, escola de serviço social, faculdade de ciências econômicas, e escola de enfermagem, agregadas à nossa universidade. Cordiais saudações (INCANSÁVEL, 1961, p.1).

Embora anunciada, a federalização das faculdades agregadas não foi efetivada imediatamente, o que gerou novos esforços da direção da UFERJ, do governador fluminense Celso Peçanha (PSD), do ministro da educação Brígido Tinoco (governo JQ), entre outros. Somente a Lei n.º 3.958 de 13.09.1961 (BRASIL, 1961b) federalizou e incorporou efetivamente as faculdades anteriormente agregadas, bem como seus bens móveis, imóveis, direitos e aqueles que ali trabalhavam.

Mesmo com a criação da UFERJ, e a 'luta' considerada ganha, o jornal O Fluminense continuou publicando várias notícias relacionadas à implantação da universidade, inclusive de aliados de posição 'estatal liberal', como pode ser examinado na crônica já citada e, parcialmente, reproduzida a seguir:

Das universidades antigas e modernas têm surgido astros de primeira grandeza, iluminando o pensamento e honrando a humanidade. Tais considerações foram suscitadas com a recente e efetiva criação da universidade federal fluminense. Ela se deve principalmente à mocidade generosa de nossa terra, lastreada em várias gerações, que inspiraram a concretização do ideal há muito acalentado. Louve-se o esforço reiterado de Vasconcelos Torres, sem dúvida o mais impertinente paladino de tamanha conquista, com a solidariedade de outros fluminenses não menos dignos de gratidão e apreço. Daqui por diante, quando se falar na universidade, cumpre fazê-lo em termos nobres e elevados, para que a mesma continue a serviço da democracia. Nós lhe auguramos uma existência proveitosa, isenta de paixões e livre das influências nocivas àquele idealismo que ainda é, para orgulho nosso, o apanágio da mocidade fluminense. Enquanto não houver, a exemplo de outros centros, o adequado edifício para concentrar estudantes de todas as categorias, predomine entre eles a identidade espiritual indispensável ao prestígio e difusão das ciências e das letras. A alma de uma universidade se nutre da vibração e entusiasmo desses jovens de que se envaidece o estado do Rio, como depositários fiéis de uma condição moral e intelectual que não esquece Deus e jamais se omitirá em favor da pátria brasileira (NEVES, 1961, p. 1).

Esse pronunciamento do vereador Nilo Neves destacou dois dos seus 'outros'. O 'outro' destinatário direto, o povo fluminense e, o seu 'outro' opositor institucional – a UNE –, cujo discurso, para os sujeitos discursivos não-críticos, tinha o sentido de anti-democrata e anti-cristão, portanto, tratava-se de uma 'influência nociva' para os estudantes fluminenses. O discurso desse sujeito de postura 'estatal liberal' significou para os outros sujeitos discursivos não-críticos, por um lado, uma idéia moderada em termos de suas próprias

perspectivas de progresso, e por outro lado, uma valorização da tradição estabelecida na terra fluminense, o que abria espaço para possíveis alianças.

Nesse estágio do processo interpretado, a universidade começou a ser organizada⁷⁴ e a funcionar conforme o estatuto da Universidade do Brasil, até que o dispositivo correlato da UFERJ fosse elaborado pelo conselho universitário. Porém a UFERJ só foi instalada oficialmente em 13 de abril de 1961 em solenidade no Teatro Municipal de Niterói numa “memorável noite para a cultura fluminense” (PALCO, 1961, p. 1), como destaca O Fluminense:

Finalmente, foi instalada, solenemente, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, em sessão presidida pelo ministro da educação e cultura, sr. Brígido Tinoco, com a presença do governador do estado, do arcebispo de Niterói, prefeito, presidente da assembléia legislativa, diretores e professores das diversas faculdades fluminenses, bem como do magnífico reitor Pedro Calmon e dos estudantes, representados pela UFE e pelos diretórios acadêmicos. A noite foi totalmente de gala, porque, se não bastasse o contentamento e a alegria dos fluminenses pela instalação da universidade, bastaria a maneira pela qual transcorreu os trabalhos, com vibrantes e significativas homenagens prestadas àqueles que realmente trabalharam pela universidade (op. cit., p. 1).

Nessa noite de conagração, alguns sujeitos⁷⁵ ativos no processo de criação da UFERJ estavam presentes e dentre os muitos pronunciamentos e agradecimentos, finalizados pela benção do arcebispo metropolitano de Niterói, o jornal O Fluminense colheu declarações de estudantes da UFE, que destacaram sua posição de vanguarda na luta que naquele momento se encerrava :

O presidente da UFE, acadêmico Cláudio Moacyr, em nome dos universitários, contou a história da universidade, as lutas travadas, os combates memoráveis e prestou homenagem a todos os que lutaram por sua criação, considerando o deputado Vasconcelos Torres o ‘pai da universidade’. Disse, ao final, que os universitários não permitiriam que após suor e lágrimas, que após o edifício já construído, faltando apenas alguns retoques para a sua concretização, apareçam engenheiros e construtores que nada fizeram em prol da universidade tentar registrar a obra, olvidando o trabalho de tão poucos em favor de tantos (op. cit., p. 1).

⁷⁴ A reitoria foi instalada provisoriamente no centro da cidade de Niterói. De acordo com a pesquisa realizada por Vasconcelos e Mello (1985-1987), a primeira reunião do CUV foi realizada à rua José Clemente; entre 1962 e 1965 ela funcionou na rua Cel. Gomes Machado e de 1965 a 1967, no Hospital universitário Antônio Pedro – HUAP (adquirido em 1963). Em 1967 a reitoria mudou-se para a rua Miguel de Frias, antigo Hotel Balneário Icarahy, mas a sua instalação definitiva nesse endereço ocorreu em 1968. Ver quadro n.º 4.

⁷⁵ O governador Celso Peçanha (PSD); o ministro Brígido Tinoco (governo JQ); D. Antônio de Almeida Moraes Júnior, arcebispo de Niterói; o prefeito Wilson de Oliveira (PTN); o senador Miguel Couto (PSD) e outras autoridades; os professores Durval Baptista Pereira (F. F. Filosofia), Dioclécio Dantas de Araújo (E. F. Odontologia) e Álvaro Sardinha (F. Direito de Niterói); o reitor da Universidade do Brasil Pedro Calmon; o presidente da UFE, estudante Cláudio Moacyr, entre outros.

Os estudantes da UFE, após o ato formal de fundação, mantiveram-se na expectativa do pronunciamento do então presidente da república Jânio Quadros sobre a escolha do primeiro reitor da UFERJ, a partir de lista tríplice encaminhada ao MEC. O escolhido foi Durval de Almeida Baptista Pereira, que tomou posse em 04 de maio de 1961⁷⁶. Alguns dias depois foi instituído,

em solenidade realizada na sala Clóvis Bevilacqua da Faculdade Fluminense de Direito de Niterói com a presença de várias autoridades⁷⁷, o DCE da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo como presidente o sr. Carlos Alves Moura (DIRETÓRIO, 1961, p.1).

No primeiro pronunciamento do reitor empossado⁷⁸, e que teve destaque no jornal O Fluminense, ficou evidente uma aproximação com o discurso do governo federal. No trecho que apresento em seguida é possível identificar as idéias gerais sintetizadas pela consigna ‘universidade para a modernização’:

dentro das normas da justiça social – econômica, programadas pelo presidente da república, havemos de estatuir as bases da nossa universidade nos moldes mais modernos e, sobretudo, criando condições necessárias e justas porque ao se comprovarem os aumentos de produtividade decorrentes de uma formação educacional mais apurada, ensejar-se-á a nítida idéia, como afirma sua excelência, de que a educação é um investimento de longo prazo, a ser encarado de forma semelhante o dispêndio de recursos nos setores da indústria de base, dos bens da produção, de energia e dos transportes. [...] sabemos que a função básica da escola em todos os seus graus consiste em infundir, nos jovens universitários, virtudes que lhes permitam viver com dignidade, e compartilhar os deveres inerentes à vida coletiva e que se tornam, dia-a-dia,

⁷⁶ Data de posse de acordo com o jornal O Fluminense (EMPOSSADO, 1961). Ver nota n.º 56 deste capítulo.

⁷⁷ O secretário de administração geral do Estado, Macário Picanço; o chefe do gabinete civil do governador, José Maria Ribeiro; o reitor da UFERJ, Durval Baptista Pereira; o presidente da UFE, Cláudio Moacyr; o presidente da FUFPE, Tácito Tauni; o representante do arcebispo de Niterói, Monsenhor Uchôa; e os presidentes de todos diretórios acadêmicos da UFERJ.

⁷⁸ Um aspecto importante a destacar diz respeito ao posicionamento desse sujeito discursivo. Como visto no item anterior, esse mesmo indivíduo (conselheiro), como representante de uma das unidades da UFERJ, foi classificado como um ‘docente conservador’ em função das suas idéias acerca da universidade em 1964. Aqui (1961), a aproximação com o discurso governista refere-se a um momento particular – a instalação da universidade, uma instituição pública vinculada ao governo federal –, e a uma posição específica: o primeiro reitor dessa universidade. Considerando o contexto da época e as suas idéias predominantes sobre a universidade naquele momento (‘universidade para a modernização’) e, também, o fato do cargo de reitor representar um coletivo e os seus pronunciamentos dizerem respeito às idéias dominantes desse grupo, o reitor de uma universidade recém criada, após tanto esforço, se posicionaria de modo coerente com esse conjunto de fatores. Nesse caso, independente das idéias do indivíduo, o discurso compatível com o posto de reitor, naquele momento era ser um discurso preservacionista. Um outro ponto: trata-se do discurso de um reitor, portanto um discurso que pressupõe um coletivo maior do que aquele representado por um diretor de unidade, cargo ocupado pelo referido indivíduo durante o seu pronunciamento em 1964. Além disso, existe um intervalo de três anos entre os pronunciamentos. Assim, embora seja o mesmo indivíduo, são duas PSs distintas, onde o seu discurso como ‘docente preservacionista’ foi uma questão circunstancial. Isso pode ser confirmado nas suas ações posteriores quando da defesa de interesses particularistas da unidade a qual dirigia, em detrimento da defesa de uma cidade universitária, como pode ser visto na ata da sessão do CUV do dia 5 de dezembro de 1963: “O conselheiro Batista Pereira reporta-se a expediente relativo à solicitação de pequena área ao lado daquela em que está sendo construída a sede da Faculdade de Filosofia, informando o presidente que já fora encaminhado à câmara municipal” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963f, p.127). Assim, a sua posição dominante é a de ‘docente conservador’.

mais importantes, à vista do rápido alargamento no campo de influência do ensino institucional. Função, portanto, de que compartilha a universidade, entidade essa como um todo harmônico integrada por mestres e discípulos: preparar os moços para viver, digna e utilmente, a vida comum (EMPOSSADO, p. 1).

A perspectiva de ‘universidade para a modernização’, especialmente os aspectos econômicos vinculados às idéias de rendimento, aproveitamento, dispersão de recursos, também pode ser observada quando o reitor trata do espaço físico da UFERJ. Conforme reportagem do jornal O Fluminense,

objetivando obter maior rendimento do ensino, com o máximo aproveitamento dos recursos de que dispõe ou que virá a dispor, pretende o magnífico reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, prof. Durval Baptista Pereira, promover estudos, a serem submetidos ao ministro Brígido Tinoco, no sentido da construção da ‘cidade universitária’ do Estado do Rio. ‘De fato, (conforme pronunciamento do reitor) não têm os estudantes fluminenses local próprio onde possam praticar e estudar as matérias de seus currículos educacionais. Se, para cada faculdade tivéssemos de criar locais de praticagem (sic), haveria uma dispersão de verbas e de funcionários, sem um aproveitamento correlato com o montante das despesas’. [...] Pensa o prof. Durval Baptista Pereira agrupar todas as faculdades em uma só área, numa verdadeira cidade universitária, onde, além dos prédios escolares, haja outras acomodações, inclusive institutos para estudos e pesquisas, aparelhados para aulas práticas, servindo de centro a todo o sistema educacional fluminense (CIDADE, 1961, p. 1).

Esse discurso, cujo enunciador se posicionava como um ‘docente preservacionista’, portanto, também defendia o agrupamento das faculdades numa só área e indicava que havia um vínculo direto entre o signo ‘universidade’ (dimensão do conteúdo) e o signo ‘cidade universitária’⁷⁹ (dimensão do modelo de territorialização, referente às formas arquitetônicas e urbanísticas) que expressavam o mesmo sentido: universidade para a modernização. Mas essa intenção ficou retida nesse momento particular que envolveu a posse do reitor.

A partir daí, com a universidade criada e as eleições e posse do reitor e do presidente do DCE realizadas, iniciou-se a consolidação da UFERJ e uma certa preocupação, mesmo que incipiente, com o espaço físico. Nesse momento, a coesão entre os sujeitos discursivos até então envolvidos no processo começou a afrouxar. Alguns sujeitos saíram de cena: a UFE, os representantes do poder legislativo em suas diferentes instâncias e o jornal O Globo. Outros mudaram de categoria: docentes e diretores das escolas e faculdades fluminenses incorporadas à UFERJ passaram a compor o quadro interno da recém criada

⁷⁹ Como já visto no capítulo 4 (itens 4.3 e 4.4), no momento em pauta, embora a denominação cidade universitária estivesse vinculada ao modelo de universidade (1930-1960) que estava sendo questionado e que a reforma universitária pretendia alterar, a terminologia ‘cidade universitária’ era adotada para designar o espaço universitário edificado. A denominação ‘campus’ será empregada ao longo da implantação da reforma universitária como veremos mais adiante, e será então o modo de designação da forma arquitetônica e urbanística da universidade para a modernização.

universidade. E, se antes os enfrentamentos ocorriam publicamente e eram registradas pela imprensa, nessa outra fase, as confrontações passaram a ser em âmbito institucional e o principal local eram as reuniões do Conselho Universitário com registro nas atas das sessões, com poucas repercussões extra-muros, registradas pelo jornal O Fluminense. Nessa nova etapa do processo, as relações dialógicas ocorreram principalmente entre: entidades estudantis da UFERJ (DCE e diretórios); membros do Conselho Universitário; o jornal O Fluminense; e membros do poder executivo (MEC), ainda que esses dois últimos não estivessem presentes diretamente na universidade.

Nas atas do Conselho Universitário o embate ocorreu diretamente entre sujeitos das posições ‘docente preservacionista’, ‘docente conservador’ e ‘estudantil preservacionista’, e indiretamente teve a participação implícita do governo federal (MEC) e, de forma diferenciada, do jornal O Fluminense⁸⁰. Nesse trabalho vamos priorizar o embate direto ocorrido no plano institucional entre os sujeitos discursivos que atuavam ativamente nas reuniões do conselho: docentes conservadores e preservacionistas, e estudantes preservacionistas. No entanto, ao observarmos a maneira de atuar desses sujeitos, se compararmos com o período que antecedeu a Lei n.º 3.848 (BRASIL, 1960), houve uma retração do posicionamento ‘estudantil preservacionista’ e uma expansão do ‘docente conservador’, demonstrando qual era a força dominante naquele espaço institucional. As discussões no conselho giravam em torno de vários assuntos, entre os quais destacamos: a situação das escolas agregadas, a elaboração do estatuto e, o que nos interessa especialmente: a configuração do espaço físico.

Com relação ao primeiro ponto, os discursos eram convergentes. O governo federal se manifestou através de correspondência enviada à universidade: “é desejada a concórdia nos

⁸⁰ Antes da criação da UFERJ havia uma convergência entre o discurso do jornal Fluminense e o discurso docente não-crítico, independente da sua vertente. Se antes, o jornal defendia a criação da UFERJ, em determinado momento passou a tecer críticas à universidade como podemos observar nas atas de duas reuniões do conselho. No dia 18.05.1964: o reitor Dioclécio Dantas de Araújo apresentou o conteúdo de um editorial do jornal O Fluminense intitulado ‘A universidade, sonho de geração’ que proferiu longa crítica à UFERJ. Esse editorial apresentava uma universidade em crise, dominada por um ambiente de brigas políticas, internamente sem integração e sem comando. Segundo o jornal as denúncias deveriam ser públicas “pois, como fluminenses, desejamos vê-la atingindo seus fins a que se destina, sem politicagem e sem os graciosos atendimentos a pedidos inescrupulosos”. A defesa do então reitor resgatou a história das lutas pela criação da UFERJ e, sem negar que houvesse crise, mas que já estava solucionada, mostrou que “uma universidade não [...] (era) construída em nove meses. Nenhuma universidade brasileira, mesmo as mais bem organizadas e desenvolvidas, atingiu aos fins que são exigidos para uma universidade moderna. As universidades brasileiras são ainda do tipo liberal e estão longe de alcançar o fim verdadeiramente tecnológico”. No caso da UFERJ, ela “está sendo organizada com honestidade e com fins verdadeiramente humanos, a serviço de um povo e uma nação que, técnica e economicamente precisa sair do seu sub-desenvolvimento” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE 1964d). Na reunião do dia 25.05.1964 novo editorial foi publicado – ‘Universidade subvencionou congresso comunista’. Diante de mais um ataque, nova defesa do reitor mostrando os objetivos da universidade e desvinculando os estudantes fluminenses do conteúdo comunista: “não chame de comunistas nossos rapazes [...] a UNE não é constituída de estudantes comunistas. A sua direção, sim [...]. A minha obrigação, como reitor, é, obedecendo aos Estatutos da Universidade, amparar, auxiliar e orientar a mocidade estudantil nas reuniões esportivas, culturais e sociais; dar-lhes conforto e amparo material” (op.cit., 1964e). De aliados a opositores, esse foi o sentido que cada discurso adquiriu para o outro. Contudo, apesar desse rompimento de posição entre os sujeitos, o tema universidade presente nos discursos manteve-se dentro de uma visão de mundo não-crítica.

meios da universidade e tratamento idêntico para as várias unidades” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1961). Os estudantes se posicionaram de forma contundente:

O conselheiro Cláudio Moacyr de Azevedo [...] (declarou) que os estudantes não admitem que numa universidade existam discriminações odiosas e que seus protestos se farão sentir caso o conselho universitário decida não permitindo o voto das escolas agregadas (op. cit.).

Em discurso do conservador conselheiro Otávio Cantanhede⁸¹, podemos observar que a questão não era recente:

no 1º projeto apresentado ao legislativo houve de sua parte protesto quanto a discriminação de escolas incorporadas e agregadas, mas que o substitutivo apresentado, modificou essa orientação, porém que posteriormente veio a ser aprovado o projeto original com a discriminação (op.cit.).

Esse pronunciamento é parcialmente equivocado, porque o substitutivo a qual ele se refere, o projeto n.º 1.327 (CÂMARA, 1959), não eliminou a categoria ‘escola agregada’, apenas reduziu a quantidade de cinco escolas para uma⁸².

Quanto ao segundo assunto, a elaboração do estatuto da universidade e a avaliação do estatuto do DCE, as discussões no conselho contaram com a participação de docentes e estudantes até o documento ser aprovado pelo CUV em dezembro de 1962⁸³. Ao final da sessão que aprovou o documento prevaleceu o tom conservador do discurso docente, como indica o trecho da ata do Conselho:

a aprovação de sua carta magna. Que os preceitos nela contidos, que o elevado espírito que caracteriza este diploma, possa representar o papel daquela estrela que levou à manjedoura de Belém os três reis magos para a adoração do deus-menino. Que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro com seu corpo docente e o seu corpo discente chegue, como aqueles 3 soberanos ao ponto visado, não para contemplar apenas a obra que a universidade se propõe realizar, mas para realizá-la efetivamente, dando ao desenvolvimento do ensino universitário no Estado do Rio e à elevação do nível cultural fluminense o incenso da sua dedicação, a mirra do seu patriotismo e o ouro do seu civismo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1962a).

No que se refere ao terceiro tópico, na análise do conjunto de atas do conselho a discussão sobre o espaço físico da universidade não era um tema freqüentemente debatido.

⁸¹ A posição conservadora desse conselheiro será esclarecida um pouco mais à frente ao defender a compra de um imóvel isolado, fato que reafirma a não integração presente entre as unidades que compuseram a UFERJ.

⁸² Cf. nota n.º 72 deste capítulo.

⁸³ A ata do CUV que registra a aprovação do documento agrupa as reuniões que aconteceram nos dias 11 e 13 de dezembro de 1962 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1962a).

Ela apareceu pela primeira vez na sessão do CUV do dia 7 de junho de 1961, quando foi discutida a proposta de compra de um imóvel para a reitoria. Todavia, não houve debates ou questionamentos acerca do tipo ou forma do espaço físico universitário, mas o passo seguinte à instalação da universidade foi buscar uma área para a implantação de uma cidade universitária, a exemplo das outras universidades federais existentes. Na sessão realizada em 15 de junho de 1961, cujo registro curiosamente não apresentou manifestações estudantis, o presidente do conselho comunicou

que foi bem recebida (em Brasília) a sua promoção para um encontro dos reitores das universidades federais no sentido de imprimir um plano de reforma universitária. Ainda, trouxe ao conhecimento do egrégio conselho, ter conseguido encaminhar à assessoria técnica do ministério da educação e cultura – ATEMEC – a complementação das reivindicações para o quarto encontro dos governadores com o presidente da república: liberação de crédito especial para a instalação da reitoria, sugestões para a reforma universitária, área destinada à cidade universitária e recursos necessários a instalação da granja escola da faculdade de veterinária. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1961a).

Entretanto, embora houvesse a intenção de se criar uma cidade universitária, o que se seguiu mostrou que os esforços maiores eram feitos de forma individualizada por cada unidade de ensino para se obter recursos para compra de imóveis isolados fora do que seria a cidade universitária, indicando a falta de coesão e integração entre as unidades da UFERJ. Elas estavam unidas formalmente, mas não integradas. A defesa e a luta pelos interesses, especificamente relacionados ao espaço físico, ainda eram particularistas. O que de certa forma se afastava da idéia do modelo de cidade universitária utilizado até então, que englobava numa só área as unidades implantadas de modo disperso e não integrado. Aqui não havia sequer a intenção de estarem próximos, quanto mais, juntos e articulados em uma mesma área.

Na sessão do dia 22 do mesmo mês foi aprovado parecer “da comissão especial favorável à compra de parte do imóvel do Edifício Central, na av. Amaral Peixoto para sede da reitoria” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1961b). Mais de um ano depois, na sessão que aconteceu no dia 17 de setembro de 1962 foi definida uma comissão para acompanhar o projeto da sede da faculdade de odontologia. Sobre o mencionado projeto, um dos conselheiros deixou claro a inexistência da integração ao defender a compra de uma unidade isolada, e marca a sua posição de ‘docente conservador’:

discute-se calorosamente o problema, entendendo o professor Cantanhede que a responsabilidade é única e exclusivamente da faculdade em questão, de acordo com sua autonomia, achando que a universidade não deve ter ingerência e tampouco responsabilidade no caso (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1962).

Somente em 21 de janeiro de 1963, após alguns ajustes para atender à reforma universitária e à definição dos estatutos (da universidade e do DCE) o tema 'espaço físico' retornou às discussões quando

o presidente dá conhecimento ao CUV da comunicação do Conselho Nacional de Pesquisa, autorizando a universidade a utilizar os terrenos do Morro de São João, a título precário. O conselheiro Dioclécio Dantas presta esclarecimentos sobre o terreno que pertencia à prefeitura e talvez pertencesse mais à faculdade de medicina. Foi designada uma comissão para tratar do assunto (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963).

Outro momento em que o tema 'espaço físico' esteve presente foi quando o presidente exibiu "um exemplar da revista da CAPES, que [...] (publicou) em sua capa a maquete do edifício da faculdade de filosofia, a ser edificado na rua Dr. Celestino" (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963a). Mas foi na sessão ocorrida em 25 de junho de 1963 que as divergências ficaram expostas, como podemos observar no trecho da ata:

o presidente submete ao conselho proposta no sentido de ser adquirida sede própria para a reitoria, constante no processo 2.033/63. O conselheiro Dioclécio Dantas se declara contrário, achando que se deve adquirir um prédio grande, mesmo velho em terreno amplo. Nota que todas as unidades contam com verba para construção, no orçamento, menos a reitoria. O conselheiro Telles Barbosa declara que a circunstância de transição que a universidade atravessa desaconselha a medida. O conselheiro Álvaro Sardinha (faculdade de Direito) também se manifesta contrário, esclarecendo que o reitor que for nomeado terá um programa a construir, convindo deixar para ele o problema. Pessoalmente, pretende uma cidade universitária, por isso é contrário (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963b).

A idéia de uma cidade universitária estava presente, porém, longe de sua concretização, mas como já dito, a discussão dominada pelos docentes conservadores permanecia focada nas unidades de ensino isoladas. Na reunião do dia 29 de julho de 1963 foi emitido parecer, lido pelo conselheiro Otávio Cantanhede, aprovando a compra de um imóvel para a sede da Faculdade de Ciências Econômicas na rua Tiradentes n.º 17, mesmo sem atender plenamente à UFERJ:

embora o prédio não satisfaça plenamente, poderá ser adaptado, e que o preço é razoável, [...] a universidade ganhará com a aquisição, segundo Paulo Gomes da Silva. [...] os conselheiros [...] dizem do estado precário da faculdade, funcionando no prédio do Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha. [...] há quatro casas ao lado, que poderiam servir à escola de enfermagem, pedindo à diretora, conselheira Aurora de Afonso Costa, sua visita ao local. O presidente coloca em votação a aquisição do prédio. O que foi unanimemente aprovado (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1963d).

Na reunião do dia 9 de setembro de 1963 houve uma discussão sobre a precariedade do prédio da Escola de Serviço Social e a necessidade de se adquirir uma

sede, bem como resolver o problema do prédio da Faculdade de Odontologia. O membro do CUV de posição divergente, um 'docente preservacionista', defendeu a cidade universitária, mas foi voto vencido:

toda a universidade está empenhada em dar num menor prazo de tempo possível à Escola de Serviço Social um local adequado para poder exercer a sua alta e importante função de ensino e pesquisa, no seio da UFERJ.

O presidente focaliza o problema da construção da sede da Faculdade de Odontologia, declarando que já dispõe do terreno [...] localizado à rua visconde do Rio Branco. Estabelecem-se debates em torno do assunto, declarando o conselheiro Álvaro Sardinha que, em princípio, é contra a construção, pois advoga a constituição da cidade universitária. [...] O presidente declara que o assunto está encerrado com a decisão do reitor em utilizar o terreno focalizado (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE , 1963e).

Na seqüência das reuniões do conselho o tema 'cidade universitária' desapareceu e o que ficou registrado foram os debates sobre necessidade de compra de prédios ou terrenos para a construção de alguma unidade⁸⁴, ou mesmo de possibilidades de doações de terrenos da prefeitura, e sempre a partir da constituição de comissões para analisar os casos. De um modo geral, os docentes (conservadores e preservacionistas) se queixavam da falta de condições adequadas para as aulas práticas.

Como visto, o discurso docente identificado no CUV manifestou a sua visão de mundo não-crítica por meio de duas vertentes, no que se refere ao espaço edificado: a posição 'docente conservador' que defendeu os interesses particulares de cada unidade e não demonstrava interesse na integração entre elas, embora em alguns momentos tenha percebido e manifestado a necessidade de uma cidade universitária; e a posição 'docente preservacionista' que lutava pela constituição de um espaço universitário coletivo. O significado do primeiro era a manutenção da estrutura organizacional vigente e o do segundo era a transformação estrutural da universidade e a possibilidade de ela se colocar no espaço urbano de um modo atualizado, modernizado. A cidade universitária construída daria visibilidade à UFERJ, uma universidade para a modernização posta concretamente no mundo, que possibilitaria à atividade universitária ser realizada com espaços e equipamentos modernizados. Para ambos, o sentido que o discurso do 'outro' adquiriu foi o de entrave para a afirmação dos interesses próprios. Prevaleceu a visão de mundo conservadora: naquele momento a UFERJ não constituiu a sua cidade universitária e sua forma de territorialização no espaço urbano foi configurada sem intervenções radicais, a partir da utilização de edificações isoladas e dispersas pelo município de Niterói,

⁸⁴ Escola de Serviço Social, Faculdade de Odontologia, Escola de Enfermagem, Reitoria, colégio universitário.

diferentemente do que foi proposto e executado para a Universidade de Brasília no mesmo período.

Assim, na interpretação do signo UFF naquele momento, o sentido que se constituiu como hegemônico para a idéia de universidade foi o de ser uma ‘universidade para a modernização’, de caráter conservador, que promovesse o progresso sem alterar as estruturas sociais, e ainda especialmente vinculado à manutenção das tradições do Estado do Rio de Janeiro. Quanto ao seu modo de territorialização e suas correlatas formas arquitetônicas e urbanísticas, essa consigna ‘universidade para a modernização’, defendida por preservacionistas e aliados e que pressupunha a implantação de uma cidade universitária, não foi dominante. A resistência a isso pelos conservadores transpareceu no embate pelo espaço físico, embate em que, nesse primeiro momento, eles foram vitoriosos: a forma condizente com o conteúdo da consigna (cidade universitária) não foi implantada, prevalecendo as unidades isoladas territorialmente como mostra, a seguir, a ‘Planta de Localização das Unidades da UFERJ – 1961’ (figura n.º 3) e o quadro ‘Localização da UFERJ/UFF em Niterói’ (quadro n.º 4).



Legenda

- | | | |
|--|------------------------------|-------------------------------|
| 1 - Escola de Enfermagem | 5 - Valonguinho | 8 - Faculdade de Filosofia(*) |
| 2 - Faculdade de Veterinária | 6 - Faculdade de Medicina | 9 - Faculdade de Direito |
| 3 - Faculdade de Ciências Econômicas (*) | 7 - Escola de Serviço Social | 10 - Escola de Engenharia |
| 4 - Reitoria(*) | | |

(*) Unidades que não são mais utilizadas pela UFF

Figura n.º 3 – Planta de Localização das Unidades da UFERJ – 1961 (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977a,1977b,1977c, 1981d); Vasconcellos e Mello (1985-1987).

Quadro n.º 4 – LOCALIZAÇÃO DA UFERJ/UFF EM NITERÓI ⁸⁵					
	UNIDADE	ENDEREÇO			
		UFERJ		UFF	
		1960 (criação da universidade)	1969/1977 (estudos para a implantação do campus)	1984/1985 (início das obras do campus)	2008 (situação atual)
1	Reitoria	Rua José Clemente, n.º 100, Centro (sala cedida)	Rua Miguel de Frias, n.º 9, Icaraí	O mesmo	O mesmo
2	Faculdade de Ciências Econômicas	Av. Amaral Peixoto, Centro (Liceu Nilo Peçanha)	-----	-----	-----
3	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Rua Presidente Pedreira, n.º 79, Ingá (Colégio Aurelino Leal)	-----	-----	-----
4	Escola de Serviço Social	Rua Tiradentes, n.º 148, Ingá (Ex-prédio da LBA, atual Instituto de Artes e Comunicação Social II/UFF)	Informação não encontrada	Rua Almirante Teffé, n.º 637, Centro	Campus do Gragoatá
5	Faculdade de Direito	Rua Presidente Pedreira, n.º 54, Ingá	O mesmo	O mesmo	O mesmo
6	Faculdade de Engenharia	Rua Passo da Pátria, n.º 156, São Domingos	O mesmo	O mesmo	O mesmo (agora integrando o Campus do Gragoatá)
7	Faculdade de Medicina	Rua Hernani de Mello, n.º 101, São Domingos	Rua Marquês do Paraná, Centro	O mesmo	O mesmo
8	Instituto Anatômico	Valonguinho	O mesmo	O mesmo	O mesmo
9	Faculdade de Farmácia e Odontologia	Rua Almirante Teffé, n.º 637, Centro	-----	-----	-----
10	Faculdade de Veterinária	Rua Vital Brasil, n.º 64-A, Vital Brasil	O mesmo	O mesmo	O mesmo
11	Escola de Enfermagem	Rua Bento Maria da Costa, n.º 115-A, Jurujuba	Rua Marquês do Paraná, Centro	O mesmo	Rua Dr. Celestino, n.º 78, Centro.
12	Instituto de Ciências Humanas e Filosofia	-----	Rua Lara Vilela, n.º 134, São Domingos	Praça do Valonguinho	Campus do Gragoatá
13	Faculdade de Economia e Administração	-----	Rua Tiradentes, n.º 17, Ingá	O mesmo	-----
14	Instituto Biomédico	-----	Rua Hernani de Mello, n.º 101, São Domingos	O mesmo	O mesmo
15	Instituto de Física	-----	Valonguinho	O mesmo	Campus da Praia Vermelha
16	Instituto de Matemática	-----	Praça do Valonguinho	O mesmo	O mesmo
17	Faculdade de Odontologia	-----	Praça do Valonguinho	O mesmo	O mesmo
18	Instituto de Química	-----	Rua Almirante Teffé, n.º 637, Centro	Valonguinho	O mesmo

Continua na página seguinte

⁸⁵ Quadro construído a partir de dados da pesquisa coordenada por Vasconcellos e Mello (1985-1987, p.77-78) e UFF/ETC (1977; 1977a; 1977b;1981a).

Quadro n.º 4 – continuação					
		1960 (criação da universidade)	1969/1977 (estudos para a implantação do campus)	1984/1985 (início das obras do campus)	2008 (situação atual)
19	Faculdade de Letras e Educação	-----	Rua Dr. Celestino, n.º 78, Centro.	-----	-----
20	Hospital Universitário Antônio Pedro - HUAP	-----	Rua Marquês do Paraná, Centro	O mesmo	O mesmo
21	Faculdade de Farmácia e Laboratório Rodolfo Albino	-----	Rua Mário Viana, n.º 523, Santa Rosa	O mesmo	O mesmo
22	Centro de Recuperação do HUAP	-----	Rua Bento Maria da Costa, n.º 115-A, Jurujuba	-----	-----
23	Restaurante Universitário e Departamento de Nutrição	-----	Rua General Castrioto, n.º 588, Barreto	-----	-----
24	Instituto de Artes e Comunicação Social	-----	-----	Rua Lara Vilela, n.º 134, São Domingos	O mesmo
25	Instituto de Geociências	O mesmo	O mesmo	Valonguinho	Campus da Praia Vermelha
26	Instituto de Biologia	-----	-----	Valonguinho	O mesmo
27	Instituto de Letras	-----	-----	Praça do Valonguinho	Campus do Gragoatá
28	Centro de Estudos Gerais - CEG	-----	-----	Praça do Valonguinho	O mesmo
29	Diretório Central dos Estudantes	-----	Praça do Valonguinho	O mesmo	O mesmo
30	Faculdade de Educação	-----	-----	Rua Dr. Celestino, n.º 78, Centro	Campus do Gragoatá
31	Núcleo de Documentação - NDC	-----	-----	Rua Bento Maria da Costa, n.º 115-A, Jurujuba	Campus do Gragoatá
32	Escola de Nutrição	-----	-----	Rua Jansen de Melo, n.º 174	Praça do Valonguinho
33	Divisão de Orientação Alimentar - DOA	-----	-----	Rua General Castrioto, n.º 588, Barreto	Campus do Gragoatá
34	Faculdade de Economia	-----	-----	-----	Rua Tiradentes, n.º 17, Ingá
35	Faculdade de Administração	-----	-----	-----	Praça do Valonguinho
36	Restaurante Universitário	-----	-----	-----	Campus do Gragoatá
37	Escola de Arquitetura	-----	-----	Rua Passo da Pátria, n.º 156, São Domingos	O mesmo (agora integrando o Campus do Gragoatá)

6 O CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

6.1 – O CONTEXTO – 1964/1981

A segunda metade da década de sessenta e a década de setenta equivalem ao período de concepção do projeto do campus da Universidade Federal Fluminense – UFF¹. O projeto foi concluído em 1977, mas só em 1981 foi aprovado pelo Conselho Universitário. O conjunto de condições que caracterizaram esse período pode ser dividido em vários níveis, da mesma maneira em que foi apresentado no contexto anterior: um plano geral relacionado aos acontecimentos mundiais e um nível particular referente à conjuntura nacional. No contexto mais amplo mantêm-se as características no início da década de sessenta – a divisão do mundo em dois blocos – mas com algumas mudanças: na economia, com a crise do petróleo; no comportamento, com o surgimento do movimento *hippie*, do feminismo e do ambientalismo; na política, com as mobilizações contra a guerra do Vietnã e o ‘maio de 1968 francês’; e na área tecnológica, com o início do uso das tecnologias de informação.

Dentro desse contexto geral, no Brasil a marca mais forte é política, com o controle do Estado exercido pelos governos militares. Conseqüentemente, a partir da mudança da conjuntura nacional alterou-se, também, o sentido da expressão modernização, amplamente adotada nos anos anteriores. Segundo Schwarz (1978, p.73),

na fase Goulart a modernização passaria pelas relações de propriedade e poder, e pela ideologia, que deveriam ceder à pressão das massas e das necessidades do desenvolvimento nacional, o golpe de 64 – um dos instrumentos da guerra fria – firmou-se pela derrota deste movimento, através da mobilização e confirmação, entre outras, das formas tradicionais e localistas de poder. Assim a integração imperialista, que em seguida modernizou para os seus propósitos a economia do país, revive e tonifica a parte do arcaísmo ideológico e político de que necessita para sua estabilidade. De obstáculo e resíduo, o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna, como aliás a modernização, de libertadora e nacional passa à forma de submissão.

¹ A então UFERJ teve seu nome modificado em meio ao período agora investigado. A mudança ocorreu em 5 de novembro de 1965 através da Lei n.º 4.831 (BRASIL, 1965a), quando a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense. Nessa época a UFF tinha 5.000 alunos (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977a, p.2.1). A universidade foi reestruturada pelo Decreto n.º 62.414 de 15.03.1968 (BRASIL, 1968), e seu Estatuto foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, de acordo com o Parecer n.º 696, de 5 de setembro de 1969 (Informação disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 05.06.2006). A população atual da Universidade (dados de 2006) é de 23.697 alunos inscritos na graduação e 3.185 na pós-graduação (mestrado e doutorado). Informação disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 02 dez. 2007.

Com esse espírito, que corresponde a uma visão de mundo não-crítica, os militares assumiram o comando do país dando início à ditadura militar. O primeiro general a assumir o poder foi Castelo Branco (15.04.1964 a 15.03.1967), seguido por Costa e Silva (15.03.1967 a 31.08.1969 – Aliança Renovadora Nacional – ARENA), pela junta militar composta por Márcio Melo, Augusto Rademaker e Aurélio Lira (31.08.1969 a 30.10.1969), Emílio G. Médici (30.10.1969 a 15.03.1974 - ARENA), Ernesto Geisel (15.03.1974 a 15.03.1979 - ARENA) e João B. Figueiredo (15.03.1979 a 15.03.1985 - ARENA). Apesar do caráter da ditadura, de acordo com Schwarz (1978, p.62), entre 1964 e 1969 havia uma relativa hegemonia cultural crítica no país que poderia ser observada nos títulos expostos nas livrarias do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas peças teatrais em cartaz, nos posicionamentos do movimento estudantil e de parte do clero.

Por isso, para garantir o controle do país e a legalização das suas ações, os militares baixaram 17 atos institucionais de 1964 até 1969, que foram regulamentados por 104 atos complementares – AC, dos quais destacamos os mais significativos. O AI – 1, de 09.04.1964 (BRASIL, 1964), deu poderes à junta militar que comandava o país para cassar os direitos políticos de vários brasileiros, manteve a Constituição de 1946 e marcou eleições presidenciais para serem realizadas dois dias depois quando, então, foi eleito Castelo Branco. O AI – 2, de 27.10.1965 (BRASIL, 1965), acabou com a Constituição de 1946, instituiu a eleição indireta para presidente e extinguiu os partidos políticos existentes. Em 20.11.1965 foi instituído o Ato Complementar n.º 4 (BRASIL, 1965b) que definiu os dois partidos que poderiam existir: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na composição de forças políticas a ARENA estava ligada ao governo e encampou os segmentos de maioria conservadora da UDN e também do PTB e PSD; e o MDB constituiu a oposição consentida, incorporando as correntes progressistas do PTB, e também setores de origem não-crítica, correspondentes à uma parte do PSD e até mesmo da UDN, que estavam descontentes com a forma ditatorial do regime. O AI – 3, de 05.02.1966 (BRASIL, 1966), estabeleceu que as eleições seriam indiretas também para governadores e vice-governadores e definiu o calendário eleitoral. O AI – 4, de 07.12.1966 (BRASIL, 1966a), convocou o Congresso para votar e promulgar o projeto da nova constituição. E o AI – 5, de 13.12.1968 (BRASIL, 1968d), fechou o Congresso Nacional e representou o endurecimento do regime militar e a consolidação do golpe de 1964 frente às reações que se faziam presentes – greves operárias, manifestações estudantis, peças teatrais, livros, filmes, festivais de música².

² O movimento cultural daqueles anos, de acordo com Schwarz (1978, p.89), em seu conjunto foi “uma espécie de floração tardia, o fruto de dois decênios de democratização, que veio amadurecer agora, em plena ditadura, quando suas condições sociais já não mais existem”. E mesmo sob grande tensão, o movimento cultural vinculado à esquerda não deixou de produzir, mas ficou restrito em suas possibilidades de manifestações públicas.

Se por um lado, ao longo do período, os militares buscavam controlar e desarticular vários setores da sociedade – na educação, nas artes, na imprensa, entre outros – através da intervenção em sindicatos, invasão de igrejas e universidades, dissolução de organizações estudantis; por outro, provocaram a radicalização de uma parte da oposição ao regime. Esse setor radical considerava a luta armada³ como a única alternativa possível para combater o regime autoritário. Após o desmantelamento dos partidos políticos e como alternativa ao PCB em defesa da construção de uma sociedade socialista, as organizações e partidos clandestinos que surgiram no país ficaram conhecidos pela expressão Nova Esquerda⁴. Nova, como explica Aarão Reis e Ferreira de Sá (1985), nesse contexto significava diferente, principalmente no que se refere às atitudes conciliatórias com as elites sociais e políticas empreendidas pelo PCB. A novidade estaria também na afirmação de novos valores políticos, “na possibilidade de transformar a realidade social, inverter a correlação de forças, que deixavam de ser dados irretocáveis para se tornarem algo suscetível de modificação, de revolução” (AARÃO REIS; FERREIRA DE SÁ, 1985, p.18). De acordo com os autores, esse conjunto de organizações e partidos podia ser dividido em cinco grupos⁵: um deles formado pela Organização Revolucionária Marxista Política Operária/ORM-POLOP e pelas organizações que seguiram sua influência, o Comando de Libertação Nacional (COLINA), por exemplo; um segundo grupo formado pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores/PRT que surgiu a partir da Ação Popular/AP⁶; um terceiro grupo teve origem após divergências no interior do PCB, posteriores a 1964, composto por várias dissidências e correntes, entre eles, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN); um quarto grupo reivindicava o legado teórico trotskista; e por fim o Movimento de Ação Revolucionária/MAR.

Esse quadro fragmentado marcou uma diferença em relação à movimentação centralizadora que ocorria no domínio do Estado, a qual intencionava consolidar a associação entre as forças hegemônicas dominantes e o capital internacional. Entretanto, ao mesmo tempo que ocorriam ações do setor revolucionário, havia uma parte da oposição que não radicalizou contra a ditadura militar, e que “sem mudar de opinião, [...] (fechou) a boca, [...] (trabalhou),

³ As organizações clandestinas eram várias, tinham ideologias libertárias semelhantes e ações armadas diferenciadas (seqüestros, roubos, assaltos a bancos).

⁴ O marco inicial foi o ano de 1961 quando ocorreu um encontro da ORM-POLOP em Jundiaí/SP, com intensificação das ações a partir de 1964. Em 1974, com a mudança da conjuntura nacional, uma outra etapa da Nova Esquerda foi configurada.

⁵ Alguns aspectos podem explicar a fragmentação da esquerda naquele momento, segundo Aarão Reis e Ferreira de Sá (1985): o impacto do golpe de 1964 provocou grande desilusão e desencanto com as discussões políticas e dificultou as possibilidades de coesão e, priorizou-se o domínio das práticas; o impacto das experiências internacionais de luta armada (revolução cubana, guerra revolucionária chinesa); o choque de gerações no interior da Nova Esquerda; e a clandestinidade que dificultou os contatos políticos e reuniões; o cerco da polícia política. A vantagem dessa fragmentação foi a derrubada do mito do partido único.

⁶ A ação Popular (AP) foi um movimento nascido do cristianismo católico, particularmente da Juventude Universitária Católica (JUC), teve uma fase influenciada pela Revolução Cubana, depois pelo maoísmo e em 1973 a maior parte de seus integrantes se integrou ao Partido Comunista Brasileiro – PC do B.

[...] (lutou) em esfera restrita e [...] (esperou) por tempos melhores” (SCHWARZ, 1978, p.91). Essa oposição, em termos de partido político, alojou-se no MDB.

No campo da economia, os governos militares promoveram o crescimento econômico, especialmente o governo Médici, cujo período proporcionou o que ficou conhecido como o ‘milagre econômico’. Nesse governo foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (BRASIL, 1971) com a finalidade de articular, alargar e acelerar a atividade econômica brasileira. Após um período de ajustes, com a formulação de políticas de combate à inflação e o incentivo à ampliação da indústria de base o país começou a expandir-se economicamente sob a regência do então ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto. Nesse período o Estado investiu em empresas estatais, na indústria pesada, na siderurgia, na produção de energia elétrica, na construção naval. E, embora o país experimentasse um momento de crescimento econômico, as políticas adotadas também promoveram a concentração da renda e o aumento da desigualdade social. De um modo geral, o país vivia um período de contrastes. A propaganda oficial enaltecia o desenvolvimento através das expressões ‘Brasil Grande’, ‘Brasil Potência’, ‘Brasil ame-o ou deixe-o’; os salários foram achatados; houve grande fluxo migratório dos trabalhadores rurais para o meio urbano mas esse fluxo só parcialmente era absorvido pelas indústrias; além disso, em meio à euforia do desenvolvimento econômico, houve aumento da miséria, repressão, tortura e morte. A partir de 1974, em função da crise do petróleo, ocorreu uma desaceleração do crescimento econômico, o aumento progressivo da taxa de inflação, e o aumento da dívida externa. Assim, o Brasil entrou num período de recessão econômica.

Nesse mesmo momento, com a posse do presidente Geisel, o governo começou a articular um projeto de abertura política, lenta e gradual, e aprovou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (BRASIL, 1974) que pretendeu dar continuidade ao crescimento econômico acelerado, mas como já apontado, o país entrou em crise econômica. Uma das primeiras medidas desse governo foi a suspensão da censura prévia para a imprensa escrita (1975) e a mais significativa, a extinção do AI – 5 no primeiro dia do mês de janeiro de 1979. Em março deste ano tomou posse o último general-presidente, João Figueiredo, com a missão de concretizar a abertura política iniciada no governo anterior. Na gestão Figueiredo, em meio à recessão econômica, foi aprovado o III Plano Nacional de Desenvolvimento (BRASIL, 1979; PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, 1980) cujo objetivo síntese era a “construção de uma sociedade desenvolvida, livre, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível” (BRASIL, 1979).

Esse era o contexto brasileiro, particularmente em seu aspecto político-econômico, no período de concepção do projeto do campus da UFF. Contudo, para avançar

na direção de se compreender o signo UFF no momento da elaboração do projeto das suas formas arquitetônicas e urbanísticas faz-se necessário ressaltar dois aspectos contextuais importantes e especiais: o contexto educacional [dimensão do conteúdo], e o arquitetônico e urbanístico [dimensão da forma].

6.1.1 Contexto educacional

A reforma universitária já em curso à época do golpe militar de 1964, trazia no seu bojo a hegemonia do discurso dominante – a ‘universidade para a modernização’, agora, todavia, nitidamente modernização de caráter conservador, dada as novas circunstâncias. Mesmo no período pré-golpe quando essa consigna tinha cunho preservacionista, e o discurso estatal a vislumbrava como um modelo a ser seguido, isso não aconteceu de imediato e nem da forma como seus idealizadores imaginavam. De acordo com Ribeiro (1978), embora muitas universidades tivessem rejeitado inicialmente o modelo educacional da UNB para se reestruturarem, após 1964 muitas delas começaram a adotá-lo, mas sem segui-lo em pontos cruciais naquele momento. Lamentavelmente, como relata o referido autor,

não o adotaram em sua integridade, mas sob formas subalternizadas, quer dizer, mediante a implantação de falsos Institutos Centrais compostos pelas antigas cátedras, assim denominadas. Foram feitas pseudo-departmentalizações das faculdades profissionais, numa tentativa de atender ao que parecia ser a exigência da modernização, mas sem afetar os velhos interesses de clientela (RIBEIRO, 1978, p.133).

Neste período, muitos professores que discordavam do modo de operar dos governos militares foram perseguidos, demitidos, torturados ou mortos⁷; algumas universidades foram invadidas; estudantes foram presos ou feridos. Essas atitudes ocasionaram o rompimento ou mesmo a dificuldade de se manter a coesão entre aqueles que se opunham ao regime. Os governos militares provocaram essa desarticulação através de várias ações: a extinção da UNE em 1964 através da Lei n.º

⁷ De acordo com Schwarz (1978, p.62-63), a grande parte da intelectualidade crítica foi poupada entre 1964 e 1969, depois disso “torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados”. [...] “Se em 64 fora possível à direita ‘preservar’ a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já [...] (constituiu) massa politicamente perigosa, [...] (seria) necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores, - noutras palavras, [...] (seria) necessário liquidar a própria cultura viva do momento”.

4.464/64⁸ (BRASIL, 1964b); ainda no mesmo ano a sede da UNE foi invadida e incendiada; em 1965 a Universidade de Brasília foi invadida por militares visando à repressão de greve; em 1968 foi decretado o Ato Institucional n.º 5 (BRASIL, 1968) com o fechamento do Congresso, cassação de mandatos e instauração da censura de imprensa e a formalização da possibilidade de cassar os direitos políticos de qualquer cidadão; a suspensão das garantias constitucionais ou legais de estabilidade no exercício em funções, como por exemplo, de empregados de autarquias ou empresas públicas⁹; também em 1968 a invasão do restaurante Calabouço pela polícia militar no Rio de Janeiro que resultou no assassinato do estudante Edson Luiz Souto; em 1969 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 477 (BRASIL, 1969), aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, proibindo qualquer manifestação de caráter político, com o objetivo de banir o protesto estudantil; e também, no mesmo ano, vários professores da Universidade de São Paulo foram aposentados compulsoriamente.

Para a viabilização da reforma universitária durante os governos militares, leis e decretos foram os instrumentos jurídicos utilizados, não para resolver a crise da escola superior, mas para organizar e controlar a situação através de uma ação de cima para baixo, que não atendia aos anseios sociais de mudança educacional nem às reivindicações do movimento pela reforma. Nessa perspectiva, a reforma levada a cabo pelos governos militares teve início com Castelo Branco (15.04.1964 a 15.03.1967), através da promulgação do Decreto-Lei n.º 53 de 18.11.1966 (BRASIL, 1966) e do Decreto-Lei n.º 252 de 28.02.1967 (BRASIL, 1967), que fixavam, entre outras coisas, os princípios e normas de organização para as universidades federais. Esses decretos, todavia, não tiveram outro efeito prático além de servir de base para ações legais posteriores.

Em continuidade, no governo Costa e Silva (15.03.1967 a 31.08.1969) foi criado um Grupo de Trabalho (GT) através do Decreto n.º 62.937, de 02.07.1968 (BRASIL, 1968a), com a missão de promover a reforma da universidade, “visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País”, e com a tarefa imediata de elaborar os estudos necessários e apresentá-los em 30 dias.

⁸ Embora tenha sido extinta oficialmente, a UNE continuou atuando ilegalmente. Até 1969 continuaram organizando congressos (alguns em lugares não divulgados), passeatas e protestos contra os acordos MEC-USAID. De acordo com Fávero (1995, p.64-71), a Une continuou agindo na clandestinidade até ser extinta em 1973 quando foi “assassinado seu último presidente Honestino Guimarães e mais três diretores – Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado”. Somente em 1979, no XXXI Congresso da UNE, a entidade começou a ressurgir.

⁹ Com base neste artigo (6º) o governo demitiu ou aposentou diversos professores universitários.

O prazo exíguo para a realização da empreitada, bem como o mandato de um governo não democraticamente representativo e, também, a composição do GT que reunia intelectuais de diferentes setores, resultou em ambigüidades na própria concepção de universidade expressa no relatório produzido pelo grupo. O Relatório Geral do “Grupo de Trabalho Para a Reforma Universitária” – GTRU – (VIEIRA, 1982, p.139), não obstante, serviu de base para a elaboração da Lei n.º 5.540 (BRASIL, 1968c), de 28.11.1968, que estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior. O início do Relatório já deixa clara sua intenção:

não se trata, pois, de formular um diagnóstico da presente crise universitária, nem mesmo de traçar os delineamentos de uma reforma, e sim propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade (VIEIRA, 1982, p.139).

O Relatório enfatizou a dimensão técnica dos problemas referentes à reforma universitária e apontou como objetivo prático “conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos da eficiência técnico-profissional” (VIEIRA, 1982, p.143). O GT, entretanto, não encaminhou a reforma como uma transformação interna da universidade a partir de um processo de mudança institucional, apenas endossou, consolidou e implementou os instrumentos legais que o governo anterior havia proposto nos Decretos-leis n.º 53 (BRASIL, 1966) e n.º 252 (BRASIL, 1967), referidos anteriormente.

Cabe ressaltar que a esses instrumentos legais somam-se os documentos produzidos a partir dos acordos de cooperação técnica firmados entre Brasil e Estados Unidos¹⁰ desde os anos cinquenta e intensificados na década de sessenta. Segundo Cunha (1983), quando os convênios MEC/USAID¹¹ para o ensino superior foram assinados após 64, a modernização, definida sob a ótica governamental, tinha um caráter conservador, como assinalado acima. No final da década de sessenta quando os

¹⁰ Para Cunha (1983, p.193), “a indução modernizadora do governo dos EUA sobre a educação escolar brasileira foi acelerada a partir de 1961, como parte estratégica de “prevenção do comunismo”, então localizado como ameaça efetiva e vizinha: a disseminação da revolução cubana em outros países americanos”. Situação aparentemente paradoxal que, no entanto, apenas revela a ambigüidade que marcou o governo Jango.

¹¹ Convênios firmados entre os governos do Brasil – através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) – e dos Estados Unidos – através da United States Agency for International Development (USAID). No que se refere às universidades, o Acordo MEC-BID I foi assinado em 1967 e beneficiou universidades do Sudeste, o acordo MEC-BID II atendeu universidades do Nordeste e o acordo MEC-BID III auxiliou, principalmente, universidades localizadas em regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste) e parte do sudeste, das quais destacamos a UFF. No Acordo MEC-BID III, especificado como um Programa de Desenvolvimento das Universidades Federais, a intenção era “contribuir para o desenvolvimento das universidades federais para poder melhor ajustá-las aos níveis de exigência da reforma universitária brasileira. O Programa [...] (Incluiu) componentes de treinamento para o pessoal docente e administrativo, assistência técnica, obras, instalações e equipamentos” (BRASIL, 1983, anexo A)

consultores americanos vieram ao Brasil para integrar a equipe de assessoria ao planejamento do ensino superior, eles não encontraram resistência para a implementação de medidas modernizadoras através da adoção dos padrões americanos de organização universitária – ensino em módulos, departamento, modelo de campus. Isto porque as forças contrárias já vinham sendo desestruturadas desde a instauração dos governos militares.

A reorganização do ensino superior foi tratada no âmbito do Estado autoritário, num primeiro momento, como fundamentalmente uma questão de segurança nacional¹². Somente num momento seguinte passou a ser vista também como uma condição para o desenvolvimento econômico e social. De qualquer modo, a idéia de modernização do ensino superior abarcava em si uma contradição. De um lado, significava a condição necessária para o rompimento com a dependência econômica externa, condição na qual a universidade cumpriria o papel de produtora de tecnologia própria ao desenvolvimento nacional autônomo. A universidade, assim, sob esse prisma, teria um caráter emancipador para o país. Mas havia um outro sentido, implícito na valorização de padrões de países considerados mais avançados, particularmente o modelo de desenvolvimento dos Estados Unidos: a reiteração de traços da dependência. No impulso modernizador da universidade brasileira pós-64 prevaleceu o segundo aspecto, de caráter conservador: a universidade projetada nesse ideário deveria produzir aqui uma ciência referenciada em padrões exógenos, sem pretensão autonomista. De qualquer modo, como já visto, mesmo no período pré-golpe a idéia hegemônica de universidade ali presente já apresentava uma visão de mundo não-crítica e não vislumbrava uma mudança estrutural na sociedade.

Além dos decretos e dos acordos de cooperação técnica, outros estudos vinculados à ajuda da USAID foram realizados pelo consultor americano Rudolph Atcon entre 1965 e 1970. Os estudos tratavam de temas relacionados às mudanças na estrutura da universidade brasileira e valorizavam a implantação do planejamento para orientar as ações aí desenvolvidas. Em agosto de 1970, quando vários esforços foram feitos para a implantação da reforma universitária, Atcon elaborou um Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário (ATCON, 1970) a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB. Neste manual o autor procurou caracterizar a universidade e apontar um caminho à sua reestruturação em oposição à universidade tradicional. Para o autor a universidade integral¹³ deveria ser flexível, econômica e

¹² Segundo Cunha (1983, p.255), a questão de segurança nacional resultaria na criação de tecnologia para fins bélicos, tendo em vista o contexto da guerra fria naquele momento.

¹³ Atcon considera a Universidade Integral aquela “que representa uma instituição de total interligação de seu ensino, pesquisa e extensão a serviço de todas as carreiras oferecidas, sob uma administração central que atende a atividades e não a meras unidades” (ATCON, 1970, p.13).

cooperativa, “um organismo só, e como tal, [...] (necessitava) de unidade. Eis o porquê de um campus integrado *versus* os edifícios isolados da universidade tradicional” (op. cit., p.12). Assim, propôs um planejamento integral a ser realizado por uma comissão permanente que assessoraria o Conselho Universitário a fim de garantir um plano global para o campus. Estabeleceu critérios para a localização, coletas de dados, aquisição de terrenos, urbanização, zoneamento, criação de escritório técnico para os estudos que seriam realizados, construção e princípios arquitetônicos (transitoriedade, flexibilidade, correspondência, expansão, gabarito). O manual incentivava o não cercamento do campus para que ele não se isolasse; valorizava o silêncio, porque sem ele não haveria progresso na produtividade acadêmica; e rechaçava a construção de dormitórios ou residências no seu interior porque não era uma atividade compatível. Para essa questão habitacional ele não eximiu a responsabilidade da universidade, porém construções dessa natureza deveriam acontecer próximo ao campus, não dentro dele. O autor fez ainda uma crítica à monumentalidade arquitetônica identificada às universidades tradicionais e, embora não indicasse um estilo arquitetônico a ser seguido, induziu a práticas e valores vinculados a arquitetura moderna:

o hábito de deixar um arquiteto decidir sobre as construções, sua distribuição entre si [...] deve ceder lugar aos princípios aqui enunciados. [...] o conceito de pavilhões práticos, flexíveis e modificáveis é acertado. [...] aproveitamento espacial econômico, sem gastos colaterais de elevadores ou serviços dispendiosos de manutenção. [...] Os pavilhões devem ser modestos, ainda quando bonitos e bem executados. [...] construções simples e baixas” (ATCON, 1970, p.87-89)

Já no governo Médici (30.10.1969 a 15.03.1974), baseado no I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (BRASIL, 1971), o MEC fixou diretrizes que objetivavam criar bases para um período de desenvolvimento que fosse capaz de possibilitar ao Brasil estar entre as sociedades desenvolvidas no final do século, mas sem perder sua identidade. Isso seria possível através do que ele considerava ser uma revolução pela educação, com soluções que compatibilizassem criatividade e planejamento à nossa realidade. Assim, dentro do Projeto Setorial para educação, além de uma política educacional foram relacionados Programas compostos por 21 projetos prioritários na área.

O Programa V tratava da implementação da reforma universitária e era composto por quatro projetos, sendo que um deles dizia respeito exclusivamente à construção de campi universitários com a seguinte justificativa:

Somente com a construção dos “Campus” (sic) Universitários, poderão as Universidades transformar em ação a implantação da Reforma Universitária em suas linhas fundamentais. A criação dos Cursos Básicos e a Departamentalização de suas estruturas atuais muito

dependerão dessa base física para seu real funcionamento (BRASIL, 1970, p.55).

Assim, a necessidade da construção do espaço físico universitário tornou-se, na visão governamental, a condição primordial para a realização efetiva da reforma universitária. Para discutir o espaço universitário, o MEC organizou seis seminários¹⁴, dos quais destacamos os dois que abrangem o período de elaboração do projeto do campus da UFF. Em março de 1975, em Brasília, ocorreu o I Seminário Nacional sobre Planejamento de Campi Universitários que objetivava “Promover e estabelecer bases para um efetivo planejamento, organização e implementação de ações do Projeto Prioritário – Construção e Instalação de Campi Universitários” (BRASIL, 1978, p.9). Em novembro de 1981, ano em que o projeto do campus da UFF foi aprovado pelo Conselho Universitário, o MEC realizou um outro encontro, também em Brasília, denominado Seminário de Conceituação de Campus Universitário, onde a intenção era “avaliar as ações desenvolvidas nos últimos anos, principalmente a partir da reforma universitária, para dotar o sistema universitário brasileiro de instalações físicas condizentes com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (CAMPUS, 1984, p.9).

Portanto, do contexto educacional do período 1964/1981, o que cabe ao processo de elaboração do projeto das formas arquitetônicas e urbanísticas da UFF são os instrumentos legais referentes à implantação da reforma universitária durante os governos militares, que fixaram uma forma espacial determinada para viabilizá-la. Assim sendo, nesse contexto educacional localiza-se um dos elos do signo UFF, aquele que vincula à dimensão do conteúdo – a idéia de universidade – uma forma específica: o campus, cujo significado será abordado um pouco mais à frente no item n.º 6.2.

6.1.2 Contexto arquitetônico e urbanístico

Após a construção de Brasília, a monumentalidade da arquitetura modernista arrefeceu no Brasil, como visto anteriormente. Com o impacto da industrialização e da intenção governamental de integração nacional, a produção da construção civil e da arquitetura se especificou em setores – infra-estrutura, transporte, produção de energia, indústria, educação,

¹⁴ I Seminário Nacional sobre Planejamento de Campi Universitários, Brasília, 1975; Seminário de Conceituação de Campus Universitário, Brasília, 1981; Seminário Avaliação da Morfologia Urbanística do Campus Universitário Brasileiro, Brasília, 1985; seminário Paisagismo no Campus Universitário Brasileiro, Brasília, 1986; Simpósio Nacional sobre Desenvolvimento Físico de Universidades: planejamento e gestão, São Paulo, 1989; Seminário Desenvolvimento Físico nas Universidades Brasileiras Hoje, Goiânia, 1993 (RODRIGUES, 2001, p.176-177).

habitação popular – e abriu frentes de trabalho em várias regiões do país. Além disso, a arquitetura moderna pós-Brasília, rompeu o monopólio Rio-São Paulo, e passou a enfatizar características regionais, inclusive no que se refere à diferenciação de técnicas construtivas e de materiais, mas persistiu em seus princípios gerais. No domínio do urbanismo, como exposto no capítulo 3 (item 3.4), os arquitetos passaram a atuar no planejamento de cidades baseado nas idéias e diretrizes estabelecidas pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI).

Ao longo dos anos sessenta e da década seguinte, as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades no Brasil foram sendo consolidadas atreladas ao ideário modernista institucionalizado pelo governo brasileiro como signo de modernização. De acordo com Segawa (2002, p.175):

É pertinente afirmar que o ‘milagre econômico’ patrocinou a construção de vários setores e edifícios de campi universitários em todo o país, tanto nas universidades federais quanto em instituições privadas (sobretudo as vinculadas com mantenedoras religiosas). A crise econômica posterior deixou inúmeros desses campi como canteiros em aberto; todavia, os arquitetos brasileiros desenvolveram uma larga experiência em planejamento de espaços universitários no período.

Nos anos oitenta surgiram outras propostas para as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades federais que indicavam uma tentativa de ruptura com o modelo vigente, como por exemplo, a Universidade Federal do Maranhão, que indicou a intenção de rever a questão da segregação entre a universidade e a cidade com um estudo para ocupação de áreas no centro histórico de São Luís. Mas como relata Rodrigues (2001), embora fosse uma proposta que pretendesse ser um novo modelo para revitalizar e promover a preservação do patrimônio em áreas degradadas, não saiu do papel. O autor também apresenta outros casos de universidades que procuravam organizar as suas formas de territorialização mais integradas à cidade: a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas foram experiências que ocorreram em função da falta de recursos para a transferência das suas unidades de ensino para áreas distantes. Além dessas propostas, Rodrigues (2001) aponta os seminários organizados pelo MEC em 1981 para a discussão sobre o tema ‘campus’ como um primeiro momento em que as idéias sobre o espaço universitário foram criticadas e postas em dúvida publicamente.

Logo, nesse contexto específico situa-se um outro elo do signo UFF, aquele relacionado à dimensão da configuração física, onde a arquitetura e o urbanismo permaneceram vinculados às idéias modernistas. Sendo assim, se no contexto educacional foi estabelecido uma ligação entre a idéia de universidade e uma forma (arquitetônica e

urbanística) particular – o campus –, no contexto arquitetônico e urbanístico essa forma foi, então, qualificada como modernista.

6.1.3 Identificação e caracterização dos Sujeitos Discursivos

Cabe agora especificar um outro aspecto do contexto brasileiro e suas particularidades no campo da educação, da arquitetura e do urbanismo anteriormente relatados: como vimos no contexto relativo ao tema universidade, é possível perceber visões de mundo derivadas das relações interdiscursivas que se constituíram entre 1964/1981. A partir da leitura dos textos analíticos referentes à conjuntura do período em tela e dos periódicos da época – O Globo e O Fluminense – identificamos duas linguagens gerais correspondentes ao contexto mundial: uma crítica e outra não-crítica. Porém, embora seja possível perceber a presença da visão crítica no contexto, no caso brasileiro a sua manifestação foi silenciada, ainda que não tenha deixado de existir. Essas linguagens, do mesmo modo que no contexto anteriormente trabalhado¹⁵, podem ser desmembradas em especificações mais particulares. O que marca a diferença em relação ao período anterior é a redução das possibilidades de manifestação dos sujeitos discursivos em decorrência da instauração da ditadura militar e, conseqüentemente, a limitação e o empobrecimento do dialogismo relativo ao processo de elaboração do projeto do campus da UFF. Entretanto, nesse segundo período, entre os anos de 1964 e 1968, os sujeitos discursivos posicionados criticamente ainda conseguiram expressar de forma mais ampla suas idéias. Mas, depois de 1969, praticamente isso só foi possível de forma clandestina ou rigorosamente censurada. Além disso, o tema agora trabalhado – o projeto do campus – refere-se exclusivamente ao âmbito institucional, por isso alguns sujeitos discursivos presentes no contexto de criação da UFF deixaram de se manifestar nessa segunda etapa e outros foram incluídos.

Por conseguinte, nesse contexto particular brasileiro exposto reconheço as seguintes combinações de linguagem, de língua e de voz, como participantes de modo significativo ao dialogismo do processo de elaboração do projeto das formas arquitetônicas e urbanísticas do campus da UFF, os quais indico a seguir no quadro 'Identificação dos Sujeitos Discursivos e de suas respectivas posições de sujeito' – Contexto da época do projeto e implantação do campus UFERJ – 1964/1981 (Quadro n.º 5). Entretanto, além da indicação das posições de sujeito específicas deste contexto, optei por deixar no quadro aquelas posições de sujeito que, embora não se manifestassem neste momento sobre a

¹⁵ Cf. páginas 116 e 117, capítulo n.º 5.

problemática específica do campus da UFF, atuaram no plano mais geral. Isto para mostrar quais eram os sujeitos ativos no primeiro contexto que no momento de elaboração do projeto do campus da UFF não se manifestaram.

Desse modo, dentro da linguagem crítica, as duas vertentes presentes no período anterior (revolucionária e evolucionista) passaram a compor apenas o contexto no âmbito internacional e/ou nacional, sem interferência direta na esfera de ação do processo investigado nessa segunda fase.

Todavia, dentro da linguagem não-crítica, as três vertentes presentes no período anterior foram ajustadas ao processo investigado nesse segundo momento, com a inclusão ou exclusão de alguns sujeitos discursivos e a inclusão de uma determinada língua da seguinte maneira: na vertente preservacionista expressa por uma língua capitalista industrial não houve manifestação de sujeitos discursivos; foi incluída a vertente conservadora expressa por uma língua designada como “cidadã”, que corresponde à voz dos moradores dos bairros onde o campus foi projetado e construído, e que são identificados à posição conservadora que se alinha com valores da tradição social e política, e da igreja; na vertente conservadora expressa por uma língua estudantil também não ocorreu manifestação de sujeitos discursivos.

Essas combinações de linguagem, língua e voz, que compõem os agentes interlocutores dialógicos e suas respectivas posições de sujeito relativos ao momento de elaboração do projeto do campus da UFF, compõem o quadro apresentado na seqüência. Cabe lembrar que as células em branco indicam que, naquele momento, aquele determinado sujeito discursivo não se pronunciou naquilo a que se refere o processo investigado.

Quadro n.º 5 – IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DISCURSIVOS E DE SUAS RESPECTIVAS POSIÇÕES DE SUJEITO						
Contexto da época do projeto e implantação do campus da UFERJ – 1964/1981						
LINGUAGENS	LÍNGUAS	VOZES	SUJEITOS DISCURSIVOS	FONTES		
Crítica sociedade de classes; emancipação; liberdade, igualdade, fraternidade; laicismo; planejamento; racionalidade; justiça social; progresso [ativa apenas no contexto]	Revolucionária Revolução; progresso e desenvolvimento (referidos à perspectiva de emancipação por processo revolucionário); Comunismo.	Acadêmica Ciência revolucionária, formação crítica universal, combate ao analfabetismo.	Docentes ligados ao PCB ou identificados à sua posição política.	Darcy Ribeiro. [agente ativo apenas no contexto]	Livros.	
		Arquitetônica e urbanística Estética, arte, ciência e tecnologia revolucionárias.	Arquitetos modernistas ligados ao PCB ou identificados à sua posição política.	Oscar Niemeyer. [agente ativo apenas no contexto]	Declarações e projetos.	
		Estudantil Ciência revolucionária, educação libertária universal, combate ao analfabetismo.	Entidades estudantis clandestinas sob hegemonia de correntes políticas revolucionárias.	UNE ¹⁶ – União Nacional dos Estudantes [agente ativo apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.	
		Jornalística Crítica social e política a partir de fatos do cotidiano, enaltecimento de valores, símbolos e personagens históricos revolucionários.	Órgãos de imprensa ilegais ligados ao PCB ou identificados à sua posição política.	-----	-----	
	Evolucionista Reforma; progresso e desenvolvimento (referidos à perspectiva de emancipação por processo evolutivo, não-revolucionário); socialismo.	Acadêmica Formação humanista universal, humanismo tecnológico, ciência, combate ao analfabetismo.	Arquitetônica e urbanística Estética, arte, ciência e tecnologia evolucionistas.	Partidos e organizações clandestinos.	PCB – Partido Comunista Brasileiro; PC do B – Partido Comunista do Brasil; Nova esquerda. [agentes ativos apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.
				Educadores e/ou docentes ligados ao movimento Escola Nova	-----	-----
				Arquitetos modernistas identificados com as posições evolucionistas	Lúcio Costa. [agente ativo apenas no contexto]	Declarações, projetos, livros.
				-----	-----	-----
Não-Crítica tradição; família; propriedade; valores cristãos (caridade); sociedade de grupos funcionais (empresários/trabalhadores); legalidade; progresso (sentido evolutivo, sem projeto de mudança no tipo de sociedade); capitalismo.	Preservacionista Caráter desenvolvimentista, mas conservador em termos políticos e sociais. Desenvolvimento entendido como crescimento econômico, centrado na burguesia industrial nacional e na atividade produtiva do estado.	Acadêmica Educação modernizada; conhecimento científico/técnico; ciência; técnica; educação para o trabalho.	Docentes identificados ao nacional desenvolvimentismo.	Membros do Conselho Universitário da UFF.	Manifestos ou declarações coletivas e/ou individuais. Atas do Conselho Universitário da UFF.	
		Arquitetônica e urbanística Estética, arte, ciência, planejamento, racionalidade, eficiência, técnica.	Setores técnicos e de planejamento das universidades federais identificados ao nacional desenvolvimentismo.	Técnicos da Divisão de Obras do Departamento de Administração Geral, e do Escritório Técnico do Campus da UFF – ETC.	Planos e projetos.	
		Capitalista industrial Racionalidade, industrialização, técnica, eficiência, produtividade, profissionalização.	Entidades empresariais identificadas ao nacional desenvolvimentismo.	-----	-----	
		Estatal Reforma institucional, planejamento, racionalidade, técnica, aceleração do crescimento.	Membros dos poderes executivos e legislativos vinculados aos partidos nacional desenvolvimentistas ou identificados às suas posições políticas.	Membros do poder executivo: Presidentes militares e outros. Membros do poder legislativo: Mata Machado (MDB), Martins Rodrigues (MDB/CE) e Mário Alves (MDB)	Pronunciamentos, políticas, planos. Diários do Congresso Nacional; pronunciamentos no congresso nacional; artigos em jornal.	
		Estudantil Educação modernizada; conhecimento científico/técnico, educação para o desenvolvimento, formação técnico-profissional.	Entidades estudantis sob hegemonia de correntes políticas nacional desenvolvimentistas.	Diretórios (UFF); DCE (UFF): Edson Benigno; Márcio Brandão Ribeiro.	Documentos oficiais, pronunciamentos na imprensa. Atas do Conselho Universitário da UFF	

Continua na página seguinte

¹⁶Cf. nota n.º 45 (capítulo n.º 5) sobre as posições ideológicas das direções da entidade.

Quadro n.º 5 – continuação						
LINGUAGENS		LÍNGUAS	VOZES	SUJEITOS DISCURSIVOS	FONTES	
Não-Crítica	Preservacionista	Partidária ¹⁷ Reforma institucional, planejamento, racionalidade, técnica, aceleração do crescimento, democracia, legalidade.	Partidos nacional desenvolvimentistas.	ARENA – Aliança Renovadora Nacional e MDB – Movimento Democrático Brasileiro, nas correntes preservacionistas. [agentes ativos apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.	
	Conservadora Desenvolvimento entendido como crescimento econômico, centrado nas oligarquias agrárias tradicionais. Caráter desenvolvimentista, mas conservador em termos políticos e sociais.	Acadêmica formação superior clássica; conhecimento /técnico; técnica; educação de massa para o trabalho.	Docentes Identificados à posição conservadora.	Membros do Conselho Universitário da UFF: reitor Manoel Barreto Netto, reitor Geraldo Cardoso.	Atas do Conselho Universitário; manifestos ou declarações coletivas e/ou individuais; reportagens no jornal 'O Fluminense'.	
		Cidadã Enaltecimento de valores tradicionais.	Moradores dos bairros onde o campus foi projetado e construído e identificados à posição conservadora.	Margareth Tolbe Sholl e Mário Antônio Moreira	Entrevistas no jornal 'O Fluminense'	
		Estatal Ordem; não-reforma; planejamento; racionalidade.	Membros dos poderes executivos e legislativos vinculados aos partidos conservadores ou identificados às suas posições políticas.	Instituições do Poder Executivo e Legislativo identificadas à posição política conservadora.	Membros do poder executivo: -----	Pronunciamentos; políticas de trabalho; planos.
					Membros do poder legislativo: senador Eurico Resende (ARENA)	Diários do Congresso Nacional. Pronunciamentos no congresso nacional; artigos na imprensa
					Poderes legislativos: Congresso Nacional, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e Câmara dos Vereadores de Niterói.	Instrumentos legais; Diários do Congresso Nacional; diários oficiais estadual e municipal.
		Estudantil Conhecimento técnico; tradição; educação universal para o trabalho.	Entidades estudantis sob hegemonia da posição conservadora.	-----	-----	
		Jornalística Crítica das perspectivas revolucionárias e progressistas, enaltecimento de valores, símbolos e personagens históricos da tradição.	Órgãos de imprensa legal identificados à posição política conservadora.	Jornal O Fluminense.	Editoriais e matérias de articulistas do jornal; Coleção do jornal	
	Partidária Ordem, planejamento, técnica, racionalidade, legalidade, capitalismo.	Partidos conservadores.	ARENA e MDB, nas correntes conservadoras. [agentes ativos apenas no contexto]	Documentos ou declarações oficiais.		
	Liberal Caráter liberal em termos políticos, sociais, econômicos e culturais. Não intervenção estatal. Desenvolvimento entendido como crescimento econômico, centrado no capital internacional e no livre mercado.	Estatal Racionalidade, propriedade, livre mercado, regulação.	Membros dos poderes executivos e legislativos ligados aos partidos liberais ou identificados às suas posições políticas.	Membros do poder legislativo: Dep. Lauro Cruz (ARENA, ex - UDN/SP)	-----	
		Jornalística Crítica das perspectivas revolucionárias e progressistas, defesa da preservação das instituições representativas liberais enaltecimento de valores, símbolos e personagens históricos da tradição.	Órgãos de imprensa legal identificados à posição política liberal.	Jornal O Globo	Editoriais e matérias de articulistas do jornal; Coleção do jornal	
		Partidária Racionalidade, propriedade, mercado, crescimento.	Partidos liberais.	ARENA e MDB, nas corrente liberais. [agentes ativos apenas no contexto]	-----	

¹⁷ Nessa época da ditadura militar só existiam dois partidos (ARENA e MDB). No primeiro, o partido no poder, os militares estavam à frente, o segundo englobava uma oposição consentida. Nessa conjuntura, a gama de posições dentro de cada um era larga. A ARENA comportava as três posições não críticas. A corporação militar apenas se utilizava desse partido para justificar o arcabouço institucional que eles mesmos haviam imposto. Eles impuseram sua posição a um 'aglomerado' que, talvez em sua maioria, fosse conservador. Por isso a ARENA aparece nas três posições não críticas, indicadas como 'correntes' preservacionista, conservadora e liberal. O mesmo desdobramento foi feito para o MDB.

Identificados os agentes dialógicos e suas respectivas posições de sujeito, interpretarei nas próximas sessões (6.2, 6.3 e 6.4) seus discursos referentes aos temas universidade e campus, e também, às formas projetadas e construídas do campus da UFF para identificar as oposições e afinidades entre os sujeitos discursivos constituídas nesse contexto. Com isso seguimos adiante em direção ao signo UFF.

6.2 – O DIALOGISMO REFERENTE À RELAÇÃO UNIVERSIDADE/CAMPUS

Durante a ditadura militar a reforma universitária foi complementada e consolidada por meio de instrumentos legais e, em alguns momentos, pelo uso da força para conter as manifestações daqueles componentes da comunidade acadêmica que eram contrários às idéias do governo. Ocorreu que, nesse período particularmente autoritário, as vozes críticas não deixaram de estar presentes, mas foram caladas ou distanciadas. Assim sendo, no que se refere aos temas universidade e campus, os sujeitos discursivos presentes no contexto relativo ao projeto do campus da UFF protagonizaram relações discursivas dentro de uma visão de mundo predominantemente não-crítica.

O dialogismo ocorreu entre os discursos de estudantes, de professores, de jornalistas, e de agentes estatais de vários níveis. Especificamente, as relações discursivas se estabeleceram entre: entidades estudantis, docentes de diversos matizes ideológicos, os jornais *O Globo* e *O Fluminense*¹⁸, e membros dos poderes executivo e legislativo¹⁹. Após a identificação e a definição da posição de cada sujeito discursivo e dos significados de seus discursos, estes foram confrontados de modo a viabilizar a compreensão do sentido que cada discurso adquiriu para o 'outro' sobre o tema focado.

¹⁸ Para a definição do intervalo de tempo a ser investigado nos jornais tomei como ponto de partida a data da Lei n.º 5.540 (BRASIL, 1968c) – 18 de novembro de 1968 – que consolidou a reforma universitária. Por isso iniciei a pesquisa num período pouco antes da referida data para que fosse possível identificar os fatos que a precederam e um espaço de tempo posterior para observar a repercussão da sua implantação. Posteriormente, escolhi os meses de novembro e dezembro de 1977 quando foi publicado o decreto n.º 80.693, 09.11.1977 (BRASIL, 1977) que desapropriou a área onde foi implantado o campus, e agosto de 1981 quando o anteprojeto do campus foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFF.

¹⁹ Os pronunciamentos dos sujeitos discursivos foram retirados: dos principais veículos oficiais de comunicação da época – as coleções dos jornais *O Fluminense* (1968, 1977 e 1981) e *O Globo* (1968 e 1977) –; dos instrumentos legais [Decreto-Lei n.º 53/66 (BRASIL, 1966); Decreto-Lei n.º 252/67 (BRASIL, 1967); Decreto n.º 62.937/68 (BRASIL, 1968a); Decreto n.º 63.341/68 (BRASIL, 1968b) e a Lei n.º 5.540/68 (BRASIL, 1968c)]; dos documentos governamentais “Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário” (ATCON, 1970), “MEC-BID III: Estudo Preliminar” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980) e o “Relatório Geral do Grupo de Trabalho Para a Reforma Universitária” (VIEIRA, 1982, p.139-172); dos anais dos seminários promovidos pelo MEC (BRASIL, 1978; CAMPUS, 1984); e do livro “A Universidade Necessária” (RIBEIRO, 1978).

O jornal O Fluminense não deixou de registrar, pelo menos até dezembro de 1968 a insatisfação dos estudantes, ao noticiar as greves, boicotes e passeatas como podemos observar em seguida:

Universitários fluminenses vão partir para o boicote (UNIVERSITÁRIOS, 1968, p.3).

Mil estudantes detidos no encontro da UNE. [...] SP: Ibiúna - reunião preparatória dos estudantes paulistas com vistas ao próximo congresso da extinta UNE (MIL, 1968, p.1).

Bomba detona na Guanabara e estudantes fazem comício no RJ. [...] Verdadeira onda de subversão vem ocorrendo em diversos estados [...] Em Niterói houve pichamentos e novos comícios-relâmpagos foram feitos para que seja iniciada a cobrança de pedágio, pela qual pretendem arranjar dinheiro para pagar aos advogados dos líderes presos (BOMBA, 1968, p.1).

Também publicava notícias referentes à implantação da reforma universitária:

Reforma de currículo vai ter seminário de 18 até 25. [...] neste seminário serão estabelecidos os currículos para cada faculdade, procurando integrar as unidades do centro para a formação de um verdadeiro espírito universitário (REFORMA, 1968b, p.3).

UFF conclui seu 'rush' de obras pensando na reforma. [...] onde os estudantes trabalharão lado a lado com os professores, dentro do espírito da reforma universitária (UFF, 1968, p.2).

Nesses trechos extraídos do jornal O Fluminense percebe-se que havia uma movimentação da UNE e dos estudantes fluminenses que se colocavam contrários ao governo e expressavam sua reação através de comícios, boicotes e passeatas. Essas ações, mais do que as palavras, configuraram o discurso estudantil nesse momento e, do mesmo modo que no contexto anterior, visavam tornar pública sua insatisfação com o modo de o governo conduzir a reforma universitária e, também, expressar a sua intenção de ruptura com a situação imposta pelos militares. Esse discurso, ainda que de uma forma difusa, significava também a defesa e a reafirmação das suas idéias sobre a universidade que já haviam sido subjugadas antes de 1964, e que nesse momento de exceção, foram solapadas pelo discurso governamental.

No período estudado anteriormente (1956/1964), esse conjunto de estudantes fluminenses era representado pela UFE que estava vinculada a uma posição 'estudante preservacionista'. Nesse outro contexto (1964/1981), a posição de sujeito representada por entidades estudantis fluminenses permaneceu a mesma, entretanto, o sujeito discursivo passou a ser o Diretório Central dos Estudantes – DCE, porque absorveu a estrutura e o modo de operar da UFE. É preciso ter em conta que no estado do Rio de Janeiro o número

de instituições de ensino superior e de escolas secundárias, cujos alunos compunham o quadro da UFE, era muito reduzido. Segundo o presidente do DCE em 1967/1968, Edson Benigno, quando a UFERJ foi criada, e em seguida o seu DCE, ele praticamente incorporou a maior parte dos estudantes da UFE que cursavam o ensino superior. Depois do golpe militar, o próprio prédio da UFE (ainda em construção) foi repassado pelo governo federal para o DCE da UFF. Entre 1967/1968 a direção do DCE atuou em uma linha mais próxima ao posicionamento da UNE, entretanto após a decretação do AI-5 e a dispersão de vários de seus integrantes, o seu perfil se distanciou do posicionamento revolucionário ficando mais próximo à posição governamental²⁰.

Importante destacar que nos protestos dos estudantes fluminenses, conforme relato do ex-presidente do DCE, o ponto central era o aumento de vagas nas universidades. Os assuntos relacionados às edificações ou ao campus universitário não eram de interesse aos estudantes naquele momento. Portanto, o espaço construído não se constituiu propriamente como uma questão para eles. Diferentemente do que aconteceu quando os estudantes lutavam pela criação da UFERJ, como indicado nos extratos do jornal anteriormente apresentados. Todavia, no que se refere à implantação da reforma universitária, havia a indicação de que a universidade buscava se adaptar à nova condição imposta pelo governo federal. Imposição posta pelo governo e valorizada pelo discurso jornalístico liberal, como pode ser percebido no jornal O Globo ao comentar sobre os projetos de lei que o Poder executivo havia encaminhado ao Congresso: “O Poder executivo vence, assim, uma etapa da maior importância que vem construir mesmo uma das metas da revolução de março de 1964, concluída agora, no Governo Costa e Silva” (MENSAGEM, 1968, p.3). Esse jornal também mostrou a movimentação no Congresso Nacional em Brasília durante as discussões e votações dos projetos relacionados à reforma universitária:

Os parlamentares estão preocupados com o reduzido prazo para discussão e votação da reforma universitária principalmente os antigos membros da Comissão de educação que debateram a lei de Diretrizes e base da Educação com prazo bem mais elástico. O projeto que modifica essa lei foi entregue ao mesmo relator principal da outra, o deputado Lauro Monteiro da Cruz²¹, da ARENA de São Paulo. Esse parlamentar foi presidente e relator do grupo que durante a legislatura de 1959/1962 estudou o projeto de Diretrizes e Base e ofereceu parecer à grande comissão (ATÉ, 1968, p.3).

²⁰ Informação fornecida pelo presidente do DCE (1967/1968), Edson Benigno, em 29 de novembro de 2007.

²¹ Importante lembrar que Lauro Cruz (antiga UND) foi o deputado relator do projeto que criou a universidade no estado do Rio de Janeiro (UFERJ), na comissão de educação da Câmara Federal. De acordo com o jornal O Globo, “O relator, Deputado Lauro Cruz, arenista de São Paulo, apresentara em substitutivo ao projeto do executivo, consolidando toda legislação de base do ensino superior. Tarefa considerada das mais importantes pelos parlamentares” (REFORMA, 1968a, p.3).

Segundo ainda o jornal O Globo, dos seis projetos que compunham a reforma universitária, o de n.º 32²² – fixava as normas de organização e financiamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média – recebeu 133 emendas²³, algumas com claro teor político, por exemplo:

como a que reconhece a UNE como entidade representativa dos estudantes, a que proíbe greves estudantis, punindo com cancelamento de matrícula o estudante grevista, e outras que concedem anistia a todos os estudantes, que até a publicação da lei, tenham participado de movimentos grevistas (REFORMA, 1968, p.14).

Para o relator do referido projeto (governamental), o deputado Lauro Cruz (ARENA), “os projetos do Executivo [...] (eram) corajosos e [...] (propunham) efetivamente alterações fundamentais no sistema educacional brasileiro, capazes de atender aos anseios de toda a Nação” (REFORMA, 1968a, p.3). Mas quais seriam as modificações propostas pelo poder executivo para a universidade e que foram aprovadas pelo legislativo? A quem interessariam essas alterações?

Antes de tratarmos disso, porém, é importante pontuar dois aspectos. O primeiro, que a medida do que era necessário para a Nação era algo de conteúdo variável conforme o sujeito discursivo. Segundo, cabe lembrar que, ao mesmo tempo em que a reforma universitária estava em pleno andamento no país, sendo conduzida por porta-vozes de uma visão de mundo não-crítica, vários segmentos críticos atuavam na clandestinidade, ou no exílio discutindo o tema. Darcy Ribeiro, por exemplo, expressivo representante da posição de sujeito ‘docente revolucionário’ proclamava suas idéias acerca da reforma da universidade por vários países da América Latina: Uruguai (1964), Venezuela (1969/1970), Chile (1970/1971) e Peru (1973). Em seus pronunciamentos estava presente seu descontentamento com a universidade brasileira daquele momento:

descontentamento com a sua convivência (da universidade) com as forças responsáveis pela dependência e o atraso da América Latina.

²² Pode parecer estranho essa seqüência numérica, mas as matérias encontradas no jornal O Globo em 1968 sobre a reforma universitária fazem referências a um conjunto de seis projetos, dos quais destaca um, o de número 32.

²³ Como relata o jornal O Globo (CRISE, 1968, p.10), “Este projeto que tem o n.º 32 recebeu nada menos do que 133 emendas. O deputado Lauro Cruz, um dos parlamentares mais entendidos da matéria, sustentou durante um debate de 10 horas, o projeto do executivo. As alterações que foram introduzidas na proposição tiveram seu apoio e só eram aceitas depois de estar convencido o deputado paulista de que significavam elas aperfeiçoamento ao projeto do governo. Os deputados Martins Rodrigues (MDB), Mário Alves [MDB] e Mata Machado (MDB) lutaram durante toda a noite e madrugada em que estava reunida a Comissão para introduzir no projeto alguns pontos de vista da oposição. Mas o senador Eurico Resende (ARENA), liderando a bancada do Governo, sustentou o parecer do Sr. Lauro Cruz, sempre contrário às pretensões oposicionistas. O trabalho do Sr. Lauro Cruz foi muito elogiado pelos congressistas, uma vez que, completando o [...] (estudo) do grupo de trabalho do executivo que estudou a Reforma Universitária, consolidou num substitutivo toda legislação referente ao ensino superior”. O substitutivo foi aprovado em plenário no dia 6 de novembro e, então, encaminhado à sanção presidencial, quando recebeu 16 vetos.

Descontentamento com a mediocridade de seu desempenho cultural e científico. E descontentamento com sua irresponsabilidade frente aos problemas que a mantém (RIBEIRO, 1978, p.3).

Para superar essa situação o referido autor propôs um modelo teórico para o que designou como 'universidade necessária', definida a partir da experiência da Universidade de Brasília. Nesse modelo a universidade seria reordenada e teria uma estrutura integrada por três itens básicos:

- a) os Institutos Centrais, concebidos como entidades dedicadas à docência e pesquisa nos campos fundamentais do saber humano;
- b) as Faculdades Profissionais, organizadas para receber estudantes que já tenham formação universitária básica e dar-lhes cursos de treinamento profissional e de especialização para o trabalho;
- c) os Órgãos Complementares, instituídos para prestar serviços a toda a comunidade universitária e para por a universidade em contato com a sociedade global (op. cit., p.179).

De acordo com o autor, essa estrutura asseguraria aos órgãos da universidade uma maior integração e flexibilidade. Os estudantes em vez de ingressarem diretamente numa escola profissional e permanecerem isolados, na estrutura proposta o acesso à universidade se daria através dos Institutos Centrais onde eles passariam por um período de formação com ensinamentos introdutórios que permitissem a orientação da carreira para o campo científico ou para o campo da prática aplicada, por exemplo. Além disso, um requisito básico para a 'universidade necessária' seria o co-governo realizado pelos professores e estudantes (RIBEIRO, 1978).

O significado da universidade para os docentes vinculados à posição 'docente revolucionário' no período pós-golpe, embora apresentasse poucas possibilidades de manifestação, continuava no rumo de suas idéias anteriores a 1964 que foram apresentadas no item 5.2: ser um instrumento de formação da consciência nacional para transformar radicalmente o país através de outras possibilidades de organização, a começar por si própria. Entretanto, para os sujeitos discursivos não-críticos o sentido que esse discurso adquiriu foi o de um prenúncio perigoso para impedir o tipo de modernização que eles almejavam. Tanto é que a idéia de universidade presente nos discursos não-críticos, particularmente o do governo federal, caminhava na direção contrária ao discurso da UNE como pode ser observado na interpretação dos instrumentos legais relativos à reforma universitária apresentados a seguir.

O discurso do governo federal no âmbito do poder legislativo, estabeleceu nos Decretos-Lei²⁴ n.º 53 de 18.11.1966 (BRASIL, 1966), e n.º 252, de 28.02.1967 (BRASIL, 1967), já referidos na abordagem do contexto educacional (sub-item n.º 6.1.1), a concepção de universidade federal que preservava como função o ensino e a pesquisa e, também, a subdivisão das unidades universitárias em departamentos. O departamento passou a ser naquele momento a menor fração da estrutura universitária²⁵ e a partir dele, tanto essa própria estrutura, quanto suas formas arquitetônicas e urbanísticas foram reformuladas.

No Relatório Geral do Grupo de Trabalho Para a Reforma Universitária – GTRU (VIEIRA, 1982, p.139-172), importante fonte do discurso governista no campo do poder executivo, o conceito de universidade apresentava duas dimensões: uma social e outra tecnicista. No primeiro aspecto a universidade era considerada uma “organização social do saber” na “condição de um verdadeiro poder espiritual” da nação (op. cit., p.139-140). A universidade operava a síntese entre a prática e a teoria e atuava não só como um instrumento para o desenvolvimento econômico, mas assumia o “papel de liderança espiritual” (op.cit, p.144). A universidade era ao mesmo tempo o lugar da confrontação, da conciliação, dos conflitos de gerações, da cultura que ela produzia e transmitia, da renovação, da mudança, uma comunidade de mestres e discípulos e era o “ponto de cruzamento de movimentos sociais e cultura”, enfim ela era “o tipo natural de estrutura para o ensino superior” (op. cit, p.147). Ela também expressava uma racionalidade criadora e crítica, era um lugar da produção de tecnologia para enfrentar o desafio do desenvolvimento. Além disso, a universidade existente era caracterizada por apresentar quadros rígidos e formas acadêmicas tradicionais que deveriam ser flexibilizadas para atender às novas demandas. Essa flexibilização significava adotar o sistema de créditos para superar o regime de séries, e substituir a cátedra pelo departamento.

Somente nas medidas para atender à expansão do ensino superior o Relatório fez menção aos campi, mas, ainda assim, em apenas dois pontos. Esses itens foram praticamente transcritos no Decreto n.º 63.341 (BRASIL, 1968a), publicado em 01.10.1968 que estabelecia os critérios para a expansão do ensino superior. Ele foi o primeiro instrumento legal a fazer referência específica ao espaço físico, ao orientar a forma de

²⁴ Esses decretos fixavam, entre outras coisas, os princípios e normas de organização para as universidades federais e o art. 10, e § 1º do art. 2º do Decreto-Lei n.º 252, de 28.02.1967 (BRASIL, 1967), tratavam dos departamentos.

²⁵ O departamento agruparia as disciplinas afins e congregaria professores e pesquisadores que tivessem objetivos comuns de ensino e pesquisa, e seria chefiado por um professor catedrático, professor titular ou pesquisador-chefe. Ao Departamento competiria elaborar os seus planos de trabalho de acordo com as especializações dos professores e pesquisadores. No caso da UFF, a universidade foi reestruturada em institutos, escolas e faculdades divididos em departamentos, pelo Decreto n.º 62.414, de 15.03.1968. O estatuto foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, através do parecer n.º 696, de 05.09.1969. A UFF era constituída por 4 centros universitários, 20 unidades de estudos básicos e profissionais, e aproximadamente 9.300 mil alunos (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.43).

concessão de financiamento para programas de expansão “no sentido de evitar desperdício de recursos e assegurar a eficiência sem suntuosidade”, e ao incentivar a “melhor utilização da capacidade instalada” (item IV do art. 1º, BRASIL, 1968a). Mais especificamente, no artigo 2º estava definida a base para os projetos arquitetônicos e urbanísticos dos espaços universitários desenvolvidos a partir de então, ainda que o documento usasse indistintamente os termos cidade universitária e campus²⁶ :

Art 2º. No tocante à construção de cidades universitárias (campus) (sic), será observada a seguinte orientação:

I - Proceder-se-á a um levantamento geral, no País, dos projetos globais de implantação de cidades universitárias;

II - Far-se-á a seleção das Universidades que construirão o seu (campus) prioritariamente e, dentro de cada Universidade, será dada preferência à construção das unidades do sistema básico;

III - Para efeito de concessão do financiamento dos projetos, será estabelecido esquema pelo qual imóveis situados fora dos campus e liberados com a transferência das unidades, devem ser alienados, de modo a financiar parte substancial da construção da cidade universitária;

IV - Evitar-se-á a construção de novos Hospitais de Clínicas. Concluídos os estudos básicos, os alunos que se destinarem ao ciclo profissional de medicina, poderão prosseguir sua formação em unidades clínicas não necessariamente pertencentes às Universidades, mas por elas utilizadas - mediante convênio - para fins didáticos. Aos Hospitais de Clínicas já existentes, o INPS deverá reservar quota substancial de seus convênios (BRASIL, 1968a).

Finalmente, em 28 de novembro de 1968, a publicação da Lei n.º 5.540 (BRASIL, 1968c), fixou as normas de organização do ensino superior definidas no Relatório e as universidades passaram a ser racionalmente organizadas em unidades de patrimônio e administração, com uma estrutura orgânica baseada em departamentos, e com flexibilidade de métodos e critérios para atender às particularidades regionais e estudantis.

Especificadas as alterações que seriam realizadas nas universidades podemos responder, então, a segunda pergunta feita anteriormente: os principais interessados nessas modificações eram aqueles que compartilhavam uma visão de mundo não-crítica, porque a universidade reformada nesses moldes, embora modernizada, manteria os valores tradicionais da sociedade, na medida em que, como exposto no sub-item 6.1.1, os instrumentos legais criados para viabilizar a sua modernização (conservadora) visavam apenas a sua reorganização para torná-la produtiva e eficiente, e não transformá-la em um mecanismo de emancipação social como pretendiam os sujeitos discursivos posicionados criticamente. Para o governo federal, por exemplo, o sentido promulgação dessa lei foi a

²⁶ Sobre a distinção dos termos, consultar capítulo 4 (itens 4.3 e 4.4).

permanência da ordem, considerando a modernização do país dentro de parâmetros conservadores. Isto pode ser identificado no pronunciamento do presidente Costa e Silva como paraninfo da turma de engenharia operacional da Pontifícia Universidade Católica – PUC, onde embora a palavra ‘revolução’ esteja presente, esta não expressa evidentemente o significado do discurso da UNE:

Encerramos o ano com a Reforma Universitária completa em sua estrutura legal, lançadas as bases de verdadeira revolução que será deflagrada em 1969 e produzirá conseqüências imediatas. A prazo médio e longo, será cada vez mais profunda sua repercussão no processo geral de desenvolvimento do Brasil, que passa a ser encarado realisticamente, segundo a diversidade de suas exigências regionais, até aqui ignoradas por um sistema universitário fechado em si mesmo e impermeável às aspirações da juventude (COSTA, 1968, p.2).

Depois que a lei foi publicada entrou em discussão outro problema: as medidas necessárias para a expansão das vagas no ensino superior em função do grande número de alunos excedentes²⁷. O problema é que, pelo sistema da época, havia uma média de aprovação e, portanto, a possibilidade de um número de aprovados maior do que o de vagas disponíveis. Os alunos que ficavam nessa situação eram chamados de ‘excedentes’. Por causa disso, um novo Grupo de Trabalho foi constituído para “encontrar soluções de curto prazo para expansão das vagas, de modo a permitir [...] (que um) número não inferior a 110 mil estudantes possa ser matriculado nas séries iniciais dos cursos superiores, já em 1969” (GT,1968, p.18). Os membros desse GT acreditavam que não haveria dificuldade para se atingir a meta (110 mil em 1969 e 450 mil em 1975), principalmente nas áreas consideradas necessárias para o desenvolvimento do país: saúde, tecnologia, engenharia, agronomia e veterinária (GT,1968a, p.16). A partir daí, com a publicação dos instrumentos legais referentes à reforma universitária, as manifestações do discurso estatal passaram a ocorrer primordialmente no âmbito do poder executivo, particularmente na esfera de ação do MEC, principalmente no que se refere às formas arquitetônicas e urbanísticas para as universidades.

Cabe registrar que o governo federal apresentou no “Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário” (ATCON,1970) definições que diferenciavam cidade universitária e campus. A primeira corresponderia à universidade tradicional e englobava numa só área geográfica diversas e distintas unidades implantadas de maneira dispersa. Nesse modelo de implantação as formas arquitetônicas e urbanísticas

²⁷ Segundo O Globo (MEC, 1968, p.17), “o grande problema para a expansão das matrículas diz respeito às verbas. Todos os reitores de uma maneira geral queixam-se de que os recursos não [...] (eram) suficientes para atender à demanda de estudante ao ensino superior. [...] (Havia) muitas universidades que [...] (dispunham) de recursos em sala de aula, mas não de recursos para contratar mais professores ou utilizar meios mais eficientes de ensino ou mesmo pagar tempo integral aos mestres”.

universitárias não passavam de uma mera aglomeração de edifícios que abrigavam autarquias independentes entre si. No manual, campus enaltecia a integração, a eficiência e a funcionalidade, pois era considerado

um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra na maneira mais econômica e funcional num serviço acadêmico-científico coordenado e da maior envergadura possível, respeitadas as limitações de seus recursos humanos, técnicos e financeiro (op. cit., p.8).

No I Seminário Nacional sobre Planejamento de Campi Universitários organizado pelo MEC em março de 1975, em Brasília, o princípio balizador da nova universidade brasileira era a integração de meios e fins, e o campus foi concebido como “o habitat natural do êxito acadêmico” (BRASIL, 1978, p.43), onde “a funcionalidade permitida pela beleza singela das modernas soluções arquitetônicas substituirá a suntuosidade que apenas um passado de culto ao fausto permitiu às nossas universidades mais tradicionais” (op. cit.).

A ênfase do seminário foi o planejamento como o elemento organizador das formas arquitetônicas e urbanísticas universitárias, cujas referências estavam vinculadas ao modernismo: a utilização da coordenação modular²⁸, sistemas construtivos eficazes e econômicos, pré-fabricação, estabelecimento de elementos padronizados²⁹. O planejamento universitário discutido no seminário propugnava também a integração, na medida em que era concebido como um sistema³⁰ que articulava princípios acadêmicos, administrativos e espaciais, e também a ligação da universidade com um projeto nacional de desenvolvimento, a partir de algumas experiências brasileiras, e também do Peru, Chile e Alemanha.

²⁸ “A Coordenação Modular consiste num sistema capaz de ordenar e racionalizar a confecção de qualquer artefato, desde o projeto até o produto final. Esta ordenação e racionalização se efetivam, principalmente, pela adoção de uma medida de referência, chamada módulo, considerada como base de todos os elementos constituintes do objeto a ser confeccionado. A sua utilização é mais freqüente em obras de grande porte e que requerem um método construtivo rápido e racionalizado. É o caso, por exemplo, de obras institucionais (escolas, prédios públicos), hospitais, conjuntos habitacionais e edifícios industriais (como galpões)” (CARVALHO, 2007, slide 5). No projeto de implantação do campus da Universidade Federal de São Carlos apresentado no referido seminário, foram definidos dois módulos: um hexagonal e outro quadrado, sendo este último 0,90 x 0,90 m. Após a definição do módulo padrão foi construída uma malha bidimensional (hexagonal ou quadrada, conforme o caso) e, então, foi sobreposta à planta do terreno para organizar a distribuição dos prédios (BRASIL, 1978, p.59-97; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1977).

²⁹ O estabelecimento de padrões foi valorizado no seminário, como consta em uma das conferências, “a unidade dos elementos construtivos é uma garantia de beleza. A diversidade necessária é dada pela disposição dos edifícios sobre o campus que conduz às grandes ordenações, aos verdadeiros ritmos de arquitetura. Transmite calma, ordem, limpeza e disciplina aos usuários – a comunidade universitária” (BRASIL, 1978, p.62).

³⁰ A idéia de sistema aí presente refere-se a um todo constituído de partes que podem ser distintas entre si mas sempre interrelacionadas e que servem a um propósito comum. Constitui-se uma totalidade funcional e operativa na medida que o planejamento define etapas de trabalho para o desenvolvimento de um plano físico: descritiva, normativa e decisional (BRASIL, 1978, p.168).

A integração também pode ser observada no documento estatal “MEC-BID III: Estudo Preliminar” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980) onde se pretendia que o “campus não [...] (fosse) entendido como parte isolada da cidade em que se localiza, mas com uma organização espacial dentro da malha maior que é a própria cidade” (op. cit., p.140).

Todavia, no Seminário de Conceituação de Campus Universitário realizado em novembro de 1981 pelo MEC, também em Brasília, a avaliação das experiências já realizadas, mostrou que na maioria das vezes o modelo implantado – campus – não conseguiu criar condições de integração acadêmica, menos ainda com as cidades onde foram implantados. Não foi o caso da UFF como veremos nas próximas duas sessões. A discussão sobre a concepção de campus no seminário resultou em algumas recomendações para a reordenação do rumo das formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades brasileiras que, de certo modo, o projeto do campus da UFF já havia atendido. Entre elas:

a idéia de Campus corresponde à do território da Universidade enquanto instituição unitária e autônoma; entende-se que o Campus de uma sociedade urbana não deve ser um território isolado e auto-suficiente, de modo a segregar a Universidade como foram concebidas as primitivas Cidades Universitárias; definido o Campus como um equipamento na cidade, recomenda-se maior entrosamento entre as instituições responsáveis pelo seu planejamento e as autoridades locais responsáveis pelo planejamento do território urbano, especialmente no que se refere à escolha da sua localização na cidade; com relação aos Campi já existentes recomenda-se, na medida em que a expansão física da Cidade envolva o Campus, que deva ser providenciada a sua integração na trama urbana. Esses Campi não devem se restringir às funções específicas da vida acadêmica, mas assumir a função mais ampla de centro de dinamização da vida cultural e de socialização do conhecimento, abertos a toda a população (CAMPUS, 1984, p.132).

Foi a partir desses instrumentos de planejamento – leis, decretos e manual (ATCON, 1970) – que as universidades federais brasileiras criadas na década de sessenta, em sua maioria pela junção de várias faculdades, iniciaram o planejamento e a implantação das suas formas arquitetônicas e urbanísticas na década de setenta e que na década seguinte foram avaliados nos seminários organizados pelo MEC, entre elas a Universidade Federal Fluminense. Esses instrumentos, além de constituírem a reforma universitária e socializarem o seu conteúdo, vincularam a idéia de universidade para a modernização (conservadora) a uma forma arquitetônica e urbanística específica – o campus modernista – que naquele momento expressaria os valores preponderantes de então: eficiência; economia; funcionalidade; racionalização da capacidade instalada; integração; e eliminação do desperdício e da suntuosidade (elementos associados à universidade tradicional). Assim, o significado do campus para o governo federal era o de

ser o elemento de consolidação da reforma universitária e da universidade para a modernização concebida pelos setores dominantes, de cunho conservador. Esse significado do discurso do governo federal também se estendeu aos demais sujeitos discursivos não-críticos que, embora com objetivos e interesses não exatamente iguais, também buscavam o crescimento econômico no qual a universidade poderia contribuir. Além disso, os sujeitos discursivos críticos estavam com os seus meios de expressão controlados ou bloqueados e, de certa maneira, numa condição desfavorável no embate pela hegemonia do sentido da universidade. Portanto, ficou estabelecida uma correspondência direta entre conteúdo e forma (arquitetônica e urbanística): universidade para a modernização (conservadora) ↔ campus modernista. Importante lembrar que a terminologia campus é a expressão geral utilizada para designar as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades, e o seu predicado 'modernista' especifica as formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades brasileiras adotadas a partir da reforma universitária dos anos sessenta. Portanto, como síntese desse processo de construção sógnica, o signo 'campus modernista' é composto pela forma arquitetônica e urbanística modernista (significante), pelo seu conteúdo vinculado à universidade para a modernização conservadora (significado), e seus sentidos serão resultantes das relações discursivas identificadas em um determinado processo. No caso deste trabalho, a elaboração do projeto do campus da UFF, exposto no próximo item.

Cabe ainda um esclarecimento. Como já abordado antes, na Parte II e no capítulo 5, e como será desdobrado no item seguinte, a forma arquitetônica e urbanística modernista permaneceu a mesma apesar das mudanças políticas, porque a arquitetura modernista é um signo, cujo caráter inovador e modernizante, pode atender a diferentes grupos e servir a objetivos diversos. Isto porque, o mesmo significante (forma modernista) e seu significado (ruptura com o passado) podem adquirir sentidos diferentes em um determinado contexto. Na disputa pela hegemonia dos sentidos da forma modernista no período 1956/1964 predominou o vínculo ao desenvolvimento nacionalista, e que permaneceu apesar da mudança política ocorrida no período seguinte. Além disso, na década de sessenta os valores da arquitetura modernista foram consolidados como um cânone no país, o que significava uma dificuldade para romper o padrão formal instituído. Sendo assim, a forma adotada para a Cidade Universitária (modernista), num determinado contexto 1930-1960, correspondia à 'universidade para a oligarquia'. Quando na década de sessenta esse modelo de universidade passou a não atender às necessidades de diversos grupos da sociedade brasileira e, também, por diferentes motivos, ele foi gradualmente substituído pelo Campus modernista como expressão da 'universidade para a modernização'

(conservadora), ainda que em algumas situações a intenção permanecesse como um projeto a ser realizado. O que aconteceu com a forma modernista (significante) ocorreu também com a palavra modernização (significante), onde ambos, neste trabalho considerados signos, significaram um rompimento com o passado (significado), e tiveram seus sentidos modificados conforme o contexto. Por isso a mesma forma modernista pode ser a idealizada para distintas concepções de modernização.

6.3 – O DIALOGISMO RELATIVO AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CAMPUS DA UFF

Os instrumentos de planejamento governamental (leis educacionais, manuais e seminários sobre campus) anteriormente apresentados fixaram o sentido hegemônico referente à ‘universidade para a modernização’ (conservadora) e o seu vínculo a uma forma edificada específica – o campus – cujas formas arquitetônicas e urbanísticas expressavam o ideário da arquitetura modernista, sintetizados no signo: ‘campus modernista’. Esses elementos constituíram o arcabouço dos desenhos do projeto arquitetônicos e urbanísticos da UFF, cujo processo de elaboração articulou diversas relações de alteridade. As relações dialógicas identificadas nesse processo dizem respeito prioritariamente à esfera institucional com alguma repercussão extramuros, e ocorreram entre estudantes, professores, técnicos, jornalistas, agentes estatais de diversos níveis e moradores de Niterói. Concretamente, as relações discursivas tornaram-se efetivas entre: membros do Conselho Universitário da UFF – CUV (docentes e representantes dos diretórios estudantis); técnicos dos órgãos de planejamento da universidade³¹; membros dos poderes executivos federal, estadual e municipal; o jornal O Fluminense; e moradores do entorno do campus, não organizados em associações ou grupos. Depois do reconhecimento do significado dos discursos de cada um desses sujeitos, eles foram cotejados para possibilitar a compreensão do

³¹ O sujeito discursivo concreto (SD) que enuncia esse discurso é formado pelos técnicos dos órgãos de planejamento da Universidade, o qual denomino ‘Técnicos de planejamento da UFF’, que se pronunciam através da posição de sujeito (PS) ‘arquitetônica e urbanística preservacionista’. Na época da implantação da reforma universitária o setor responsável pelo espaço físico na UFF era a Divisão de Obras do Departamento de Administração Geral. Após 1974, em função da mencionada reforma e da possibilidade de se conseguirem recursos financeiros do BID para a implantação do campus, foi criado o Escritório Técnico do Campus da UFF – ETC. Ao mesmo tempo, a Divisão Técnica de Manutenção – DTM passou a ser responsável pelas unidades existentes. Findadas as obras financiadas pelo BID, foi criada a Prefeitura do Campus que encampou o ETC e a DTM. Em paralelo à Prefeitura, a Divisão de Assuntos Gerais – DSG também atuava em pequenos serviços relacionados ao espaço físico. Em 2003 foi criada a Superintendência Técnico-Administrativa – STA através da portaria n.º 31.706, de 22 de agosto de 2003 que englobou a Prefeitura do Campus e o DSG; posteriormente foi denominada Superintendência de Administração – SDA por meio da norma de serviço n.º 546 e é hoje o setor responsável por todo e qualquer assuntos relacionado à área edificada da UFF.

sentido que o projeto do campus da UFF, aqui uma ação em curso (o ato de projetar), passou a ter para o(s) outro(s) durante o processo da sua elaboração³².

Antes, porém, de interpretar o projeto em si, vamos compreender primeiro o que a simples possibilidade da construção do campus significou para esses sujeitos. Principalmente por considerar que, em se tratando de obra pública, há uma grande distância entre o tempo investido na elaboração do projeto e a execução da obra completa. Por isso nesta parte do trabalho vou tratar das relações discursivas que ocorreram durante o processo de elaboração do projeto do campus da UFF. A interpretação propriamente desse projeto, obviamente elemento resultante do processo da sua elaboração e, conseqüentemente, do dialogismo aí identificado e interpretado, será objeto do próximo (n.º 6.4).

O ponto de partida da investigação empírica foram as atas do CUV no período relativo à publicação da Lei n.º 5.540, 28.11.1968 (BRASIL, 1968c), que consolidou a reforma universitária e indicou que a construção do campus seria um instrumento da sua efetivação. Entretanto, como o livro das atas do CUV referente às sessões de 1968 não foi encontrado nos arquivos da Universidade durante a pesquisa de campo, as questões relacionadas às formas arquitetônicas e urbanísticas da UFF identificadas nas atas foram interpretadas somente a partir de 1969.

Como já visto, a intenção de projetar e construir um campus próprio para a UFF já havia sido manifestada à época da criação da universidade, mas só tomou força como necessidade no final dos anos sessenta com a publicação da Lei n.º 5.540, em 28.11.1968 (BRASIL, 1968c). A implantação da reforma, conseqüentemente, do campus universitário passou a ser tema corrente nas atas do Conselho Universitário, diferentemente do que acontecia antes do golpe de 1964 quando a construção de uma, então denominada, cidade universitária para a UFF tinha outro sentido e era defendida pelo minoritário grupo de conselheiros de posição 'docente

³² Os pronunciamentos singulares dos sujeitos discursivos foram obtidos: das atas do Conselho Universitário da UFF - CUV (1969 a 1981); da coleção do jornal O Fluminense (novembro/1977, mês referente ao momento em que o governo federal desapropriou a área onde o campus foi projetado); dos documentos técnicos: "Estudo preliminar com vistas a uma definição sobre a política de instalação do campus da UFF (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1974); "Plano Diretor do Campus" (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977b); "Plano para Implantação Definitiva do Campus" (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977c); "Projeto PREMESU/BID: considerações a respeito do campus da UFF" (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1980), "MEC-BID III: Estudo Preliminar" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980) e "Anteprojeto do Campus" (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d; 1981e); dos instrumentos legais relativos aos aspectos urbanísticos: Decreto-Lei Federal n.º 2.441 de 23.07.1940 (BRASIL, 1940), no qual o governo Federal autorizou a execução do "Plano de Remodelação da Cidade de Niterói"; Deliberação n.º 2.705 de 01.07.1970, Código do Planejamento Urbano e de Obras do Município de Niterói (NITERÓI, 1970); Decreto Estadual n.º 15.453 de 25.11.1971 (RIO DE JANEIRO, 1971), que trata da desapropriação da área do aterrado; Decreto Estadual n.º 15.454 de 25.11.1971 (RIO DE JANEIRO, 1971a), no qual o governo estadual criou o Grupo Executivo de Urbanização da Nova Niterói para executar o plano de urbanização e remodelação do aterrado; Decreto Estadual n.º 15.751 de 30.08.1972 (RIO DE JANEIRO, 1972), o qual delimitou parcialmente a área desapropriada pelo Decreto Estadual n.º 15.453 à região do Morro e da Praia do Gragoatá; Decreto Municipal n.º 2.792, de 11.01.1977 (NITERÓI, 1977), que considerou a área do aterrado *non aedificandi*; Decreto Federal n.º 80.693 de 09.11.1977 (BRASIL, 1977), no qual o governo Federal declarou parte do aterrado como utilidade pública para implantação do campus da UFF; Decreto Municipal n.º 3.705, de 30.04.1982 (NITERÓI, 1982a), que revogou o Decreto n.º 2.792/77; Decreto Municipal n.º 4.271 de 16.10.1984 (NITERÓI, 1984), que revogou parcialmente o Decreto n.º 3.705/82 (NITERÓI, 1982a).

preservacionista'. Naquele momento pré-64, tanto a possibilidade da implantação da reforma universitária quanto a adoção das formas arquitetônicas e urbanísticas modernistas do espaço universitário encampavam uma perspectiva relativamente crítica (preservacionista), embora não vislumbassem uma alteração estrutural no tipo de sociedade. Até então, a forma modernista assumida para o espaço universitário expressava os ideais de progresso e civilidade. Entretanto, como visto, tanto a então UFERJ como seu modelo de territorialização não foram definidos sob esse prisma, mas a partir da sobreposição do discurso dos docentes conservadores que optaram por unidades de ensino isoladas e dispersas pelo município de Niterói, sem apresentar uma forma arquitetônica previamente definida. Todavia, com a implantação da reforma universitária esse quadro iria mudar.

Nas atas do Conselho Universitário, as idéias difundidas pelo governo federal estavam presentes em pronunciamentos dos membros do CUV da posição 'docente conservador' sobre a reforma universitária. Entre elas destacamos, por exemplo, a funcionalidade e a integração da universidade, aqui expressa na idéia de organismo único:

em decorrência da eliminação desses níveis intermediários os centros universitários são redefinidos e transformam-se em unidades para os fins legais. A medida embora possa parecer radical, mantém seus aspectos genéricos a atual estrutura e às unidades até agora existentes, reformulando-as como departamento, definidas com maior amplitude. Embora se conserve, exceto pequenas alterações, o contexto administrativo e a forma estrutural da universidade, as modificações são feitas para atender-se aquelas normas superiores com o propósito de alcançar-se melhorias no que diz respeito à funcionalidade propriamente dita [...] com o ânimo de edificar-se uma universidade como organismo único e funcionalmente apto a atingir suas elevadas atribuições de aperfeiçoamento do saber a serviço da sociedade³³ (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1969, p.2).

evidentemente não estamos dentro de uma aventura. A reforma tinha de ser implantada este ano, apesar das dificuldades existentes [...] estamos trabalhando para o engrandecimento da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1969a, p. 2).

Já os representantes dos diretórios estudantis no CUV, que compunham a posição de sujeito 'estudante preservacionista', apresentavam outras preocupações com a universidade e a sua reforma, mas sem referência explícita às formas arquitetônicas e urbanísticas³⁴, como podemos observar no seguinte relato do estudante, Márcio Brandão Ribeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1970, p.37), que valorizava a integração da universidade na região onde se encontrava instalada:

³³ Este texto foi apresentado pelo reitor Manoel Barreto Netto junto ao projeto de resolução para alteração do estatuto da universidade, tendo em vista a implantação da reforma universitária.

³⁴ Cf. item anterior, p.193.

A universidade brasileira atravessa nos dias que fluem, uma fase de profunda e total transformação. Essa reformulação orgânica e didática decorre da constatação de que, até bem pouco tempo as universidades se constituíam em órgãos sem qualquer vínculo maior com a realidade das regiões sócio-econômicas em que se achavam instaladas. Poderíamos até, sem muito medo de ousar, dizer que, na realidade, não existia universidade no sentido exato da palavra. [...] Desejamos apenas ressaltar aqui aquelas transformações que nos parecem, de início as mais importantes. Primeiro, a efetiva integração comunitária da universidade, sua real participação no desenvolvimento social e econômico da região em que se encontra, transformando-se, não mais em uma excrescência, mas num organismo vivo que pulsa em uníssono com a comunidade e ao mesmo tempo a ausculta e a auxilia em suas necessidades. E em segundo lugar aquela que é a própria razão da nossa presença aqui: a efetiva participação do corpo discente nos colegiados e suas decisões da universidade. A UFF, dentro do espírito de renovação e atualização que regem a reforma que está efetivamente implantada numa iniciativa pioneira acaba de, pela primeira vez no Brasil, promover eleições para a representação estudantil em seus colegiados (op. cit., p.37).

No que se refere às formas arquitetônicas e urbanísticas, estudos e propostas foram produzidos pelos órgãos técnicos da universidade e estavam em acordo com as orientações e instrumentos legais provenientes do MEC, bem como todo tipo de legislação e regras pertinentes às necessidades dos referidos trabalhos. Esses estudos e projetos configuram as manifestações dos sujeitos discursivos que compartilhavam o posicionamento 'arquitetônico e urbanístico preservacionista', e passaram a vigorar como instrumentos normativos após serem aprovados pelo Conselho Universitário. Em 10 de setembro de 1969, o CUV discutiu uma proposta para a construção do campus universitário no bairro de São Domingos. O estudo foi elaborado pela Divisão de Obras do Departamento de Administração Geral da universidade dirigida pelo arquiteto Raul Ocampo Landa³⁵, e apontava três possibilidades de localização para o campus universitário: uma área não tipicamente rural próximo à praia de Itaipu, uma área tipicamente rural em Pendotiba e uma área urbana, o aterro da Praia Grande na região central de Niterói (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1969b; 1977a). Diferentemente do período pré-golpe, neste momento vários conselheiros se manifestaram em defesa do tema:

O conselheiro Durval de Almeida Baptista Pereira declarou que quando foi reitor uma de suas preocupações era a localização do 'campus universitário', e acentuou que o local escolhido é realmente muito bom, dada a sua proximidade com o ponto de embarque e desembarque das barcas que fazem a ligação entre esta cidade e o Estado da Guanabara, donde provém a maioria de professores e alunos desta universidade. O conselheiro Paulo Alberto Rodrigues após fazer algumas considerações técnicas sobre o projeto, disse que a universidade deve sem demora

³⁵ Há referências desse estudo na Ata do Conselho Universitário do dia 10 de setembro de 1969 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1969b) e no Plano Diretor do Campus da UFF (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977a), entretanto o documento original não foi encontrado nos arquivos do Núcleo de Documentação da UFF – NDC, embora identificado nas listagens do NDC: caixa 386, 01-13, construção do campus/identificação do projeto/ relatório final/ plano antes do ETC, 1969/1970/1973.

entrar em entendimento com as autoridades visando a desapropriação da área prevista para a localização do 'campus'. O conselheiro Almeno Ferreira de Souza, também declarou-se favorável à construção do 'campus' mas ressaltou que dentro do ponto de vista financeiro o mesmo não está dentro da realidade futura, e que o problema da expansão da universidade não deve ser esquecido. O conselheiro Luiz Raymundo Tavares de Macedo endossou as palavras do conselheiro Almeno (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1969b, p. 3-4).

O fato de, nessa etapa, vários conselheiros estarem a favor da construção do campus marcou uma importante diferença do período pré-golpe quando a maioria do CUV não estava interessada na construção do campus e na integração que ele possibilitaria. O que fez com que houvesse mudança no interesse pela construção de um espaço coletivo não foram as formas urbanísticas e arquitetônicas em si, mas o (s) sentido (s) que elas passaram a apresentar, bem como a imposição legal para a construção do campus. Como visto o signo 'campus modernista' significava a modernização da universidade e o rompimento com a universidade tradicional, porém o que estava em jogo era a mudança no sentido da própria idéia de modernização. A partir de 1964 ela estava atrelada a valores conservadores: eficiência e flexibilidade para manter a ordem. Assim, o campus eficiente e flexível passou a equivaler à idéia de modernização dominante, daí estar incorporado pelo discurso 'docente conservador'.

Todavia, o que entrou efetivamente em discussão no CUV foi a localização do campus. A partir do citado estudo para a implantação no bairro de São Domingos o Conselho Universitário aprovou a seguinte resolução n.º 51/69:

O Conselho Universitário da UFF, no uso de suas atribuições, resolve: artigo único – fica o magnífico reitor autorizado a manter entendimentos com as autoridade competentes com o propósito de examinar a viabilidade da construção do 'campus universitário', na alça de São Domingos, nesta cidade de Niterói, conforme estudo elaborado pela Divisão de Obras do Departamento de Administração Geral da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1969b, p. 3-4).

Cabe esclarecer que essa região de São Domingos, junto ao aterro Praia Grande, tem grande importância histórica por ser relacionada às origens do município de Niterói³⁶. O aterro Praia Grande compreende a orla marítima fronteira ao Centro de Niterói

³⁶ "A aldeia indígena começou no morro elevado, próximo à costa onde foi erguida a capela de São Lourenço, na margem oriental da Baía de Guanabara, fundada pelo cacique dos (índios) teminós Araribóia, que recebeu a sesmaria como recompensa por sua participação na luta pela expulsão dos franceses. Na região denominada Praia Grande, uma outra capela, a de São Domingos, foi edificada nas terras do fazendeiro Domingos de Araújo numa área plana à margem da praia, e deu origem a um importante povoado que seria o mais urbano naquele momento. O grande impulso para o desenvolvimento da Praia Grande foi a visita de D. João VI e a família real em 1816. Eles se hospedaram num casarão junto à Praia de São Domingos e era ali que se instalavam todas as vezes que visitavam a região" (NOGUEIRA, 2001).

e aos bairros de São Domingos e Ponta d'Areia, que é composta pela rua Visconde do Rio Branco, rua Alexandre Moura e rua Coronel Tamarindo, indo da Ponta da Armação até o forte Gragoatá (NITERÓI, 1996), como ilustra a 'Planta de Localização do Aterro Praia Grande' (figura n.º 4) e as fotografias n.º 1, n.º 2 e n.º 3.

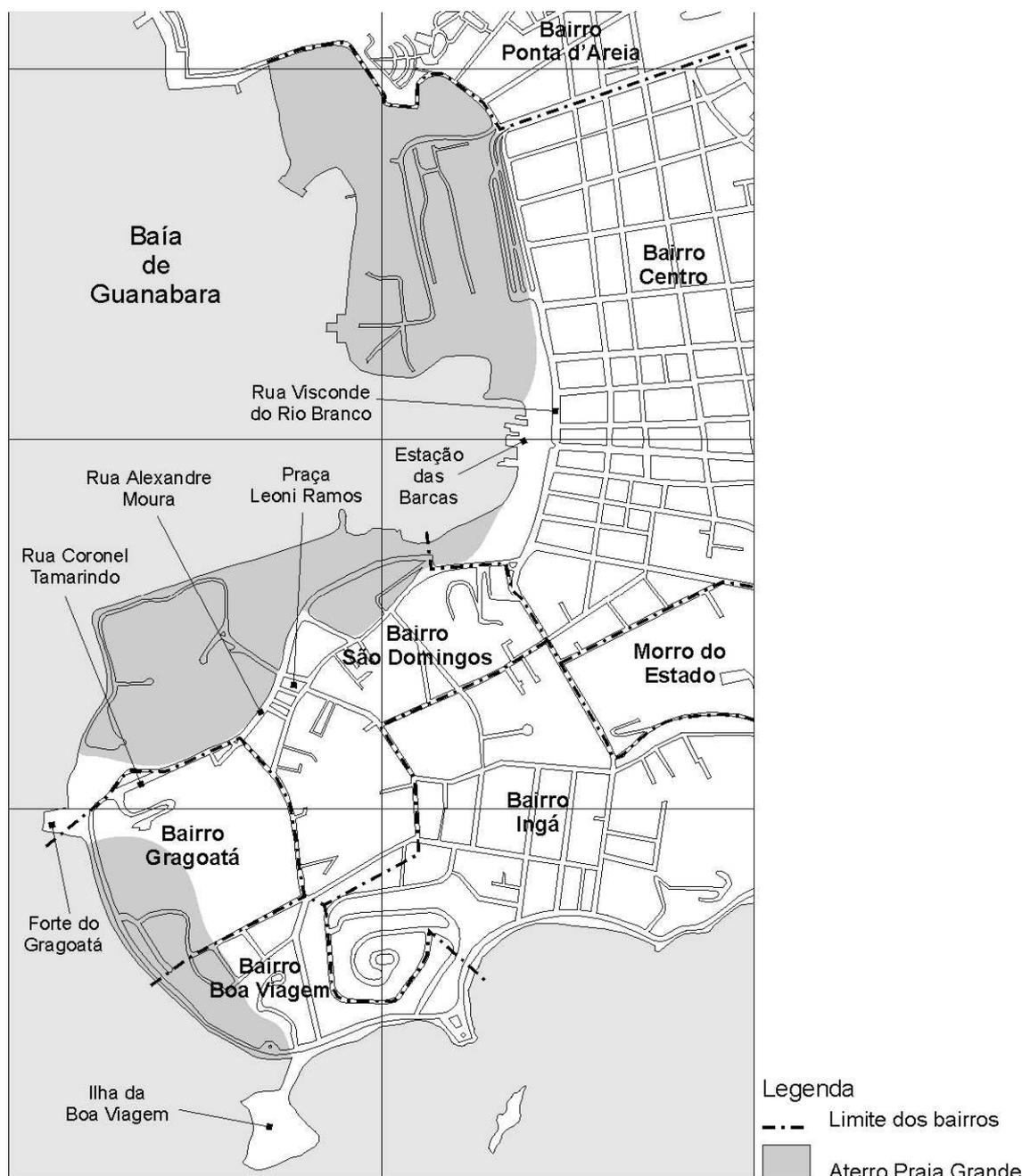


Figura n.º 4 – Planta de Localização do Aterro Praia Grande (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Urbanismo. Planta do Município de Niterói com divisão e bairros. Escala: 1:20.000. Niterói, RJ: 1991.

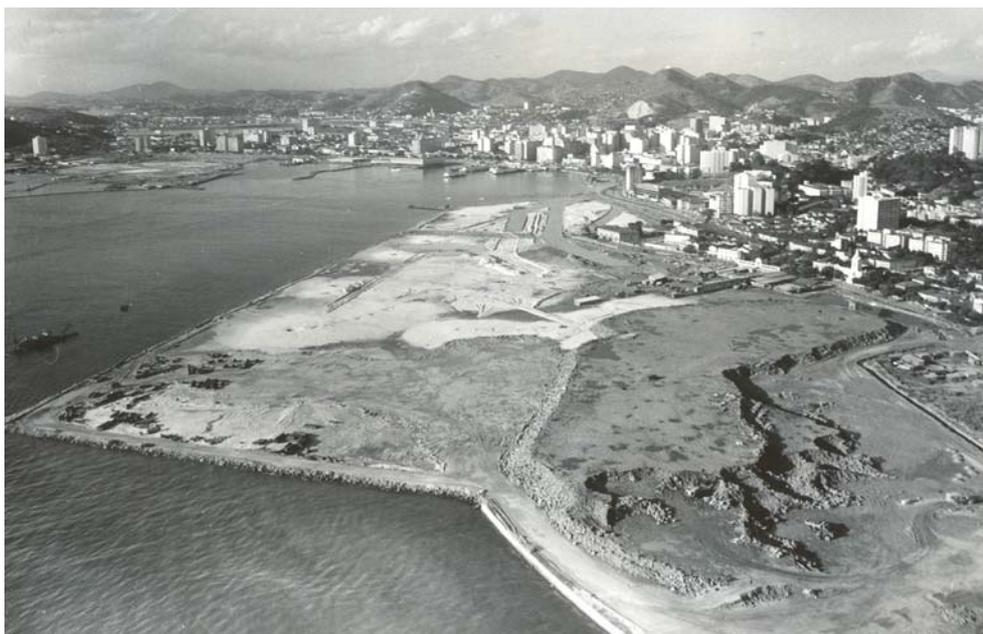


Foto n.º 1 – Obra do Aterro da Praia Grande em São Domingos – 1974. Vista do bairro de São Domingos em direção ao centro da cidade de Niterói.

Fonte: GONÇALVES, Aurelino. Obra do Aterro na orla do centro da cidade de Niterói. Vista em frente ao bairro de São Domingos. NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Urbanismo. Foto n.º 9-A (49/14), Niterói/RJ, 1974. 1 fotografia.

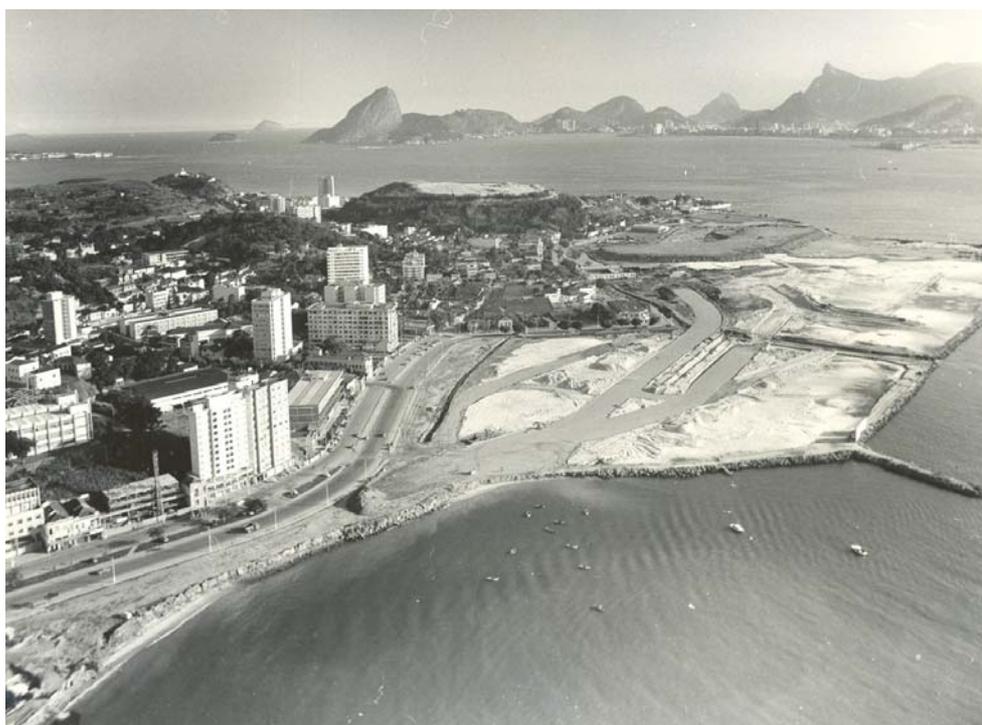


Foto n.º 2 – Obra do Aterro da Praia Grande em São Domingos – 1974. Vista do centro da cidade de Niterói em direção aos bairros de São Domingos e Gragoatá.

Fonte: GONÇALVES, Aurelino. Obra do Aterro. Vista em direção a São Domingos/Gragoatá. In: NITERÓI (RJ), 1996, capítulo IV, anexo 7.

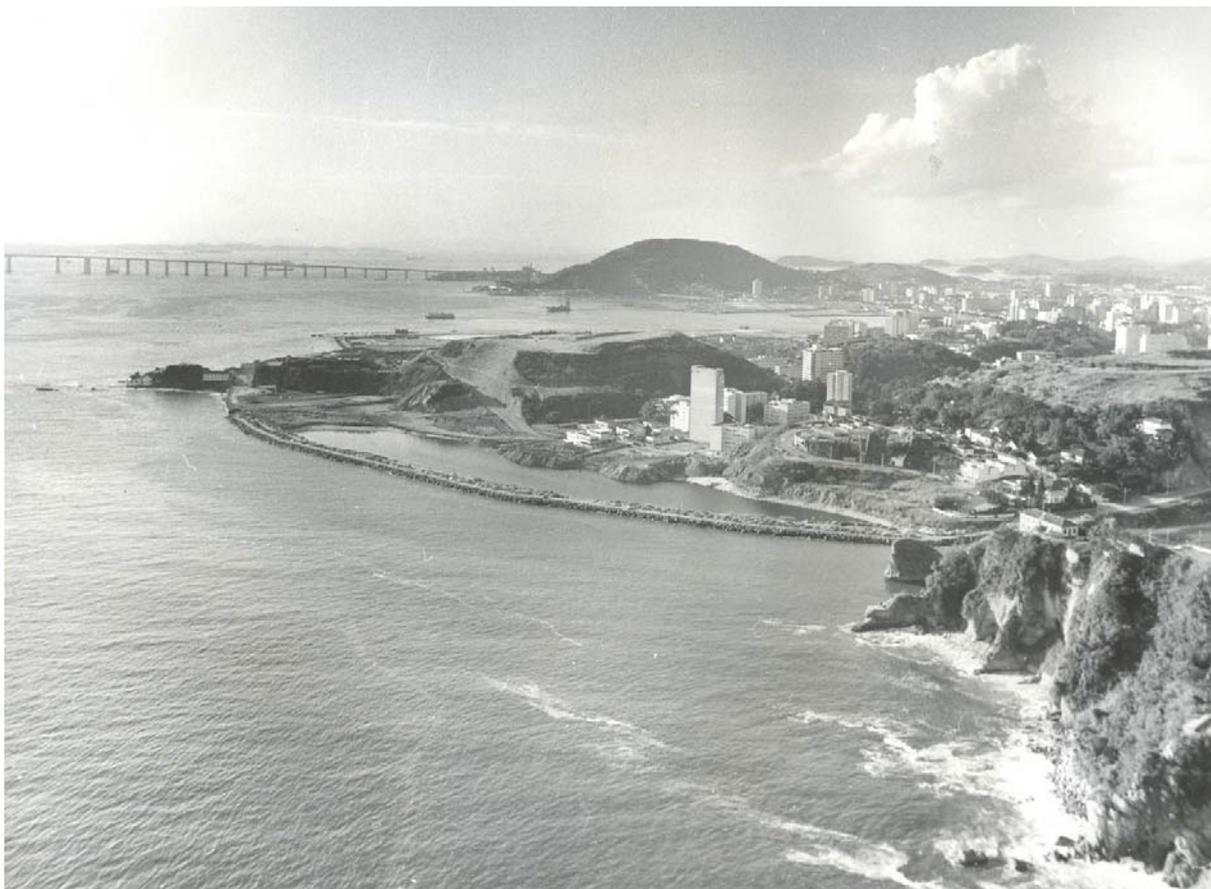


Foto n.º 3 – Obra do Aterro da Praia Grande no Gragoatá – 1974. Vista do enrocamento na Praia Vermelha.

Fonte: GONÇALVES, Aurelino. *Vista de enrocamento da obra do aterro da orla da cidade de Niterói*. NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Urbanismo. Foto n.º 4-A (49/15), Niterói/RJ, 1974. 1 fotografia.

Essa área foi alvo, ao longo de sua trajetória, de inúmeras e sérias intervenções urbanísticas que modificaram drasticamente seu ambiente natural³⁷ (NOGUEIRA, 2001), e que foram, em parte, mostradas na figura n.º 4 e nas fotografias n.º 1, n.º 2, n.º 3. Em contraste, a fotografia seguinte mostra o Bairro de São Domingos em 1972 antes da execução do aterro, no local onde um trecho do campus da UFF foi implantado posteriormente. E foi por oposição, também, que os significados dessas obras colocaram em campos distintos os moradores dos bairros e o governo local. Para o governo do estado do Rio de Janeiro em conjunto com a Prefeitura Municipal de Niterói o aterro

³⁷ No século XIX teve início a implantação de uma série de planos urbanísticos na, então, Vila Real da Praia Grande que intencionavam modernizar a cidade. Em 1820, o Plano de Edificação da Vila Real da Praia Grande, atribuído ao pintor francês Arnaud Julien Pallière, mas, de acordo com as atas da Câmara da Praia Grande, o idealizador do “Plano de Edificação” para a região foi o major engenheiro Antônio Rodrigues Gabriel de Castro (CAMPOS, 1998). Em 1840 foi traçado o Plano Geral de Urbanização. A partir de 1904, iniciou-se uma nova fase de obras de urbanização e construção de prédios públicos. A obra do porto de Niterói foi alvo de contestação, mas segundo Azevedo (1997, p.), os argumentos higienistas vigoravam entre seus defensores que apoiavam a execução do aterro do manguezal da enseada de São Lourenço para remover as casas que eram consideradas inadequadas do ponto de vista sanitário.

significou a modernização e para os moradores era a destruição do seu bairro, da sua auto-estima e da sua cidade, como veremos mais adiante em seus pronunciamentos.

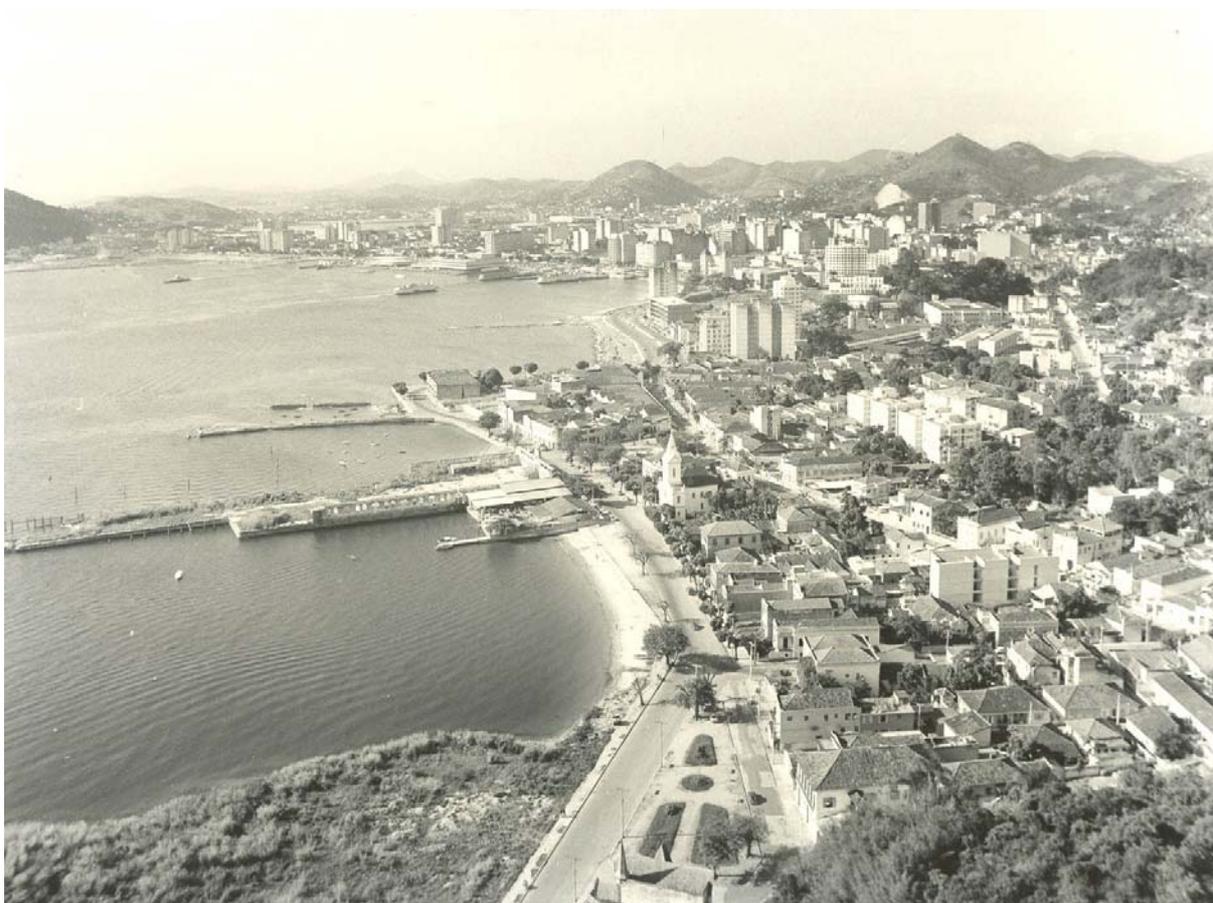


Foto n.º 4 – Bairro de São Domingos – 1972. Vista do bairro de São Domingos em direção ao centro da cidade de Niterói.

Fonte: GONÇALVES, Aurelino. São Domingos – 1972. In: NITERÓI (RJ), 1996, capítulo I, anexo 3.

Mas como o governo local pretendia ocupar o aterro? Diversos traçados foram propostos para a sua utilização. O primeiro, de acordo com Azevedo (1999, p.74),

fazia parte do projeto de melhoramentos da cidade de Niterói de Aldovrando Graça. [...] (Tratava-se) de aterro que vai da Ponta da Armação à do Gragoatá, ocupado por ruas em traçado xadrez, com quadras retangulares, sem maiores informações quanto à sua ocupação.

O segundo, foi a proposta teórica do arquiteto Atílio Corrêa de Lima³⁸. Durante a vigência do Estado Novo³⁹, devido ao Decreto-Lei Federal n.º 2.441 de 23.07.1940 (BRASIL, 1940) que autorizava a execução de aterros e do Plano de Urbanização e Remodelação da Cidade de Niterói, o aterro assumiu novo contorno. Por esse instrumento o Governo Federal transferiu sem ônus para o Estado o domínio útil da área aterrada, permitindo e sugerindo incentivos para a ocupação da área em questão. Posteriormente em 1944, o Estado repassou o domínio da área do aterro à iniciativa privada através de cessão. Coube ao Estado do Rio de Janeiro e à Prefeitura Municipal executar o aterro e o plano de ocupação da faixa do litoral entre a Ponta da Armação e a Praia das Flechas como parte do Plano de Remodelação da Cidade de Niterói (NITERÓI, 1996).

Desse momento em diante, mais dois projetos foram aprovados. Um projeto de Frederico Bokel e Gabriel Fernandes que tinha como objetivo: desmonte de morro, construção de enrocamento e de avenidas, obras de drenagem e arruamentos na área aterrada e na área resultante do desmonte. Esse projeto previa incentivos a quem os realizasse e tinha algumas contrapartidas do Estado: isenção de imposto territorial por quinze anos, isenção de imposto predial por sete anos, entre outros (AZEVEDO, 1999). E o outro projeto, da Danhe Conceição (1943), participante da Companhia União Territorial Fluminense S/A e posteriormente denominada Planejamento e Urbanização S/A – PLANURBS S/A, que previa o arruamento e o parcelamento da área aterrada e, inclusive, a elevação do gabarito⁴⁰. O loteamento resultante, denominado Jardim Fluminense, foi aprovado pela Prefeitura de Niterói em 29.08.1967, pelo processo n.º 869/67 (NITERÓI, 1996) e teve autorização da justiça para vender lotes localizados em áreas que ainda seriam aterradas. Azevedo (1999, p.75) assinala em sua pesquisa que, “esses projetos de ocupação e a alienação dos terrenos tramitavam sem que as obras do aterro se concretizassem, chegando em 1969, com duas prorrogações de prazo concedidas à concessionária e nem 19 % das áreas aterradas”. Nessa época a Prefeitura não permitiu mais a dilatação dos prazos e a empresa acionou o Estado do Rio e a Prefeitura de Niterói em busca de indenização.

³⁸ Em 1930, o arquiteto Atílio Corrêa de Lima, propiciou à Niterói um documento denominado *Avant Projet D'aménagement et D'extension de la Ville de Niterói* que, embora fosse acadêmico, era rico em conceitos e proposições que não tinham compromisso com sua viabilidade, mas apontava algumas idéias que seriam incorporadas posteriormente: implantar um sistema de transporte contínuo entre o Rio de Janeiro e Niterói – túnel ou ponte – no menor trecho entre as duas cidades (Calabouço no Rio, e Gragoatá em Niterói); indicação de novos aterros por nivelamento de quatro morros existentes na área central (futuro aterro da Praia Grande), entre outros; futura Av. Amaral Peixoto; túnel de Piratininga (AZEVEDO, 1999).

³⁹ Nesse momento, iniciou-se um outro período de investimentos urbanos e de maior aproximação com a iniciativa privada para construção civil e de obras públicas. A abertura da Avenida Amaral Peixoto e o aterro da Praia Grande foram as duas maiores obras.

⁴⁰ De acordo com o memorial e a planta do loteamento, estavam previstas quadras com quatro prédios de 12 pavimentos, um em cada face da quadra, e um prédio central de 21 andares (NITERÓI, 1996).

Foi nessa área – um trecho de mar sendo aterrado – que os estudos da Universidade datados de 1969 previam a instalação do seu campus. Todavia, através do Decreto Estadual n.º 15.453 de 25.11.1971 (RIO DE JANEIRO, 1971) a área foi desapropriada por utilidade pública⁴¹, e do Decreto Estadual n.º 15.454 (RIO DE JANEIRO, 1971a) de mesma data do anterior foi criado o Grupo Executivo de Urbanização da Nova Niterói para executar o plano de urbanização e remodelação da área do aterro. O Decreto Estadual n.º 15.751 de 30.08.1972 (RIO DE JANEIRO, 1972) delimitou parcialmente a área desapropriada pelo Decreto Estadual n.º 15.453 (RIO DE JANEIRO, 1971) à região do Morro e da Praia do Gragoatá. Em 1972, o Governador Raimundo Padilha assumiu o governo nomeado pelo Presidente Médici e tinha a intenção de transformar a orla de Niterói em um aterro equivalente ao existente no bairro do Flamengo no município do Rio de Janeiro, uma área estritamente de lazer. Esse aterro tinha como objetivo recompor essa parte da cidade que estava deteriorada urbanisticamente, acrescentando vários equipamentos urbanos. As obras de consolidação do aterro somavam aproximadamente 1.200.000 m² e foram executadas pela Companhia de Desenvolvimento e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro – DESURJ⁴² entre 1971 e 1974 (NITERÓI, 1996), quando foram interrompidas em março de 1975, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, quando Niterói deixou de ser capital do estado. O aterro foi construído da Ponta d’Areia até o Gragoatá e toda a área foi considerada *non aedificandi* pelo Decreto Municipal n.º 2.792, de 11.01.1977⁴³ (op. cit.).

Todos os instrumentos legais, citados anteriormente, relativos aos aspectos urbanísticos do local onde a UFF estava interessada em implantar o seu campus, fazem parte do discurso governamental. Esse discurso era identificado à uma posição de sujeito conservadora, no âmbito do poder legislativo nas três esferas de governo, e mostra que, embora ele estivesse imbuído de intenções modernizadoras, as questões relativas à preservação do meio ambiente ainda não estavam presentes e que não havia uma preocupação explícita em integrar a parte nova da cidade ao tecido urbano já consolidado. Por essa perspectiva, a modernização ocorreria apenas no aterro. Tanto é que o Código do Planejamento Urbano e de Obras do Município de Niterói foi promulgado pela Deliberação n.º 2.705 de 01.07.1970 (NITERÓI, 1970), sem fazer referência à área do Aterro Praia

⁴¹ A declaração de utilidade pública da área “resultou inócua porque o expropriante não se imitiu judicialmente em sua posse, não depositou o seu preço e não consumou a desapropriação, tendo resultado em novembro de 1976 a decadência expropriatória e a liberação da área” (NITERÓI, 1996).

⁴² Essa companhia foi criada pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Raimundo Padilha.

⁴³ Posteriormente modificado pelo Decreto Municipal n.º 3.705 de 30.04.1982 (NITERÓI, 1982a), o qual foi revogado parcialmente pelo Decreto Municipal n.º 4.271 de 16.10.1984 (NITERÓI, 1984), para que, de acordo como o artigo 1º, “em suas áreas, observados os requisitos da legislação própria, se concretize a construção do campus da Universidade Federal Fluminense”.

Grande. O Código tratava dos parâmetros arquitetônicos e urbanísticos, no qual estabeleceu um zoneamento para o município de Niterói dividido em três zonas: residencial (ZR), comercial (ZC) e industrial (ZI). A área próxima ao aterro onde se localizavam as unidades da UFF em São Domingos, no Ingá e no Centro estavam inseridas em ZRs e ZCs, conforme indicado na 'Planta de Zoneamento do Município de Niterói – 1970' (figura n.º 5) e na 'Planta de Localização das Unidades da UFF – 1970' (figura n.º 6).

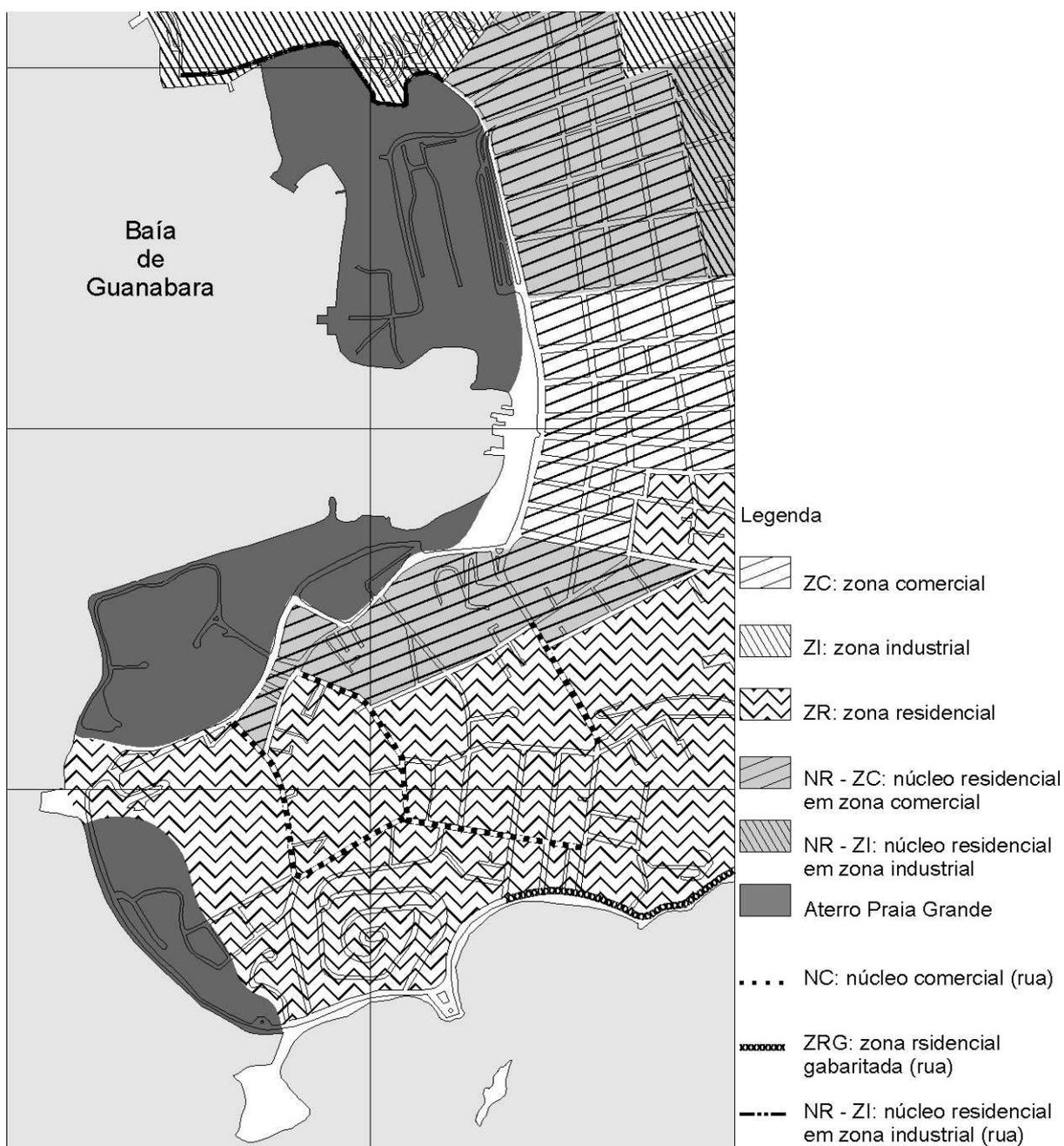
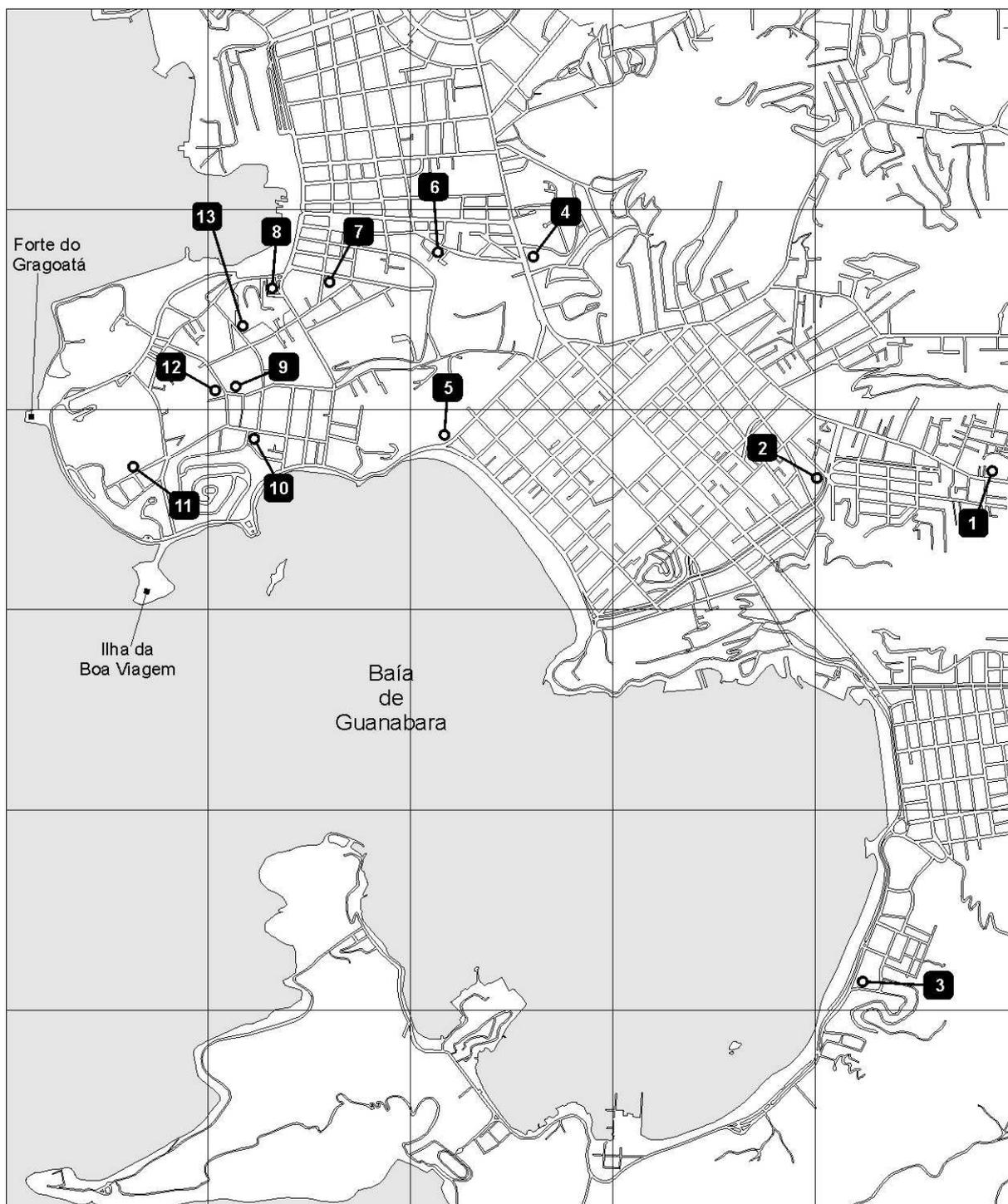


Figura n.º 5 – Planta de Zoneamento do Município de Niterói – 1970 (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; e Código de Planejamento e Obras do Município de Niterói (NITERÓI, 1970).



Legenda

- | | | |
|-----------------------------------|---|--|
| 1 - Faculdade de Farmácia | 6 - Faculdade de Educação | 10 - Faculdade de Direito |
| 2 - Faculdade de Veterinária | 7 - Instituto de Química | 11 - Escola de Engenharia e Arquitetura |
| 3 - Centro de recuperação do HUAP | 8 - Valonguinho | 12 - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia |
| 4 - HUAP | 9 - Faculdade de Administração e economia | 13 - Instituto Biomédico |
| 5 - Reitoria | | |

Figura n.º 6 – Planta de Localização das Unidades da UFF – 1970 (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977a,1977b,1977c, 1981d); e Vasconcellos e Mello (1985-1987).

O governo, no âmbito do poder legislativo (federal, estadual e municipal), considerando a sua visão de mundo não-crítica independente da sua vertente, promoveu a consolidação da ambigüidade existente nos instrumentos urbanísticos previstos para aquela região. De um lado, era uma legislação que poderia possibilitar a modernização da cidade de Niterói através da ocupação do aterro com um traçado e ocupação diferentes do tradicional, e por outro, permitia a manutenção da estrutura urbana original significando a permanência das condições arquitetônicas e urbanísticas do local. Esses dois modos estariam impressos territorialmente, lado a lado: o moderno e o tradicional. Além disso, a elaboração desses mecanismos legais também significou a materialização da prática do planejamento como um instrumento que opera através de uma racionalidade técnica, constituído de elementos que se propõem a controlar a ação dos diversos agentes envolvidos naquela região. O sentido que este discurso governamental passou a ter para os moradores vizinhos ao campus, isto é, para o sujeito discursivo de posição 'cidadão conservador', como veremos mais adiante, foi o de ser o elemento causador da desvalorização do seu imóvel, da degradação do seu bairro e, conseqüentemente, da sua insatisfação com o poder público, porque na prática as obras do aterro ficaram incompletas e os bairros perderam o acesso ao mar. Para os outros sujeitos discursivos não-críticos, o sentido do discurso do governo equivaleu a uma possibilidade de modernização para a cidade, a exemplo da vizinha Rio de Janeiro, e conseqüentemente um destaque para o município de Niterói.

De qualquer modo, a questão relacionada à localização do campus não teve uma solução imediata na Universidade. Em 1970, a firma denominada Planejamento e Assessoria Administrativa S/A – PLANASA foi contratada pela UFF para preparar o “Projeto de Implantação do Campus Universitário” com o objetivo de captar recursos para a construção do campus. Esse trabalho considerou três possibilidades de localização: aproveitamento das unidades existentes; implantação do campus nas áreas do Morro de São João Batista, Gragoatá e Praia Vermelha; e instalação do campus no município de São Gonçalo, em uma gleba na região (não urbana) de Ipiíba. Entre as três alternativas o estudo optou pela última.

Em 1974, foi criado o Escritório Técnico do Campus/ETC pela Norma de Serviço n.º 58/74 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981c) para viabilizar o projeto para o campus. Ainda no mesmo ano, o Conselho aprovou a mensagem n.º 61/74 que objetivava a “definição quanto a localização ideal do ‘campus’ universitário” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1974, p.3) e fazia referência aos dois trabalhos realizados anteriormente: o de 1969 elaborado pela Divisão de Obras que, entre as três opções apresentadas, adotava como prioridade a área urbana; e o de 1970 elaborado pela firma PLANASA que entre

outras três possibilidades deu preferência a uma área não urbana localizada em outro município. Além de analisar essas duas propostas, a mensagem encaminhada pelo reitor apresentou uma alternativa em substituição às duas anteriores: o “Estudo preliminar com vistas a uma definição sobre a política de instalação do campus da UFF” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1974)⁴⁴. Esse estudo pode ser considerado um dos primordiais exemplos de pronunciamentos do discurso arquitetônico e urbanístico preservacionista. Seu objetivo era oferecer subsídios “para uma política de ação com vistas à definição do partido (arquitetônico e urbanístico) a ser adotado na escolha da localização do Campus” (op.cit., p.1). O estudo propôs a adoção de um “plano de decisões seqüenciais” cujo ponto de partida seria a definição da localização do campus – urbano ou não –, para então aprofundar e detalhar um projeto. Foram apontadas duas opções:

a primeira alternativa [...] (era) a conservação da atual (daquele momento) situação, infiltrada no setor urbano da cidade. A Segunda alternativa ... (era) o abandono da atual (daquele momento) situação urbana e diversificada para procurar se situar numa área suburbana integrada, já que a integração numa só área urbana [...] (seria) impossível (op. cit., p.12).

Esse discurso arquitetônico e urbanístico trazia internalizado o discurso estatal preservacionista apregoadado pelo MEC e apontava alguns elementos que deveriam ser respeitados na instalação do campus da UFF. Nos aspectos urbanísticos considerava que a ordem e o controle precisavam ser mantidos:

À idéia de planejamento de qualquer organismo está implícita a da limitação do seu crescimento, para que não venha prejudicar seus objetivos fundamentais por um crescimento desregrado, ocasionando uma disfunção do próprio organismo (op. cit., p.13).

O limite, de acordo com o estudo, dizia respeito ao número máximo de alunos. Concretamente, cerca de 10 mil alunos por centro de administração executiva. Como a UFF, naquele momento, tinha mais de dezesseis mil alunos recomendava-se a incorporação de uma política descentralizadora independente da localização do campus. Isto significava que, mesmo que o campus fosse único ele teria que ser dividido em zonas, cada uma com sua estrutura administrativa subordinada à Reitoria. Nos aspectos arquitetônicos, a escolha da opção urbana conduziria para as soluções de edificações verticais, que, embora facilitassem o contato pessoal e reduzissem as distâncias percorridas, limitaria a possibilidade de expansão da área construída justamente por ser urbana. Já na alternativa suburbana, as construções seriam predominantemente horizontais, o que flexibilizaria as possibilidades de

⁴⁴ Este estudo constou da Ata CUV de 27 de novembro de 1974 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1974, p. 2-4).

expansão e adaptação a situações futuras. Esse é um ponto questionável porque mesmo um campus suburbano também teria limites e não poderia crescer indefinidamente. Também foram considerados aspectos relativos a transporte, infra-estrutura, possibilidades de integração com a comunidade. O estudo concluiu que em médio prazo a alternativa urbana se mostrava como a opção mais econômica e de execução mais rápida.

Assim, após discussão na sessão do Conselho Universitário do dia 27.11.1974 todos os conselheiros foram favoráveis à localização do campus em área urbana e autorizaram o então reitor, prof. Geraldo Sebastião Tavares Cardoso, a tomar as providências necessárias para a sua concretização através da decisão n.º 11/74⁴⁵. Como dessa reunião fizeram parte docentes e discentes, fica entendido e registrado que houve uma convergência entre os discursos dos conselheiros de posição 'docente conservador', dos representantes dos diretórios e dos técnicos de planejamento da UFF (ambos vinculados a idéias preservacionistas) no que se refere à localização do campus. Essa definição dos membros do CUV norteou os passos seguintes para o projeto e expressou a primazia dos aspectos econômicos em detrimento da possibilidade de se construir o campus em um terreno único, situação possível apenas em área suburbana em função da inexistência de um grande terreno vazio em área urbana que atendesse ao extenso programa de necessidades da Universidade. Não obstante, a opção pelo campus em área urbana poderia proporcionar condições para uma integração com a cidade, fato que será comentado mais adiante (item n.º 6.4).

A partir da opção por um campus urbano, o ETC elaborou o seu Plano Diretor⁴⁶ (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977b), o qual foi encaminhado ao Programa de Expansão e Melhoria das Instalações de Ensino Superior – PREMESU/MEC em 10.08.1978. Esse documento, marcado pela linguagem preservacionista, considerava que a Universidade, a partir do seu campus, asseguraria a

⁴⁵ Essa decisão foi publicada no Boletim de Serviço n.º 231 de 05.12.1974, seção III e consta da Ata da sessão do CUV do dia 27.11.1974 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1974).

⁴⁶ A idéia original de um plano diretor, segundo Rezende (1982), subentende um conhecimento completo do objeto estudado e uma implementação perfeita pelos órgãos públicos responsáveis, e visa alcançar a cidade ideal, em nosso caso o território universitário ideal. O plano tem por objetivo conhecer e ordenar a cidade, de um modo geral, e o território universitário em particular sem, contudo, resolver os problemas essenciais relacionados às dimensões sociais e econômicas. O plano é balizado pelo determinismo físico que se julga capaz de modificar o homem através da transformação do ambiente, como também capaz de organizar as relações sociais, inclusive de subverter a estrutura de classes. No caso da universidade, organizar toda a atividade acadêmica de forma racional e equilibrada. Porém, ainda segundo a referida autora (1995), a partir na Constituição de 1988, houve uma mudança com um distanciamento do plano diretor original, negando-se a exclusividade de seu caráter físico territorial. Embora tenha sido mantida a mesma denominação – plano diretor – conceitualmente existem diferenças. O plano diretor antes da Constituição estava atrelado ao ideário da modernidade e visava moldar as estruturas urbanas ao projeto idealizado. O plano diretor pós-constituição, embora dentro de um contexto de modernidade, já é fruto do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e incluiu no seu bojo, a participação popular, a valorização de projetos locais e a preocupação com as questões relativas ao meio ambiente. Segundo Rezende (1995), tais conteúdos resultam num produto formal diferente do anterior, embora as contradições reapareçam na fase de implementação (NOGUEIRA, 2001).

sua inserção “no processo evolutivo da cidade de Niterói” e que o seu plano diretor seria o início de um planejamento integrado com a comunidade (op. cit., p.1.1). Além disso, tornava menos rígida a idéia de que somente um campus implantado em um terreno único poderia viabilizar a estrutura física necessária ao funcionamento da universidade. Segundo o documento⁴⁷,

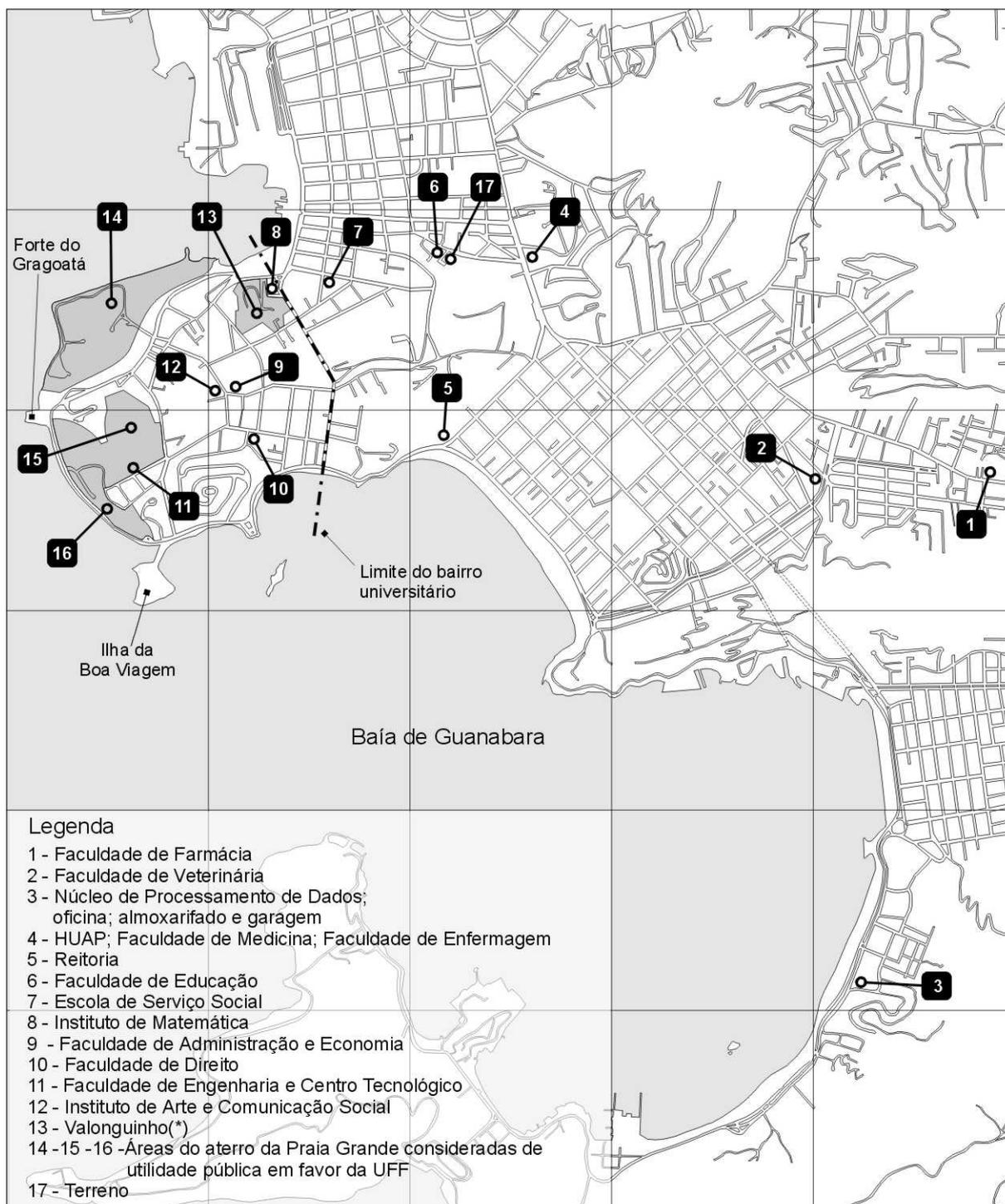
o que se pretende com um ‘campus’ é propiciar um meio para uma integração total do Sistema Universitário, dotando-o de recursos físicos capazes de permitirem o pleno desenvolvimento de suas atividades, e essa integração pretendida é que quando espelhada fisicamente, apresenta como solução imediata, uma única área, cujos limites são freqüentemente bem definidos. Entretanto sabe-se que não basta colocar-se toda a Universidade num único terreno para conseguir um campus; assim sendo, deve-se considerar apenas a integração dos diversos componentes do sistema universitário como sendo o principal objetivo a ser alcançado com a construção do campus. A essa integração acadêmica do Sistema Universitário soma-se a sua integração físico-social com a cidade de Niterói, a qual acabará por delimitar o que poderá ser um ‘Bairro Universitário’, abrangendo toda a malha urbana contida entre os diversos terrenos da UFF e suas adjacências, e cuja formação deverá contribuir decisivamente na revitalização e desenvolvimento dessa área (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977b, p. 1.1).

Para os técnicos de planejamento da UFF a idéia de um campus foi expandida para a idéia de um bairro universitário⁴⁸, porque o campus significava, além da integração institucional da universidade, a integração da UFF na cidade. Naquele momento, a localização das unidades da UFF era dispersa pelo município de Niterói⁴⁹, com a única concentração presente no Outeiro de São João Batista (Valonguinho), como pode ser observado na ‘Planta de Localização das Unidades da UFF – 1977’ (figura n.º 7) seguinte:

⁴⁷ A UFF contava em seu quadro administrativo com 1.906 professores, aproximadamente 16.500 alunos matriculados em 24 cursos de graduação e 922 em 15 cursos de pós-graduação, perfazendo um total populacional de 19.328, entre docentes e discentes. A estrutura administrativa era constituída por órgãos da administração superior, órgãos auxiliares, órgãos suplementares e órgãos da área de ensino, sendo estes compostos por quatro Centros (Centro de Estudos Gerais – CEG; Centro de Estudos Sociais Aplicados – CES; Centro Tecnológico – CT e Centro de Ciências Médicas – CCM) (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977b, p. 2.1).

⁴⁸ A delimitação do que seria o bairro universitário consta na figura n.º 7.

⁴⁹ Havia unidades da UFF também espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro: a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica em Volta Redonda, o departamento de Serviço Social em Campos, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha em Pinheiral, o Colégio Técnico-agrícola Ildelfonso Bastos Borges, em Bom Jesus do Itabapoana, e o Núcleo Experimental de Iguaba (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977b, p. 2.5).



(*): Instituto Biomédico, Instituto de Química, DCE, Biblioteca do CEG, Fac. Odontologia, Inst. Geociências, Inst. de Física, Inst. Ciências Humanas e Filosofia.

Figura n.º 7 – Planta de Localização das Unidades da UFF – 1977 (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977b, figura n.º1).

O campus da UFF, de acordo com o seu Plano Diretor, seria implantado em diversos terrenos, próximos uns dos outros, na região onde já havia prédios da UFF – o Valonguinho (Instituto de Matemática e algumas unidades da Medicina) e a Praia Vermelha

(Faculdade de Engenharia) - e a utilização de parte do aterro da Praia Grande, que faria a ligação com as outras duas áreas (figura n.º 7). Porém, cerca de 70% dos terrenos ainda estavam em processo de desapropriação pelo Governo Federal (parte dos aterros do Gragoatá e da Boa Viagem).

Portanto, com a definição das áreas mantiveram-se as idéias da integração com a cidade e a do bairro universitário, cuja delimitação está indicada na figura n.º 7, mesmo que a legislação urbanística não indicasse essa intenção, porque de acordo com os técnicos de planejamento da UFF,

não se pode, assim, pensar um projeto estanque para o Campus, que se aproprie dessa área sem franqueá-la aos demais membros da comunidade. Não se pode evocar imagens distantes de Campi fechados, quando se está inserido no contexto urbano repleto de potencialidades, como o que se configura. [...] Cabe, portanto à UFF continuar a abrir-se ao convívio com a comunidade, certa de que este procedimento planejado desde o seu início, à medida em que for efetivado através de uma ocupação física, resultará numa estrutura urbana equilibrada constituindo na sua conclusão, não um campus, mas num 'Bairro Universitário (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977b, p. 3.2; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1980, p.77).

Então, para a implantação do Bairro Universitário o Plano Diretor apresentou várias recomendações e diretrizes de caráter geral para orientar os futuros projetos: do sistema viário, de infra-estrutura, de urbanismo. Quanto a este último item o Plano Diretor propunha que fossem realizados estudos conjuntos com a Prefeitura Municipal de Niterói – PMN para:

prover a área de legislação urbana que possibilitasse sua transformação adequada a abrigar as atividades básicas de ensino, pesquisa, moradia e atividades culturais;

definir políticas de preservação do patrimônio histórico, artístico e paisagístico da área;

criar políticas de incentivos às atividades complementares à vida universitária, e de estímulo àquelas incompatíveis;

plano de uso do solo, com definição, ordenação e intensidade de uso, definindo os modelos de assentamento adequados (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977b, p.4.4 -4.5).

O Plano previu um zoneamento para o campus organizado em função das suas atividades, isto é, zonas de: ensino; administração central; esporte; cultura e lazer; apoio; e reserva, para abrigar as futuras expansões da Universidade, principalmente as atividades de pesquisa. Algumas zonas foram divididas em setores em função das suas características físicas específicas das áreas (tamanho, topografia, vias de acesso, etc) e do aproveitamento das instalações existentes.

Em continuidade ao Plano Diretor foi desenvolvido o “Plano para Implantação Definitiva do Campus” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977c) também encaminhado ao PREMESU em 10/08/1978. Desse documento fizeram parte considerações sobre a expansão do alunado; a conversão do número de alunos inscritos em ‘alunos equivalentes’⁵⁰ e, conseqüentemente, a definição da população estimada para o projeto – 20.000 alunos –; o cálculo do alunado equivalente por departamento, análise da ocupação do terreno, um orçamento estimativo⁵¹ e uma listagem dos imóveis que apresentavam condições de alienação ao término das obras⁵². Após a demarcação do zoneamento, da setorização e da população, o passo seguinte foi a determinação da área a ser construída. Foram realizados “estudos das necessidades de área física para os espaços de ensino e administrativo a partir do dimensionamento dos ‘postos de trabalho’ de acordo com o mobiliário adequado” (op. cit., p.2.0). Esses estudos definiram as áreas necessárias para ensino expositivo e administração; laboratórios; vestiários; restaurantes; cantinas; bibliotecas; centro de vivência, núcleo de documentação; núcleo de processamento de dados; reitoria; centro de convenções; núcleo audio-visual; galpões; estacionamentos; jardins.

Com a apresentação desses trabalhos e a presença contínua da UFF no PREMESU a Universidade conseguiu ser incluída no “Programa de Desenvolvimento da Universidade” que o MEC elaborou para solicitar ao Ministério do Planejamento recursos financeiros para a conclusão dos campi de 21 universidades, como consta no parecer emitido pela Comissão Especial constituída para analisar o anteprojeto do campus universitário (Resolução n.º 93/81, In: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981b). Os estudos para a elaboração do projeto do campus seguiram adiante bem como as ações para a aquisição da área onde ele seria implantado e para a obtenção de recursos financeiros necessários para a sua construção.

⁵⁰ O Plano define aluno equivalente (Aeq) como “aquele que desenvolve o curso na velocidade máxima, ou seja, na duração mínima possibilitada pelos planos de curso da Universidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977c, p.1.0). Esse índice é utilizado para calcular a população do alunado a ser utilizado no projeto do campus. No caso da UFF, a previsão da taxa de crescimento dos alunos inscritos em 1975 indicava que a população seria de 23.000 alunos em 1985. Como a média dos alunos fazia o curso numa duração 15% maior que a duração mínima permitida, reduziu-se o número total de 23.000 alunos pra 20.000 alunos equivalentes de tempo integral. Assim, como o terreno para a construção do campus que estava sendo cogitado na península de São Domingos tinha área de 502.123 m², resultou numa alta densidade demográfica – 27 m²/aluno equivalente – se comparado com outras universidades. “Foi considerado somente a população estudantil permanente na península (18.360 Aeq), isto é, não incluída a parte profissional do alunado de graduação e pós-graduação dos cursos de medicina, enfermagem e veterinária, que tem atividades previstas fora da mesma” (op. cit., p.1.2). Assim, o número de 20.000 alunos foi considerado como um limite de saturação do alunado, e esse valor foi então adotado como um dado básico para o projeto.

⁵¹ Custo previsto, valores de 1978, CR\$3.824.711,00 (op. cit., p. 3.24).

⁵² Serviço Social, Faculdade de Educação, Terreno do Colégio Universitário, reitoria, farmácia – lura, Divisão de Orientação Alimentar – DOA, Núcleo experimental agro-pecuária (Iguaba), almoxarifado e núcleo de documentação (op. cit., p. 3.25).

A Universidade juntamente com o governo do Estado do Rio de Janeiro – através da DESURJ, companhia estadual responsável pelo Projeto Praia Grande – e a Prefeitura Municipal de Niterói se articularam para transferir para a universidade parte da área aterrada no Gragoatá e na Praia Vermelha. E, em relação ao fator financeiro, em várias reuniões do CUV foram solicitadas “abertura de crédito suplementar para a implantação do campus universitário” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1975; 1976; 1977). Sobre a reunião do dia 26.05.1976, há o seguinte registro:

o Sr. Presidente após ler a mensagem n.º 53/76, que encaminhou o assunto ao Conselho, fez uma explanação do projeto de construção do ‘campus’, dizendo que os entendimentos para a cessão pelo Estado, da área do aterro, situado no bairro de São Domingos, se acham bastante adiantados, continuando o Sr. Presidente disse que os recursos oriundos do crédito a ser aberto serão utilizados num ‘Plano de Emergência, visando a execução de diversas obras. [...] o Sr. Presidente destacou que todas essas obras fazem parte do projeto definitivo do ‘campus’, e disse ainda, que tais recursos serão utilizados na elaboração de projetos relacionados com a implantação do ‘campus’ no aterro (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1976).

O encaminhamento de pedido de abertura de crédito foi, então, aprovado pelo CUV por unanimidade e, a seguir, a decisão foi materializada na resolução n.º 51/76 (op. cit.). Todavia, a busca por recursos financeiros sempre foi uma dificuldade para as universidades federais, ainda mais tendo em conta que naquele momento a tendência que já se anunciava era a valorização das universidades particulares, como pode ser visto pela citação de pronunciamento do MEC, endossada pelo jornal O Fluminense⁵³:

a importância da rede particular de ensino superior, responsável por mais de 60% dos alunos de nível universitário no país, voltou a ser enfatizada ontem pelo ministro Nei Braga, ao anunciar que 106 instituições particulares foram beneficiadas pelo MEC com a concessão de recursos no valor de CR\$ 2,1 bilhões. Segundo Nei Braga, o MEC está apoiando prioritariamente o desenvolvimento das universidades privadas, seguidas pelas isoladas. [...] para a construção dos campi universitários e prédios escolares [...] das áreas de medicina e engenharia, consideradas as mais dispendiosas, para não pulverizar os recursos financeiros e conseguir maior eficiência (MEC, 1977, p.1).

Todavia, embora os investimentos federais na época priorizassem universidades privadas (confessionais), a UFF recebeu os dois trechos descontínuos na área do aterro próximo ao centro de Niterói e ao bairro de São Domingos – aterros da Praia Vermelha e Gragoatá – que estavam sendo pleiteados para a construção do campus, através do Decreto Federal n.º 80.693/1977 (BRASIL, 1977) que declarou a área:

⁵³ Quem fala é o ministro. O jornal é o meio de divulgação desse discurso estatal conservador. Mas, ao mesmo tempo, manifesta seu caráter também conservador, ao endossar sem crítica a fala do ministro.

de utilidade pública, para fins de desapropriação, o domínio útil de áreas dos terrenos situados no Município de Niterói – Estado do Rio de Janeiro, necessárias à instalação do campus da Universidade Federal Fluminense.

Porém, embora a área do aterro tenha sido declarada de utilidade pública no citado decreto federal, o ato de declaração não significou ainda a efetiva desapropriação, que só se realizará plenamente com o pagamento ao proprietário e a conseqüente assunção da propriedade. Além disso, a sua posse e ocupação não foram imediatas porque, como já relatado, havia um Decreto Municipal – n.º 2.792, de 11.01.1977 (NITERÓI, 1996) – que considerava a área *non aedificandi*. No entanto, de acordo com o pronunciamento do, então, secretário de obras e urbanismo da Prefeitura Municipal de Niterói, engenheiro Mário de Abreu, o decreto

se tornará sem efeito tão logo a UFF dê início à instalação do seu campus. [...] A prefeitura vai aguardar os próximos passos da UFF. Como sabemos, a Universidade está ultimando os estudos para aproveitamento da área. Logo que ela o inicie, o decreto que considerara a área *non aedificandi* estará anulado (UFF, 1977, p.3).

Ainda, segundo o secretário, havia uma recomendação do governador Faria Lima para a anulação do decreto em questão (UFF, 1977, p.3).

Para os sujeitos discursivos de posição ‘docente conservador’, o decreto mencionado foi criado “para evitar a corrida imobiliária, que tornaria o aterro da Praia Vermelha em algo parecido com a avenida Atlântica, no Rio, não sendo o mesmo válido para a UFF, que não [...] (pretendia) construir ali edificações superiores à altura de 3 andares” (UFF, 1977, p.3). De qualquer modo, as obras do campus que vieram acontecer só se regularizaram perante o Município posteriormente, ainda que de forma parcial, com a revogação do referido decreto municipal em 1984⁵⁴ (NOGUEIRA, 2001).

Após a publicação do Decreto Federal n.º 80.693/1977 (BRASIL, 1977), os aspectos preponderantes do discurso governamental – economia, eficiência, racionalidade, padronização, integração – continuaram predominando nos pronunciamentos que se seguiram, inclusive nos discurso dos docentes de posição conservadora. Em 11 de novembro de 1977 o jornal O Fluminense divulgou:

Para a construção do campus da Universidade Federal Fluminense, o Presidente Geisel desapropriou ontem extensa área do aterro da Praia Grande, [...]. O Decreto n.º 80.693 será publicado no diário oficial da União de hoje. A reitoria reivindicava a área desde o início das obras do aterro. O projeto da construção do campus está pronto há mais de um ano, prevendo

⁵⁴ Cf. nota n.º 43 deste capítulo.

a construção de prédios baixos numa área de 51 mil metros quadrados. O campus será integrado à cidade (GEISEL, 1977, p.1).

A área, no aterro Praia Grande, está localizada entre o Valonguinho e a Praia Vermelha e deverá ser dividida em três áreas – biomédica, humana e tecnológica. [...] O campus terá uma capacidade para 20 mil alunos nos cursos de graduação e de 3 mil nos de pós-graduação. [...] A construção, segundo um projeto elaborado por uma equipe especializada dirigida pelo professor Isar Trajano da Costa e integrada por universitários, terá a duração de cinco anos e, somente em 1980 estaria concluída. O Escritório Técnico do Campus foi criado pela Universidade Federal Fluminense para essa finalidade. [...] a maior preocupação dos técnicos, foi manter uma linha arquitetônica (nos projetos) harmônica. Por isso que as áreas de lazer do campus ficarão num plano mais voltado para a comunidade, à qual poderá utilizá-los para a sua recreação. [...] As quadras de esportes deverão ser utilizadas pela população no horário livre (BRASÍLIA, 1977, p.6).

A evasão de recursos em decorrência da fusão, com todas as fontes e corredores dirigidos para o Rio de Janeiro, face a decadência de Niterói de capital para cidade interiorana, constou no relatório enviado ao presidente do Programa de Expansão e Melhoria das Instalações de Ensino Superior e, enfatizava: somente transformando Niterói num setor cultural, seria possível reconquistar o movimento de antes, inclusive comercial. Um fator primordial para a sua transformação em palco cultural é a sua tradicional característica de cidade residencial (op. cit., p.6).

As construções planejadas pela equipe do Escritório Técnico do Campus deverão obedecer a um sistema modular, no lugar do convencional sem padronização, dentro de um método racional e inteligente, objetivando uma economia de tempo e dinheiro (op. cit., p.6).

O campus da UFF seria construído de forma planejada, racional, eficiente e estaria integrado à cidade, como um 'campus modernista', independente de não ocupar uma única área. E, além de efetivar a modernização da universidade para atender aos objetivos do governo federal, possibilitaria ao município de Niterói o resgate da sua condição econômica perdida em decorrência da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, como indica o pronunciamento do reitor prof. Geraldo Cardoso – um representante da posição de sujeito 'docente conservador' –, a seguir:

Felizmente, como entendemos que a universidade deve estar sempre integrada ao povo, o ministro Nei Braga, o presidente Ernesto Geisel e o governador Faria Lima, atenderam aos nossos apelos e o campus será mesmo no centro da cidade mesmo porque cerca de 50% dos professores e alunos do da UFF moram no Rio. Então, a solução mais fácil e econômica seria mesmo aqui, ao longo da orla marítima (URBANISMO, 1977, p.3).

nossas praças de esportes serão abertas ao povo; haverá, entre duas áreas de ensino, bibliotecas e verdadeiros centros de convivência entre alunos, professores e populares (op. cit., p.3).

com a fusão, se a UFF saísse de Niterói, a cidade perderia, além de sua condição de capital, um grande centro de cultura (op. cit., p.3).

Desse modo, para o reitor, o sentido que o campus da UFF adquiriu foi, além da concretização da universidade para a modernização conservadora, o de ser a salvação para o município de Niterói. Já os moradores da região onde o campus seria implantado – identificados como assentados na posição de sujeito ‘cidadão conservador’ –, consideraram que o sentido da construção do campus era mais do que a recuperação econômica da cidade, mas também a recuperação de sua auto-estima e a requalificação do bairro, como podemos observar nos depoimentos seguintes:

Criação do ‘campus’ da UFF no Gragoatá agrada moradores (URBANISMO, 1977, p.3).

‘Se o presidente Geisel de fato assinou esse decreto, provou mais uma vez que é um homem maravilhoso’. A opinião é de dona Margareth Tolbe Sholl, moradora há 60 anos no Gragoatá, sobre o decreto presidencial que desapropriou, anteontem, em favor da Universidade Federal Fluminense, o aterro da orla marítima de Niterói (área do projeto praia grande), para construção do campus da UFF. ‘Para vocês terem uma idéia, explicou dona Margareth, considero o Gragoatá o lugar mais bonito do mundo e acho incrível que a prefeitura continue a jogar lixo aqui. Será possível que não basta o que um governo anterior fez, entulhando de pedras um lugar tão lindo assim? [...] Com a paralisação da construção do projeto Praia Grande, as terras aqui ficaram muito desvalorizadas, principalmente por causa da quantidade de ratos que se escondem entre as verdadeiras montanhas de pedras deixadas ao longo do litoral’. [...] Temos muita sorte, mesmo porque o pessoal da II Brigada de Infantaria impede a presença de marginais. Agora, então, com a Universidade Federal Fluminense creio até que o pessoal de Icaraí vai ficar com inveja de quem mora aqui (op. cit.).

‘A presença de estudantes é sempre saudável, porque dou um crédito de confiança muito grande à juventude’ (Mário Antônio Moreira) de 78 anos de idade e morador desde 1918 do Gragoatá. Mário Moreira também considera de vital importância para a recuperação do Gragoatá o decreto de Geisel: ‘é só dar uma olhada nas fotografias que a imprensa publicou e ainda publica do nosso bairro para se ter idéia do estado de abandono a que o Gragoatá foi relegado. Não bastasse o fato das pedras que jogaram aqui, acresce que a prefeitura continua a despejar lixo no aterro inacabado. Com um campus universitário, creio e acho lógico, a coisa vai melhorar muito’ (op. cit.).

Com a publicação desses depoimentos o jornal O Fluminense se confraternizou com os moradores da cidade, porque o sentido que o discurso desses vizinhos do campus adquiriu para ele foi o de sintonia de idéias, na medida em que, para ambos, o espaço universitário era o de instrumento de valorização de Niterói, como indica a seguinte matéria:

Seus dirigentes não desconhecem o bem que estarão fazendo à cidade. Pelo lado urbanístico embelezando-a e ampliando suas possibilidades em termos de cultura, e pelos reflexos sobre o bem estar do povo de seu grandioso projeto, no qual estão previstas áreas verdes e locais pra esporte e outros tipos de recreação. O niteroiense tem motivo de sobra para externar sua alegria pela utilização a ser dada a um dos pontos mais importantes da sala de visitas de sua cidade (FALHAS, 1977, p.4).

De maneira geral, nos discursos interpretados havia um ponto em comum: todos eram favoráveis à construção do campus. Para os diretórios da UFF, embora não se manifestassem explicitamente sobre o espaço edificado, no pronunciamento do seu representante apresentado no início desse item, essa idéia subentende-se na medida em que, para ele, a universidade estaria integrada à região onde se localizava. Para os docentes⁵⁵, para o jornal O Fluminense e para os moradores vizinhos ao campus, todos conservadores, o fato do campus ser disposto em três áreas não teve relevância. Esse aspecto foi levantado pelos técnicos de planejamento da UFF, pois poderia significar certa dificuldade da integração institucional, mas isso não foi questionado, até porque as três áreas são próximas umas das outras. Para os demais sujeitos discursivos não-críticos, então, o campus impregnado pelos valores hegemônicos propalados pelo governo federal – eficiência, flexibilidade, funcionalidade, economia, planejamento, integração, racionalidade, expansão, autonomia – promoveria a integração institucional e a reintegração territorial, econômica e afetiva de Niterói. De mais a mais, o sentido que cada discurso passou a ter para os outros sujeitos discursivos foi o de afinidade, reforço e reafirmação para o seu próprio sentido para o campus: a concretização da universidade para a modernização (conservadora) territorialmente localizada na cidade de Niterói.

Pelo apresentado pode-se concluir que o discurso que se impôs no dialogismo relativo ao processo de elaboração do projeto do campus da UFF foi o discurso do governo federal (MEC), porque no âmbito interno da universidade onde o projeto foi elaborado e aprovado, tanto o discurso dos docentes vinculados a uma posição conservadora, quanto o dos representantes dos diretórios e dos técnicos de planejamento da UFF, representantes de posição de sujeito de caráter preservacionista, estavam impregnados pelos seus valores. Assim como nos discursos, marcadamente conservadores, dos moradores vizinhos ao campus e do jornal O Fluminense.

Enquanto a possibilidade de construção do campus era um tema discutido fora da universidade, e aí gerava expectativas positivas, internamente os técnicos do ETC trabalhavam para concluir os estudos, independente dos sentidos que o campus poderia ter para outros Sujeitos Discursivos. Importante registrar que durante o processo de elaboração do projeto a equipe promoveu internamente discussões teóricas e pesquisas sobre campus universitário, realizou viagens para conhecer outras universidades públicas brasileiras e colheu informações fornecidas pelos diretores e pelos especialistas ou representantes de cada setor da Universidade, inclusive do corpo discente. Posteriormente, os estudos foram encaminhados aos

⁵⁵ Somente em 1978, um outro sujeito discursivo, de posição crítica, pode entrar em cena dentro do meio universitário fluminense, aquele representado pela entidade de classe docente, quando a Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF) foi fundada (Disponível em: <<http://www.aduff.org.br/entidade/index.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2007). Entretanto o projeto do campus já estava pronto, portanto essa entidade não participou do processo de elaboração do projeto do campus da UFF.

diretores ou representantes de todas as unidades, para ciência, aprovações, críticas e sugestões, ainda que somente os projetos relativos à sua área específica de atuação.

Em setembro de 1980, o MEC concluiu o “MEC-BID III: Estudo Preliminar” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980), documento base para a obtenção de recursos financeiros junto ao BID cuja finalidade era a implantação de campi. Esse estudo foi realizado pelo MEC em conjunto com nove Universidades Federais: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Fluminense, Goiás, Juiz de Fora, Maranhão e Mato Grosso. A ênfase desse documento era que a Universidade brasileira atuasse em regiões pouco desenvolvidas, porque as IFES eram consideradas pelo discurso do governo federal como elementos propulsores do desenvolvimento e assim poderiam contribuir para minorar a pobreza nessas regiões. Das universidades selecionadas, a UFF e a UFJF estariam em condições de “funcionar como fatores de descentralização do processo de desenvolvimento da região sudeste” (op. cit., p. 137) ⁵⁶. O documento parte da análise das condições do ensino superior naquele momento e verifica que o:

aumento do número de vagas no ensino superior nos últimos 20 anos foi bastante expressivo. Observa-se, entretanto que a participação das entidades federais na oferta total de vagas tem diminuído. Hoje [1980], cerca de 60 % dos estudantes universitários pagam por seus estudos (op. cit., p. 056).

Este trecho do documento mostra ainda a heteroglosia do discurso estatal neste momento específico. Se antes, como destacado, aparecia a tendência de priorização das universidades privadas, numa perspectiva defendida por este tipo de instituição, aqui indica o inverso. Em função do agora constatado como desvio, o estudo propõe

oferecer às IFES o suporte físico e acadêmico suficientes⁵⁷ para que possam fazer frente às metas de regionalização e identificação com a comunidade onde atua e, em última análise, melhorar substancialmente a qualidade do ensino (op. cit., p. 057).

No que se seguiu, em novembro de 1980, a UFF elaborou o documento ‘Projeto PREMESU/BID: considerações a respeito da construção do campus da UFF’ (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1980) com a finalidade de obter recursos financeiros para a construção do campus. No documento, a UFF foi posicionada dentro de um perfil geo-

⁵⁶ Além desse aspecto, a UFF também conseguiu ser incluída porque estava em permanente contato com o MEC, e os seus estudos e projetos relativos ao campus estavam quase concluídos. Fazia parte do acordo de contrapartida da Universidade: a venda dos prédios fora do campus após a transferência das unidades para os prédios construídos. Até a presente data nenhuma edificação foi vendida, apesar de várias unidades terem sido construídas e transferidas para o campus.

⁵⁷ O suporte físico se refere à construção do campus, para possibilitar a plena realização da atividade acadêmica; e o suporte acadêmico diz respeito às atividades complementares à construção do campus: compra de equipamentos, treinamento dos técnicos da universidade, cursos para aperfeiçoamento dos docentes.

educacional do Estado do Rio de Janeiro. Na análise, em Niterói localizava-se o segundo aglomerado universitário do Estado, principalmente pela presença da UFF que tinha sido criada em 1960 com 30 cursos de graduação. Até aquela época, os cursos de graduação instalados no Estado do Rio de Janeiro localizavam-se predominantemente nas áreas centrais das cidades. Entretanto, com a formação dos novos campi – UFRJ na ilha do Fundão, UERJ no Maracanã, PUC na Gávea (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1980, p.46) – e a proliferação dos estabelecimentos isolados ocorreu uma descentralização e a desconcentração das instituições localizadas em área central, com exceção da UFF. Além disso, o estudo destaca que

no elenco das universidades federais, a UFF em número de alunos, [...] (ocupava) o segundo lugar, enquanto que em área de construção para ensino e pesquisa [...] (estava) situada em décimo quarto lugar, imediatamente após a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a décima terceira em corpo discente (op. cit., p. 60).

O documento também destacava a vocação interiorana da UFF que desenvolvia atividades de ensino e/ou extensão em vários locais do Estado e do País, por exemplo: Bom Jesus do Itabapoana, Iguaba, Campos, Volta Redonda, Pirai, Óbidos/PA, Oriximiná/PA. Ao final, o estudo apontava os obstáculos ao desempenho das funções da Universidade: área física, equipamentos, treinamento pessoal e recursos financeiros. No que se refere ao primeiro item, pondera que

a UFF, para atingir às suas finalidades, [...] (enfrentava), desde a sua criação, dificuldades significativas no que tange à sua área física, tendo em vista que a dispersão de seus edifícios [...] (era) considerado entrave ao seu funcionamento. [...] (Agravava-se) tal aspecto na medida em que [...] (era) identificada a inadequação funcional de grande parte de seus prédios e, ainda, o fato de que a maioria deles não comportaria ampliações (op. cit., p. 75).

a construção do campus será a solução definitiva (op. cit., p. 76).

Assim, para os técnicos de planejamento da UFF o sentido do campus também passou ser o de solucionar os problemas relativos ao espaço físico da Universidade considerado, até então, inadequado ao seu pleno funcionamento. Diante desses sentidos identificados no processo de elaboração do projeto do campus da UFF o que se conclui é que ocorreu, então, a absorção e a reafirmação do significado do signo ‘campus modernista’. Portanto, o sentido dominante nas ações continuadas que envolveram o ato de projetar o campus da UFF foi efetivar a universidade para a modernização conservadora.

Por fim, somente em fevereiro de 1981 iniciou-se no Conselho Universitário a discussão do documento que consolidou o processo: o “Anteprojeto do Campus” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d; 1981e). O CUV constituiu uma Comissão

Especial⁵⁸ para emitir parecer sobre o anteprojeto elaborado pelo ETC e encaminhá-lo ao Conselho para avaliação e pronunciamento. Apenas em 26.08.1981 o relatório que avaliou o documento foi aprovado pelo Conselho Universitário, através da resolução n.º 93/81, sem discussão registrada nas atas do CUV⁵⁹. O Anteprojeto do Campus, denominado informalmente pela comunidade da UFF como o “plano diretor” do campus porque concentra as informações e diretrizes para a sua consolidação, é o instrumento de planejamento urbanístico e arquitetônico que ainda está em vigor e é objeto de interpretação do próximo item. Em 1981/1982 o Anteprojeto foi aprovado pelo Centro de Desenvolvimento e Apoio à Educação – CEDATE/MEC e a Universidade conseguiu os benefícios financeiros para a execução das obras do campus, provenientes do acordo de cooperação firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID – o Programa MEC-BID III – assinado em 23 de março de 1983 (BRASIL, 1983).

6.4 – O PROJETO DO CAMPUS DA UFF: SIGNIFICADO E SENTIDOS

Interpretado o dialogismo do processo de elaboração do projeto do campus da UFF, podemos ainda acrescentar duas dimensões discursivas relativas ao território da Universidade: uma referente ao efetivo projeto das formas de territorialização do espaço universitário e outra concernente à forma arquitetônica e urbanística realmente posta no

⁵⁸ Compunham a comissão os professores: Isar Trajano da Costa (presidente), Nadir Coelho, Austa Gurgel e José Raimundo Martins Romeo – portarias NS CUV 03 e 07, de 25.03.1981 e 29.06.1981 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d; 1981e).

⁵⁹ O Anteprojeto do campus foi aprovado pela UFF em agosto de 1981. Em 29.04.1982, a Prefeitura aprovou o Decreto n.º 3.701 (NITERÓI, 1982) onde delimitou uma Zona Residencial Gabaritada que incluiu parte da área onde seria implantado o Campus da Praia Vermelha. No art. 2º, o referido decreto restringiu o gabarito dos prédios a 6 metros de altura numa faixa de 100 metros ao longo do litoral, contados a partir do eixo da Av. Litorânea. Em seguida, como mencionado na nota n.º 33, foi publicado o Decreto Municipal n.º a em 30.04.1982 (NITERÓI, 1982a), que considerava a área do aterro *non aedificandi*. Este decreto foi revogado parcialmente pelo Decreto Municipal n.º 4.271 de 16.10.1984 (op. cit, 1984), para que, de acordo como o artigo 1º, “em suas áreas, observados os requisitos da legislação própria, se concretize a construção do campus da Universidade Federal Fluminense”. Entretanto, a Lei do Uso do Solo – Lei n.º 659 de 28.08.1987 (NITERÓI, 1984) – manteve a Zona especial Gabaritada (art. 60) e também as restrições do art. 70 do Decreto n.º 3.701/82 (NITERÓI, 1982), no que se refere ao entorno da Ilha da Boa Viagem (faixa de 100 m de largura, com gabarito de 6 m de altura). Em seu art. 94, “considera-se Zona de Preservação (ZPU-10) a área do aterro Praia Grande, fronteira aos bairros de São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem de propriedade da Universidade Federal Fluminense. Parágrafo único – O gabarito máximo permitido será de 05 (cinco) pavimentos”. No que se seguiu, novos instrumentos urbanísticos foram promulgados: o Plano Diretor de Niterói – Lei n.º 1157 de 29.12.1992 que foi alterado pela Lei n.º 1.594/97 – (NITERÓI, 1992); a Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei n.º 1.470 de 11.12.1995 (NITERÓI, 1995) – que foi alterada pelas Leis n.º 1.563/96 e 1.594/97; o Plano Urbanístico das Praias da Baía – PUR, Lei n.º 1.483/95 de 27.12.1995 (NITERÓI, 1995a) revogada pelo Plano Urbanístico Regional das Praias da Baía – PUR, Lei n.º 1.967 de 04.04.2002 (NITERÓI, 2002). Nesta última lei foi definida a “Área de Especial Interesse Urbanístico do Campus da UFF”, e em seu art. 142 estabeleceu: “A Área de Especial Interesse Urbanístico do Campus da UFF – Universidade Federal Fluminense – seguirá os parâmetros do respectivo Plano Diretor”. E também, Lei n.º 1.604 de 30.10.1997 (NITERÓI, 1997) que instituiu o caminho Niemeyer; e a Lei n.º 2.411 de 26.12.2006 (NITERÓI, 2006) que regulamentou a Área de Especial Interesse Urbanístico do Caminho Niemeyer.

mundo, isto é, quando deixa de ser projeto e é edificada ou implantada. Neste trabalho vou privilegiar a etapa do projeto com algumas observações relacionadas ao dialogismo que envolve as formas construídas porque, além do campus não ter sido implantado na sua totalidade, uma interpretação completa das formas que foram edificadas implicaria numa avaliação pós-ocupacional com os sujeitos usuários do campus, o que transcenderia as possibilidades de realização da tese. Os efeitos provocados pela implantação do campus, ainda que parcialmente construído, foram estudados à época da minha dissertação de mestrado⁶⁰ quando analisei a inter-relação do campus com os bairros onde estão inseridos, bem como a sua relação com o meio ambiente, e também, os reflexos das ações ou das omissões dos diferentes agentes que atuavam nesse ambiente. Enfim: interações e trocas no ambiente urbano que, mesmo não explicitadas naquele momento segundo a metodologia de investigação aplicada neste trabalho, indicavam a presença de uma perspectiva dialógica. Assim sendo, neste item vou interpretar o projeto do campus da UFF (seu significado) e identificar como os valores preponderantes na idéia de universidade e de campus foram expressos funcional e simbolicamente esse projeto e, posteriormente seus sentidos para os outros Sujeitos Discursivos.

No item anterior, no dialogismo relativo ao processo de elaboração do projeto das formas arquitetônicas e urbanísticas da UFF afloraram sentidos de projetar o campus. Um desses sentidos foi apontado como dominante, cujos valores – eficiência, flexibilidade, funcionalidade, economia, planejamento, integração, racionalidade, expansão, autonomia – são atribuídos ao discurso do governo federal e que foram resumidos no signo ‘campus modernista’. Essas categorias expressam o sentido hegemônico do campus. Como antes, no dialogismo relativo à universidade, foi designado o sentido ‘universidade para a modernização (conservadora)’, aqui o sentido dominante de campus pode ser denominado do mesmo modo. Afinal, são sentidos que se correspondem, como mostrará a seqüência do texto. O campus da UFF projetado nesses moldes (‘campus’ modernista’) concretizaria a universidade para a modernização conservadora e daria impulso à integração institucional e à reintegração territorial, econômica e afetiva da cidade de Niterói (campus = solução para a universidade + salvação para a cidade). Esse foi o sentido de se projetar o campus, dominante entre os Sujeitos Discursivos. Além disso, como mencionado, a legislação urbana destinada à região do campus não tratava de modo integrado a área do aterro e o tecido urbano já consolidado naquele local, ao contrário, separava o que era considerado moderno do tradicional. A cisão da região nessas duas partes distintas resultou em conteúdos e significados próprios para cada uma. No lado moderno – a área do aterro –, onde a UFF projetava a maior parte do seu campus não havia parâmetros arquitetônicos e urbanísticos pré-definidos, por esse motivo, a Universidade teve uma relativa autonomia para tomar suas

⁶⁰ Os campi da Universidade Federal Fluminense e os bairros: interações e trocas no ambiente urbano (NOGUEIRA, 2001).

decisões em relação às questões urbanísticas. O mesmo não ocorreu no Campus do Valonguinho – área fora do aterro – como veremos mais adiante.

Assim, na medida em que os aspectos urbanísticos foram decididos pela própria Universidade, e como os assuntos técnicos subordinados ao plano diretor e os quesitos educacionais eram tratados no âmbito institucional em diálogo com o MEC, o projeto do campus introjetou os valores que destacamos no dialogismo referente ao processo da sua elaboração, bem como as próprias relações dialógicas ali construídas⁶¹, e adquiriu um caráter introspectivo, que pode ser observado diretamente no discurso dos técnicos de planejamento da UFF. O principal pronunciamento desse sujeito discursivo é o documento técnico “Anteprojeto do Campus” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d; 1981e) elaborado pelo Escritório Técnico do Campus em consonância com as diretrizes gerais e a assistência técnica proveniente do PREMESU – Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior do MEC⁶². Agora, ainda que o processo da elaboração do projeto do campus da UFF tenha incorporado o significado do signo ‘campus modernista’, cabe interpretar o significado do projeto realizado efetivamente e os sentidos que esse significado adquiriu para os diferentes SDs, apontando o sentido que se tornou hegemônico.

O Anteprojeto do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d) contemplou, modificou parcialmente, consolidou e atualizou todos os estudos anteriores. Ele é o instrumento de planejamento urbanístico e arquitetônico vigente e busca alcançar o território universitário ideal. Ele, assim como os planos diretores formulados antes da constituição de 1988 atrelados ao ideário da modernidade, expressa os valores de funcionalidade e integração já no seu início, pois define o campus como “um conjunto de espaços funcionalmente integrados e capazes de proporcionar o pleno exercício das atividades universitárias” (op. cit., p. anterior a n. 1). De acordo com o documento, “o objetivo essencial do Anteprojeto é o de propiciar uma primeira visão global do Campus Universitário, interpretando os elementos obtidos nas etapas anteriores de planejamento” (op. cit., p.15) e, de certo modo, moldar as estruturas arquitetônicas e urbanística a um projeto idealizado de universidade. Ele é composto por dois volumes. No primeiro, caracterizou a região destinada ao campus, incluiu aspectos fisiográficos e climáticos da área, descreveu a universidade, apresentou o programa de necessidades e, também, estabeleceu as diretrizes para a implantação do campus, os critérios para a formulação arquitetônica das edificações, as recomendações para a infra-estrutura e, por fim, o orçamento.

⁶¹ Relações discursivas entre: membros do Conselho Universitário da UFF – CUV (docentes e representantes dos diretórios estudantis); técnicos dos órgãos de planejamento da universidade; membros dos poderes executivos federal, estadual e municipal; o jornal O Fluminense; e moradores do entorno do campus, não organizados em associações ou grupos.

⁶² Posteriormente, o PREMESU incorporou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEM e o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares – CEBRACE transformando-se no Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação – CEDATE/MEC (RODRIGUES, 2001).

No segundo volume foram apresentadas as plantas do estudo arquitetônico e do estudo de infra-estrutura.

No documento, a área de projeto compreende, como indicado na 'Planta de Localização das Áreas Destinadas ao Projeto do Campus da UFF – 1977' (figura n.º 8),

uma área praticamente contínua e composta das sub-áreas do Valonguinho, do aterro do Gragoatá, do aterro da Praia Vermelha, do morro do Gragoatá e da Escola de Engenharia, a primeira e a última já em utilização pela Universidade Federal Fluminense (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.18).

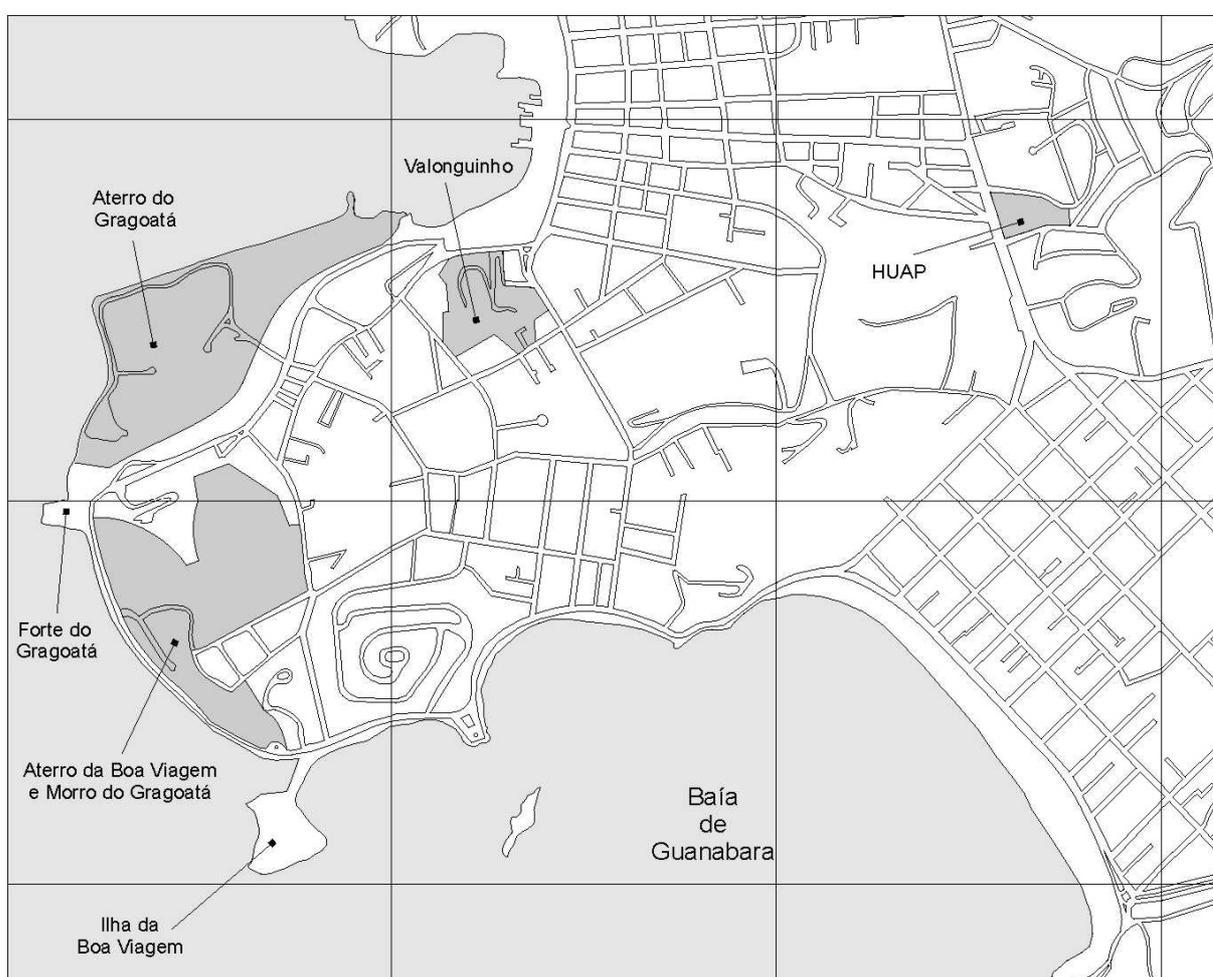


Figura n.º 8 – Planta de Localização das Áreas Destinadas ao Projeto do Campus da UFF – 1977 (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; e UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977a, figura n.º 5).

O Anteprojeto (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d) foi elaborado a partir de três elementos condicionantes. O primeiro deles deve-se ao fato de tratar-se de um campus urbano, situado na parte leste do núcleo da Região

Metropolitana do Rio de Janeiro. O estudo mostra que, como houve um incremento populacional nessa região, conseqüentemente haveria um aumento na demanda por vagas nas instituições de ensino superior. Como a UFF era a única universidade existente na parte leste, ela poderia suprir essa demanda e, diretamente, aumentar o número de vagas das IFES. Sob esse aspecto, o sentido do projeto para os técnicos de planejamento da UFF e para os membros do CUV era, então, a solução para o problema das vagas. Esse sentido para o governo federal correspondeu à concretização da sua intenção enunciada de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento em determinada região, uma vez que mais pessoas teriam acesso à universidade pública federal. Para os representantes dos diretórios, isso permitiria uma possibilidade de aliança, na medida em que também lutavam para a ampliação do número de vagas.

O segundo fator condicionante do Anteprojeto se refere à localização da área destinada à implantação do campus – formada por três subáreas interligadas – próxima ao centro de Niterói e à estação das barcas, por onde passam cerca de 200.000 passageiros/dia; e à existência de infra-estrutura no local, ainda que incompleta: sistema de transportes, saneamento básico⁶³, energia elétrica e sistema de comunicação. O projeto do campus também significou para os técnicos de planejamento da UFF, no que se refere à infra-estrutura, a otimização dos elementos já instalados. Para o governo municipal, o sentido desse significado do projeto, especificamente no que se refere à localização, foi ser um fator de dinamização e modernização da região central, embora pudesse sobrecarregar a infra-estrutura da região.

O último aspecto condicionante diz respeito à presença de edifícios e equipamentos da UFF nas áreas destinadas ao campus⁶⁴. Para os técnicos de planejamento da UFF e para o governo federal isso significou um uso eficiente e econômico dos recursos financeiros públicos, e a confluência de algumas das idéias defendidas em seus respectivos discursos.

O Anteprojeto apresentou um Programa de Necessidades dividido em duas partes: a determinação da população de projeto e a programação dos espaços necessários. A população de projeto foi definida tomando-se como base o corpo discente previsto no ‘Plano de Expansão do Alunado da UFF’ de 1976, que presumia uma

⁶³ O abastecimento de água era da ordem de 150 litros/dia ‘per capita’, mas havia previsão de execução de ampliação dos troncos alimentadores, assim como a construção de uma estação de tratamento de esgotos da área central de Niterói, segundo o Anteprojeto (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.27).

⁶⁴ No Valonguinho: Instituto de Matemática, Instituto de Química, Instituto de Geociências, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Diretório Central dos Estudantes e sede do Centro de Estudos Gerais. Na Praia Vermelha: prédio de laboratórios do Centro Tecnológico e departamento de Arquitetura.

composição de 23.000 alunos⁶⁵ estabilizada em 1985, e distribuídos da seguinte forma (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.66):

- Área biológica: 6.325 alunos inscritos;
- Área humana: 9.430 alunos inscritos;
- Área tecnológica: 7.245 alunos inscritos.

Com a população do corpo discente delimitada e distribuída em uma área de 523.263,31 m² (483.146,50 m² no campus e 40.116,81 m² nas unidades dispersas), estabeleceu-se assim a proporção de 15,63 m²/aluno (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.8). A partir do número de alunos foi calculado o corpo docente em função da composição curricular, carga horária dos cursos, distribuição das atividades docentes (ensino, pesquisa e extensão) e discentes (monitoria, bolsa de iniciação científica, etc) e dos regimes de trabalho (20 horas, 40 horas, dedicação exclusiva). O cálculo do corpo técnico-administrativo foi realizado considerando as diversas funções a serem exercidas tendo em vista a expansão do alunado, entretanto o documento não indicava o número relativo à quantidade dos componentes dos corpos técnico e docente.

A conseqüente programação dos espaços necessários foi desenvolvida nas seguintes etapas: caracterização das atividades básicas da universidade (culturais, administrativas, serviços e complementares); setorização dessas atividades; definição dos tipos de compartimento (sala, sala especial, sanitário, etc); identificação da tipologia dos espaços necessários, quantificação dos espaços necessários; dimensionamento dos diferentes tipos de espaço e a quantificação da área bruta necessária para a universidade resumida no quadro a seguir:

⁶⁵ Como já indicado na nota n.º 1 deste capítulo, a população da UFF atual (dados de 2006) é de 26.882 alunos inscritos (graduação, mestrado e doutorado). O número ultrapassa a população prevista em projeto. Considerando, além do mais, que o campus não foi totalmente construído, isso indica que há uma sobrecarga na utilização das edificações existentes, o que pode comprometer o desempenho da atividade acadêmica e a qualidade dos cursos ministrados.

Quadro n.º 6 – QUADRO DE ÁREA PARA A UFF EM NITERÓI (1981) ⁶⁶	
SETORES	ÁREA BRUTA (m ²)
Setor de ensino	115.758,31
Setor de administração central	74.014,15
Setor de esporte	24.089,49
Subtotal	213.861,92
Parque aquático (parte em execução)	2.333,86
Bloco de laboratório do CTC (existente)	6.369,86
Bloco de administração e sala de aula do CTC (projeto existente)	10.855,00
Hospital Universitário Antônio Pedro (existente)	24.246,00
Laboratório Rodolpho Albino (programação elaborada em separado)	6.198,00
Área Bruta total (m ²)	263.864,64

O Anteprojeto (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d), após quantificar a área necessária a ser construída, estabeleceu as diretrizes para a implantação do campus. De acordo com o documento,

O princípio que norteia a concepção do campus se traduz na necessidade de planejá-lo do modo o mais flexível para que ele possa responder eficazmente às mudanças e alterações da estrutura universitária e às, até agora constantes, inovações no campo do conhecimento humano (op. cit., p.102).

Esse princípio procurou ajustar uma forma arquitetônica e urbanística, que, por natureza é fixa e rígida, a uma formulação didática e administrativa que se pretendia mutável e flexível após a reforma universitária. Uma outra maneira de percebermos a flexibilidade é observarmos a integração pretendida entre o campus e a cidade:

é necessário que o espaço do campus se abra e se deixe penetrar pela área urbana circunvizinha, ao mesmo tempo em que ele próprio se estende e se amplia para abarcar esta mesma porção do espaço urbano que lhe é adjacente. Somente a partir de uma tal interação é que se pode, na realidade, conceber um campus urbano (op. cit., p.103).

⁶⁶ Cf. em UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1981d, p.97).

O significado da integração e flexibilidade para os técnicos de planejamento da UFF diz respeito à elasticidade das fronteiras do campus que, se assim ocorresse de fato, possibilitaria a realização do diálogo campus-cidade e a efetivação do bairro universitário previsto nos estudos anteriores. O sentido que adquiriu para os outros sujeitos não-críticos equivaleu a uma possibilidade de revalorização do bairro e, em consequência, diretamente para os moradores vizinhos ao campus, a recuperação do valor dos seus imóveis e da sua auto-estima. De certo modo esses significados e sentidos já estavam presentes durante o processo de elaboração do projeto. Todavia, com a sua concretização eles se fortaleceram.

Um outro aspecto da implantação refere-se à formulação de diretrizes para o zoneamento, com a setorização das atividades específicas conforme suas características comuns (ensino⁶⁷, reserva, esporte, administração central) e suas relações de proximidade e vizinhança recomendadas. A 'Planta de Setorização do Campus da UFF' (figura n.º 9) ilustra a setorização, isto é, o discurso desenhado expressa graficamente as idéias do discurso escrito, pois indica a proposta de distribuição territorial dos setores das atividades da universidade.

Para os técnicos de planejamento da UFF, o significado dessas duas modalidades discursivas (escrita e desenhada) era o mesmo: o ordenamento territorial modernizado e racional da área destinada ao campus. Para o governo federal, o sentido desse significado era que a UFF, através da racionalidade técnica do planejamento, já operava para viabilizar o seu campus seguindo os preceitos governamentais. Para o governo municipal o sentido era que a área do aterro destinada ao campus teria uma ocupação modernizada e com um traçado independente e diferente daquele existente nos bairros vizinhos porque, como mencionado no item anterior, não havia legislação urbanística municipal para aquele local⁶⁸. Por isso, particularmente, a setorização das atividades do campus não apresentou nenhum sentido especial para o governo do município.

⁶⁷ Por exemplo: o setor de ensino diz respeito a uma área física onde se localizam equipamentos e instalações específicos da atividade de ensino e pesquisa de um determinado tipo de conhecimento, e apresenta sub-setores. Alguns setores, em função de suas características particulares, foram programados para áreas afastadas do centro da cidade: setor de ciências agrárias (fazenda escola), medicina e enfermagem (hospital Universitário Antônio Pedro), engenharia metalúrgica (Volta Redonda), oficina, garagem, almoxarifado.

⁶⁸ A tradução desses dois modos de ocupação, no território, ainda que como uma representação gráfica, está indicada mais adiante na 'Planta de Situação do Campus da UFF e Bairros Vizinhos – 2008' (figura n.º 15).

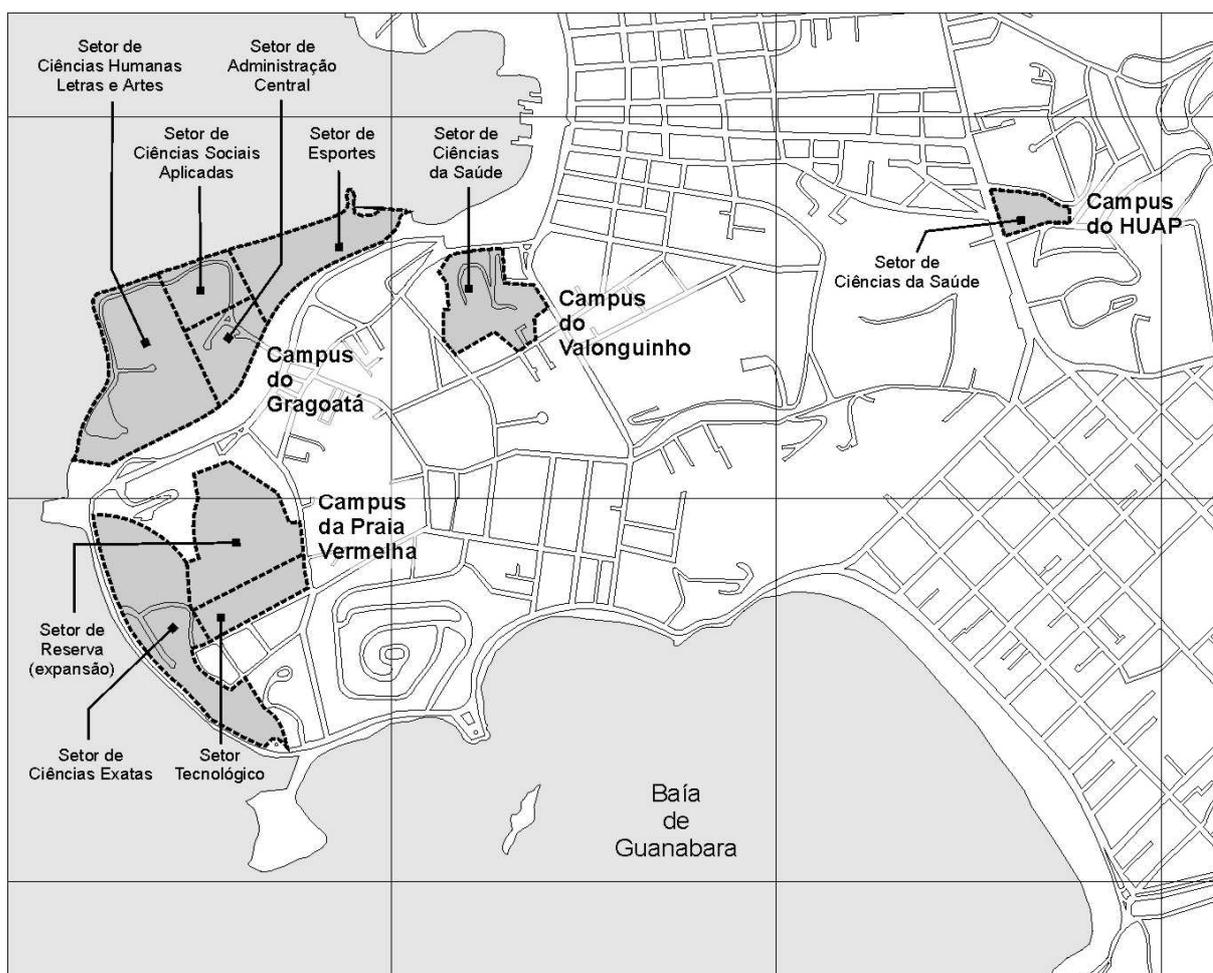


Figura n.º 9 – Planta de Setorização do Campus da UFF (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; e UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977a, figura n.º 10).

Assim, o projeto do campus da UFF teve como ponto de partida a setorialização das atividades vinculada ao determinante físico, ou seja, a divisão em três áreas geográficas quase contínuas (Gragoatá, Praia Vermelha e Valonguinho), as quais o projeto procurou compatibilizar, à medida do possível, com cada área de ensino da universidade – biomédica, tecnológica e humana – e proporcionar aos alunos o menor deslocamento admissível para a obtenção dos créditos necessários à sua formação. Em todas as três áreas do campus estavam previstos: salas de aula, administração, laboratórios, diretórios acadêmicos, restaurante, cantinas e biblioteca. Não havia previsão de alojamentos⁶⁹. Dessa maneira foi adotada a seguinte distribuição:

⁶⁹ Não foi incentivado pelo MEC – sob a alegação de que a verba para financiamento das obras era restrita à construção de salas de aula e laboratórios – a inclusão de qualquer tipo alojamento, quer seja para estudantes, quer seja para pesquisadores, mesmo sendo a UFF uma universidade que atenda prioritariamente pessoas que vêm do interior do Estado.

- Campus de Gragoatá – 218.397,00 m²: área humana (setor de ciências sociais aplicadas e setor de ciências humanas, letras e artes), setor de administração central, setor de esportes⁷⁰;
- Campus da Praia Vermelha – 214.109,00 m²: área tecnológica (setor de ciências exatas e setor tecnológico) e setor de reserva (platô do morro do Gragoatá) para futuros projetos;
- Campus do Valonguinho – 50.640,50 m²: área biomédica (setor de ciências da saúde).

Outra diretriz indicada no documento relaciona-se ao tráfego de veículo. A proposta segue o ideário modernista e estabelece que,

dentro da área do campus, dar-se-á preferência ao tráfego de pedestres. Os veículos, apenas os que prestam serviço no campus, deverão ter seus fluxos cruzando o mínimo com as vias de pedestres. Os demais veículos deverão ser atendidos em estacionamentos periféricos (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.108).

A separação entre os tráfegos de veículos e pedestre delineou a área central de cada campus como um local de convívio coletivo e, por conseguinte, de integração entre os seus usuários e pode ser observada na 'Planta de situação do campus da UFF: unidades existentes/unidades projetadas' (figura n.º 10), mais adiante.

Ainda relativo à implantação, o campus funcionaria suplementarmente como área de lazer e de convívio para os moradores da cidade e deveria seguir algumas recomendações que foram definidas em um seminário⁷¹ promovido pela Prefeitura Municipal de Niterói e pela UFF: conservar e criar áreas verdes; consolidar Niterói como cidade universitária; criar centros comunitários; aproveitar e manter as características ecológicas locais, entre outras (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.109). Esse aspecto do projeto referente à criação de áreas verdes, foi contemplado no anteprojeto de paisagismo como será indicado mais à frente. Ele significou para os técnicos de planejamento da UFF um modo de harmonização entre as formas arquitetônicas e o seu entorno, bem como uma possibilidade de promover a integração entre os usuários do campus e, também, entre o campus e os bairros vizinhos. Para o governo municipal, para os moradores próximos, e para o jornal O Fluminense, que de certo modo acompanhou o processo de elaboração desse projeto, o sentido desse significado foi de sintonia de intenções, pois todos tinham um pensamento comum: o campus ser um elemento de valorização para os bairros e, em decorrência, do município.

⁷⁰ O setor de administração central e o setor de esportes foram situados em área centralizada e também próximo à via pública na delimitação do terreno para facilitar o acesso dos diversos tipos de público e o intercâmbio com os moradores.

⁷¹ Seminário Niteroiense de Cooperação para o Desenvolvimento – SENIDE – 1975.

A partir da definição do zoneamento, a organização espacial do campus atendeu também às particularidades de cada área. No Campus do Gragoatá (foto n.º 6), por ser uma área nova e não ocupada, a implantação seguiu as diretrizes pré-estabelecidas de cunho modernista: a setorização das diversas funções; as edificações são reproduzidas em série (foto n.º 5); as edificações são interligadas por uma grande praça central que também, sempre que possível, estende-se sob as edificações, configurando um espaço livre coletivo (fotos n.ºs 6, 14 e 15); integração da arquitetura com o paisagismo; as edificações são dispostas nas direções norte-sul e leste-oeste para atender adequadamente aos parâmetros de insolação e ventilação; o tráfego interno de veículos foi evitado; os estacionamentos são periféricos; prioridade para o fluxo de pedestres sem cruzamento com fluxo de veículos (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.129-130). Nesse campus, em função da vizinhança com edificação tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN – o Forte do Gragoatá – seguiram-se as orientações técnicas do referido Instituto para posicionar as edificações mais altas no centro do campus e nas suas extremidades local edificações baixas e estacionamentos (ver 'Planta de situação do campus da UFF: gabarito', figura n.º 11).

No Campus da Praia Vermelha⁷² (fotos n.ºs 9, 12 e 13), a organização espacial seguiu os mesmos parâmetros do Gragoatá, com a inclusão das edificações existentes da Escola de Engenharia⁷³ (foto n.ºs 10 e 11). Nesse campus, também em função da vizinhança com edificações tombadas pelo IPHAN – Forte do Gragoatá e Ilha da Boa Viagem – seguiram-se as mesmas orientações técnicas adotadas para o Campus do Gragoatá.

No Valonguinho – por tratar-se de área integrada ao tecido urbano e, conseqüentemente, dotada de legislação urbanística para ordenar a sua ocupação⁷⁴ (fotos n.ºs 7 e 8) –, foram considerados: as limitações decorrentes da topografia

⁷² A situação fundiária desse campus também está em fase de regularização. A parte do Morro do Gragoatá contígua à edificação onde funcionava o antigo Hotel Gragoatá, já havia sido desapropriada anteriormente pelo Estado para implantação do projeto Praia Grande. Porém, através de um processo judicial o proprietário do referido hotel recuperou a posse do imóvel, mas sem a parte referente ao Decreto Federal nº 80.693/77 - desapropriação para a implantação do Campus da UFF. Por causa disso, há uma questão judicial em andamento entre a Universidade e o proprietário do ex-hotel que briga pela posse da parte do terreno incluída no Decreto Federal acima referido. Sendo assim, quando essa questão judicial for resolvida, os limites oficiais do Campus podem ser alterados e o projeto do campus revisto. Essa área corresponde ao setor reservado para a expansão do Campus. Entretanto, apesar da situação ainda não ter definição da justiça, essa mesma área foi objeto da Lei Municipal n.º 2.099 de 14.10.2003 (NITERÓI, 2003) que criou a área de Proteção ambiental do Morro do Gragoatá, e considerou outros limites para o campus, excluindo o Morro da Gragoatá.

⁷³ Dessas edificações faziam parte: o prédio hoje denominado 'bloco E', e os dois prédios utilizados atualmente pela Escola de Arquitetura. Esses últimos são tombados pelos órgãos estadual e municipal de proteção ao patrimônio cultural, INEPAC e CMPC, respectivamente (fotos n.ºs 10 e 11).

⁷⁴ Conforme indicado na figura n.º 5 do item anterior, O Campus do Valonguinho pertencia a um Núcleo Residencial de uma Zona Comercial (NR-ZC).

acidentada, as áreas liberadas pelas edificações não aproveitáveis, a presença de edificações da universidade que seriam reaproveitadas⁷⁵, o acesso de veículos existente, assim como as áreas de estacionamento na parte baixa do outeiro próximo à via pública (figura n.º 7). A via interna existente foi destinada apenas a veículos de serviço. Esse Campus traz uma peculiaridade. Apesar de já existirem edificações da Universidade, a sua situação fundiária ainda não estava regularizada⁷⁶.



Foto n.º 5 – Vista parcial de prédios do Campus do Gragoatá: Unidades Funcionais de Administração e Salas de Aula – UFASAs.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus do Gragoatá: UFASAs. Niterói, RJ: 2002. 1 fotografia.

⁷⁵ O prédio ocupado pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE será mantido; “a atual sede do Centro de Estudos Gerais será destinada aos diretórios Acadêmicos da área biomédica; a atual edificação do Instituto de Matemática e a edificação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia e do de Letras, situado ao sopé do outeiro, constituirão unidades administrativas e de serviços; os atuais prédios que compõem o Instituto de Química e o prédio do setor de Bioquímica situados no alto do outeiro constituirão unidades de ensino expositivo; o atual anexo do Instituto de Geociências será parte da edificação que atenderá ao biotério central” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.124)

⁷⁶ Até a presente data a situação fundiária desse campus ainda não foi regularizada. Parte dos imóveis pertence à Universidade e parte ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, mas que foram cedidas à UFF por comodato sendo que várias edificações existentes na área do CNPQ foram construídas pela UFF - Instituto de Química, prédio utilizado pela Administração, Ciências contábeis e Nutrição, prédio utilizado pelo SINTUFF, antigo Instituto de Física e antigo prédio utilizado pela COPEVE (NOGUEIRA, 2001). A Procuradoria da UFF trabalha no sentido de regularizar as áreas de comodato, porque o prazo expirou em 13.09.1969, embora permaneça prorrogado. Ver “Planta de Situação Fundiária do Campus do Valonguinho” (figura n.º 17, APÊNDICE B).



Foto n.º 6 – Vista parcial de prédios do Campus do Gragoatá: Unidades Funcionais de Administração e Salas de Aula – UFASAs e Unidade Funcional de cantina.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus do Gragoatá: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF e cantina. Niterói, RJ: 2002a. 1 fotografia.

Diante do exposto cabe agora apresentar a expressão gráfica da organização espacial das três áreas do campus. Ela está indicada nas próximas duas figuras: na ‘Planta de situação do Campus da UFF: unidades existentes/unidades projetadas’⁷⁷ (figura n.º 10) e na ‘Planta de situação do Campus da UFF: gabarito’ (figura n.º 11). Além dessas, a ‘Planta de situação do Campus e dos bairros vizinhos – 2008’ (figura n.º 15) mostra a contraposição da implantação modernista do campus à implantação tradicional dos bairros do entorno do campus.

⁷⁷ Essa planta é a versão final da implantação do campus, e que ainda está em vigor. Entretanto, para o Campus da Praia Vermelha alguns estudos têm sido realizados pela SDA para atender à crescente demanda pela inclusão de novas unidades. Entre eles: Núcleo de Estudos em Biomassa e Gerenciamento de Água (ajuste no Plano Diretor aprovado pelo CUV pela decisão n.º 36/2006) e área pleiteada pelo Instituto de Química para a Agência de Inovação. Parte de uma UFASA está em construção para atender ao Laboratório de Inteligência Artificial do Instituto de Computação.

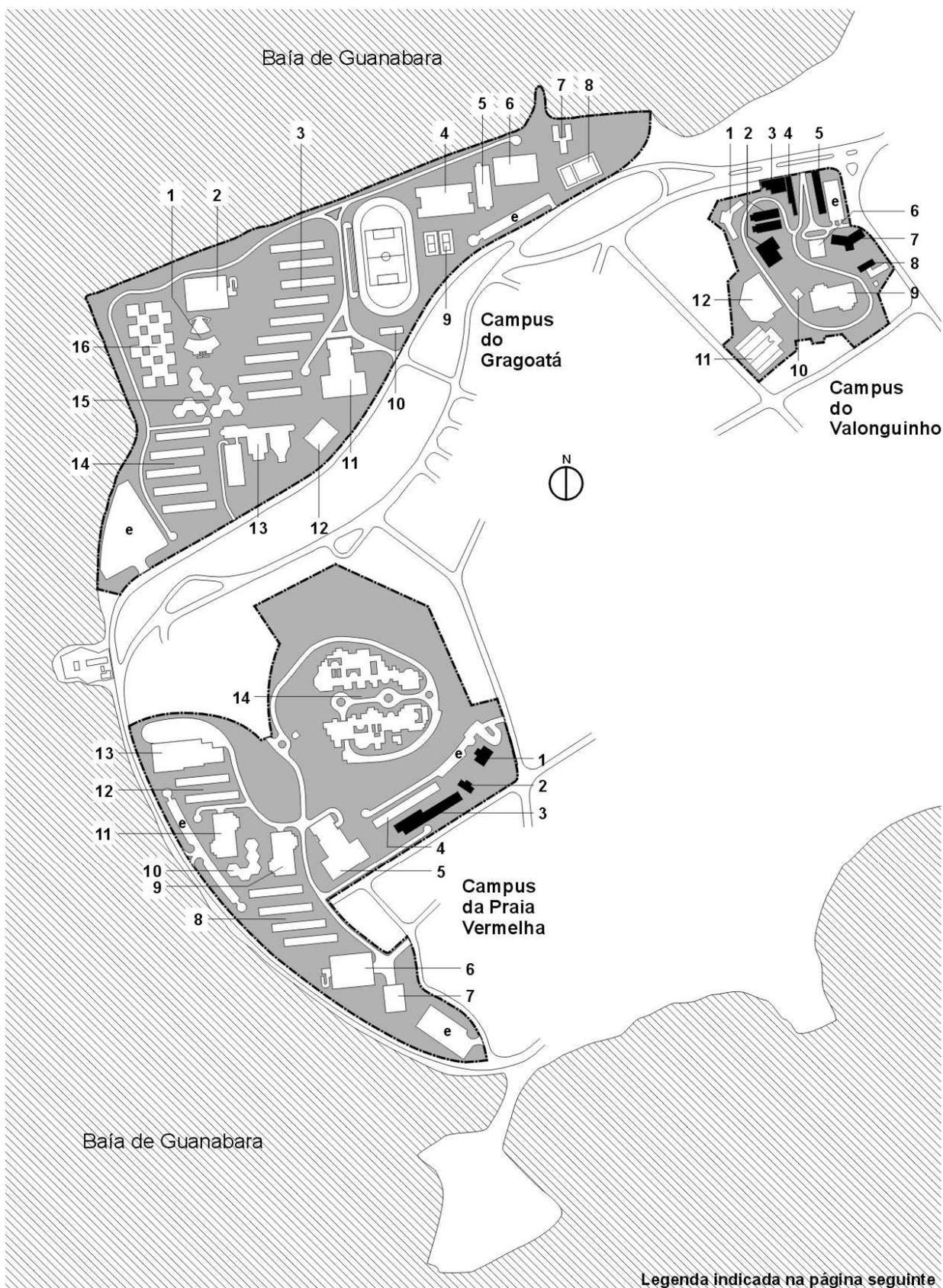


Figura n.º 10 – Planta de situação do Campus da UFF: unidades existentes/unidades projetadas (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Prefeitura do Campus. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; e UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977a).

Legenda



Campus do Gragoatá

- 1 - Concha Acústica
- 2 - Biblioteca Central
- 3 - Unidades Funcionais de Administração e Sala de Aula (*)
- 4 - Ginásio
- 5 - Coordenação de Educação Física e Desporto
- 6 - Ginásio
- 7 - Apoio
- 8 - Parque Aquático
- 9 - Quadras
- 10 - Apoio
- 11 - Restaurante
- 12 - Creche (***)
- 13 - Administração Central
- 14 - Unidades Funcionais de Administração e Sala de Aula (*)
- 15 - Módulos para diretório, banco, cantina e apoio

Campus da Praia Vermelha

- 1 - Escola de Arquitetura
- 2 - Escola de Arquitetura
- 3 - Laboratório do Centro Tecnológico
- 4 - Salas de aula do Centro Tecnológico
- 5 - Restaurante
- 6 - Biblioteca
- 7 - Creche (***)
- 8 - Unidades Funcionais de Administração e Sala de Aula (**)
- 9 - Instituto de Física
- 10 - Módulos para diretório, banco, cantina e apoio
- 11 - Instituto de Química
- 12 - Unidades Funcionais de Administração e Sala de Aula (**)
- 13 - Escritório Técnico do Campus
- 14 - Núcleo em Ecossistemas Tropicais (***)

Campus do Valonguinho

- 1 - Faculdade de Farmácia
- 2 - Instituto de Biologia
- 3 - DCE
- 4 - Diretórios Acadêmicos da área biomédica
- 5 - Instituto de Saúde da Comunidade e CCS
- 6 - Refeitório Central e Faculdade de Nutrição
- 7 - Faculdade de Odontologia
- 8 - Biotério
- 9 - Faculdade de Veterinária e Instituto Biomédico
- 10 - Cantina
- 11 - Centro de Pesquisa de Ciências da Saúde
- 12 - Biblioteca Central de Ciências da Saúde

(*) Total de 14 unidades para serem utilizadas por: Fac. de Educação; Esc. de Serviço Social; Inst. de Letras; Inst. de Arte e Comunicação Social; Inst. de Ciências Humanas e Filosofia; Fac. de Economia e Administração; Fac. de Direito; CES; CEG; SPA e salas de aula.

(**) Total de 6 unidades para serem utilizadas por: Inst. de Geociências; Inst. de Matemática; Inst. de Química; administração do CT e NPD.

(***) Projeto incluído após o início da implantação do campus.



Foto n.º 7 – Vista interna no Campus do Valonguinho (prédios n.º 5 e n.º 7 da figura n.º 10).

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Arte e Comunicação Social. Acervo institucional. Campus do Valonguinho. Niterói, RJ: [s.d.]. 1 fotografia.



Foto n.º 8 – Vista externa do Campus do Valonguinho (prédios n.º 3 e n.º 5 da figura n.º 10).
Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus do Valonguinho. Niterói, RJ: 2002b. 1 fotografia.



Foto n.º 9 – Vista do Campus da Praia Vermelha (prédio n.º 9 da figura n.º 10).
Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus da Praia Vermelha: Instituto de Física. Niterói, RJ: 2007.
1 fotografia.



Foto n.º 10 – Vista parcial do Campus da Praia Vermelha: Escola de Arquitetura e Escola de Engenharia.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus da Praia Vermelha: Escola de Arquitetura (casarão) e Escola de Engenharia. Niterói, RJ: 2007a. 1 fotografia.



Foto n.º 11 – Prédio utilizado pela Escola de Arquitetura. Campus da Praia Vermelha.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus da Praia Vermelha: Escola de Arquitetura (chalé). Niterói, RJ: 2007b. 1 fotografia.



Foto n.º 12 – Unidade Funcional de Laboratórios utilizada pelo Instituto de Física. Campus da Praia Vermelha.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus da Praia Vermelha: Instituto de Física. Niterói, RJ: 2007c. 1 fotografia.



Foto n.º 13 – Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula utilizada pelo Instituto de Geociências. Campus da Praia Vermelha.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial do Campus da Praia Vermelha: Instituto de Geociências. Niterói, RJ: 2007d. 1 fotografia.



Foto n.º 14 – Espaço de convivência no Campus do Gragoatá.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Campus do Gragoatá: espaço de convivência. Niterói, RJ: 2007e. 1 fotografia.



Foto n.º 15 – Espaço entre os prédios no Campus do Gragoatá.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Campus do Gragoatá: espaço entre prédios. Niterói, RJ: 2007f. 1 fotografia.

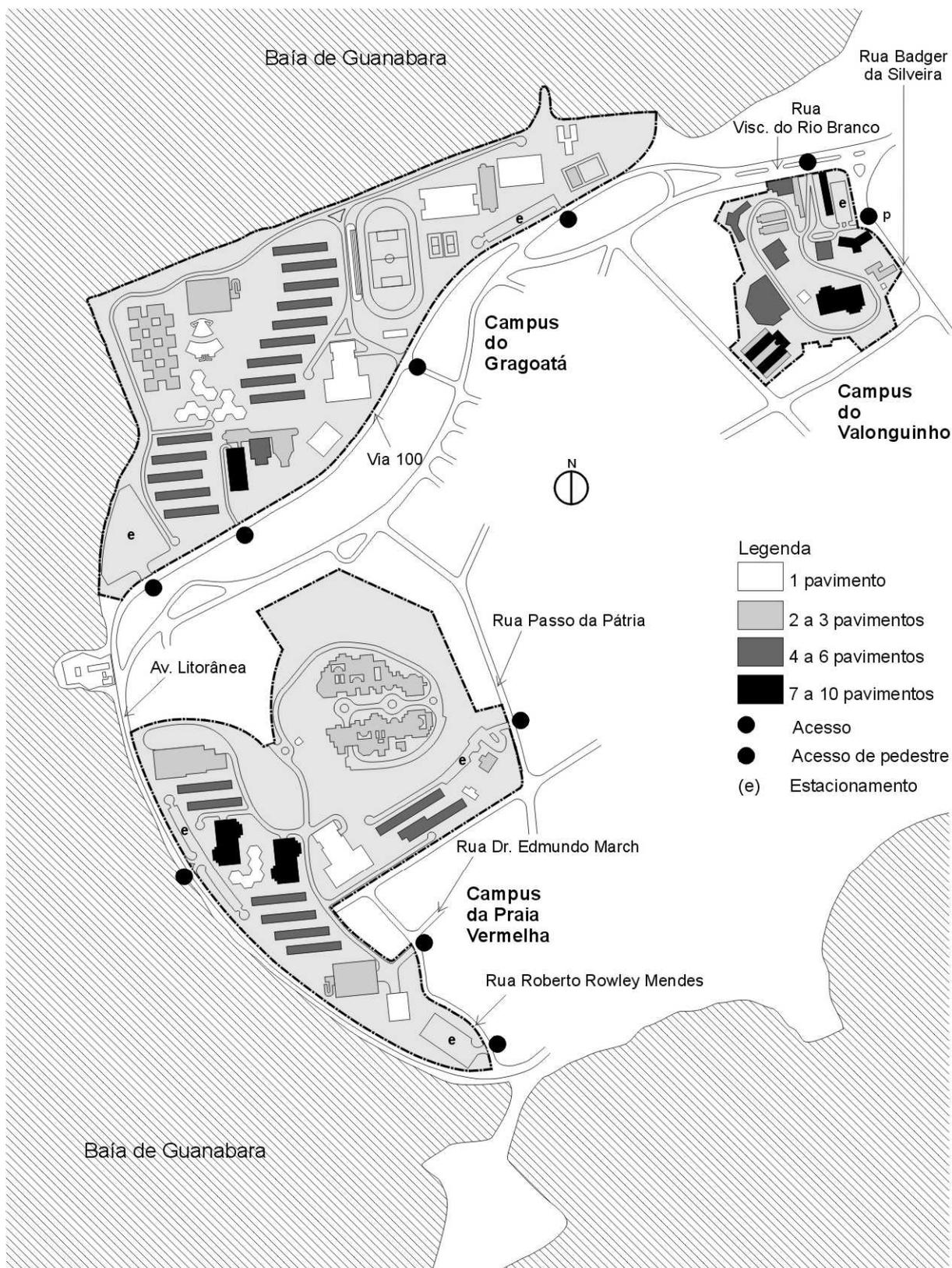


Figura n.º 11 – Planta de situação do Campus da UFF: gabarito (Planta esquemática, sem escala). Montagem própria baseada nas seguintes fontes: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Prefeitura do Campus. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; e UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977a).

Esse conjunto de figuras que traduzem graficamente nas suas formas urbanísticas os valores do sentido hegemônico do campus vinculado à 'universidade

para a modernização (conservadora)' significaram para os técnicos de planejamento da UFF a concretização do seu trabalho: a realização do projeto do campus da UFF. Além disso, o projeto também significou para eles a integração institucional e territorial da UFF, compondo uma totalidade que também se integra à cidade de Niterói. Para os membros do CUV, vinculados à posição 'docente conservador', o sentido disso era que, embora houvesse uma comunhão de idéias, apenas parte de suas necessidades foi atendida, porque mesmo que o projeto tenha contemplado os seus valores e os seus ideais, para que eles pudessem exercer plenamente a atividade acadêmica nos moldes da reforma universitária, era necessário o campus construído. Para o governo federal o sentido foi o mesmo. Além disso, para governo federal e para os docentes de posição conservadora, a concretização do projeto significou uma etapa vencida para a efetivação do campus e, em decorrência, da 'universidade para a modernização (conservadora)' territorialmente localizada em Niterói. A partir daí era necessário garantir os recursos financeiros para a execução das obras. Quanto a isso, o Acordo MEC BID III atenderia em parte.

Para os representantes dos diretórios no CUV, que compunham a posição de sujeito 'estudante preservacionista' o significado do conjunto de figuras que sintetizam o projeto do campus era o mesmo do compartilhado pelos técnicos de planejamento da UFF. Embora, como indicado no item anterior, o que eles defendessem explicitamente fosse a integração da universidade na região onde se localizava, de certa maneira o projeto do campus (urbano) da UFF indicava uma possibilidade dessa integração. Esse foi o sentido que adquiriu para eles – uma possibilidade –, e como tal requeria a busca de recursos financeiros. Aqui houve uma unificação dos sentidos que o projeto suscitou nos membros do CUV e no governo federal. Para os demais sujeitos não-críticos (moradores vizinhos ao campus e o jornal Fluminense) o projeto do campus continuou significando uma possibilidade de melhoria das condições ambientais na região do campus e a valorização da cidade de Niterói.

Em paralelo à proposta de implantação urbanística, foi desenvolvida a proposição arquitetônica que teve como premissa inicial a possibilidade das obras de construção ocorrerem progressivamente. E, também, seguiram o ideário modernista: plantas livres, pilotis, brises, estrutura despojada de adornos. Para tanto, foram estabelecidos alguns critérios: o fracionamento da área total necessária para a universidade (área a ser construída) em "frações de campus", segundo os técnicos de planejamento da UFF (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d). Essas 'frações' se justapõem, variam de tamanho em função da transformação da estrutura universitária, buscam atender às funções básicas que nelas são exercidas, portanto, se

trata de unidades arquitetônicas econômicas construídas para um fim específico, que se repete, de forma a atender à demanda das diversas atividades ou funções (ensino prático, teórico e atividade administrativa e de serviços) e que podem ser construídas à medida que se obtenham recursos financeiros. Essas unidades arquitetônicas foram configuradas a partir da “associação de áreas afins que conduzissem a um modelo que respondesse adequadamente a cada atividade”, uma unidade arquitetônica padronizada (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.154).

Esse é um ponto de ruptura com o modelo anterior adotado para a universidade tradicional onde as formas arquitetônicas eram definidas especificamente para uma determinada faculdade. Por exemplo: o prédio da Faculdade de Economia, o prédio para a Faculdade de Direito, etc. Cabe esclarecer que o projeto do campus da UFF, ao se enquadrar na reforma universitária, não configurou uma estrutura composta por institutos e faculdades, nem em um número fixo de departamentos, mas buscou compor espaços que atendessem às necessidades da universidade a qualquer tempo. Daí a concepção de formas arquitetônicas que também pudessem possibilitar a flexibilidade do espaço construído. Assim, continuando o exemplo anterior, tanto a Faculdade de Economia quanto a de Direito, a partir desse momento teriam suas necessidades atendidas em edificações padronizadas que poderiam atender a uma ou a outra, ou ainda, a ambas.

Essas edificações estandardizadas foram, então, denominadas pelos técnicos de planejamento da UFF de “Unidades Funcionais” e são as seguintes: unidade funcional de administração e salas de aula (UFASA), unidade funcional de laboratório, unidade funcional de biblioteca, unidade funcional de restaurante, unidade funcional de diretório e unidade funcional de cantina (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.114; 155). Entretanto, como algumas atividades não são repetitivas e não se enquadram nesse modelo, formaram outro tipo de edificação, as Unidades Especiais: reitoria, Núcleo Audio-visual (NAV), Núcleo de Processamento de Dados (NPD), Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), biotério, unidades desportivas e sala de aula do CT⁷⁸. Existe ainda um terceiro grupo de edificações: o das edificações existentes que seriam reaproveitadas. Portanto, o campus é constituído por esses três tipos de unidades distribuídas em suas três áreas segundo a sua organização urbanística de caráter modernista. A distribuição espacial dessas ‘unidades funcionais’ está indicada a seguir na ‘Planta de Situação do Campus da UFF: tipos de unidades’ (figura n.º 12).

⁷⁸ Na versão da implantação aprovada, em vez de constar um prédio especial para o NPD, atual Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, foi destinado a ele uma UFASA. E para o SPA, também foi previsto a utilização de uma UFASA.

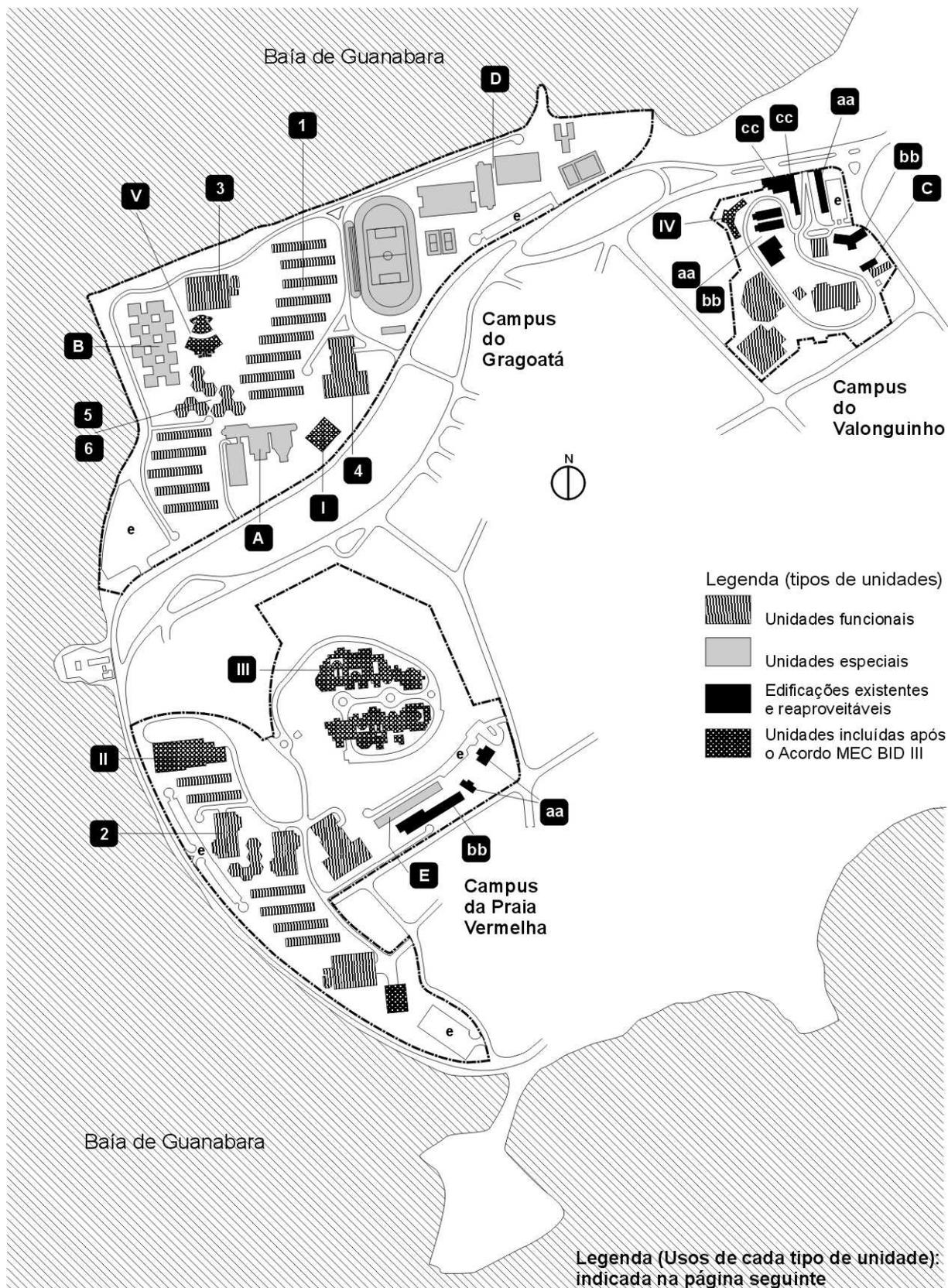


Figura n.º 12 – Planta de situação do Campus da UFF: tipos de unidades (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Prefeitura do Campus. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (1977a figura n.º 10).

Legenda (Usos de cada tipo de unidade)

Unidades Funcionais

- 1 - Administração e sala de aula
- 2 - Laboratório
- 3 - Biblioteca
- 4 - Restaurante
- 5 - Diretório
- 6 - Cantina

Edificações existentes e reaproveitáveis

- aa - Administração e sala de aula
- bb - Laboratório
- cc - DCE/diretório

Unidades Especiais

- A - Reitoria
- B - Núcleo Audio-Vsual
- C - Biotério
- D - Unidades Desportivas
- E - Salas de aula do Centro Tecnológico

Unidades Incluídas após o Acordo MEC/BID - III

- I - Creche
- II - Prefeitura do Campus
- III - Núcleo de Ecossistemas Tropicais
- IV - Faculdade de Farmácia
- V - Concha Acústica

As Unidades Funcionais sintetizam os valores propagados pelo discurso governamental que foram encampados pelos técnicos de planejamento da UFF, como já dito: a eficiência, a flexibilidade, a funcionalidade, a economia, o planejamento, a integração, a racionalidade, a expansão e a autonomia. Eles podem ser observados no Anteprojeto quando a adoção das Unidades Funcionais foi justificada, especialmente ao serem utilizadas em conjuntos repetidos, pois possibilitariam (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.156-157):

- a) racionalização de projetos de arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidráulicas e especiais, resultando daí em economia para a execução;
- b) atendimento das necessidade de expansão progressiva da Universidade, até a conclusão do campus;
- c) maior flexibilidade na aplicação de recursos financeiros, em qualquer época;
- d) alterações de uso das unidades já em funcionamento, para atendimento de mudanças na organização da Universidade;
- e) autonomia físico-administrativa, em que a utilização de uma unidade independe da conclusão de outra;
- f) redistribuição dos espaços internos durante o crescimento, permitindo retomar a configuração do campus até sua implantação total;
- g) economia na execução da obra pela repetição da solução, criando facilidades construtivas.

As Unidades Funcionais têm um papel especial: nelas acontece efetivamente grande parte da atividade universitária em si (aulas, pesquisas, reuniões, preparação de aula, leituras, etc). Além disso, do mesmo modo que as 'Plantas de Situação do Campus' sintetizam nos desenhos das suas formas urbanísticas os valores do sentido hegemônico do campus vinculado à 'universidade para a modernização (conservadora)', eles estão também traduzidos nos projetos arquitetônicos das Unidades Funcionais porque, considerando a totalidade do

projeto do campus, a parte reflete o todo. Esse é um ponto importante de passagem do discurso escrito para o discurso desenhado, quando um valor ou valores se materializam numa forma desenhada. Todavia, embora as Unidades Funcionais, como parte da totalidade maior (campus), expressem os mesmos valores, o seu significado foi objeto de preocupação e questionamento, principalmente, dos técnicos de planejamento da UFF e do governo federal. A consolidação desses valores em desenhos do projeto arquitetônico reforçou a possibilidade de eles serem concretizados efetivamente como formas postas no mundo. Para os demais sujeitos discursivos de posição não-crítica (moradores do entorno, membros do CUV, governo municipal, o jornal O Fluminense), como se tratava de uma questão técnica e institucional, não havia um sentido atribuído a esse significado. Porque o que realmente importava para esses sujeitos era o conjunto integrado dessas Unidades Funcionais: o campus.

Tecnicamente, as Unidades Funcionais foram organizadas através da utilização de um sistema de coordenação modular com um reticulado padrão de 1,25 m x 1,25 m em função das medidas mais comuns produzidas pelas indústrias, especialmente as divisórias móveis. A partir da definição do módulo foram elaborados vários estudos (lay-outs) com todas as possibilidades de ambientes previstos na programação do campus, considerando que um mesmo modelo poderia atender a várias opções de uso. Por exemplo: um ambiente de 2,50 m x 7,50 m poderia ser empregado para um gabinete de professor, ou a uma secretaria, ou um laboratório que não necessitasse de complexas instalações. Para que fosse possível essa flexibilidade dos espaços, seriam utilizadas divisórias móveis que, de certo modo, induziram a escolha por um módulo de 1,25 m.

Dentre os seis modelos de Unidades Funcionais adotados no Campus da UFF escolhi a de Administração e Sala de Aula para aprofundar e ilustrar esse conceito. Essa opção se justifica por se ter em conta que se trata da unidade arquitetônica padrão que foi mais repetida no projeto e, também, mais construída até o momento presente. O projeto prevê a construção de 20, todavia durante o acordo MEC/BID III foram executadas 6 unidades no Campus do Gragoatá e 1 no Campus da Praia Vermelha⁷⁹.

A Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula – UFASA (foto n.º 16) tem a função de atender a três níveis de programas da Universidade: ensino expositivo (sala de aula), ensino experimental (laboratório e espaço de apoio sem complexidade) e administração ligada

⁷⁹ Além das unidades desse tipo, nessa etapa de construção financiada pelo Programa MEC/BID III (período 1985/1988), foram construídas outras: o prédio do Restaurante Central e da Biblioteca Central no Campus do Gragoatá; o prédio da Escola de Engenharia, o prédio de laboratórios de Física e Geociências e a Biblioteca (uso provisório) no Campus da Praia Vermelha. Para esta biblioteca foi construída uma parte da Unidade Funcional de Restaurante (figura n.º 14).

ao ensino (secretaria, gabinete)⁸⁰. Uma primeira proposição para esse tipo de unidade seria fornecer espaços que pudessem atender a qualquer um dos três níveis de programa citados sem alterações do projeto arquitetônico básico. Isso significaria uma garantia de flexibilidade, tanto na destinação do uso quanto no remanejamento dos ambientes.



Foto n.º 16 – Fachada de Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. UFASA : bloco B. Campus do Gragoatá. Niterói, RJ: 2002c. 1 fotografia.

Os espaços de sala de aula foram concebidos de modo a oferecer o máximo possível de conforto ambiental através de ventilação e iluminação em condições naturais. Quanto ao tamanho foram criadas opções que variavam em função do número de aluno por turma. Por exemplo: 20 alunos, 30 alunos, 60 alunos. O modelo escolhido para as salas de aula foi um espaço com largura constante (7,50 m), comprimento padronizado (5,00 m, 7,50 m ou 10,00m) associado a uma circulação (2,50 m) orientada na direção leste-oeste. Desse modo as janelas das salas estariam direcionadas para sul e receberiam pouca incidência do sol e estariam posicionadas perpendicularmente à direção dos ventos dominantes. Assim, a

⁸⁰ Depois que o projeto do campus foi aprovado pelo MEC, o ETC elaborou um projeto de sinalização que nomeou as UFASAs utilizando letras para identificar cada bloco. Aqui, escolhi como estudo de caso, o 'Bloco B'. No projeto do campus ele é indicado para ser utilizado coletivamente apenas como sala de aulas, entretanto, na prática o seu último pavimento é ocupado por parte da Superintendência de Administração – SDA.

circulação (foto n.º 18) voltada para a fachada norte atuaria como proteção à incidência de sol. Este esquema também permitiria a utilização do recurso da ventilação natural cruzada (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.159) e definiria a largura útil da unidade em 10,00m. O próximo passo foi estabelecer em 30,00 m o comprimento máximo que pudesse agrupar vários tipos de sala de aula: 6 salas com 5,00 m, ou 4 com 7,50, ou 3 com 10,00 m. Chegou-se, então, a um espaço livre de 30,00 m x 10,00 m para ser subdividido à medida da necessidade⁸¹.

A parte administrativa requeria basicamente dois tipos de ambiente: a secretaria que permitiria adotar a mesma largura da sala de aula, e o gabinete de professor e pesquisador que, usualmente, era compartilhado por duas pessoas e necessitava de um espaço menor, portanto poderia ser uma subdivisão do espaço de sala de aula. Assim, a ocupação da área de 30,00 m x 10,00 m por esse tipo de utilização provocou uma compartimentação muito acentuada, e conseqüentemente, o deslocamento da circulação lateral para o centro e a inclusão da fachada norte como opção de ventilação e iluminação de ambiente de uso permanente. Nesse caso, tornou-se indispensável a utilização de proteção à incidência solar na fachada norte (foto n.º 17).



Foto n.º 17 – Fachada de Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B: brises.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. UFASA: bloco B – brises. Campus do Gragoatá. Niterói, RJ: 2002d. 1 fotografia.



Foto n.º 18 – Interior de Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B: vista do corpo central B em direção à ala de salas de aula (corpo A ou C).

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. UFASA : bloco B – vista interna. Campus do Gragoatá. Niterói, RJ: 2007g. 1 fotografia.

⁸¹ A figura n.º 13, mais à frente, ilustra a flexibilidade do espaço, com algumas possibilidades para sua compartimentação.

A partir da área necessária para cada setor de ensino e da área disponível para a implantação do campus, concluiu-se que a Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula seria composta por: um pavimento térreo de acesso e 4 pavimentos-tipo (figura n.º 13), sendo que em cada um deles seriam utilizados dois conjuntos de 30,00 m x 10,00 m. Essa opção obrigava o uso de circulação vertical por elevador⁸². O pavimento térreo contém recepção e acesso no corpo central ladeado por duas áreas que correspondem às prumadas dos espaços de 30,00 m x 10,00 m liberados para compartimentação. Dessas duas áreas, uma delas se refere a um espaço livre (pilotis) para uso coletivo (foto n.º 19), coberto e sem fechamentos laterais voltado para a área descoberta de utilização coletiva (praça central); e uma outra área, localizada no lado oposto, voltada para a via de serviço que poderia ser utilizada como: um auditório de 150 lugares ou por espaços de serviço (almoxarifado, sanitários, vestiário de serviço, centrais telefônicas, núcleos de manutenção). O pavimento-tipo, além das duas áreas livres para compartimentação de 30,00 m x 10,00 m (corpos A e C), possui um núcleo central (corpo B) composto por: sanitários, depósito de lixo, copa, hall dos elevadores e duas caixas de escala enclausurada com antecâmara, encimado por caixa d'água e casa de máquinas de elevador. Portanto, cada Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula é composta por três corpos (A, B e C) unidos por juntas de dilatação e a figura seguinte apresenta os seus cinco pavimentos.



Foto n.º 19 – Detalhe da fachada da Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula no Campus do Gragoatá – Bloco B: pilotis.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. *UFASA : bloco B – pilotis*. Campus do Gragoatá. Niterói, RJ: 2002e. 1 fotografia.

⁸² O MEC induzia a opção por edificações pequenas sem elevador alegando o alto custo da execução da obra, porém o motivo, embora não fosse verbalizado, era dificultar o encontro de um número grande de estudantes. Da mesma forma que o sistema de créditos adotado pelas Universidades, com o objetivo oficial de permitir ao aluno construir o seu próprio currículo, evitava que as turmas permanecessem as mesmas, unidas do início ao fim do curso. O significado dessas intenções do MEC era garantir o controle e a ordem. De qualquer modo, nesse quesito o projeto da UFF quebrou a regra, conseguiu que fosse adotado o uso do elevador tendo em vista a demanda dos deficientes físicos, que naquele momento era uma luta que já se fazia presente, e também o extenso programa de necessidades da própria Universidade que ampliou o número de pavimentos para cinco ao invés de quatro sugeridos pelo MEC (NOGUEIRA, 2001).

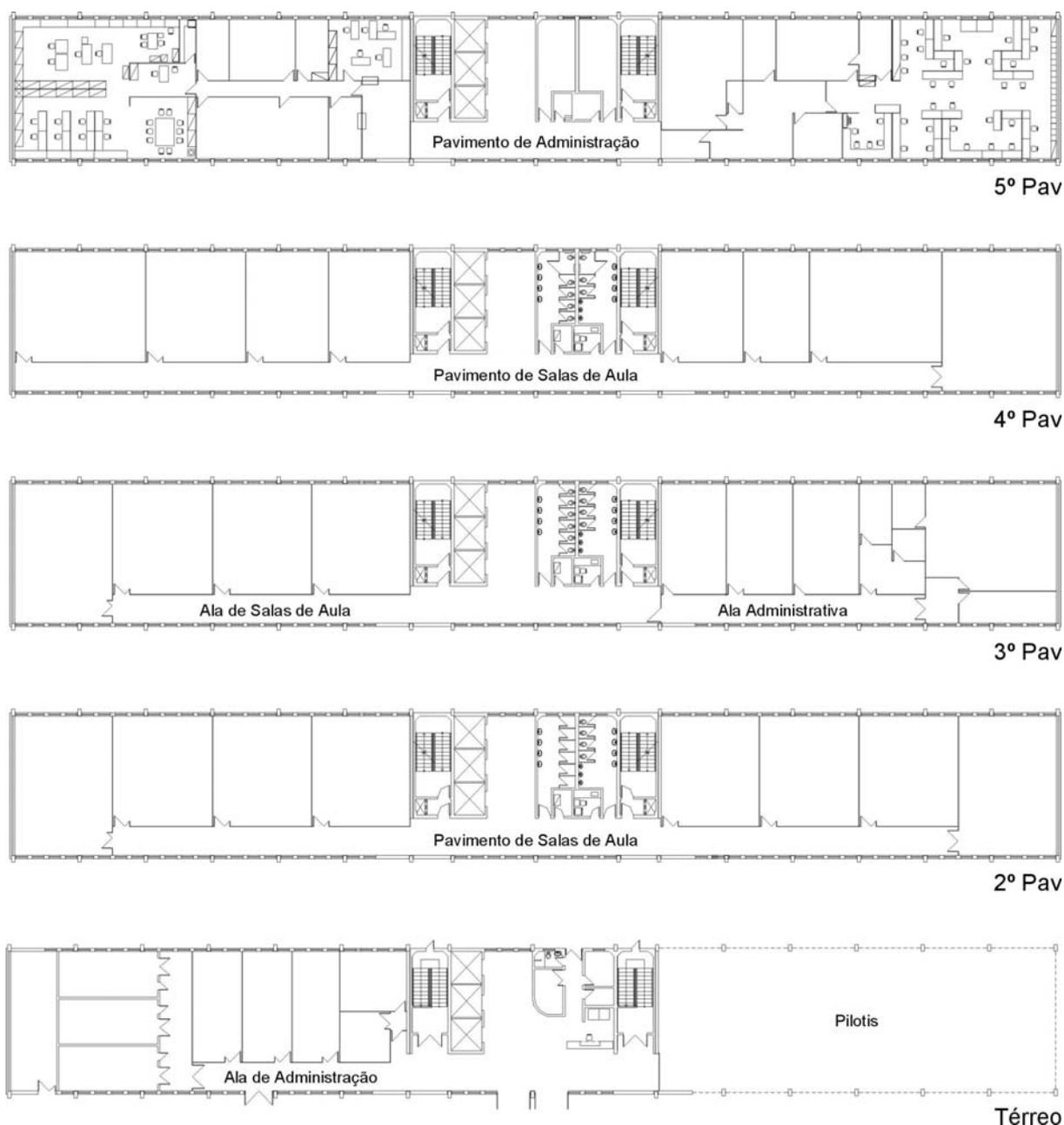


Figura n.º 13 – Plantas dos pavimentos-tipo da Unidade Funcional de Administração e Sala de Aula – Bloco B (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada na seguinte fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Administração. Bloco B: Plantas baixas do térreo, 2º, 3º, 4º e 5º pavimentos. Sem escala. Niterói, RJ: 2008.

Quanto ao processo construtivo, que evidencia a racionalidade, economia e a eficiência, de acordo com o Anteprojeto (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d, p.162),

a construção propriamente dos pavimentos livres será feita com lajes nervuradas que, associadas a um sistema de forros, serão utilizadas como canais de ventilação cruzada. A compartimentação será feita por divisórias removíveis, inclusive nas salas de aula. Os fechamentos laterais serão modulados a 1,25 m, e as empenas dos extremos da

edificação executadas em duas paredes separadas por colchão de ar visando minimizar o efeitos da incidência do sol vindo de leste ou oeste.

O Anteprojeto do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d) também incluiu o anteprojeto de infra-estrutura que abordou os seguintes tópicos: sistema viário, paisagismo, terraplanagem, pavimentação, rede de águas pluviais, rede de água potável, rede de esgotos sanitários e abastecimento de energia elétrica, comunicação e iluminação. Entre todos, destaco o anteprojeto de paisagismo como o estudo que compõe com o anteprojeto arquitetônico a harmonia das formas arquitetônicas e urbanísticas modernistas do campus da UFF – a integração pelo paisagismo. A composição paisagística propõe:

A implantação de uma vegetação maciça de porte arbóreo, constituindo um florestamento intencionalmente heterogêneo que agirá não só como fator da integração do conjunto de edificações, mas também desempenhará diferentes funções no metabolismo da área, quais sejam: melhoria da qualidade do ar; sombreamento; absorção de ruídos; fixação e absorção de poeiras; composição visual (função estética) e suporte à fauna (op. cit., p.215)

A partir da aprovação do Anteprojeto do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d) pelo Conselho Universitário da UFF e pelo CEDATE/MEC, a Universidade conseguiu, através do Acordo MEC-BID III (1985/1988), como já dito, acordo de cooperação técnica que objetivava à implantação de campus para modernizar as universidades, definir a primeira etapa da implantação do campus que

previu a construção de 16 prédios distribuídos pelas áreas do Valonguinho, Gragoatá e Praia Vermelha, no centro de Niterói, num total de 81.621 m² de construções e reformas num total de 14.840 m². [...] Entretanto, a insuficiência dos recursos alocados impossibilitou o cumprimento de todas as metas programadas, especialmente nas áreas de obras e equipamentos (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981, s.d.).

O campus começou a ser implantado em 1984 e algumas edificações que deveriam ser construídas com os recursos do Acordo MEC-BID III não saíram do papel. As unidades contempladas no referido Acordo e construídas naquele momento foram implantadas conforme o projeto do campus, porém de maneira relativamente dispersa⁸³

⁸³ No campus do Gragoatá: restaurante, biblioteca central, dois prédios do Instituto de Ciências humanas e Filosofia, o prédio do Instituto de Letras, o da Faculdade e Educação, o de sala de aula e o da Escola de Serviço Social. No campus da Praia Vermelha: o prédio do Instituto de Física, do Instituto de Geociências, parte do prédio de restaurante (onde funciona provisoriamente a biblioteca), e construção de outro prédio para a Escola de Engenharia. No convênio MEC/BID III também estavam previstas, mas não foram realizadas, as construções dos prédios: do Instituto de Artes e Comunicação Social/Núcleo Audio-visual, da Faculdade de farmácia, da Faculdade de economia, e também, as reformas de um dos prédios existentes para ser utilizado pela Faculdade de Odontologia e de um prédio da Escola de Engenharia (figura n.º 15).

pelos terrenos. Isso demonstrou uma intenção da estratégia de ocupação da área: definir e ocupar todo o território, enquanto um espaço planejado e garantir o uso dessas áreas pela Universidade (foto n.º 20 e figura n.º 14). Depois de 1985, com a perspectiva de inclusão da UFF no Programa MEC/BID IV surgiu a possibilidade de uma nova etapa de implantação do projeto, mas isto não ocorreu (figura n.º 14). E, finalmente, em 16 de agosto de 1990 o campus foi inaugurado, como noticiou o jornal O Fluminense: “UFF realiza sonho de inaugurar ‘campus’ (UFF, 1990); e “UFF abre ‘campus’ após 6 anos de obras” (UFF, 1990a).



Foto n.º 20 – Vista área parcial da cidade de Niterói onde o Campus da UFF foi implantado – 2008 (Imagem sem escala).

Fonte: Vista área parcial da cidade de Niterói. Disponível em <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

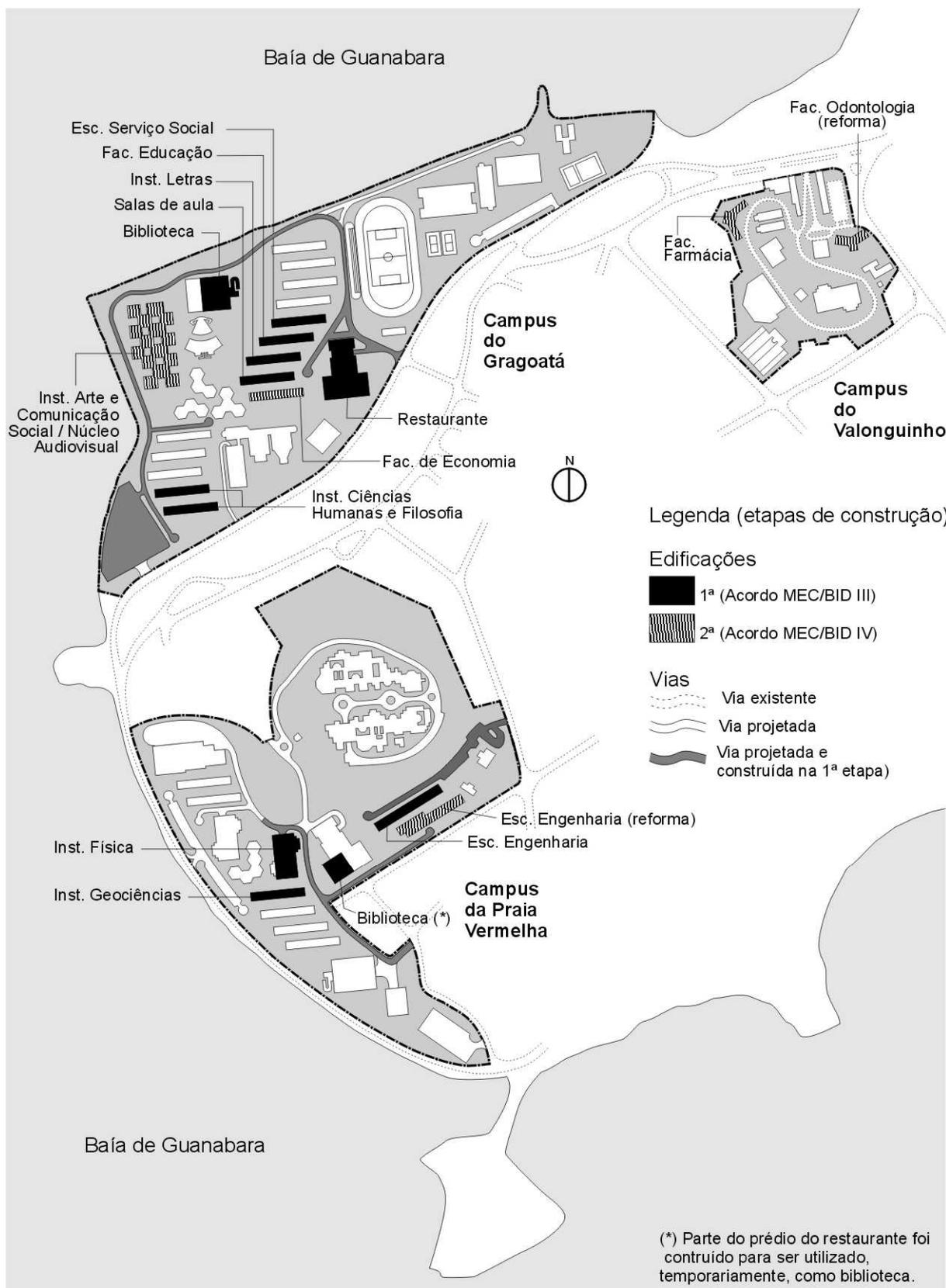


Figura n.º 14 – Planta de situação do Campus da UFF: etapas de construção (Planta esquemática, sem escala).

Montagem própria baseada nas seguintes fontes: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Prefeitura do Campus. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1996; e UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (s.d.; 1977: 1977a; 1977b; 1981d).

A interpretação do projeto do campus da UFF mostrou como os valores do discurso hegemônico sobre a concepção de universidade, à época, e sua correspondente forma edificada, sintetizados no signo 'campus modernista', se manifestaram no projeto do seu território e, também, que parte dos sentidos interpretados no item anterior (etapa referente ao processo da elaboração do projeto) foram revigorados quando o projeto foi concluído. Além disso, como o sentido dominante de campus universitário foi designado como correspondente ao sentido da 'universidade para a modernização (conservadora)', o mesmo pode ser estendido, como hegemônico, ao projeto do campus da UFF, o qual pode ser considerado, então, uma pré-materialização do signo 'campus modernista', na medida que corresponde à etapa intermediária entre a idealização e a construção da obra.

Todavia, embora não seja o foco principal do presente trabalho, gostaria de acrescentar algumas considerações acerca da forma arquitetônica e urbanística efetivamente construída. É importante deixar claro, como em parte já indicado, que há distinção entre o discurso escrito, o discurso desenhado e o discurso edificado. Até então, procurei mostrar que um valor, isto é, um conjunto de traços culturais, ideológicos ou institucionais pode ser expresso pela escrita ou pela forma desenhada: discurso escrito e discurso desenhado. E que o seu significado pode ser o mesmo, pode ser fortalecido, ou pode ser acrescido de outros.

No caso das formas arquitetônicas e urbanísticas, o discurso escrito referente a elas equivale a uma etapa preliminar no processo da sua concretização efetiva. O discurso desenhado corresponde ao aprofundamento e o desenvolvimento da etapa anterior (discurso escrito) para viabilizar a etapa seguinte, a do discurso edificado. O discurso desenhado faz, então, uma mediação entre os dois modos discursivos, o escrito e o edificado. O discurso edificado pode ter outros significados diferentes das etapas anteriores, porque a forma arquitetônica e urbanística edificada ou implantada possibilita uma outra dimensão dialógica a partir da experiência sensorial dos usuários - olhar, ouvir, sentir cheiros - e das atividades cotidianas ao vivenciar um determinado ambiente. O caminhar entre as edificações, por exemplo, propicia a estruturação de um outro texto, um texto urbano entre os cheios e os vazios, que, ao entrelaçar-se a outros caminhos delineia uma história múltipla e instigante da cidade e abre espaço para outras possibilidades dialógicas.

O caminhar pelo campus da UFF, especialmente as áreas do Gragoatá e da Praia Vermelha, nos apresenta um ambiente ordenado e geometrizado, que muito difere do caminhar pelas ruas dos bairros onde o campus foi inserido, cuja estrutura urbana

guarda característica dos núcleos urbanos do século XIX, com a praça, a igreja, o clube, com o casario antigo e seus exemplares assobradados (fotos n.ºs 21, 22, 23 e 24) e as ruas estreitas e tortuosas (figura n.º 15). Há uma contraposição entre as formas arquitetônicas e urbanísticas existentes dentro do campus e fora dele, bem como divergências de cada conteúdo e, também, no aspecto que os diferencia enquanto espaço público e privado.

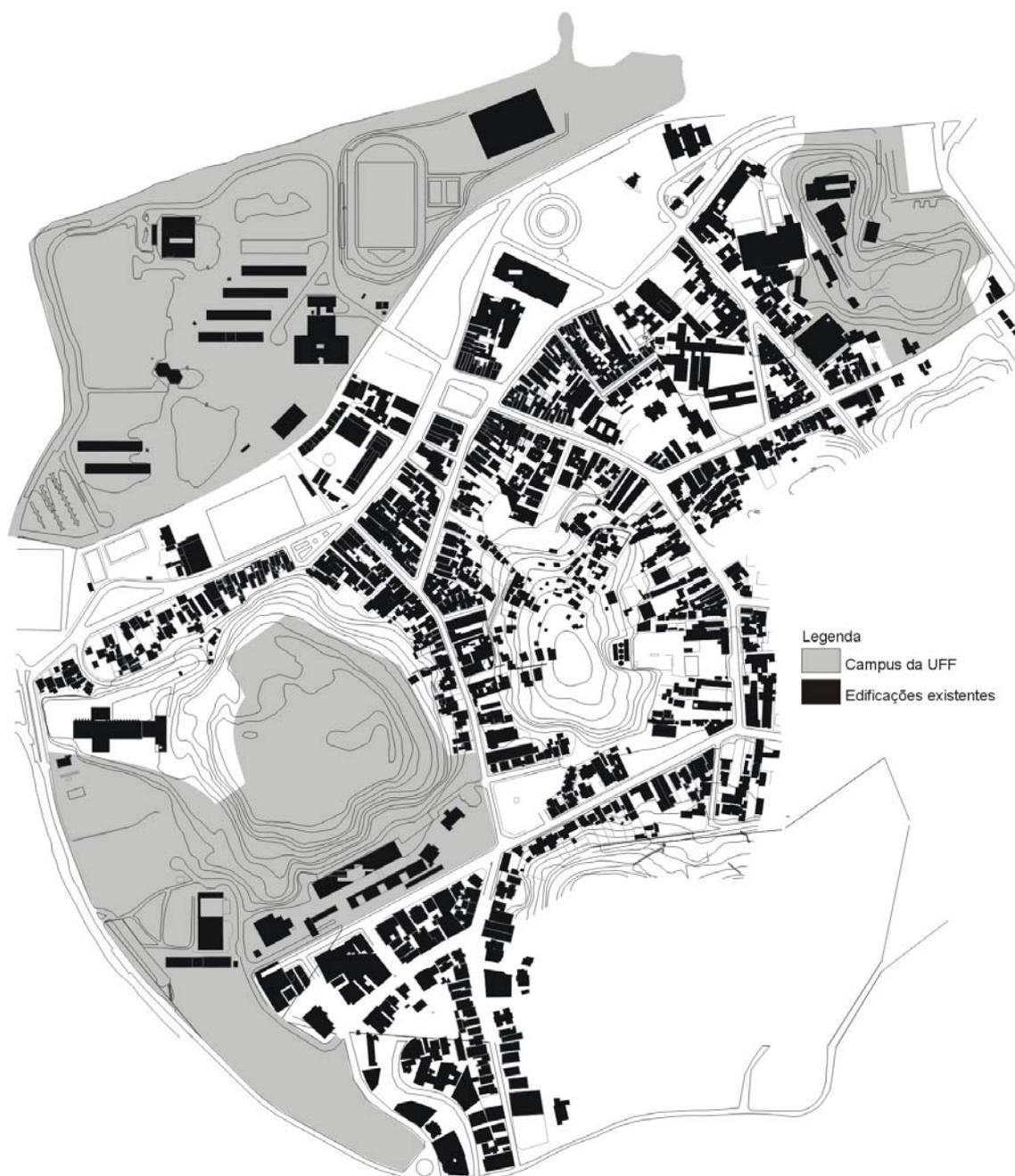


Figura n.º 15 – Planta de situação do Campus da UFF e dos bairros vizinhos – 2008 (Planta esquemática figura-fundo, sem escala).

Montagem própria baseada na seguinte fonte: NITERÓI (RJ). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Preservação e Reabilitação do Patrimônio Cultural. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 2008.



Foto n.º 21 – Casario junto à Igreja de São Domingos, rua Alexandre Moura, próximo à entrada principal do Campus do Gragoatá.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial da rua Alexandre Moura. São Domingos. Niterói, RJ: 2008. 1 fotografia.



Foto n.º 22 – Casario da rua Presidente Domiciano próximo a uma das entradas do Campus da Praia Vermelha.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial da rua Presidente Domiciano. São Domingos. Niterói, RJ: 2008a. 1 fotografia.



Foto n.º 23 – Casario da rua Andrade Neves próximo ao Campus do Valonguinho.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial da rua Andrade Neves. São Domingos. Niterói, RJ: 2008b. 1 fotografia.



Foto n.º 24 – Casario da rua José Bonifácio próximo à entrada principal do Campus do Gragoatá.

Fonte: NOGUEIRA, Denise T. Vista parcial da rua José Bonifácio. São Domingos. Niterói, RJ: 2008c. 1 fotografia.

O campus da UFF construído, ainda que parcialmente e em um contexto diferente da etapa relativa ao processo de elaboração do projeto (1964-1981), mas próximo (as obras começaram em 1984), reificou o signo ‘campus modernista’ e estabeleceu outras relações dialógicas. A título de exemplo, entre muitas possibilidades, especifico o dialogismo ocorrido entre os sujeitos discursivos: os docentes da UFF, o Jornal do Brasil, o jornal O Fluminense e os moradores dos bairros do entorno do campus, todos identificados às posições de sujeito conservadoras; e também os técnicos dos órgãos de planejamento da UFF, assentados à posição ‘arquitetônica e urbanística preservacionista’.

A partir da construção do campus, relato um dos efeitos provocados e que identifiquei durante a pesquisa empírica para minha dissertação de mestrado (NOGUEIRA, 2001). Como já mencionei no início do item, nesse trabalho anterior analisei, entre outros aspectos, a inter-relação do campus com os bairros onde estão inseridos, e seus efeitos recíprocos⁸⁴. Entre as obras da implantação do Campus da Praia Vermelha, o corte parcial do Morro do Gragoatá para a construção de uma das unidades funcionais que seria utilizada pela Escola de Engenharia causou alguns problemas aos bairros da Boa Viagem e São Domingos. A realização dessas obras tinha um sentido especial para a os técnicos dos órgãos de planejamento da UFF: a efetivação das formas arquitetônicas e urbanísticas projetadas. Entretanto, para os moradores o sentido disso foi diferente como veremos um pouco mais à frente, pois significou que ocorreriam enfrentamentos entre eles e a Universidade.

Os conflitos identificados durante a realização das obras constituíram um modo de interação, mesmo que transitória, e promoveram uma possibilidade de diálogo entre a UFF e os moradores do entorno. Mas estamos falando basicamente de interações no espaço físico, ou seja, aquelas que acontecem tendo como referência a utilização desse ambiente e que produzem interferência na vida dos moradores, estudantes e comerciantes. Importante registrar que o morro em questão já havia sido cortado na época da execução do aterro da Praia Grande e encontrava-se quase sem a vegetação de cobertura. Assim, o movimento de terra da obra do campus, além de propiciar a continuação dos impactos naquele ambiente, liberou uma grande quantidade de poeira. Na ocasião das chuvas, o solo exposto acarretou enxurradas de lama para o bairro, principalmente na Rua Presidente Domiciano. Segundo Preis⁸⁵, durante a gestão do Reitor Hildiberto Cavalcante (1986/1990),

⁸⁴ A implantação do campus da UFF interferiu no cotidiano desses bairros e desencadeou um processo de reestruturação das atividades desenvolvidas pelos moradores e produziu diversos efeitos, dos quais destaco alguns e específico a seguir. Nos bairros de São Domingos e Gragoatá embora ainda haja um predomínio do uso residencial, vem ocorrendo de forma gradual a mudança do uso das edificações para comercial, indicando a existência de um processo de mudança de identidade dos bairros em questão. E é na região da Praça Leoni Ramos que essa mudança se tornou mais evidente e se constituiu como um ponto importante de integração entre o campus e os bairros, através dos bares e restaurantes que atendem principalmente à comunidade universitária. Outro aspecto diz respeito à modificação do valor dos imóveis da região. Na Boa Viagem, por exemplo, a situação geográfica favorecida pela proximidade do mar e, também, a presença do campus, ambos se constituíram como fatores de valorização da área e conseqüentemente dos imóveis ali presentes. A implantação do campus também melhorou o abastecimento de água. Além disso, provocou mudança no transporte com criação de linha de ônibus, e no trânsito com o aumento do fluxo de veículos. Em ambos os casos houve efeitos, por um lado, com as respectivas alterações nos níveis de ruído (aumento da poluição sonora), por outro lado, com a contribuição para dinamizar e revitalizar a vida dos bairros. A presença do campus estimulou o surgimento de vários tipos de moradia de estudantes, fato que conferiu ao local uma nova identidade e que possibilitou a existência de trocas entre a população temporária (estudantes, preferencialmente) que necessitava de moradia, e a população fixa que precisava aumentar sua renda. Além disso, no caso do serviço de reprografia, como a estrutura do campus não atendeu a demanda dos usuários, provocou o surgimento de parte desse serviço em lojas localizadas fora dos seus limites. Por outro lado, mesmo com a presença de grandes espaços livres públicos no campus a população do entorno usufrui pouco dessas áreas. Esses efeitos indicam que houve uma considerável interferência nos bairros do Gragoatá, Boa Viagem e São Domingos.

⁸⁵ Professora Aidyl de Carvalho Preis, depoimento gravado em 25 de novembro de 1999 à época da pesquisa empírica para a elaboração da minha dissertação de mestrado (NOGUEIRA, 2001).

a comunidade já estava organizada através da associação de moradores e começou a protestar contra a lama, contra o lixo, contra a demora da obra. O protesto teve início com a colocação de uma faixa em frente ao Campus agradecendo à Universidade a lama e o lixo, e notas que saíram em jornais locais. [...] Eles estavam dispostos a fechar a Praia de Icaraí e não permitir a entrada na Universidade.

O depoimento acima pode ser confirmado pelas notícias veiculadas no Jornal do Brasil e no jornal O Fluminense entre março e junho de 1988:

Agora o marketing dos prejudicados ficou um tanto mais agressivo: colocada em ponto estratégico, a faixa fica como denúncia pública e constante da situação (DURANTE, 1988).

A ABOV (Associação de Moradores e Amigos da Boa Viagem) agradece à (escola de) Engenharia pelo lixo, lama e poeira (MORADOR, 1988).

com o desmatamento do morro, a lama e a sujeira continuam descendo e invadindo a rua (REUNIÃO, 1988).

A partir desses episódios, o Reitor constituiu uma comissão que entrou em contato com os moradores para fazer um levantamento e verificar quais eram as suas expectativas em relação à Universidade e quais eram os motivos concretos para os protestos. Essa comissão denominada Comissão de Projetos Experimentais - COPEX foi criada através da Portaria do Reitor nº 13.176, 17.05.1988, com o objetivo de articular a Universidade com a comunidade local e oferecer possibilidades de soluções de curtíssimo prazo para as suas demandas relacionadas à UFF. O primeiro trabalho da COPEX foi visitar as instituições (clubes, igreja, associação de bairro, escolas, entre outros) dos bairros para conhecer os moradores. O resultado obtido pela Comissão, através das conversas, foi a identificação de um sentimento de nostalgia que existia entre eles, referente à: perda das características originais e da identidade dos bairros, perda do contato direto com o mar, degradação do ambiente urbano em função do abandono da área do aterro, desvalorização dos imóveis.

Para os moradores vizinhos ao Campus, o sentido deste era a possibilidade de trazer alguma coisa positiva para os bairros, o mesmo sentido que tinha para os moradores identificados na etapa de elaboração do projeto. Entretanto, com o início da construção esse sentido foi alterado como pode ser observado no seguinte relato de um presidente da ABOV⁸⁶:

A comunidade usava o espaço do Campus para jogar bola, mães passeavam com bebês, mas o cercamento do Campus impediu. A comunidade considerou esse fato uma agressão, uma atitude ditatorial

⁸⁶ Carlos Augusto, presidente da ABOV em 1999. Depoimento gravado em 22.12.1999.

porque não houve uma consulta. A comunidade foi impedida de continuar usando o espaço do Campus, tentou negociar com a administração do Campus e a Universidade pediu que se fizesse, então um cadastramento das pessoas porque o cercamento havia sido feito para evitar o uso indevido com o consumo de drogas dentro dos seus limites e também proteger o patrimônio. Isso gerou um certo constrangimento porque esse espaço sempre foi da comunidade, era a antiga Praia Vermelha que foi aterrada. Depois do aterro a comunidade passou a usar o espaço para jogar bola e peteca, para passear, as crianças andavam de patins, faziam a festa junina do bairro. Quando a Universidade fechou o espaço foi uma perda para a comunidade, que ainda não assimilou isso muito bem. Você tinha o aterro que a comunidade usava, veio a Universidade e fechou o portão.

Por outro lado, o então Prefeito do Campus (1994/1998), James Hall confirmou⁸⁷ que foi procurado pela ABOV quando teve início o cercamento do Campus e expôs um outro ponto de vista:

A Universidade não fecharia seus portões, mas não se privaria de fazer um controle mínimo do fluxo. As atividades de lazer (jogos de bola) na minha gestão aconteciam normalmente. Eles faziam uma programação dizendo as pessoas que iriam freqüentar e eu fazia uma autorização.

Para os moradores, então, enquanto o sentido do projeto era o resgate da qualidade ambiental do bairro, o sentido do campus construído foi outro porque as obras, na perspectiva deles, tinham trazido complicações para a região. Pois, embora o aterro fosse um transtorno anterior e a construção do campus estivesse modernizando a região, a obra do campus provocou um problema: lixo, poeira, degradação do ambiente urbano. Para os docentes e técnicos de planejamento da UFF, o sentido desse significado era tratar-se de um entrave que poderia atrasar o cronograma das obras e, conseqüentemente, a implantação do campus; e a repercussão negativa que teria junto ao MEC e na cidade de Niterói. Por isso, a Universidade promoveu um debate com os moradores dos bairros vizinhos como podemos observar em manchete do jornal o Fluminense: “Universidade discute novo local do campus” (UNIVERSIDADE, 1988). Outras ações da UFF envolveram a COPEX que desenvolveu trabalhos⁸⁸ em conjunto com a comunidade até 1999, quando, ainda segundo o depoimento de Preis, extinguiu-se a necessidade de se manter o projeto

⁸⁷ Depoimento gravado em 28.08.2000.

⁸⁸ O primeiro evento: “São Domingos história de um bairro”, uma exposição da memória do bairro para resolver o problema do saudosismo. Foram reunidos objetos e fotografias da própria comunidade. Durante 3 dias, mais de 600 pessoas visitaram a exposição. O segundo evento - “Universidade de portas abertas para a comunidade” - foi um seminário realizado em parceria com o ETC em 1988, com o objetivo de avaliar os impactos ambientais positivos e negativos causados pela construção do Campus. Cerca de 70 pessoas da UFF e da comunidade vizinha participaram, inclusive a ABOV. Entre as muitas perguntas e depoimentos gravados, Preis (entrevista gravada em 25.11.1999) destaca a resposta de um senhor quando lhe perguntaram o que ele faria com o Campus da Universidade: implodiria. Ainda, entre outros eventos, destacamos: trabalho na biblioteca do CIEP Geraldo Reis; no clube de regatas Gragoatá; elaboração de um Plano diretor para ilha da Boa Viagem; feira do livro infanto-juvenil. Todos os projetos e eventos eram feitos em função dos pedidos da comunidade.

relacionado àquela comunidade, porque não havia tanta demanda. Em função disso, a COPEX foi substituída pelo Centro de Apoio às Atividades de Extensão – CAEX.

Ainda em relação à qualidade de vida impactada pela inserção do Campus na região da Praia Vermelha, outros aspectos permeavam os diálogos entre a Associação de Bairro e as autoridades da UFF, pois preocupavam os moradores e também significavam para eles a probabilidade de mais problemas: a possibilidade que o aumento da densidade populacional agravasse o problema da falta de água existente no bairro; o gabarito das edificações do Campus, o que no entendimento deles poderia acarretar o comprometimento da ventilação e da observação da paisagem (a vista para mar e do Rio de Janeiro); que houvesse especulação imobiliária desenfreada na região; e questões pouco esclarecidas a respeito de terrenos que estariam na área desapropriada para o Campus onde foram construídos pela iniciativa privada dois edifícios residenciais. Muitos dessas preocupações não se confirmaram. Por exemplo, na época da implantação do campus a Companhia Estadual de Água e Esgoto – CEDAE, concluiu a obra do anel de distribuição de água nos bairros e resolveu indiretamente o problema dos moradores. Com isso, para alguns Sujeitos Discursivos houve uma modificação dos sentidos dos discursos escrito e desenhado para o discurso edificado; para outros o sentido do projeto do campus e da sua construção foi o mesmo, a melhoria das condições ambientais do seu bairro. Para esse conjunto de moradores essa expectativa estava presente no discurso escrito, foi reforçada no discurso desenhado e concretizada no discurso edificado. Para outros moradores não, o sentido dos discursos escrito e desenhado era um, e do discurso edificado era outro. Para os técnicos dos órgãos de planejamento da UFF o sentido do efeito positivo do campus para os moradores significou a confirmação de que o campus pode ser um instrumento de desenvolvimento local. E para o governo federal o sentido da implantação do campus da UFF, mesmo parcial, foi a concretização físico-espacial da ‘universidade para a modernização’ (conservadora).

Por fim, é importante frisar que o projeto do campus da UFF até o presente [2008] não foi implementado na íntegra, tanto pela falta de recursos previstos quanto pelo fato de os acordos de financiamento não contemplarem os projetos na sua totalidade, mas também especialmente por limitações decorrentes de mudanças políticas e decisões estritamente econômicas tomadas em instâncias governamentais superiores e distantes. Assim sendo, o campus da UFF, com seu modelo arquitetônico e urbanístico modernistas, não pode, até agora, ser vivenciado plenamente, nem por seus usuários diretos (professores, pesquisadores, alunos e funcionários), nem pela cidade que o acolhe.

Como visto, o campus universitário modernista foi o modelo adotado para o espaço físico das universidades federais brasileiras a partir da reforma universitária da década de sessenta. O modelo decorreu de uma reforma conservadora que trouxe no seu bojo a integração como um valor. Esse valor fundamentou a concepção de Universidade e, no caso da UFF, se expressou de forma funcional e simbólica no projeto do seu campus, bem como na forma de inserção e relação com a cidade.

Antes da reforma a universidade funcionava como uma instituição isolada onde a não integração com a sociedade era um traço marcante. Mas, a partir da adoção da forma 'campus modernista' consolidou-se a ruptura da universidade reformada frente à universidade tradicional. Após esse momento, a nova estrutura da universidade foi expressa internamente no campus através da articulação entre os cursos, escolas e institutos a partir do departamento, o que não significou necessariamente uma maior interação com a sociedade. Porém, se antes havia um ensino disciplinar estanque (o das cátedras e das escolas), após a reforma o ensino passou a possibilitar, ou pelo menos o governo pretendia que assim o fosse, a integração dos diversos campos de conhecimento como caminho ao desenvolvimento econômico e social, e à interpretação da própria nação em si. Além disso, uma das funções de integração da universidade seria a de integrar o país com outros mais desenvolvidos. Assim, para o governo federal, sob esse aspecto a universidade passou a ter mais um sentido: o de integração. Entretanto, na avaliação do MEC elaborada no Seminário de Conceituação de Campus Universitário realizado em 1981 em Brasília (CAMPUS, 1984) referente aos resultados da implantação do modelo campus observou-se que, de uma maneira geral, as universidades federais brasileiras não conseguiram criar condições de integração com as cidades onde foram implantadas. Porque de acordo com observação feita durante esse seminário,

o conceito de autonomia universitária, que foi uma reivindicação muito cara para as entidades brasileiras, foi levado a extremos e num desses extremos está essa idéia de que o planejamento do Campus não tem, ou tem muito pouco a ver com o planejamento da cidade, na qual está inserido (FARRET, 1984, p.31).

No caso da UFF, embora o campus traga em si a idéia de integração ela efetivamente ocorreu de forma diferenciada, e nem sempre como estava previsto no Plano Diretor (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977a; 1977b) e no Anteprojeto (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d). Por um lado, no interior de cada uma das três áreas do campus a sua implantação propiciou locais de integração nos espaços de uso comum e nas áreas centrais onde só ocorre a circulação de

pedestres, conforme estava previsto no projeto. Por outro, ao se considerar o campus da UFF na sua totalidade, ou seja, como unidade das três áreas descontínuas, não integradas fisicamente entre si, mas articuladas institucionalmente, é possível verificar que a idéia de um todo se dá pela integração que, tanto a cidade, quanto a própria atividade universitária, proporcionam a eles. A cidade integra as três áreas do campus por conta da circulação dos usuários e expande o espaço universitário para além das fronteiras físicas. Nesse aspecto, ocorre a flexibilização dos limites formais e um esboço da consolidação do bairro universitário como intencionava o Plano Diretor do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977a; 1977b). Todavia, a integração ocorre de modo centrífugo, para fora dos limites do campus, porque são os seus usuários que circulam pela cidade de uma área a outra do campus e não os moradores vizinhos que adentraram ao campus. Isso, em parte, contradiz as intenções presentes no Anteprojeto do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d) que vislumbrava uma integração de caráter centrípeto. Além disso, esse modo particular de integração entre o campus da UFF e os bairros do seu entorno se contrapõe à avaliação feita pelo próprio MEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade pública federal brasileira foi, e ainda é, objeto de reforma por parte do governo, em função do vínculo que existe entre o projeto de Nação e o conteúdo de uma instituição de ensino superior. A reforma universitária da década de sessenta foi aquela que gerou maior interferência na universidade pública federal brasileira porque, mesmo tendo mantido a utilização da arquitetura modernista, instituiu um novo modelo educacional e, também, definiu uma outra forma arquitetônica e urbanística para a sua implantação, o ‘campus modernista’.

A interpretação desse signo foi tornada complexa pelo uso da metodologia baseada no dialogismo bakhtiniano – a hermenêutica dialógica. E, também, pela contribuição de Barthes na qual a cidade é tratada como um discurso; de Eco, que considera a arquitetura como um sistema de signos; e de Canevacci que indica as múltiplas linguagens da cidade. Esse modo de compreender os dizeres sobre o mundo me permitiu identificar e interpretar os vários pontos de vista sobre as universidades públicas federais brasileiras e suas correlatas formas arquitetônicas e urbanísticas, bem como as relações dialógicas relativas aos temas universidade e campus que foram estabelecidas entre os diversos sujeitos presentes no contexto da reforma universitária.

Nos dois momentos abordados neste trabalho, que envolvem respectivamente o processo de criação da UFF e do seu campus, o primeiro (1956/1964) correspondeu à criação da Universidade e foi o que apresentou maior riqueza dialógica pelo expressivo número de posições de sujeitos identificadas em função de um contexto de caráter democrático. No que se refere aos discursos identificados nesse período, o discurso do governo federal se tornou hegemônico e sobrepôs-se aos demais discursos não-críticos e, paradoxalmente, também aos discursos críticos – da UNE, do jornal NR e de outros sujeitos ancorados na posição ‘educador evolucionista’ – os quais entreviam a educação como formadora da consciência nacional para transformar radicalmente o país política e socialmente. Assim, o signo do discurso preponderante relativo ao tema universidade, embora acenasse com uma idéia de progresso não supunha uma mudança no tipo de sociedade, e pode ser sintetizado na expressão ‘universidade para a modernização’, modernização essa de caráter preservacionista. Esse signo tornou-se hegemônico e se estendeu, ainda que agora com caráter conservador, até o período em que o projeto do campus da UFF foi elaborado e implantado (1964/1981), porque foi o orientador de políticas públicas e se socializou para além do processo dialógico aqui interpretado. Portanto, em termos do território universitário o signo dominante naquele contexto foi o ‘campus modernista’, composto pela forma arquitetônica e urbanística modernista (significante), pelo

seu conteúdo vinculado à universidade para a modernização conservadora (significado), e pelos seus sentidos, que, neste trabalho resultaram das relações discursivas identificadas tanto no processo de criação da universidade quanto na elaboração do projeto do seu campus e, também no próprio projeto em si. Na interpretação do signo UFF, especificamente os sentidos desse discurso, identifiquei linguagens, línguas e vozes cujos valores, princípios e fundamentos regeram os textos, aqui particularmente, os projetos de universidade e os projetos das formas de territorialização da Universidade Federal Fluminense.

A então UFERJ foi criada como uma universidade para a modernização (conservadora), mas com uma nuance particular: a valorização da cultura fluminense. Porém, essencialmente, o entendimento maior sobre o papel da Universidade para o estado do Rio de Janeiro e, também, sobre a natureza do processo de desenvolvimento da nação, era que a nova universidade abarcasse a perspectiva de progresso econômico e social gradual, sem mudança radical na estrutura social e, muito menos, sem revolução. A Universidade melhoraria as condições da educação superior do estado e também ampliaria as oportunidades de acesso a ela, de modo a propiciar ao Rio de Janeiro um posicionamento paritário frente às demais unidades da federação que direcionavam suas ações em prol do tipo de desenvolvimento apregoado pelo governo federal. A modernização ocorreria mantendo-se as tradições fluminenses. Portanto, se no início da década de sessenta, no geral, a universidade federal pública brasileira constituiu-se como uma 'universidade para a modernização' de conteúdo preservacionista, no caso particular da UFERJ essa 'modernização' tinha, diferentemente, cunho conservador.

A forma arquitetônica e urbanística correspondente ao conteúdo 'universidade para a modernização (preservacionista)' preconizava, no início dos anos sessenta, a constituição de um espaço universitário coletivo e integrado, ainda denominado 'cidade universitária' em função de resquícios da denominação vigente para as formas de territorialização da universidade. Esse espaço universitário modernizado possibilitaria a realização da atividade universitária que se pretendia transformar estruturalmente através da reforma em curso.

No caso da UFERJ, como reiterado acima, prevaleceu a visão de mundo conservadora. À época da sua criação, a Universidade não constituiu a sua cidade universitária, e sua forma de territorialização no espaço urbano foi configurada sem intervenções radicais e constituída por edificações isoladas já existentes e dispersas pelo município de Niterói, diferentemente do que foi proposto e executado à mesma época, em parte, para a Universidade de Brasília, por exemplo.

No segundo período estudado (1964/1981), em que o projeto do campus da UFF foi elaborado, a reforma universitária se efetivou no final da década de sessenta, já sob o comando dos governos militares, que mantiveram a consigna da 'universidade para a modernização', porém com atributos agora claramente conservadores. Esse novo predicado da modernização indica que houve um desvio da formulação do projeto de universidade do início da década.

A partir da reforma universitária os instrumentos de planejamento estabelecidos e implantados vincularam a idéia de 'universidade para a modernização (conservadora)' a uma forma arquitetônica e urbanística específica – o campus modernista – que expressava os valores preponderantes de então: eficiência; economia; funcionalidade; autonomia; flexibilidade; melhor utilização da capacidade instalada; integração; e eliminação do desperdício e da suntuosidade (elementos associados à universidade tradicional). Nesse momento, considerado na história do país como um período de exceção, houve um empobrecimento do dialogismo relativo ao tema trabalhado, em função da retração do número de sujeitos discursivos que participassem ativamente do processo de elaboração do projeto do campus da UFF. No contexto mais geral, os sujeitos discursivos críticos foram colocados em uma condição desfavorável no embate pela hegemonia do significado da universidade, em função das suas dificuldades de manifestação de idéias por causa da ditadura militar. No dialogismo possível no período, ficou estabelecida a seguinte correspondência direta entre conteúdo (universidade) e forma (arquitetônica e urbanística): universidade para a modernização (conservadora) ↔ campus modernista.

Pode parecer um paradoxo que o atributo modernista tenha se mantido aplicado às formas arquitetônicas e urbanísticas das universidades públicas federais brasileiras em dois contextos regidos por significados de universidade distintos. Mas, ao longo do trabalho procurei esclarecer exatamente como o modernismo arquitetônico e urbanístico pode ser o parâmetro a duas formas distintas de territorialização universitária, correspondentes a duas concepções de universidade: a da tradição e a da modernização em seus diferentes matizes (preservacionista e conservador). A forma permaneceu a mesma apesar das mudanças políticas e ideológicas, porque a arquitetura modernista é um signo, cujo significante (forma modernista) e seu significado (ruptura com o passado, inovação) podem adquirir sentidos diferentes conforme o contexto. Na disputa pela hegemonia dos sentidos da forma modernista no período 1956/1964 prevaleceu o vínculo ao desenvolvimento nacionalista, e que se manteve apesar da alteração do quadro político ocorrida no período subsequente. Além disso, em paralelo os valores da arquitetura modernista foram consolidados como um cânone no país na década de sessenta, o que resultou

numa dificuldade para o rompimento do padrão formal instituído. Por isso a forma modernista permaneceu.

De maneira sintética a relação entre o conteúdo e a forma interpretada nos dois momentos do processo de criação da UFF e de seu campus pode ser observada nos quadros seguintes:

Quadro n.º 7 – UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA				
Síntese da relação conteúdo/forma (situação geral)				
UNIVERSIDADE (signo)		CONTEÚDO (significado)	FORMA (significante)	
Período	Modelo de estruturação		Modelo de territorialização	Forma arquitetônica e urbanística
1956 / 1964	Conglomerado de unidades de formação profissional (faculdades)	Universidade para a modernização (preservacionista)	Distintas unidades implantadas de maneira dispersa e não integrada, em uma mesma área periférica	Cidade Universitária Modernista (preservacionista)
1964 / 1981	Departamental temático	Universidade para a modernização (conservadora)	Unidades integradas em uma mesma área periférica	Campus modernista (conservador)

Quadro n.º 8 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UFERJ/UFF)				
Síntese da relação conteúdo/forma (situação específica)				
UNIVERSIDADE (signo)		CONTEÚDO (significado)	FORMA (significante)	
Período	Modelo de estruturação		Modelo de territorialização	Forma arquitetônica e urbanística
1956 / 1964 (UFERJ)	Reunião protocolar de escolas e faculdades Fluminenses	Universidade para a modernização (conservadora)	Unidades isoladas implantadas de maneira dispersa e não integrada em Niterói	Sem forma específica
1964 / 1981 (UFERJ/UFF)	Departamental temático	Universidade para a modernização (conservadora)	Unidades integradas, localizadas em três campi urbanos	Campus modernista (conservador)

O campus da UFF foi projetado nesses moldes e concretizaria a universidade para a modernização (conservadora). Além disso, daria impulso à integração institucional e à reintegração territorial, econômica e afetiva da cidade de Niterói (campus = solução para a universidade + salvação para a cidade), explicitando seu sentido dominante também conservador. O projeto do campus da UFF foi aprovado pelo CUV em 1981 e até hoje ainda não foi totalmente edificado.

Importante ressaltar que o período correspondente à elaboração do projeto do campus e sua implantação coincide com o período de radicalização da modernidade que alguns autores especificam como pós-moderno. Ao mesmo tempo em que os modelos de urbanismo e arquitetura modernista passaram a ser revisados, criticados e rejeitados fora do Brasil, entre muitas razões destaque, como um dos motivos, o desprezo pelos contextos de bairro e a ruptura com o passado que os prédios modernistas impunham, a arquitetura modernista no Brasil era institucionalizada como padrão e as universidades públicas federais o adotaram plenamente. Mas no caso da UFF, no projeto transparece uma preocupação com o contexto espacial / social de inserção,

Outro ponto relacionado às interpretações realizadas se refere ao modo como os valores predominantes no discurso escrito (eficiência; economia; funcionalidade; autonomia; flexibilidade; melhor utilização da capacidade instalada; integração; racionalidade) se apresentaram no discurso desenhado: os projetos arquitetônicos e urbanísticos. Nas formas arquitetônicas eles se materializaram através das plantas livres, dos pilotis, dos brises, da estrutura despojada de adornos, da padronização e modulação dos ambientes, na concepção das 'unidades funcionais' e na possibilidade de as obras de construção ocorrerem progressivamente. Nas formas urbanísticas os valores foram expressos através do zoneamento setorial das atividades, da separação entre os tráfegos de veículos e pedestre, na definição da área central como um local de convívio coletivo e na integração, pelo paisagismo, entre essas próprias formas urbanísticas e os objetos arquitetônicos.

A integração foi um dos valores em destaque nos assuntos relacionados à reforma universitária em vários níveis, quer seja na concepção de universidade quer seja na sua forma de territorialização. Antes da reforma a universidade funcionava como uma instituição isolada e não integrada com a sociedade. Depois da reforma, a universidade modernizada articulou institucionalmente os cursos via departamento e territorialmente através do modelo campus, pelo menos pretendia que assim o fosse. Departamento e campus significaram ruptura com a universidade tradicional, e a integração interna da universidade (plano interno institucional) que poderia integrar o próprio país em si (plano interno nacional) e, em outra dimensão, com outros países mais desenvolvidos.

Um outro aspecto da integração apareceu quando a forma projetada passou para a condição de forma edificada, ou seja, quando o modo de apresentação do discurso 'campus' mudou, de um discurso desenhado para um discurso edificado. No caso da UFF, embora a idéia de integração seja um dos elementos estruturantes do campus ela também ocorreu de forma diferenciada e de modos não previstos no seu projeto. As áreas centrais de cada uma das três áreas do campus são pontos de integração previstos no projeto e que efetivamente se consolidaram na prática. Todavia, embora não haja uma continuidade da malha urbana entre as áreas do campus e os bairros vizinhos e, também, existam fronteiras físicas que delimitam os limites, isso pode dificultar a integração ente campus e cidade. Mas, ao se ter em conta que o campus é uma totalidade onde essas áreas são articuladas institucionalmente, é possível perceber que além da atividade universitária, é a própria cidade que proporciona a integração das três áreas do campus. A cidade promove tanto a integração das três áreas do campus em função da circulação dos seus usuários, quanto a expansão do espaço universitário para além das suas fronteiras físicas. Nesse aspecto, ocorre a flexibilização dos limites formais e, como previsto no Plano Diretor do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1977a; 1977b), um esboço da consolidação do bairro universitário. Todavia, esse modo de integração, em parte, contradiz as intenções presentes no Anteprojeto do Campus (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1981d) que intencionava uma integração de caráter centrípeto. O que de fato ocorreu foi a integração de cunho centrífugo, para fora dos limites do campus, porque são os seus usuários que circulam pela cidade de uma área a outra do campus e não os moradores vizinhos que adentraram ao campus.

A integração com a cidade, ainda que, como um desvio de percurso, não era uma característica comum para as demais universidades públicas federais brasileiras. Esse desvio pode ser explicado pelas diferentes relações dialógicas que se estabelecem em cada um dos três modos de expressão do discurso 'campus': o escrito, o desenho e o objeto posto no mundo, sendo que este último se concretizou em um contexto diferente dos outros dois. Essas três modalidades de discurso aqui tratadas podem, ou não, apresentar o mesmo significado. No caso do campus da UFF sim, porque como já dito, os significados hegemônicos – modernizador (conservador) e integrador – perpassaram as três modalidades discursivas.

Em contraposição ao modelo de campus universitário que se tornou dominante na disputa entre os vários Sujeitos Discursivos identificados ao longo de todo o processo, no qual o campus da UFF é um exemplo, o que marcaria a diferença entre o discurso do governo federal e os discursos dos sujeitos críticos, em termos concretos sobre o projeto

dos campi? Em outros termos, que forma teria um campus concebido por perspectiva de modernização crítica revolucionária ou evolucionista?

Um dos sujeitos discursivos que manifestou publicamente idéias sobre o espaço construído foi aquele identificado à posição ‘estudante revolucionário’, diretamente a UNE, apesar das formas arquitetônicas e urbanísticas serem um ponto secundário em todo o contexto da reforma universitária da década de sessenta. A UNE apresentou o seu projeto de ‘cidade universitária’ na Carta do Paraná (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1962): ela deveria possibilitar a integração entre os indivíduos e, também, com a sociedade; não deveria promover a discriminação socio-econômica; os prédios deveriam ser modestos. A sua função era ser uma força de transformação social, significando uma universidade autêntica que superasse as deformações da universidade tradicional.

O campus universitário constituído nessa perspectiva crítica poderia adotar as mesmas formas arquitetônicas e urbanísticas modernistas, desde que integradas à cidade, porque os valores indicados acima são praticamente os mesmos atribuídos ao ‘campus modernista’. O que muda é que o mesmo significante (forma: campus modernista) e o significado (da forma: inovação, integração, superação da universidade tradicional) adquiriram sentidos diferentes naquele contexto. A distinção entre o discurso da UNE e o discurso do governo federal é o sentido que o campus passou a ter para cada um: para os sujeitos revolucionários o campus modernista indicava a superação dos problemas causados pela estrutura de classe, e a possibilidade de transformação da sociedade; para os sujeitos preservacionistas o campus era um instrumento à modernização (conservadora) e ao desenvolvimento capitalista.

Mesma situação provocada pelo projeto modernista de Brasília analisado no estudo de Holston (2005), porque a arquitetura modernista teve o sentido, naquele caso, de uma mudança para o igualitarismo para um grupo (comunistas), e para o outro grupo (capitalistas) teve o sentido de um marco do desenvolvimento de caráter nacionalista suposto em vigor no país.

Uma outra aproximação possível seria com a proposta teórica ‘universidade necessária’ enunciada por Darcy Ribeiro (1978), um dos sujeitos expoentes alinhado à posição ‘docente revolucionário’. Nesse modelo ‘universidade necessária’ seu conteúdo seria viabilizar a integração institucional para ajudar a sociedade brasileira a superar seus problemas, a partir da formação do seu próprio quadro docente que prepararia a força de trabalho nacional para o progresso autônomo que propiciaria ao país se integrar no conjunto que ele denominava civilização emergente. A idéia de campus vinculada à esse modelo de universidade tinha como principal elemento de sua configuração física a utilização de uma

única área, onde seriam implantados os Institutos Centrais e os Órgãos Complementares (biblioteca central, museu, centro de teledifusão educacional, editora e o estádio); locais para moradia, prática de esporte, alimentação e assistência para docentes e discentes. Esse modelo de campus, parafraseando o seu sujeito enunciador seria o 'campus necessário', para viabilizar a 'universidade necessária', idealizados numa perceptiva de modernização revolucionária. Mas para o autor seria um ideal de difícil realização na medida em que as universidades haviam feito grandes investimentos financeiros nas edificações espalhadas pela cidade.

Portanto, o ponto comum entre o modelo dominante de campus e o modelo crítico proposto, e derrotado, é a integração, embora ela também tenha sentidos distintos para os vários agentes. A diferença básica entre eles está no sentido que a forma arquitetônica e urbanística modernista adquiriu para cada um.

Por fim, entre o domínio das práticas e da teoria, as questões e reflexões acerca da relação entre a universidade e suas formas de territorialização expostas ao longo do trabalho retrataram, de um modo particular, a universidade pública federal que o governo brasileiro, mais uma vez, pretende reformar, fornecendo elementos à atual discussão sobre o assunto. Além disso, a compreensão dos sentidos do signo 'campus universitário' para os vários sujeitos relacionados à problemática pode aportar subsídios à intervenção transformadora nos atuais campi e auxiliar as ações que se fazem necessárias no momento presente para o planejamento e às intervenções nos territórios das universidades públicas federais brasileiras em geral, e no campus da UFF em particular.

REFERÊNCIAS

- I SEMINÁRIO aprovou: universidade para o povo. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 9-15 jun. 1961, n. 118, p.5.
- XVIII CONGRESSO Metropolitano dos estudantes secundaristas. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 06-12 nov. 1959, p.7.
- XXIII CONGRESSO nacional dos estudantes. Nova diretoria da UNE: nacionalismo e defesa da escola pública. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 29 jul. – 04 ago. 1960, p.5
- AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA DE SÁ, Jair (Org.) Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.
- AINDA as federalizações. Jornal O Globo, O legislativo em ação, Rio de Janeiro, 13 dez. 1960, p.12.
- A FEW words about campus. In: Dartmo – The Buildings of the Dartmouth College. 2005. Disponível em: <<http://www.dartmo.com/index.php?p=213>>. Acesso em: 26 nov. 2007.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes. Dicionário de questões vernáculas. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- AMES (verdadeira) continua na UNE. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 25-31 mar. 1960, p.6.
- ANDERSON, Benedict. Imagined Communities. Londres, UK: Verso, 1991.
- ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANDRADE, Luiz; LONGO, Waldimir Pirró; PASSOS, Andrade. Desafios e oportunidades do sistema federal de ensino superior em face da autonomia. In: SILVA, Waldeck Carneiro da (Org.). Universidade e sociedade no Brasil: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Quartet, 2001. p.123 – 160.
- AO PRESIDENTE JK: os acadêmicos fluminenses irão pleitear a criação da Universidade Federal do Estado do Rio. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 10 fev. 1960, n. 23.595, p.1.
- APOIO do governador: à criação da Universidade do Estado do Rio. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 09 abr. 1960, n. 23.644, p.1.
- A PROPÓSITO dos vestibulares. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 03-09 mar. 1961, n. 104, p.3.
- ARANTES, Otília B. Fiori. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1999.
- ARANTES, Otília B. Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

ARAUJO, Frederico G. B. et.al. Imaginando a (Nova) Nação: Identidade e Território no Projeto do Governo Lula. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte – MG. Anais Belo Horizonte, MG: UFMG, 2003. 1CD-ROM.

ARAUJO, Frederico G. B. et.al. Para compreender o discurso: uma proposição metodológica de inspiração bakhtiniana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007. Belém, PA. Anais ...: Sessão Livre Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território. Belém, PA: UFRJ; IPPUR; GPMC, 2007. Mimeografado..

A REUNIÃO do 1º Conselho da UNE constituiu novo e importante teste. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 24 fev. – 02 mar. 1961, n. 103, p.3.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Projeto e destino. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ASCHER, François. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, ano 8, n. 1, p. 83-96, abr. 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR-5706. Coordenação modular da construção: procedimento, 1977. 4p.

ATCON, Rudolf P. Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário. Brasília, DF: CRUB, 1970.

ATÉ quarta-feira emendas à reforma. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 14 out.1968, p.3.

A UNIVERSIDADE, JK e o governador. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 29 dez. 1960, n. 23.827, p.1.

AUTÊNTICA mobilização para breve o funcionamento da universidade. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 24 dez. 1960, n. 23.823, p.1.

AZEVEDO, Marlice N. S. A construção da cidade na primeira metade do século 20: Niterói, espelho do Rio. In: LEME, Maria Cristina S. (Coord.). Urbanismo no Brasil – 1895/1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. p. 71 – 82.

BANDEIA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961 – 1964. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance. São Paulo: Editora UNESP / HUCITEC, 1988.

_____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Os Gêneros do Discurso. In: _____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992a. p. 277 – 326.

_____. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. In: _____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992b. p.401 – 414.

_____. O marxismo e a filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Problemas da poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

- BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARBOSA, João Alberto Leite. Universidade – indústria. O Globo, Rio de Janeiro, 16 dez. 1960, p.10.
- BARTHES, Roland. Elementos de semiologia. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.
- _____. A aventura semiológica. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BATEM-SE, os estudantes, pela Universidade Federal do Estado do Rio. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 28 nov. 1960, n. 63.692, p.1;7.
- BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 46 – 83.
- BELL, Daniel. O Advento da Sociedade Pós-Industrial. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. The social framework of the information society: the Microelectronics Revolution. T. Forester. Cambridge, Massachusetts: MIT Press: 1981. p. 500 – 549.
- BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BOMBA detona na Guanabara e estudantes fazem comício no RJ. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 15 out.1968, n. 23.258, p.1.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.
- BRASIL. Decreto-lei n.º 11.530, 18 mar. 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na república.
Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 15 jul. 2006.
- _____. Decreto-lei n.º 2.441, 23 jul. 1940. Dispõe sobre o plano de urbanização e remodelação da cidade de Niterói. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 15 nov. 2007.
- _____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro: serviço de documentação, 1958.
- _____. Lei n.º 3.848, 18 dez. 1960. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

_____. Decreto-lei n.º 49.973, 21 jan. 1961. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

_____. Decreto n.º 50.340, 15 mar. 1961a. Revoga o decreto n. 49.973, de 21 de janeiro de 1961, e regula o funcionamento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

_____. Lei n.º 3.958, 13 set. 1961b. Incorpora à Universidade do Paraná a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e dá outras providências (Federaliza as Faculdades e Escolas que foram agregadas à Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 07 ago. 2006.

_____. Lei n.º 3.998, 15 dez. 1961c. Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e da outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

_____. Lei n.º 4.024, 20 dez. 1961d. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L4024.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

_____. Decreto n.º 500, 15 jan. 1962. Institui a Fundação Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

_____. Ato Institucional n.º 1. 09 abr. 1964. Outorgado à nação pelos comandantes-em-chefe do exército, da marinha e da aeronáutica, representando o comando supremo da revolução, que modifica a constituição de 1946, na parte relativa aos poderes do presidente da república. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 05 out. 2007.

_____. Lei n.º 4.380, 21 ago. 1964a. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

_____. Lei n.º 4.464, 09 nov. 1964b. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e da outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. Ato Institucional n.º 2. 27 out. 1965. Mantém a Constituição de 1946 e as constituições estaduais e respectivas emendas, com as modificações que menciona. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 05 out. 2007.

_____. Lei n.º 4.831, 05 nov. 1965a. Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das Cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. In: FAVERO, Maria de Lourdes de A (Org.). Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais. Rio de Janeiro: Editora UFERJ/INEP, 2000. v. 2. p.227.

_____. Ato Complementar n.º 4, 20 nov. 1965b. Dispõe sobre a organização dos partidos políticos. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/legislacao_res.php?ncat=3>. Acesso em: 05 fev. 2008.

_____. Ato Institucional n.º 3, 05 fev.1966. Fixa eleições indiretas para governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito das capitais e reduz a metade prazos de inelegibilidade estabelecidos na emenda constitucional n. 14 e em letras dos incisos i e ii da lei 4738, de 15 de julho de 1965.

Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 05 out. 2007.

_____. Ato Institucional n.º 4, 07 dez.1966a. Convoca extraordinariamente o Congresso Nacional e fixa normas para a votação da nova carta constitucional.

Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 05 out. 2007.

_____. Decreto-lei n.º 252, 28 fev. 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. Decreto n.º 62.414, 15 mar. 1968. Dispõe sobre a reestruturação da Universidade Federal Fluminense. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

_____. Decreto n.º 62.937, 02 jul. 1968a. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 03 maio 2004.

_____. Decreto n.º 63.341, 01 out. 1968b. Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 03 maio 2004.

_____. Lei n.º 5.540, 28 nov. 1968c. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 03 abr. 2004.

_____. Ato Institucional n.º 5, 13 dez.1968d. Decreta, nos termos do artigo 2 e seus parágrafos, o recesso do Congresso Nacional, a partir desta data. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 05 out. 2007.

_____. Decreto-lei n.º 477, 26 fev. 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. Planejamento Setorial: projetos prioritários 1970/1973. Brasília, DF: MEC, 1970.

_____. Lei n.º 5.727, 04 nov. 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. Lei n.º 6.151, 04 dez. 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. Decreto n.º 80.693, 09 nov. 1977. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o domínio útil de áreas de terrenos situadas no Município de Niterói - Estado do Rio de Janeiro, necessárias a instalação do campus da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Departamento de Assuntos Universitários. I Seminário Nacional Sobre Planejamento de Campi Universitários. Brasília, DF: DAU/PREMESU, 1978.

_____. Breviário de legislação federal da educação e cultura. Intr., sel. e notas de Paulo Vieira da Silva. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1978a.

_____. Resolução n.º 1, 1979 (CN). Aprova o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com ressalvas. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaAvancada.action>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

_____. Contrato de empréstimo entre a República Federativa do Brasil e o Banco interamericano de Desenvolvimento. (Programa de Desenvolvimento das Universidade Federais). Empréstimo n.º 111/IC, Resolução n.º DE-182/82. 23 mar 1983. Brasília/DF, 1983.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. Decreto n.º 6.096, 24 abr. 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2007.

BRITO, Vera L. A. de. Autonomia Universitária: luta histórica. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (Org.), Universidade Pública: políticas e identidade institucional. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999. p. 23 – 41.

BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: 1981.

BUENO, Eduardo. Brasil: uma história. São Paulo: Editora Ática, 2003.

BUROCRACIA e erros retardam a criação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 28 jan. 1960, n. 23.584, p.1;5.

CALAMITOSA situação do ensino. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 12-18 jun. 1959, p.11.

CALLINICOS, Alex. Against Postmodernism: a marxist critique. Cambridge, UK: Polity Press, 1989.

CÂMARA dos Deputados. Projeto n. 468, 16 jun. 1959. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1959. p.3093 – 3094. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 19 set. 2006.

_____. Projeto n.º 1.327, 03 dez. 1959a. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1959. p.9712 – 9713. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 27 set. 2006.

_____. Exposição de motivos n.º 921 (16 nov.1959), 16 dez. 1959b. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1959. p.9712 – 9713. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 27 set. 2006.

_____. Projeto n.º 1.327-A, 03 dez. 1960. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1959. p.8924. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 27 set. 2006.

_____. Projeto n.º 1.327-B (redação final), 09 dez. 1960a. Cria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 1959, p.9099 – 9112. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 04 out. 2006.

CAMPUS universitário: textos. Brasília, DF: CEDATE, 1984.

CANCLINI, Nestor G. Imaginários urbanos. Buenos Aires, AR: Eudeba/Universidad de Buenos Aires, 1999.

CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CARDOSO, Luís Fernando. As causas da epidemia de greves estudantis. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 12-18 jun. 1959, p.11.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Antônio Pedro Alves de. Coordenação Modular. Disponível em: <http://www.gerenciamento.ufba.br/Disciplinas_arquivos/M%C3%B3dulo%20IX%20Projetos/A5-Modula%C3%A7%C3%A3o.ppt>. Acesso em: 14 nov. 2007.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CHOAY. Françoise. A regra e o modelo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

_____. O urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

CIDADE universitária para o estado do Rio. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 26 mai. 1961, n. 23.948, p.1.

COLEÇÃO AEC do Brasil. Diretrizes e bases da educação nacional. Rio de Janeiro: 1968.

COLUNA do Estudante. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 27 mar. – 02 abr. 1959. p. [?].

COMÍCIO dos estudantes será dia 26 com a ‘tribuna de reivindicações estudantis. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 15 abr. 1960, n. 23.649, p.1.

CONCRETIZA-SE velho sonho dos universitários fluminenses. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 09 dez. n. 23.810, p.1.

CONGRESSO Internacional de Arquitetura Moderna. Carta de Atenas. Grécia: 1933. Disponível em:

<<https://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

CONTINUA a UFE empenhada na criação da Universidade Federal do Estado do Rio. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 08 jun. 1960, 23602, p.1.

CONTRA a visita do representante de Fidel Castro. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 15 dez. 1960, p.17.

COSTA e Silva: a reforma do ensino é a própria revolução. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 10 dez.1968, p.2.

CRISE universitária: Moniz Aragão demite-se. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 4 dez.1968, p.10.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. A universidade crítica: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

CUNHA, Maria Isabel. Ensino como mediação da formação do professor universitário. In: MOROSINI, Maria Costa (Org). Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. Brasília, DF: MEC-INEP, 2000. p. 45 – 51.

DECLARA o presidente da UFE. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 03 dez. 1960, n. 23805, p.1; 7.

DEFESA da escola pública pelos universitários cariocas. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 23-29 out. 1959, p. 10.

DESIGNADO para importante missão o professor José Salvador Jualianeli. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 19 mai. 1961, n. 23942, p.1.

DINHEIRO do povo para os tubarões do ensino. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 24-30 jul. 1959, p.9.

DIRETORIA da UFE ratifica a sua luta pelos princípios democráticos e cristãos. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 08 out. 1960, n. 23.700, p.1.

DIRETÓRIO Central dos Estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 21 mai. 1961, n. 23.944, p.1.

DIRETRIZES e bases em fase final. Estudantes exigem solução democrática. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 22-28 jan. 1960, p.11.

DORIA, Francisco A. A universidade brasileira. In: CARVALHO, Antônio Paes de et al. A crise da Universidade. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 49 – 61.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

DURANTE algum tempo, os moradores das imediações da Boa Viagem reclamaram por meios mais sutis da sujeira despejada pela Engenharia da UFF no Local. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 mar. 1988. Caderno Niterói.

ECO, Umberto. A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. Tratado geral de semiótica. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

EDUCAÇÃO e promessas. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 10-16 fev. 1961, n. 102.

EDUCAR para o desenvolvimento. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 25 abr. 1961, n. 23.923, p.1.

EMBORA eivada de erros e omissões: é de suma necessidade a aprovação urgente da mensagem sobre a Universidade Fluminense. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 19 jan. 1960, n. 23.576, p.1.

EM MANAUS o próximo conselho da UNE. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 13-19 jan. 1961, p.3.

EMPOSSADO o primeiro reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 04 mai. 1961, n. 23.930, p.1.

ENGLISH dictionary. Allwords.com. [s.d.] Disponível em:
<<http://www.allwords.com/query.php?SearchType=0&Keyword=campus&goquery=Find+it%21&Language=ENG>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

ESCOLA progressista. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 31 jul. – 06 ago. 1959, p. 10.

ESCOLA pública e reforma universitária elegem nova diretoria da UNE. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 28 jul. – 03 ago. 1961, n. 125, p.5.

ESTUDANTES latino-americanos estão de acordo: reforma é mais social que pedagógica. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 03-09 jun. 1960, p.5.

ESTUDANTES de todo mundo têm encontro na BAHIA: seminário dos subdesenvolvidos. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 21-27 jun. 1963, n. 226, ano V. p. [?].

ESTUDANTES do mundo subdesenvolvido unidos pela libertação nacional e pela coexistência pacífica. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 19-25 jul. 1963a, n. 230, ano IV. p. [?].

EUFÓRICO, o presidente da UFE, ante a grande vitória conquistada. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 10 dez. 1960, n. 23.811, p.1.

FALHAS a evitar. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 29 nov.1977, n.. 2.356, p.4.

FARRET, Ricardo Libanez. Debate 1: o campus e a cidade e o território universitário. In: CAMPUS universitário: textos. Brasília, DF: CEDATE, 1984, p. 31 – 34.

FAVERO, Maria de Lourdes de A. UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

_____. Universidade do Brasil: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.1.

_____. (Org.). Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.2.

FAZ conferência em Macaé um ex-presidente da UFE. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 18 out. 1960, n. 23.768, p.1.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil anos 60. O pacto do silêncio. São Paulo. Loyola: 1988 (1985).

FEDERALIZAÇÃO das 5 faculdades agregadas à UFERJ, Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 17 jan.1961, n. 23.843, p.1

FERNANDES, Fernanda. Arquitetura e sociabilidade na cidade universitária de São Paulo. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Preservação Cultural. Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. p. 59 – 69.

FERNADES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERNANDO, Luís. Escola particular e escola pública (no projeto de diretrizes e bases). Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 06-12 nov. 1959, p.7.

FICHER, Silvia; ACAYABA, Marlene Milan. Arquitetura Moderna Brasileira. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

FONSECA, Mendes Dirce. Relação de poder na universidade. Revista Educação Brasileira, Brasília/DF, v. 1, p. 139 – 144, 1988.

FOULCAUT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FURTADO, Celso (Coord.) Brasil: tempos modernos. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

GARBER, Marjorie. Instintos acadêmicos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003.

GADOTTI, Moacir. Polifonia: Algumas teses tiradas das múltiplas leituras de Paulo Freire.1996, p.7. Disponível em:
<http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Gadotti_sobre_Freire/Teses_P_F_1996.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2007.

GEISEL assinou decreto. Aterro está desapropriado para campus da UFF. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 11 nov.1977, n. 2.343, p.1.

GT das vagas escolhe seu presidente e subcomissões. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 20 nov.1968, p.18.

GT discute como aumentar as vagas. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 nov.1968a, p.16.

GUERRA, Isabel. Planejamento Estratégico das Cidades. In: Cidades: comunidades e território. Lisboa/PT, Centro de Estudos Territoriais, n.1, p. 36 – 55, dezembro de 2000.

GUIMARÃES, Cêça de. Lúcio Costa: um certo arquiteto em incerto e secular roteiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996.

- HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa, PT: Dom Quixote, 1990.
- _____. Modernidade – um projeto inacabado. In: ARANTES, Otília B. Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992. p. 99 – 123.
- _____. Teoría de la acción comunicativa. Madri, ES: Ed. Taurus, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- HAROUEL, Jean-Louis. História do Urbanismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Desafios e rumos da política educacional. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/Desafios_e_rumos_d_a_politica_educacional.asp>. Acesso em: 25 nov. 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOWARD, Edenezer. Cidades-jardins de amanhã. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Arquitetura Brasileira após Brasília/Depoimentos. Rio de Janeiro: IAB, 1978.
- Ianni, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.
- INAUGURADA com brilhantismo, a ‘tribuna de reivindicações’ da UFE. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 29 abr. 1960, n. 23569, p.1;6.
- INCANSÁVEL o deputado Vasconcelos Torres em sua luta pela universidade fluminense. . Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 31 jan. 1961, n. 23.855, p.1.
- JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.
- JAUÁ, Maria Fernanda. Cidade Universitária de Caracas: a construção de uma utopia moderna. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp205.asp>> Acesso em: 25 out. 2007.
- JENCKS, Charles. What is post-modernism? Chichester, UK: Academy Editions, 1996.
- KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

LASANA, Silvia Hernández de. Em busca do sublime. Villanueva e a Cidade Universitária de Caracas. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg016/arg016_02.asp>. Acesso em: 25 out. 2007.

LE CORBUSIER. Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEITCH, Alexander. A Princeton Companion. Princeton University Press, 1978. Disponível em: <<http://etcweb.princeton.edu/CampusWWW/Companion/campus.html>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

LEFEBVRE, Henri. Lógica forma/lógica dialética. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). Urbanismo no Brasil – 1895/1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LISTA atualizada do patrimônio mundial da UNESCO. 29 jun 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/06/29/ult34u184677.jhtm>>. Acesso em: 25 out. 2007.

LUNARDI, Lídio. A indústria apoia os novos rumos à educação. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 15 dez.1960, p.19.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa, PT: Edições 70, 1960.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Lisboa, PT: Gradiva, 1989.

MAIS uma vitória nacionalista: XII congresso UEE. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 30 set. - 06 out. 1960, p.5.

MEC espera problemas de excedentes ainda em 1969. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 14 nov.1968, p.17.

MEC apoia mais ensino particular. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 1 nov.1977, n. 2.335, p.1.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Ministro Celso Teixeira Brant. Brasília, DF: [s.d.]. Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=198&Itemid=330>>, Acesso em: 08 ago. 2007.

_____. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais – REUNI: diretrizes gerais. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2007.

_____. INEP. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília, DF: [s.d.]. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/1463.pdf>>. Acesso: 25 nov. 2007.

_____. SESU. Lista das Instituições Federais. Brasília, DF: 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=477&Itemid=300#federais>>. Acesso em: 27 jun. 2005.

_____. SESU. Linha do Tempo de Criação de Universidades Federais. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=731&Itemid=300>>, acesso em 26 out. 2007.

_____. SESU-PREMESU. MEC-BID III: Estudo Preliminar. Brasília, DF: Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior, setembro, 1980.

MENDONÇA, Nunes. Em defesa da escola pública. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 12-18 ago. 1960, p.5.

MENSAGEM ao congresso sobre reforma do ensino. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 1 out.1968, p.3.

MERCANTILISMO ameaça a reforma do ensino. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 18-24 set.1959, p.11.

MERRIAN-WEBSTER on line (dicionário) [s.d.]. Disponível em:
<<http://www.m-w.com/dictionary/campus>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

MIL estudantes detidos no encontro da UNE. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 13-14 out.1968, n.º 23.257, p.1.

MORADOR da Boa Viagem reclama do lixo e lama. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 10-11 abr.1988.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). Urbanismo no Brasil – 1895/1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. p. 141 – 166.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, J. Teixeira Coelho. Semiótica , informação e comunicação. São Paulo: Perspectiva, 2003.

NEVES, Nilo. A alma da universidade. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 04 fev. 1961, n. 23.859, p.1.

NITERÓI (RJ). Deliberação n.º 2.705, 01 jul. 1970. Código do Planejamento Urbano e de Obras do Município de Niterói. Niterói, RJ: Prefeitura Municipal, 1970.

_____. Decreto Municipal n.º 2.792, 11 jan. 1977. Considera a área do aterrado non aedificandi. In: NITERÓI (RJ). Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Departamento de Urbanismo. Aterro da Praia Grande Norte: histórico da ocupação. Niterói, RJ: 1996, cap. IV, anexo 10.

_____. Decreto Municipal n.º 3.701, 29 abr. 1982. Delimita Zona Residencial Gabaritada. In: IPHAN. Relação dos bens tombados. Rio de Janeiro: 1982. p.93 – 94.

_____. Decreto Municipal n.º 3.705, 30 abr.1982a. Revoga o Decreto Municipal n.º 2.792/77. In: NITERÓI (RJ). Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Departamento de Urbanismo. Aterro da Praia Grande Norte: histórico da ocupação. Niterói, RJ: 1996, cap. IV, anexo 10.

_____. Decreto Municipal n.º 4.271, 16 out. 1984. Revogou parcialmente o Decreto n.º 3.705/82. In: NITERÓI (RJ). Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Departamento de Urbanismo. Aterro da Praia Grande Norte: histórico da ocupação. Niterói, RJ: 1996, cap. V, anexo 4.

_____. Lei n.º 659, 28 ago. 1987. Lei do Uso do Solo. Niterói, RJ: Prefeitura Municipal, 1987.

_____. Lei n.º 1157, 29 dez. 1992, modificada pela Lei 2123, 04 fev. 2004. Plano Diretor. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Lei n.º 1.470, 11 dez. 1995, alterada pelas Leis n.º 1.563/96 e 1.594/97. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Lei n.º 1.483/95, 27 dez. 1995a. Plano Urbanístico das Praias da Baía (PUR). Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Lei n.º 1604, 30 out. 1997. Instituiu o caminho Niemeyer. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Lei n.º 1.967, 04 abr. 2002. Plano Urbanístico das Praias da Baía (PUR), revogou a Lei n.º 1.483/95, 27 dez. 1995. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Lei n.º 2.099, 14 out. 2003. Cria a Área de Proteção Ambiental do Morro do Gragoatá. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Lei n.º 2.411, 26 dez. 2006. Regulamenta a Área de Especial Interesse Urbanístico do Caminho Niemeyer. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Plano Diretor de Niterói: Lei nº 1157/92. Niterói, RJ: 1993.

_____. _____. Departamento de Urbanismo. Aterro da Praia Grande Norte: histórico da ocupação. Niterói, RJ: 1996.

NO CONGRESSO da UNE vitória do nacionalismo. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 31 jul. – 06 ago. 1959, p.7.

NOGUEIRA, Denise T. Os campi da Universidade Federal Fluminense e os bairros: interações e trocas no ambiente urbano. 2001. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2001.

_____. Os campi da Universidade Federal Fluminense e os bairros: interações e trocas no ambiente urbano. In: CONGRESSO DE ENGENHARIA CIVIL, 5., 2002, Juiz de Fora, MG. Anais ... Juiz de Fora, MG: UFRJ; UFJF, 2002. 1CD-ROM.

_____. O processo de criação da UFF e de seu território: uma análise de caráter dialógico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., Belém, PA. Anais...: Sessão Livre Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território, Belém, PA: UFRJ; IPPRU; GPMC, 2007. Mimeografado.

NÖTH, Winfried. Panorama da semiótica: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1998.

NUSSENZVEIG, H. Moysés. Repensando a universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Copea, 2004.

OS ESTUDANTES (...) têm conseguido vitórias. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 06 jan. 1961, n. 23.834, p.1.

PALCO o teatro municipal de Niterói memorável noite para a cultura fluminense, Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 13 abr. 1961, n. 23.914, p.1.

PARK. Robert Ezra. A cidade: sugestões para uma investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Gilberto (Org.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 26 – 67.

PCB: vinte anos de política 1958-1979. São Paulo: LECH, 1980.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

PEDE o governador ao presidente Juscelino Kubitschek. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 02 dez. 1960, n. 23.804, p.1.

PEDE o governador uma universidade para o estado do Rio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 02 dez. 1960a, p.11.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO II (BRASIL). 1975/1979. Brasília, DF: IBGE, 1974.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO III (BRASIL). 1980/1985. Brasília, DF: IBGE, 1980.

PORQUE a escola pública está ameaçada. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 26 fev. – 03 mar. 1960, p.7.

PROFESSORES opinam através de Novos Rumos. Projeto de diretrizes elimina as bases da escola pública. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 25-31 mar. 1960, p.3.

PRONUNCIAMENTO do professor Darcy Ribeiro. Falsa 'liberdade de ensino' para liquidar a escola pública. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 8-14 abr. 1960, p.6.

PRÓ-UNIVERSIDADE do Estado do Rio. Terá lugar, hoje, o anunciado comício promovido pela UFE. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 26 abr. 1960, n. 23.656, p.1.

REABERTA pela UFE a luta em favor da universidade. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 27 mar. 1960, n. 23633, p. 1.

REFORMA da universidade e defesa da escola pública. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 23-29 set. 1960, p. 3.

REFORMA universitária: bandeira de luta do estudante brasileiro. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 31 mar. – 06 abr. 1961, n.108, p.5.

REFORMA universitária: 400 emendas para julgar. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 18 out.1968, p.14.

REFORMA vai ser votada em esforço concentrado. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 out.1968a, p.3.

REFORMA de currículo vai ter seminário de 18 até 25. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 7 nov.1968b, n. 23.278, p.3.

REFORMULAÇÃO do governo e reforma universitária dominaram o 1º congresso da UNE em Florianópolis. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 24-30 jan. 1964, n.257.

RESULTADO do congresso de Quitandinha. Tubarões do ensino apóiam projeto Lacerda e condenam escola gratuita. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 15-21 jan.1960, p.10.

REUNIÃO do Agente tem críticas e denúncias. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 08 jun.1988, p.4.

REZENDE, Vera F. Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. Planejamento e política fundiária. O caso do Rio de Janeiro. 1995. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1995.

_____. Reforma urbana e plano diretor. Rio de Janeiro: [s.d.]. Mimeografado.

_____. O urbanismo modernista na cidade do Rio de Janeiro: idéias, projetos e realizações. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E URBANISMO DA CIDADE, 6.,1999, Natal/RN. Anais... Natal, RN: [s.n.],1999.

RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. Educação e Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 8, n. 15, 1960. p. 35 – 42.

_____. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Universidade de Brasília. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Brasília/DF, [s.d.].

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto Estadual nº 15.453, 25 nov. 1971. Trata da desapropriação de imóveis na área do aterrado. In: NITERÓI (RJ). Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Departamento de Urbanismo. Aterro da Praia Grande Norte: histórico da ocupação. Niterói, RJ: 1996, cap. III, anexo 7.

_____. Decreto Estadual nº 15.454, 25 nov. 1971a. O governo estadual cria o Grupo Executivo de Urbanização da Nova Niterói. In: NITERÓI (RJ). Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Departamento de Urbanismo. Aterro da Praia Grande Norte: histórico da ocupação. Niterói, RJ: 1996, cap. III, anexo 7.

_____. Decreto Estadual n.º 15.751, 30 ago. 1972. Dispõe sobre a delimitação parcial da área desapropriada pelo Decreto Estadual n.º 15.453 à região do Morro e da Praia do Gragoatá. In: NITERÓI (RJ). Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Departamento de Urbanismo. Aterro da Praia Grande Norte: histórico da ocupação. Niterói, RJ: 1996b, cap. III, anexo 8.

RIO DE JANEIRO (RJ). Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro. Rio sempre Rio. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/old/plano93_96/>. Acesso em: 03 nov. 2007.

_____. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro II. As cidades da Cidade. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/>>. Acesso em: 03 abr. 2006.

RODRIGUES, Luis Augusto F. Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

ROMANO, Roberto. Universidade: entre as luzes e nossos dias. In: CARVALHO, Antônio Paes de et al. A crise da Universidade. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 15 – 48.

ROMERO, José Luís. América Latina: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SANCIONADA Pelo presidente da República lei do congresso criando a Universidade Federal do Estado do Rio. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 22 dez. 1960, n. 23.821, p.1.

SANTA-RITA, Tânia G. Epistemologia básica para pensar o (meio) ambiente In: HERCULANO, Selene C. (Org.). Meio Ambiente: questões conceituais. Niterói, RJ: Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFF; Riocor, 2000. p. 157 – 178.

SANTOS, Boaventura S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SÃO idênticos os pontos de vistas do Ministro e da UFE. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 16 fev. 1961, n. 23867.

SCHWARZ, Roberto. O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. Questão de método. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de lingüística geral. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Educação profissional no Brasil: da industrialização ao século XXI. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ109d.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (Org.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 11 – 25.

SILVA, Waldeck Carneiro da (Org.). Universidade e sociedade no Brasil: oposição propositiva ao liberalismo na Educação superior. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

SKIDIMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

SOARES, Maria Suzana Arrosa (Org.). A educação superior no Brasil. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

SOB O SIGNO da luta anticolonialista. Universitários de todo o país (cerca de 700) vão debater seus problemas. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 17-29 jul.1959.

TAMBÉM em Juiz de Fora parlamentares contra diretrizes e bases. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 26 ago. – 01 set. 1960, p.5.

TEIXEIRA, Anísio. Mais uma vez convocados. In: EDUCAÇÃO e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.4, n.10, p.5 – 33, abr. 1959. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/fran/artigos/plano1.html>>. Acesso em: 02 jan. 2007.

_____. Plano nacional de educação. Referente aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior. In: Documenta. Rio de Janeiro, n.8, p. 24 – 31, out. 1962. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/fran/artigos/plano1.html>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

_____. O manifesto dos pioneiros da educação nova. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília/DF, v.65, n.150, p. 407 – 425, maio/ago. 1984.

_____. Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

TEIXEIRA, Anísio; RAMOS, Jairo; CARDOSO, Fernando Henrique. Universidade de Brasília. Anhembi. São Paulo, v.11, n. 128, p. 259 – 267, jul. 1961. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/visita.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

TEIXEIRA, Nelson. Projeto Lacerdista é contra o ensino. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 25 set. – 01 out. 1959, p.7.

TENTATIVA retrógrada de limitar o ensino público. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 10-17 ago. 1959, p.11.

THE FREE DICTIONARY, by Farlex [s.d.]. Disponível em: <<http://encyclopedia.thefreedictionary.com/CAMPUS>>. Acesso: 26 nov. 2007.

TRATADOS, em Manaus, os principais problemas da classe universitária. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 25 jan. 1961, n. 23850, p.1.

UFE mostrará ao povo os que trabalharam em prol da criação da Universidade. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 13 dez.1960, n. 23.813, p.1.

UFF conclui seu 'rush' de obras pensando na reforma. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 10-11 nov.1968, n. 23.281, p.2.

UFF – sinal verde para obras do campus. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 29 nov.1977, n. 2.356, p.3.

UFF realiza sonho de inaugurar campus. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 16 ago. 1990.

UFF abre campus após 6 anos de obras. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 17 ago. 1990a, p.3.

UNE decreta greve nacional. Os estudantes exigem reforma da universidade. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 19-25 ago. 1960, 2º caderno, p.5.

UNE vai promover unidade do movimento estudantil mundial. Jornal Novos Rumos, Rio de Janeiro, 07-12 out. 1960a, p.3.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (Brasil). Declaração da Bahia. Salvador: 1961. I Seminário Nacional de Reforma Universitária. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, anexo 1, p. III – XXXVII.

_____. Carta do Paraná. Curitiba: 1962. II Seminário Nacional de Reforma Universitária. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, anexo 2, p. XXXIX – XCIX.

_____. UNE: Luta atual pela Reforma Universitária. Guanabara: 1963. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, anexo 3, p. CI – CXXXIV.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano orientador da Universidade de Brasília. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1962. Não paginado.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Preservação Cultural. Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial de São Paulo, 2005.

UNIVERSIDADE discute novo local do campus. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 03 nov. 1988, p.9.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Proposta de Plano Quinquenal de desenvolvimento para a UFRJ. Rio de Janeiro: Setor de Mídia Impressa Institucional da Assessoria de Comunicação da UFRJ, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho Universitário. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (1ª sessão), realizada em 13 de abril de 1961. Niterói, RJ:1961.

_____. Conselho Universitário. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (3ª sessão), realizada em 15 de junho de 1961. Niterói, RJ: 1961a. p.7.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (5ª sessão), realizada em 22 de junho de 1961. Niterói, RJ: 1961b. p.11.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (6ª sessão), realizada em 14 de agosto de 1961. Niterói, RJ: 1961c. p.13.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (7ª sessão), realizada em 21 de agosto de 1961. Niterói, RJ: 1961d. p.17.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (13ª sessão), realizada em 17 de setembro de 1962. Niterói, RJ:1962. p.32.

_____. _____. Atas das reuniões ordinárias do Conselho Universitário (27ª e 28ª sessão), realizadas em 11 e 13 de dezembro de 1962. Niterói, RJ: 1962a. p.63.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (32ª sessão), realizada em 21 de janeiro de 1963. Niterói, RJ: 1963. p.68.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (34ª sessão), realizada em 7 de fevereiro de 1963. Niterói, RJ: 1963a. p.70.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (39ª sessão), realizada em 25 de junho de 1963. Niterói, RJ: 1963b. p.82.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (41ª sessão), realizada em 12 de julho de 1963. Niterói, RJ: 1963c. p.86.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (42ª sessão), realizada em 29 de julho de 1963. Niterói, RJ: 1963d. p.89.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (46ª sessão), realizada em 9 de setembro de 1963. Niterói, RJ: 1963e. p.98.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (58ª sessão), realizada em 05 de dezembro de 1963. Niterói, RJ: 1963f. p126-127.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (62ª sessão), realizada em 04 de janeiro de 1964. Niterói, RJ: 1964. p.137.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (66ª sessão), realizada em 17 de fevereiro de 1964. Niterói, RJ: 1964a. p.149.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (69ª sessão), realizada em 01 de março de 1964. Niterói, RJ: 1964b. p.163.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (71ª sessão), realizada em 06 de abril de 1964. Niterói, RJ: 1964c. p.167.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (75ª sessão), realizada em 18 de maio de 1964. Niterói, RJ: 1964d. p.177.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário (76ª sessão), realizada em 25 de maio de 1964. Niterói, RJ: 1964e. p.188.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 20 de março de 1969. Niterói, RJ:1969.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 30 de abril de 1969. Niterói, RJ: 1969a.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 10 de setembro de 1969. Niterói, RJ: 1969b.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 08 de maio de 1970. Niterói, RJ: 1970.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 27 de novembro de 1974. Niterói, RJ: 1974.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 30 de abril de 1975. Niterói, RJ: 1975.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 26 de maio de 1976. Niterói, RJ: 1976.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 28 de setembro de 1977. Niterói, RJ: 1977.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 28 de março de 1979. Niterói, RJ: 1979.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 25 de março de 1981. Niterói, RJ: 1981.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 29 de junho de 1981. Niterói, RJ: 1981a.

_____. _____. Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 26 de agosto de 1981. Niterói, RJ: 1981b.

_____. _____. Parecer sobre anteprojeto do campus universitário, anexado à Ata da reunião ordinária do Conselho Universitário, realizada em 26 de agosto de 1981. Niterói, RJ: 1981c.

_____. Escritório Técnico do Campus. Plano Diretor do Campus (versão anexada ao ofício n. 79/ETC/77, 09/09/1977). Niterói, RJ: 1977a.

_____. _____. Plano Diretor do Campus (versão resumida anexada ao ofício GR n. 368/78, 10.08.1978). Niterói, RJ: 1977b.

_____. _____. Plano para Implantação Definitiva do Campus. Niterói, RJ:1977c.

_____. _____. Anteprojeto do campus: minuta. Niterói, RJ: 1979.

_____. _____. Anteprojeto do campus. Niterói, RJ: 1981d. v.1.

_____. _____. _____. Niterói, RJ: 1981e. v.2.

_____. _____. Paisagismo. Niterói, RJ: 1986. v1.

_____. _____. Relatório Convênio MEC-BID III. Niterói, RJ: 1989.

_____. _____. Programa MEC-BID IV. Niterói, RJ: [s.d.].

_____. _____. Projeto UFF – ecodesenvolvimento. Niterói, RJ: [s.d.]a.

_____. Núcleo de Comunicação Social. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (Revista da UFF). Niterói, RJ: 2005/2006.

_____. Projeto PREMESU/BID: considerações a respeito do campus da UFF. Niterói, RJ: 1980.

_____. Dados gerais 1999 e outras informações. Niterói, RJ: UFF, 1999. 1CD-ROM.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional: eixo central e prioridades 2005. Niterói, RJ: 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

UNIVERSITÁRIOS fluminenses vão partir para o boicote. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 3 out.1968, n. 23.248, p.3

URBANISMO. Criação do campus da UFF no Gragoatá agrada moradores. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 12 nov.1977, n. 2.344, p.3.

VÃO ser redobrados os esforços visando à criação da universidade. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 04 dez. 1960, n. 23806, p. 1;9.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. Universities na Urban Alternative. Dissertação (Submitted in parcial fulfilment of the masters degree in urban design). Oxford Polytechnic, Inglaterra, 1980. Mimeografado..

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de (Coord.) História da Universidade em suas edificações. Niterói, RJ: UFF/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1985-1987.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana. Um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VENCIDA mais uma etapa da batalha em prol da criação da Universidade Federal deste Estado. Jornal O Fluminense, Niterói/RJ, 28 jul. 1960, n. 23.642, p.1.

VIARO, Mário Eduardo. História das palavras. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, Estação da Luz. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.estacaodaluz.org.br/wps/wcm/connect/resources/file/eb319c0e709105a/M.Viaro%20-%20Historia%20das%20palavras%20etimologia.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 21 nov. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. O (dis)curso da (re)forma universitária. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/PROED, 1982.

WARHAVCHIK, Gregori. Acerca da arquitetura moderna. Rio de Janeiro: 1925. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos/gregori02.asp>>. Acesso em: 19 jun. 2006.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Gilberto (Org.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 90 – 113.

WONG, Wucius. Princípios de forma e desenho. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

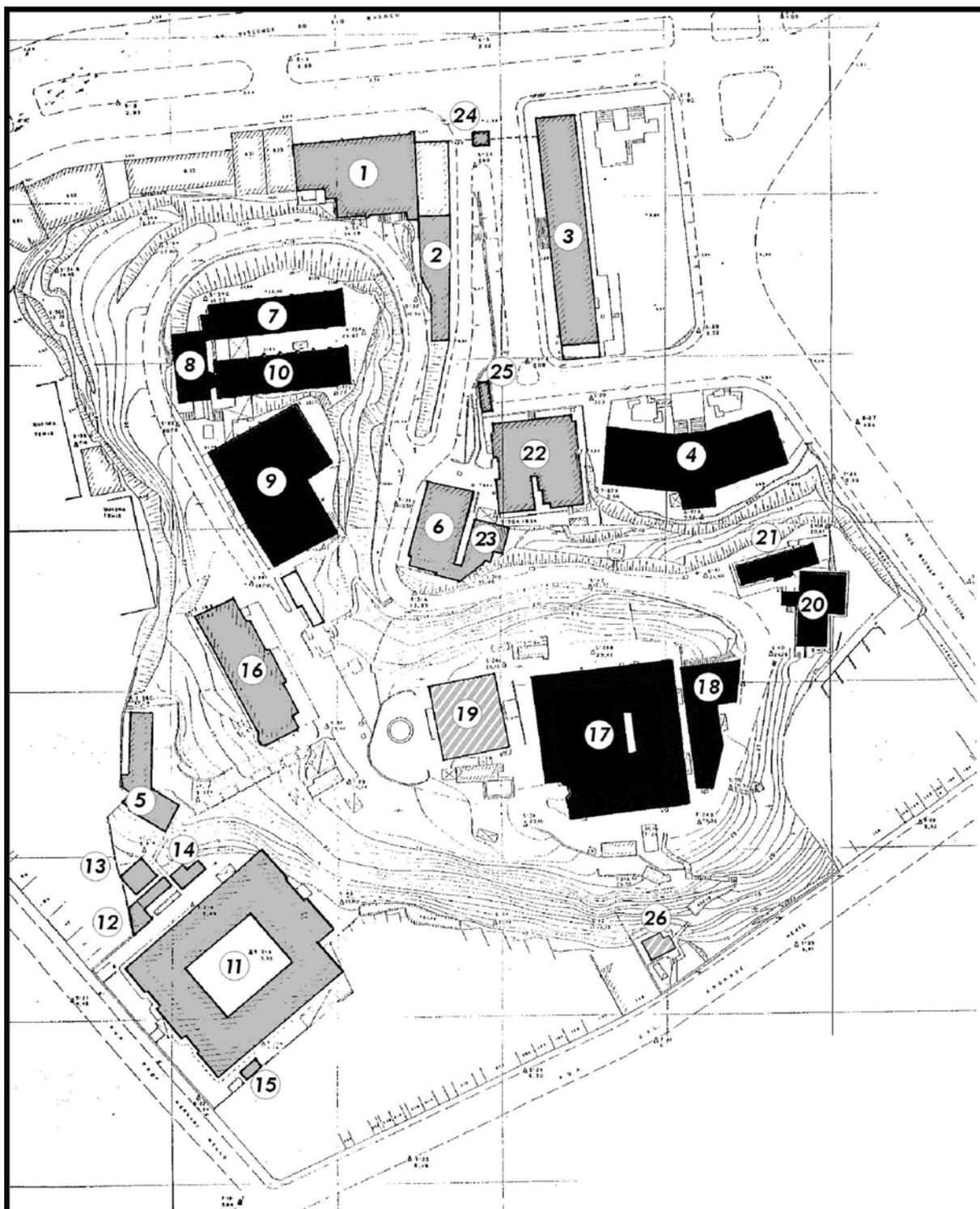
ZAJDSZNAJDER, Luciano. A organização universitária brasileira: análise crítica e propostas quase-utópicas. Revista Brasileira de Administração da Educação, Rio Grande do Sul, v.2, n. 2. p. 141 – 144. jul./dez. 1984.

APÊNDICE A - Quadro n.º 9 – Reitores da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Quadro n.º 9 – REITORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE ¹		
	NOME DO REITOR	MANDATO
1	Durval de Almeida Baptista Pereira	04.05.1961 – 13.07.1961
2	Paulo Gomes da Silva	1962 – 1963
3	Dioclécio Dantas de Araújo	1963 – 1965
4	Raul Jobim Bittencourt	1965 (pro-tempore)
5	Argemiro de Oliveira	1965 – 1966
6	Manoel Barreto Netto	1966 – 1970
7	Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa	1970 – 1974
8	Geraldo Sebastião Tavares Cardoso	1974 – 1978
9	Rogério Benevento	1978 – 1982
10	José Raimundo Martins Romêo	agosto 1982 – agosto 1986 agosto 1990 – março 1994
11	Hildiberto R. Cavalcanti de Albuquerque Junior	agosto 1986 – agosto 1990
12	Manoel Pereira Leite de Almeida	abril 1994 – novembro 1994
13	Luiz Pedro Antunes	novembro 1994 – novembro 1998
14	Cícero Mauro Fialho Rodrigues	novembro 1998 – novembro 2002 novembro 2002 – novembro 2006
15	Roberto de Souza Salles	novembro 2006 –

¹ Esse quadro foi construído com base nas informações obtidas nas fotografias dos reitores da Universidade expostas no gabinete do reitor da Universidade Federal Fluminense. Levantamento realizado em: 28 nov. 2007.

APÊNDICE B – Planta da situação fundiária do Campus do Valonguinho.



■ Imóveis da UFF ■ Imóveis do CNPq ▨ Imóveis da UFF construídos em terreno do CNPq

Figura n.º 16 – Planta da situação fundiária do Campus do Valonguinho. Planta esquemática, sem escala (Legenda indicada na próxima página).

Montagem própria baseada na seguinte fonte: UFF/Prefeitura do Campus. Base cartográfica sem escala. Niterói, RJ: 1999.

Legenda:

1 – Diretório Central dos Estudantes; 2 – Centro de Estudos Gerais; 3 – Instituto de Matemática; 4 – Administração, Ciências Contábeis e Nutrição; 5 - DST; 6 – Dispensário Mazzini Bueno; 7 e 8 – Instituto de Biologia; 9 e 10 – Instituto de Química; 11, 12, 13 e 14 – Biomédico; 15 – Subestação; 16 – Anatômico; 17 e 18 – Ex-Instituto de Física; 19 – Ex-Sincro-Cicloton; 20 – SINTUFF/Educação Física; 21 – Biotério/NAL; 22 e 23 – Odontologia; 24 – Pórtico/portaria; 25 – Posto Bancário; 26 – Casa de Bomba.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)